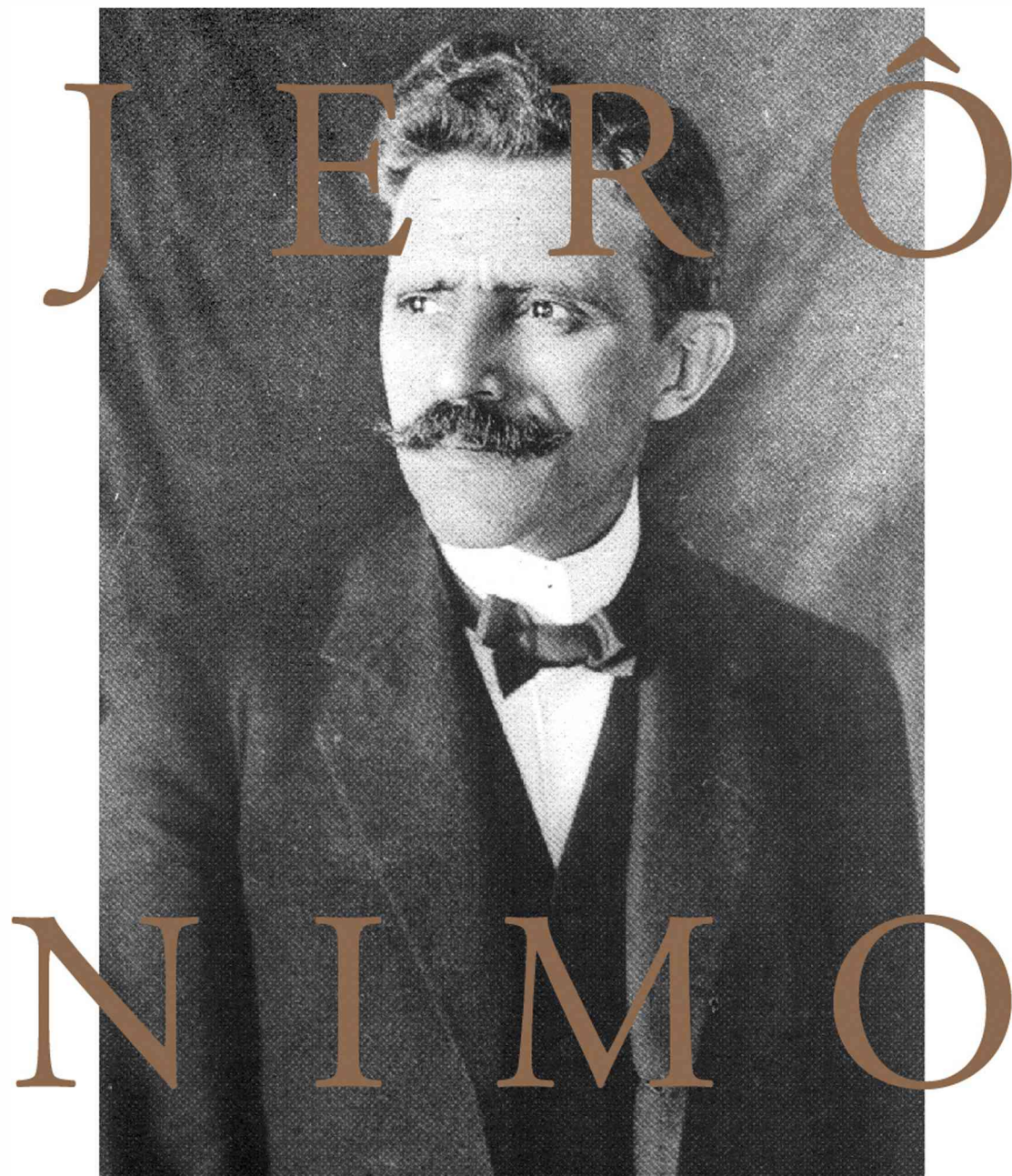


MARIA STELLA DE NOVAES



Monteiro

Sua vida e sua obra

A presente obra da emérita historiadora Maria Stella de Novaes teve sua primeira edição publicada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, em 1979, quando então se celebrava o centenário de nascimento de Jerônimo Monteiro, um dos mais reconhecidos homens públicos da história do Espírito Santo.

Esta nova edição, bastante melhorada, também sob os cuidados do APEES, contém a reprodução de uma seleção interessantíssima de fotografias da época — acervo de inestimável valor estético-histórico, encomendado pelo próprio Jerônimo Monteiro e produzido durante o seu governo — que por si só, já justificaria a reimpressão, além do extraordinário conteúdo histórico que relata.

Jerônimo nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, membro de uma tradicionalíssima família que prestou, e ainda presta, relevantes serviços ao Espírito Santo. Seu irmão, o Bispo Dom Fernando de Sousa Monteiro, foi um sustentáculo em seu governo. Seu outro irmão, Bernardino de Sousa Monteiro, também governou o Estado (1916 a 1920), e, de 1924 a 1928, assumiu a chefia do executivo estadual o engenheiro Florentino Avidos, que era seu cunhado.

A autora era sobrinha do biografado e, em sua longa vida, altamente produtiva no âmbito cultural, teve uma carreira reconhecida e plena de méritos, ao lado de fortes críticas pela sua ativa atuação. Foi mestra do cientista Augusto Ruschi para seu inicial conhecimento de orquídeas e beija-flores.

J E R Ô N I M O

M o n t e i r o

S u a v i d a e s u a o b r a

J E R Ô N I M O
M o n t e i r o

S u a v i d a e s u a o b r a

GOVERNADOR

Paulo Cesar Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR

César Roberto Colnago

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

João Gualberto Moreira Vasconcelos

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ricardo Savacini Pandolfi

DIRETOR GERAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cilmar Cesconetto Franceschetto

DIRETOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Augusto César Gobbi Fraga

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414 – CEP: 29.015.905
Centro – Vitória – ES - 27 3636-6100
www.ape.es.gov.br



Coleção Canaã

VOL. 24

MARIA STELLA DE NOVAES

J E R Ô N I M O
M o n t e i r o

S u a v i d a e s u a o b r a

2ª edição

VITÓRIA, 2017

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO EDITORIAL

Cilmar Franceschetto
João Gualberto Vasconcellos
José Antônio Martinuzzo
Michel Caldeira de Souza
Rita de Cássia Maia e Silva Costa
Sergio Oliveira Dias

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cilmar Franceschetto

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Michel Caldeira de Souza
Sergio Oliveira Dias

FICHA TÉCNICA:

Capa e projeto gráfico: Ampla
Editoração: Estúdio Zota
Revisão: Márcia Rocha
Impressão e acabamento: Gráfica Jep
Agradecimentos: Agostino Lazzaro

Esta obra foi premiada no concurso do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo no ano de 1970 e teve sua primeira edição publicada em 1979, pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Coleção Mario Aristides Freire, vol. 3.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Médici.

N935j Novaes, Maria Stella de, 1895-1981
 Jerônimo Monteiro: sua vida e obra / Maria Stella de Novaes.
 – Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2 ed., 2017.
 336 p. : il. ; 23 cm. -- (Coleção Canaã, v. 24).

ISBN 978-85-98928-23-4

I. Monteiro, Jerônimo de Souza, 1870-1933 – Biografia. 2.
Espírito Santo – história I. Título. II. Série

CDD – 923.2

A N T E S

“O futuro de uma criança é sempre obra de sua mãe”.

Napoleão I

“A mulher superior é aquela que, no dia em que morre o marido,
assume o lugar do pai de seus filhos”.

Goethe

Assim foi Henriqueta Rios de Sousa

**No cemitério de Santo Antônio, na cidade da Vitória, existe uma
sepultura modesta, quase ignorada:**

HENRIQUETA RIOS DE SOUSA

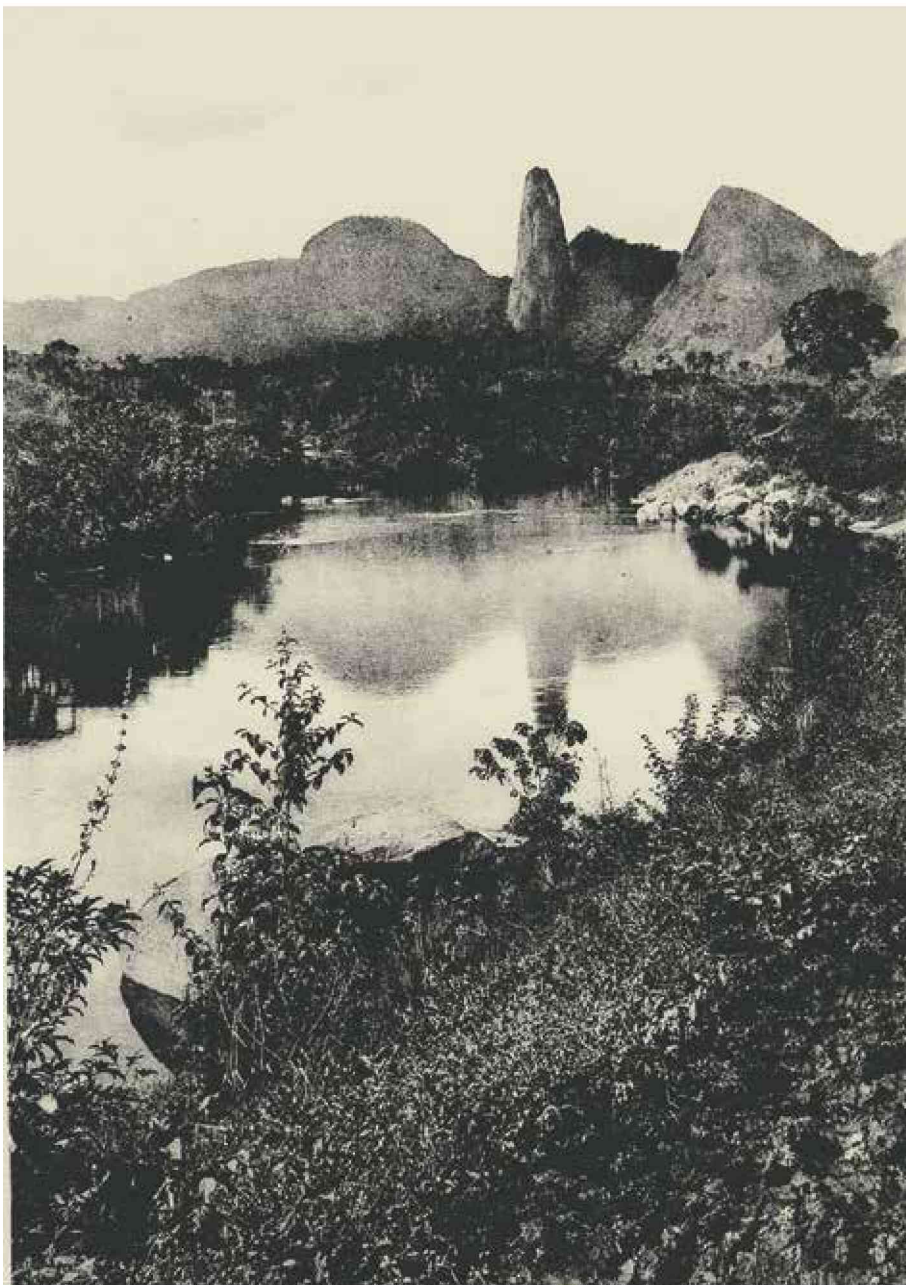
1839 - 1927

Ali jaz, na humildade, como sempre viveu, aquela Mãe admirável que, iniciada a vida conjugal, num rancho à beira de um rio, deu ao Espírito Santo onze filhos, todos criados e educados segundo a Lei de Deus e o Amor à Pátria, para se devotarem à grandeza do berço natal.

Na oração e no trabalho, teceu a grinalda de uma grande vida de heroísmo e virtude.

Maternalmente, osculou o anel de um Bispo e cariciou a fronte de dois Presidentes do Estado.

Neste livro, tão simples, que lhe dedicamos, está expresso o testemunho de nossa veneração à excelsitude de sua augusta memória.



Rio Itapemirim, vendo-se ao fundo a pedra do Itabira.

APEES – Indicador Ilustrado (1910), 099.

S u m á r i o

- 13** Apresentação
- 17** Prefácio à Segunda Edição
- 23** Prefácio à Primeira Edição
- 31** **CAPÍTULO I**
No tempo dos emboabas. O ouro de Arzão e suas consequências. O Inferno Rubro. A família Sousa Monteiro e suas origens lusitanas.
- 41** **CAPÍTULO II**
A estrada para Minas Gerais. Migrações para o Espírito Santo. Bernardino Ferreira Rios e sua oportunidade. Francisco de Sousa Monteiro — seu consórcio com Henriqueta Rios. Monte Líbano.
- 49** **CAPÍTULO III**
Jerônimo — nascimento e infância. Viagens para Caraça. O Comendador Cícero Bastos. Energia e clarividência de Dona Henriqueta.
- 57** **CAPÍTULO IV**
Bernardino — estudos, formatura, casamento, política. Os três Monteiros e o Espírito Santo. Jerônimo — casamento e política.
- 63** **CAPÍTULO V**
O Espírito Santo daqueles tempos. O quadriênio de 1904 a 1908. A política do tempo. Desavença do Cel. Henrique Coutinho e o Senador Moniz Freire.

73

CAPÍTULO VI

A situação financeira do Estado. O empréstimo de 1898-1900 — suas razões e consequências. A alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. O Ginásio Espírito-Santense. O Núcleo Afonso Pena. Os primeiros bondes. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A sucessão presidencial de 1908-1910, e a candidatura do Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro. A Convenção de 16 de outubro de 1907.

87

CAPÍTULO VII

Preparativos da eleição e da posse. A manifestação popular, em Cachoeiro do Itapemirim. Regresso a São Paulo. A Plataforma de Governo. Visita ao Presidente Afonso Pena. A eleição presidencial do Estado.

99

CAPÍTULO VIII

Preparação para o Governo, em São Paulo e Minas Gerais. Dom Fernando. Subscrição popular para o Cel. Henrique da Silva Coutinho. Recepção do Dr. Jerônimo na Vitória. A Posse.

109

CAPÍTULO IX

Início do Governo — 1908. A água e a luz. Visitas, para conhecimento da situação dos serviços públicos. Normas de pagamento. O Dr. Augusto Ramos e o contrato para os serviços de melhoramentos da Capital. O trabalho do Presidente. Experiência da luz. Inaugurações — luz e água. Vida social.

125

CAPÍTULO X

Manifestação do dia 5 de outubro. Instalação da água e a taxa sanitária domiciliar. Lavanderias públicas. Varíola — vacinação. A Prefeitura e seu primeiro Prefeito. Melhoramentos urbanos. Platibandas nos prédios. Trabalhos para tração elétrica. Esgotos. Bondes para Vila Velha. O cemitério público. Repartições públicas. Criação de Arquivo e do Museu do Estado — sua organização. Eleição do Dr. João Luís Alves, Senador. A separação dos Poderes. O Hino Nacional, sem a Marselhesa. O Veto da Penha. Visitas noturnas do Presidente às escolas.

- 139** **CAPÍTULO XI**
A Reforma do Ensino. A Escola Modelo. O ensino profissional.
Hinos escolares. A Festa da Árvore. A Festa da Bandeira. A
primeira Parada Infantil do Batalhão Escolar. Exposição de
trabalhos manuais. A Banda Infantil. O anel dos professores.
- 153** **CAPÍTULO XII**
A Escola Complementar. O Ginásio Espírito-Santense.
A equiparação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.
A questão do Carmo. O Asilo Coração de Jesus.
- 163** **CAPÍTULO XIII**
Prédios escolares. A educação cívica. O Congresso
Pedagógico. O Instituto de Belas Artes. Escolas Técnicas.
A Fazenda Sapucaia. O Aprendizado São José.
- 173** **CAPÍTULO XIV**
O Manifesto de 10 de junho de 1908. Confraternização política. O Partido
Republicano Espírito-Santense — seu programa. Eleições federais. O Dr.
Graciano dos Santos Neves. Os jornais oposicionistas e sua destruição.
- 187** **CAPÍTULO XV**
O Parque Moscoso. Desapropriações das matas da Capital. Os Pelames.
Construções no Moscoso. A aposentadoria dos funcionários públicos. A
Caixa Beneficente. A Casa dos Banhos. A Limpeza Pública e Domiciliária.
A desinfecção. Matadouro. O Gabinete de Bacteriologia. A Praça Santos
Dumont. A Santa Casa da Misericórdia. O Lazareto na Ilha do Príncipe.
- 203** **CAPÍTULO XVI**
Obras do Porto. O Cais de Desembarque. Estradas. Canais. Redução de
frete. A conservação das matas. Assistência aos lavradores. O Serviço
de Terras e Colonização. Instrutores agrícolas. Os açorianos e o Núcleo
Afonso Pena. O Núcleo Miguel Calmon. Contratos para a exploração
agrícola e industrial no Rio Doce. Granjas, na Capital. O cacau no Rio

Doce. A indústria pastoril. O registro dos lavradores. Fábricas e usinas.
O banquete dos congressistas, em 1909. O primeiro Natal dos pobres.

217 **CAPÍTULO XVII**

A Lei nº 638, de 21 de dezembro de 1909 e suas finalidades.
Inaugurações de bondes e da luz, na Vila Rubim. Os limites do
Espírito Santo com os Estados de Minas Gerais e da Bahia.

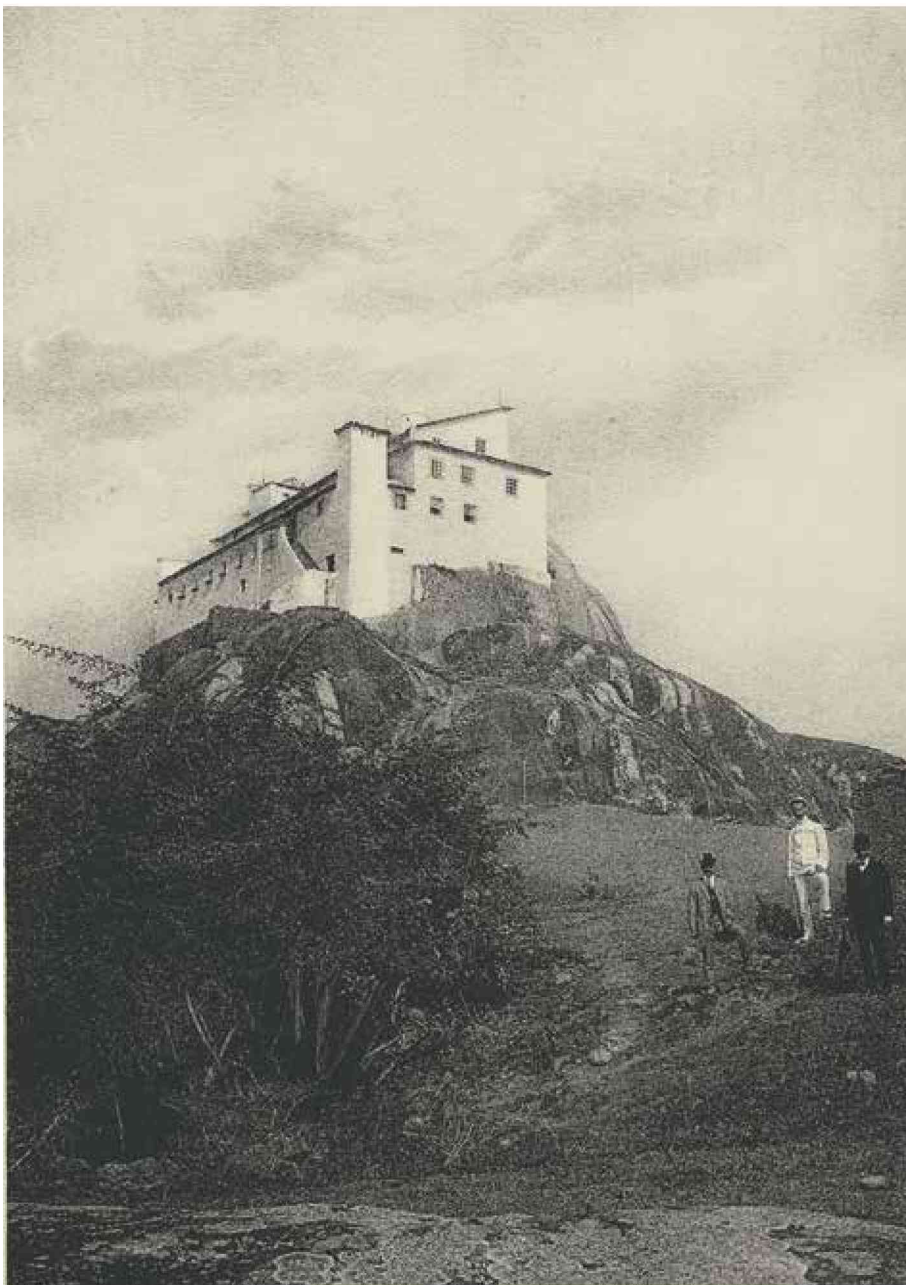
231 **CAPÍTULO XVIII**

O título de eleitor do Presidente. A reforma do Palácio. Os salões e
seus títulos. A Igreja de São Tiago — sua desapropriação e demolição.
A escadaria. Visitas à Fazenda Modelo, ao quartel, aos presos. Luz para
o Asilo Coração de Jesus. Mordomo da Santa Casa. Inauguração da
luz, em Vila Velha. Complemento da estrada de Ferro Leopoldina Ry.
O retrato do Presidente. Viagem de inspeção ao interior do Estado.
A visita do Presidente da República — inauguração da Leopoldina Ry.
Obras do Porto. O Dr. Moniz Freire e o Espírito Santo. A reação do
povo capixaba. O Dr. Jerônimo retribui a visita do Dr. Nilo Peçanha.

247 **CAPÍTULO XIX**

A Corte de Justiça. A Reforma Judiciária. O Registro Civil. O Tribunal
de Justiça. O regimento penitenciário. Cadeias. O Posto Policial. O
Quartel de Polícia. Reforma da polícia. O Banco Hipotecário e Agrícola.
Visitas importantes. Visita do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.
O que falta. A Carta Cadastral de Vitória. A Carta Geográfica do
Estado. Estudos geológicos e mineralógicos. A candidatura do Cel.
Marcondes Alves de Sousa — suas consequências. Resistência do
Governo. Retribuição à visita do Marechal Hermes da Fonseca.

- 263** **CAPÍTULO XX**
Os Símbolos do Estado. — A Bandeira — A fortaleza no coração
— Sofrimento — As eleições de 1933 — Trabalha e Confia!
- 271** **CAPÍTULO XXI**
Depois do Governo. Jerônimo Monteiro Deputado e Senador.
- 283** **CAPÍTULO XXII**
Dolorosa Apoteose!
- 291** **ADENDA**
Os limites do Espírito Santo com os Estados de Minas Gerais e da Bahia.
Certidão de Batismo. O Grande e o Pequeno Selo — O Distintivo
Presidencial — O escudo das Armas do Estado. Aprendizado São José.
- 308** **PRESENÇA DE MARIA STELLA DE
NOVAES NA CULTURA CAPIXABA**



Convento de Nossa Senhora da Penha, Vila Velha.

APEES – Indicador Ilustrado (1910), 088.

A p r e s e n t a ç ã o

Um livro e a oportunidade de prestarmos homenagem a duas figuras de vulto da história espírito-santense, ainda que de campos distintos, mas ligadas por esta mesma publicação. Expliquemos, pois, esta feliz ocasião de, com apenas um gesto, multiplicarmos o tributo.

Ao reeditarmos a biografia de Jerônimo Monteiro, objetivamos investir no enriquecimento da memória de um governante que se colocou como um divisor de águas na trajetória capixaba, mas também temos a alegria de render nosso louvor à autora da obra, Maria Stella de Novaes, uma nossa eminente escritora e historiadora.

O livro que ora reeditamos foi vencedor de um concurso em homenagem ao centenário de Jerônimo Monteiro, instituído pelo Conselho Estadual de Cultura, em 1970, cujo prêmio seria a publicação dos originais classificados em primeiro lugar. Como não poderia deixar de ser, trata-se de uma obra que revela todo o talento de uma pesquisadora minuciosa e apaixonada pela missão de constituir memórias.

Maria Stella de Novaes fixou um lugar ímpar na historiografia capixaba, estudando e escrevendo sobre fatos de nossa trajetória e também biografando personagens ilustres da vida pública espírito-santense. Enfim, fica aqui nossa homenagem a esta mulher que, com suas cuidadosas e precisas palavras, ajudou, de forma bastante peculiar, a conformar o imaginário histórico de nosso povo.

Uma biógrafa de excelência para um biografado ímpar. Se Muniz Freire se colocou como o político que pensou e vislumbrou o Espírito Santo moderno, foi Jerônimo Monteiro que pôde, efetivamente, realizar obras e organizar o governo e a ação política estadual para constituir um antes e um depois no pós-República capixaba.

Nesse sentido, Jerônimo Monteiro se constituiu como o grande gestor e realizador dos primórdios de nossa República. Entre 1908 e 1912, principalmente com a convergência de interesses das lideranças político-econômicas locais, consolidada sob sua liderança, o Estado e a capital se transformaram.

No período intermediário entre os governos de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro, na gestão de Henrique Coutinho da Silva (1904-1908), o Estado faliu financeiramente. Registre-se que os preços do café, a commodity que sustentava a economia de então, estavam em baixa, obrigando Coutinho a cortar despesas e investimentos.

Mas a sorte de Monteiro foi outra. Como procurador do Presidente Coutinho, ele promoveu operações de crédito que se concretizaram já em seu governo (1908-1912), viabilizando um tempo de bonanças no Estado. Além disso, com recursos financeiros de empréstimos, a revalorização do preço do café no mercado externo, um amplo apoio político e uma capacidade administrativa diferenciada, Jerônimo Monteiro produziu um tempo que ficou marcado na história capixaba.

Abriu estradas no interior, investiu na agricultura e na pecuária. Fez do Vale do Rio Itapemirim um polo de desenvolvimento econômico, incluindo fábricas de cimento, tecidos, papel e óleo vegetal, além de serralha industrial e usina de açúcar, contando com uma usina hidrelétrica para esse “distrito industrial”.

Enfim, efetivou-se um governo de realizações inauditas por aqui, incluindo a reforma do ensino público e a ampliação da presença do Estado nos diversos âmbitos do cotidiano capixaba. Mas aqui não cabe adiantar o que se lerá com detalhes e riqueza descritiva neste livro único. Fica este sumário relato como um convite à leitura.

Para finalizar, reproduzo um trecho do próprio Jerônimo Monteiro no seu relatório de gestão, obra de valor sem igual no tocante à prestação de contas à sociedade, mostrando o quanto os desafios dos governos, não importa o tempo, giram em torno da limitação de recursos e como são sempre bem enfrentados com o talento, a disposição incansável ao trabalho e o compromisso com o bem-servir republicano ao cidadão — uma direção que sempre tem nos guiado, e que nos confere um diferencial para efe-

tivarmos a travessia da maior crise nacional em mais de um século: “A despeito da rigorosa economia que me imponho, no governo é bem de vêr-se que muitos serviços públicos podem ser melhorados sem aumento de despesas, bastando apenas que para tal os chefes de departamentos respectivos dispensem boa vontade, zelo e actividade no cumprimento dos seus deveres. Para buscar esse *desideratum* busquei rodear-me de concidadãos dignos, cheios de inteligência e de amor ao trabalho, possuindo alto espirito de justiça”. Jerônimo Monteiro foi um mestre.

Boa leitura!

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010 / 2015-2018)

Prefácio à Segunda Edição

A Primeira República no Espírito Santo deixou um saldo de progresso. Ajudou em muito para o salto para o futuro que os capixabas precisavam dar. Foi capaz de vencer o que nossos estudiosos do passado chamavam de *marasmo*, e que seguramente se arrastou por séculos. Efetivamente chegamos ao século XIX com muito poucas atividades econômicas e com o território quase todo virgem. Ele ainda estava coberto pelas mesmas florestas tropicais aqui existentes antes da chegada dos europeus. Quando fazemos uma comparação com outros fatos históricos importantes do passado, verificamos que a independência encontrou o Espírito Santo muito próximo daquela capitania em que Vasco Fernandes Coutinho havia iniciado o processo de ocupação em nome da coroa portuguesa. Mas onde iniciamos o processo de ruptura? Quando foi que o ponto de inflexão da curva do nosso processo de desenvolvimento? Creio que todos os que estudam o Espírito Santo estão de acordo que foi a chegada do café que mudou nosso quadro econômico e social. Foi, em si mesmo, um processo espontâneo da sociedade. As condições concretas da economia e da sociedade brasileiras criaram essa oportunidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

Uma vez que o plantio de café começou em nosso solo, que ele foi se tornando progressivamente importante, muitas modificações foram sendo produzidas. Primeiro porque o café trouxe consigo a imigração europeia, sobretudo alemã, italiana e pomerana. O flagelo da escravidão não se abateu sobre o Espírito Santo com a mesma intensidade de outras regiões, como a Bahia ou o Rio de Janeiro. Éramos pouco povoados e tínhamos poucas atividades econômicas. Não tivemos no período colonial grande dinâmica. Assim tínhamos enormes vazios territoriais. As terras antes ocupadas pelos indígenas — ou povos originários, como se costuma dizer atualmente — fo-

ram consideradas como devolutas e entregues para o plantio de café. Foi ele, o café, que se constituiu na força produtiva que deu rumos ao processo social que se desencadeou sobretudo na província. Trouxe também vizinhos mineiros e fluminenses interessados na exploração de nossas terras ainda cultivadas que se transformaram em fazendeiros, em produtores rurais. Os europeus eram pobres camponeses em suas terras de origem, e que se transformaram em donos de pequenos pedaços de terra produtoras de café em nosso Estado. Os fazendeiros originários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro trouxeram algum dinheiro, e muitos aqui prosperaram. Deram origem a clãs importantes e foram os grandes políticos do começo da República.

As elites capixabas foram constituídas pelos ricos fazendeiros, pelos que prosperaram no cultivo do café. Os primeiros desses fazendeiros eram os desbravadores, muito ligados à terra. Seus filhos tiveram trajetória mais sofisticadas, foram estudar fora. Formaram-se como advogados, médicos, engenheiros. Tivemos nas últimas décadas do século XIX uma importante geração de positivistas, formadas por esses jovens intelectuais. Eles se ocuparam em formular um primeiro projeto para o Espírito Santo, justamente em torno do café, da *cultura do café*, tomada aqui a expressão em seu sentido mais forte. Inglês de Sousa, Presidente da província nos anos 1880, estimulou a formação de toda uma geração de positivistas importantes, entre os quais destacam-se, por exemplo, Afonso Cláudio, indicado como nosso primeiro Presidente republicano (era assim que se chamavam os governadores dos primeiros tempos do novo regime) no alvorecer dos novos tempos, e Muniz Freire. Este último eleito logo após a nossa primeira constituição republicana. Foram eles que construíram o projeto de futuro para o Espírito Santo que foi o grande definidor de marcos em toda a Primeira República.

Nossa República foi positivista, disso não se tem a menor dúvida. Os grandes propagandistas republicanos, os abolicionistas, enfim, todos os responsáveis pelo fim da velha ordem imperial, eram vinculados ao credo positivista. Estavam muito ligados a autores brasileiros como o Silvio Romero. Eram por certo vinculados aos interesses do capital agrário ou mesmo comercial, mas pretendiam-se modernizadores dos modos e das práticas políticas como um todo. Embora estivessem imersos no imaginário do coronel, davam-se tarefas civilizatórias importantes. E em grande parte ob-

tiveram sucesso na condução desse processo de modernização da sociedade brasileira que os ideais republicanos propuseram.

É nesse contexto de modernização republicana imersa no imaginário do coronelismo que temos que entender uma personalidade política da envergadura de um Jerônimo Monteiro. Nascido no mais importante celeiro de personalidades políticas de sua época — a legendária Fazenda Monte Líbano —, foi criado em uma família política de primeira grandeza. Basta dizer que seu irmão Bernardino também dirigiu o Espírito Santo entre 1916 e 1920. Além disso, Dom Fernando Monteiro, outro de seus irmãos, foi bispo do Espírito Santo no início do século XX. José Monteiro era Presidente do Congresso Legislativo no governo do irmão Jerônimo e foi também um político importante.

Jerônimo Monteiro era produto acabado de seu tempo, um homem de sua época. Advogado formado em São Paulo, teve educação esmerada e leu com perfeição as questões políticas de seu tempo. Mas não se destacou como intelectual ou formulador de um grande projeto. Era um homem de ação. E política é ação. Liderou o processo de construção de uma outra Vitória. Criou a prefeitura da capital, que não havia até a sua gestão, e através dela e do Serviço de Melhoramentos de Vitória, órgão do governo estadual, mudou a face da cidade. Modernidades como a luz elétrica, o esgotamento sanitário, os bondes elétricos, os novos cemitérios, a água encanada e tantas outras foram obras de seu governo em Vitória. Um grande modernizador, sem dúvida.

O conjunto arquitetônico de Vitória, tímido até então, foi enriquecido com edificações como a transformação de antigo colégio jesuíta e da Igreja de São Thiago no moderno Palácio Anchieta, de inspiração arquitetônica eclética, como os que estavam em voga a partir do exemplo parisiense, a cidade que inspirava o mundo na época. A nova sede do Congresso Legislativo, localizada em frente ao Palácio Anchieta, tinha o mesmo estilo sofisticado. Muitas foram as obras realizadas em sua gestão que mudaram a face da capital. As importantes obras no Porto de Vitória que ele deu andamento ou a criação de um polo industrial em Cachoeiro do Itapemirim, sua terra natal, são mostras de sua visão de futuro, de seu desejo de mudar uma página da história capixaba. Por isso deixou um legado que transformou seu nome em lenda. Hábil negociador, foi o responsável no governo

anterior ao seu — foi nomeado para isso Secretário —, por uma longa negociação da dívida estadual que normalizou o caixa do governo. Por isso foi capaz de fazer uma boa gestão, e também graças aos bons preços internacionais do café em seu período governamental.

Maria Stella de Novaes, a autora do importante livro que estou a prefiar, era sua sobrinha. Viveu em Vitória como importante intelectual de sua época. Estudiosa, deixou vasta obra nos campos de biologia, botânica, educação, folclore e história. O trabalho que escreveu sobre a vida e a obra de Jerônimo Monteiro é um trabalho cuidadoso e registra com rigor quem foi esse grande administrador capixaba. Ela não pretendeu a isenção da história como disciplina acadêmica desenvolvida nas universidades. Ela tinha lado e paixões. Mas deixou um registro ao qual já recorreram gerações de pesquisadores quando precisam se informar sobre o que se passou entre os capixabas naqueles tempos do início da República.

O livro editado em 1979, a partir de trabalho premiado pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo em 1970, já merecia uma segunda edição faz tempo. Eis que agora, sob a liderança do governador Paulo Hartung, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, órgão ligado à Secretaria de Estado da Cultura, lança a nova edição, acompanhada de um ensaio fotográfico importante e que nos situa melhor visualmente naqueles tempos da República Velha, como ficou conhecida. De muita utilidade certamente será para os leitores que desejam melhor se informar sobre a vida e a obra desse grande administrador e homem ousado que foi Jerônimo Monteiro.

O trabalho em si faz um resgate mais do que importante das origens familiares dos Monteiro. Do ambiente familiar existente na Fazenda Monte Líbano, da trajetória pessoal de Jerônimo, mas pouco registra das desavenças entre Bernardino e o biografado, ou faz referências de pequena monta. Mas isso não lhe tira o brilho nem diminui a sua importância. Trata-se de obra fundamental para entender a política republicana capixaba, para entender o *ethos* familiar que ela sempre teve. Mais do que isso, é um registro detalhado do cotidiano do governo entre 1908 e 1912 e dos gestos de seu Presidente. Tem curiosidades como o cardápio de um banquete

de encerramento da legislatura de 1909, oferecido aos congressistas no dia 14 de dezembro, além de outros servidos em torno do Presidente. Afora o fato também registrado de que as esposas dos convidados não participavam de jantares e banquetes. Eram convidadas, segundo a autora, para enfeitar o salão. Apreciavam o banquete e conversavam enquanto os homens apreciavam as iguarias. No fim ganhavam uns docinhos.

Enfim, a obra traz informações de grande valia aos que querem entender melhor o que se passava no Espírito Santo. A despeito de contribuir para a construção do mito em que se transformou Jerônimo Monteiro na política capixaba, traz o que há de melhor e mais importante para a compreensão do gigante administrativo que foi o biografado. Ajuda-nos a entender os movimentos de construção de um sentimento do ser capixaba que começou talvez aí a se esboçar e que foi alimentado pela construção de toda uma simbologia do poder, na qual se incluem o grande selo, o escudo das armas do estado, a divisa “Trabalha e Confia” e sobretudo as cores azul e rosa em toda a simbologia do poder no Espírito Santo.

Enfim, *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra* é um grande livro. Uma obra de leitura obrigatória a todos os capixabas, a todos aqueles que amam o nosso Estado e aos que se dedicam a estudá-lo.

João Gualberto Vasconcellos
Secretário de Estado da Cultura

Prefácio à Primeira Edição

JERÔNIMO MONTEIRO — PIONEIRO MUNDIAL

Só a incurável modéstia e a vocação para se insular que tem a gente do Espírito Santo fazem-na ainda dizer que Jerônimo Monteiro haja sido o maior Presidente do Estado. — Longe disso e muito mais, ele de fato se mostrou no seu tempo uma das maiores vocações de estadista, de toda a América.

JERÔNIMO MONTEIRO EM CONFRONTO NA AMÉRICA

O vulto de Jerônimo Monteiro, porém, destaca-se no confronto com todos, ao longo do solo americano. Admira a complexidade da sua obra e a capacidade de sua liderança de capitais estrangeiros e nacionais para irem investir numa Província, cuja Capital nem sequer esgoto, água encanada e luz conhecia, como elementos de civilização.

Na concepção avançada de Jerônimo Monteiro, Governo é o motor da sociedade. Mas uma tal noção só hoje vai formulada com natural aceitação em Ciência Política. Espanta, porém, que tenha sido concebida e implantada no Espírito Santo, nos longes de 1908/1912.

Se pretender esgotar a pesquisa, conheço-lhe de relance só um émulo no Brasil: — João Pinheiro. Mesmo este, porém, fica-lhe, no entanto longe da complexa personalidade de homem público e do pioneirismo de porte mundial que caracterizou Jerônimo Monteiro.

Em todo o continente americano apenas lhe reconheço um par na sua época. Foi o grande José Battley Ordoñez, o reformador do Uruguai, pioneiro estadista do Desenvolvimentismo e da Política Social em solo

americano. Só este uruguaio mostra-se comparável a Jerônimo Monteiro. Se Jerônimo Monteiro chegasse a Presidente da República, este invulgar estadista teria ingressado na História como reformador e participaria da galeria dos grandes do continente.

Dois jovens — Jerônimo Monteiro, o Presidente, e Ubaldo Ramalheira, o Secretário Geral do Estado — fizeram, sem dúvida, o maior governo da província em todos os tempos.

Só a curteza de vistas dos analistas faz apresentá-lo com decantadas obras públicas na Capital, fazendo injusta avaliação do antecipador, do acelerador da História que, de fato, ele foi. Mas, na verdade, numa Capital sem iluminação, transporte ou água, cidadezinha em que as fezes eram transportadas à noite, dentro de barris, por negros e jogadas ao mar, Jerônimo Monteiro, o civilizador impecável, introduziu o grande e o pequeno selos, as Armas do Estado e o Distintivo Presidencial, com as cores azul e rosa, a beca da Magistratura, o uniforme dos Colegiais, o Arquivo e a Biblioteca estaduais; e implantou esgotos, água e luz.

Kemal Pachá de Província surgiu atacando reformas em diversos setores sociais, econômicos, políticos e jurídicos. Obra complexa, o seu maior destaque estará na concepção avançada do papel do Governo como instrumento de arranque e coordenação da sociedade. Utilizou tal conceito em planejar Desenvolvimento e Política de Bem-Estar Social — e com esse dado admirável — em ação pioneira talvez em perspectiva americana.

JERÔNIMO MONTEIRO E LEGISLAÇÃO DELEGADA

Antecipador quase genial, deve ter sido o primeiro estadista no mundo a sentir e definir a solução do problema da formação urgente de leis, para questões técnicas e complexas. Imaginou e exerceu, em 1908/1912, "Legislação Delegada", que só hoje se vê difundida pelas Constituições da Alemanha, França, Itália e de outros Estados, após a II Guerra Mundial. De fato, Jerônimo Monteiro maravilha por ter em 1908 formulado, solicitado e obtido "Poder Delegado de Legislar".

A Lei 530 (5.XI.908), veja-se, delegou ao Governo a incumbência legis-

lativa da Reforma Administrativa que corrigisse a legislação tumultuada de então; e o Dec. 365/908 e o 583/910, legislados por delegação, constituíram-se em "Lei Orgânica da Administração", regendo os serviços capixabas até 1930, saídas da pena principalmente de Ubaldo Ramalhete, assessorado por Olímpio Lyrio, Deodéciano de Oliveira, José Bernardino Alves e Lafayette Valle, sendo que a parte tributária ficou a cargo de João Tovar. Ao lado daquelas leis delegadas também a 581 (7.XII.908) surgiu como documento pioneiro mundial por ser instrumento de delegar legislação, fazendo-o com técnica rigorosamente atual, passado meio século, quando autorizou o Governo a reformar o serviço de Terras e Colonização mediante bases e condições que a lei prefixara. Na verdade esta técnica legislativa somente surgiu no mundo jurídico e veio a difundir-se como indispensável instrumento do Estado moderno, após a II Guerra, mormente na Constituição da Itália e da França e em certas práticas da Grã-Bretanha. Jerônimo Monteiro é precursor mundial desta moderna transformação do Direito Constitucional.

DESENVOLVIMENTO PLANEJADO EM 1908: ESTADISTA PROFÉTICO

Fundou Banco Hipotecário e Agrícola, com garantia dada pelo Estado aos banqueiros J. Loste & Cia. — e introduziu o estabelecimento, com antecipação admirável, a concepção atual de Banco de Desenvolvimento, com participação capitalista do Estado assim tornado empresário propulsor da sociedade.

Concebeu um "Planejamento Econômico Integrado", no Parque Industrial que sonhou e criou. E como visionário de futuro implantou-o, tornando-se profeticamente o precursor do "Desenvolvimentismo" no Brasil e tendo o Estado como propulsor.

Tal política só se tornou consciente meio século depois no plano continental, com os estudos e recomendações da Cepal.

As condições geoeconômicas do Sul do Estado tomaram-lhe a preferência. E ali fez estabelecer com ajuda financeira internacional; a "Usina Paineiras" de açúcar, a mais moderna do Brasil, ao tempo (800 sacas diárias); a fábrica de cimento aproveitando as jazidas locais de calcita, a maior da América do Sul naquela época (1.800 toneladas); a de tecidos, com 50 teares; a de

papel, para aproveitamento de bagaço de cana; a fábrica de óleo, da mamona nativa na zona e que produz fino óleo lubrificante. Para o suporte financeiro deste grupo empresarial integrado, criou o "Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo", o qual veio a ruir na voragem de pânico da Revolução de 1930 (consorciado a banco gaúcho...), e que retirando apoio creditício ao conjunto de empresas, levou tudo à liquidação melancólica.

Este o visionário espantoso, o realizador titânico, o praticante solitário de Social-democrata ao tempo do Estado liberal; — o fino homem do mundo, — o civilizador de práticas apuradas e moralizador da vida administrativa; — o devotado da cultura e precursor mundial de certas iniciativas, pioneiro pan-americano em outras. E ele, esta incurável modéstia do capixaba na tendência que tem para a introversão insular, denomina imprópriamente de "o maior governante do Estado". De fato, ele se mostrou mais que apenas isso. Jerônimo foi um dos maiores homens públicos do seu tempo, quando se o põe em confrontação pan-americana.

Surpreendente é a derrubada do mito do "País essencialmente agrícola" tentado numa Província pobre por um "Estadista reformador". Tal slogan enchia as maiores cabeças da época do velho Brasil da República do "café com leite" e da política dos "coronéis". Não se tentava industrialização a sério, e ela apenas se ensaiava por efeito espontâneo da emigração de mão de obra qualificada para São Paulo. A obra desenvolvimentista de Jerônimo Monteiro por tudo cresce de valor e mostra-o um estadista profético na América Latina.

PRECURSOR DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Sensível aos ventos sociais que então só perpassavam as civilizações adiantadas, Jerônimo Monteiro iniciou programa social, de amparo, no Espírito Santo, então modorrento e retardatário. Fundou a "Caixa Beneficente", para servidores públicos, mas efetuando democráticas reuniões com o funcionalismo interessado, entre vivos debates. Construiu casas à volta do Moscoso e do Carmo para a venda à prestação ao funcionalismo. E nas obras de captação de água, nos lindos morros de Vitória, onde as choupanas têm o quintal

e as fruteiras que as distinguem das "favelas" das metrópoles, Jerônimo Monteiro ali construiu abrigos para lavadeiras, com baterias de torneiras.

Antecipador sul-americano da Reforma Agrária, ele regulou o regime de terras de modo que só as concedia a "Núcleos Coloniais" de 50 famílias com lotes de até 50 hectares, numa tentativa de ocupação econômica do solo, mas com política de "planejamento" somente agora praticada e recomendada. E pretendeu desapropriar terras à volta da Capital, para doá-las a lavradores sob a condição e o dever de cultivá-las; e eis que a moderna ideia do "Cinturão Verde" brotara há meio século naquela inteligência e vontade de Príncipe iluminado.

A decantada obra de água e esgotos para Vitória fê-la assente em estudo do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida.

Revolucionou o ensino. Reorganizou Escola Normal para a formação dirigida do professorado com Escola Modelo ao lado, para a prática de pedagogia, como só nas Capitais europeias era adotado naquela época. Realizou pasmosamente um "Congresso Pedagógico" na Vitória daqueles tempos. Instituiu Inspectores de Ensino itinerantes. Disseminou Grupos Escolares e Escolas isoladas. Mal satisfeito com os recursos e atividades em nível estadual, realizou uma espécie de "Congresso de Prefeitos", para apelar-lhes a participar do esforço pela Educação. E obteve que 15% da receita lhe fosse entregue.

A OBRA DE MARIA STELLA DE NOVAES

E vem agora esta Monja do Saber, — essa poetisa, cientista e historiadora, MARIA STELLA DE NOVAES, — e dá-nos do imenso e quase esquecido Jerônimo Monteiro um retrato tocado de emoção e de verdade, alimentado de paciência na pesquisa e de integridade na informação.

Maria Stella de Novaes, biógrafa, eleva-se à altura da delicada fixadora de tradições do Convento da Penha e das "Lendas Capixabas", constantes da relação de suas obras editadas. No trato do documento, que é a primeira ferramenta do historiador, ela repete a pesquisadora que já admiramos no seu "Holandeses no Espírito Santo" ou na "História do Espírito

Santo". Na compreensão da obra social de Jerônimo Monteiro, surge aquela escritora de pesquisa sociocultural da "Medicina e Remédios no Espírito Santo" ou de "A Mulher na História do Espírito Santo". Biógrafa de Afonso Cláudio, Marcelino Duarte e Dom Fernando Monteiro, sua pena encontrou em Jerônimo Monteiro o tema largo, para o painel, mas não mais o busto para o pequeno retrato.

Monja silenciosa do Saber, Maria Stella de Novaes é quase lendária no Espírito Santo, figura humana bordada em talagarça em tons pastel, esbatida de modéstia no fundo da cena, mas de quem se evola um perfume autêntico a fugir do seu nicho para os grandes ventos da fama. E tudo malgrado ela mesma. Botânica, folclorista, historiadora, professora, poetisa, Maria Stella de Novaes apresenta-se com a beleza e a riqueza que tem a romã aberta, com seus mil grãos vermelhos postos em harmonia. O seu trabalho sobre Jerônimo Monteiro recomenda-se pela mesma probidade de tudo quanto ela toca e faz.

Para mim, constitui uma honra prefaciá-la. É que o biografado merece tal biógrafa.

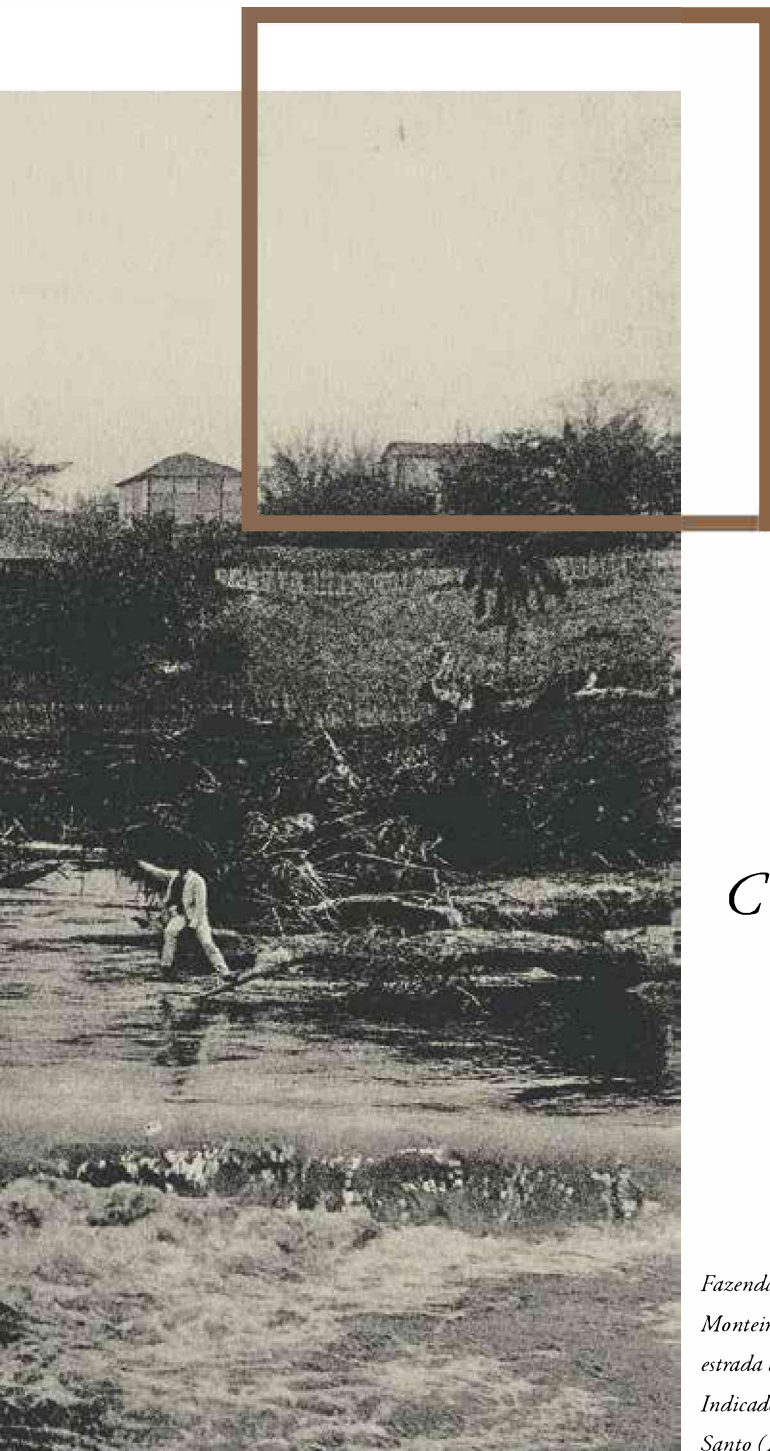
Clovis Ramalhete Maia*

** Grande jurista capixaba. Foi Consultor-Geral da República (1979) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1981 a 1982). Nasceu em Vitória, 24/02/1912 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, 25/05/1995.*



Teatro Melpômene, construído em 1896, no governo de Moniz Freire, pelo engenheiro italiano Filinto Santoro. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 022.





DOS EMBOABAS AO MONTE LÍBANO

Capítulo *I*

*Fazenda Monte Líbano, pertencente à família
Monteiro de Sousa, vista da
estrada de Cachoeiro de Itapemirim. APEES –
Indicador Ilustrado do Estado do Espírito
Santo (1910), 117.*

Este livro começa no tempo dos emboabas.

Recordemo-nos de que, em 1693, um bandeirante taubateano, Antônio Rodrigues Arzão, chegou à Vila da Vitória, com três oitavas de ouro, que apresentou ao Capitão-Mor, João de Velasco e Molina, e aos Oficiais da Câmara. Era o primeiro ouro descoberto, retirado das minas do Brasil e originário da Casa do Casca, afluente do Rio Doce. Ouro, na verdade espírito-santense, visto como, pela Carta-Régia de doação da Capitania a Vasco Fernandes Coutinho, essa região pertencia ao Espírito Santo. Não se havia, ainda, firmado o infeliz e arbitrário Acordo de Limites, que transformou a Capitania em estreita faixa litorânea.

Desse metal, foram cunhadas duas medalhas: uma ficou em poder do próprio Arzão; outra, com Velasco e Molina.

Reconheceram os espírito-santenses a grandeza da aventura realizada pelo intemorato bandeirante que, através de trilhas primitivas e lendárias vias fluviais, teve a sinceridade singular de trazer o valioso achado ao seu verdadeiro dono: o Espírito Santo. E seus membros, castigados na caminhada perigosa, a vencer matas e travessias incógnitas, sua tez crestada pelo Sol e seu vestuário andrajoso, foram devidamente reconhecidos, pensados e recompensados. A Câmara da Vila forneceu-lhe roupas, remédios, hospedagem e todas as demais assistências.

Realizava-se, portanto, um capítulo da “bárbara epopeia humana das conquistas”, que o poeta decantaria:

E Rodrigues Arzão, que andou em longes serras
E vales cataguás, ignotos e medonhos,
À caça do gentio, entre insídias e guerras
E busca de um tesouro, em delirantes sonhos!...

A bandeira lá vai. Segue-lhe a esteira o Encanto,
Que há de as terras florir, à luz de um sonho louro...
— E Rodrigues Arzão chega ao Espírito Santo
Para mostrar ao mundo — uma faísca de ouro!

Almeida Cousin — ITAMONTE

Mas o ouro de Arzão motivou um dos mais famosos movimentos históricos do Brasil, decantado na prosa e no verso, e conduziu as autoridades a iniciativas enérgicas relativas à construção de fortalezas, para a guarda do Espírito Santo contra invasões estrangeiras, atraídas pelas notícias das minas auríferas. Veio a proibição de estradas para o Oeste. Ficou, assim, a Capitania impedida de conquistar seu próprio território.

Divulgada a confirmação da descoberta do ouro tão ambicionado, intensificou-se o movimento das bandeiras, resultante, principalmente, da Carta de 1º de março de 1697, na qual o Governador do Rio de Janeiro, Castro Caldas, participava a El-Rei que os paulistas haviam encontrado dezoito a vinte ribeiros de ouro da melhor qualidade, nos sertões de Taubaté. Eram os famosos pactolos. Deslocou-se o povo, numa verdadeira arranca-da para o Eldorado Brasileiro, a deslumbrante Aurilândia.

O caminho — Rio de Janeiro a Parati, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá à garganta do Embaú, na Mantiqueira (atual município de Cruzeiro), era o itinerário seguido pelos que visavam à zona encantada, envolta nas esperanças da riqueza fácil. Dali, subiam os futuros mineradores ao Rio das Mortes, a Ouro Preto, ao Rio das Velhas e a Ribeirão do Carmo. Em face, porém, da extensão a percorrer, o Capitão-General Governador do Rio de Janeiro, que viajara a São Paulo, comunicava a El-Rei, em Ofício de 20 de maio de 1698, o flagelo da fome, que atingia os mineradores. Necessário tornava-se um caminho direto dali para as Gerais, com a redução da viagem a quinze dias. Até então, era de quarenta e cinco a noventa!...¹

Da Bahia, igualmente, transportavam-se os interessados ao País do Ouro, em maior parte, por via fluvial (Rios São Francisco e das Velhas), ou pelos caminhos terrestres. Em 1700, por exemplo, o Governador Geral, Dom João de Lencastre, despachara dois contingentes que, da cidade do Salvador, foram para o Sul, “pela parte Norte do Rio São Francisco, das serranias donde têm nascença os Rios Pardos, Doce, das Velhas e Verde”.² Os contingentes eram comandados pelo paulista João Gois de Araújo

1 S. Suannes - *Os emboabas*, 4.

2 S. Suannes - *Idem*, 9.

e outro com cem homens, por Pedro Gomes da França. Deviam, os referidos Capitães, investigar tanto a existência de minerais, quanto descobrir um caminho mais curto, entre Minas e a cidade da Bahia.

Mas a febre do ouro intensificou-se de tal modo que, a 23 de setembro de 1702, em Carta a Dom Pedro II, o mesmo governador relatava a situação calamitosa das Minas, lugar cheio de estrangeiros de várias nações, ao passo que as Capitânicas do Sul estavam quase desertas, porque seus habitantes iam buscar ouro. Militares e marinheiros desertavam... Muitos vinham para o Espírito Santo; internavam-se na zona do Castelo.

Branços, mulatos, carijós, mamelucos, curibecas, pretos, fidalgos, plebeus, escravos, servos, ricos, pobres e indigentes, vindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Portugal, Ilhas, Índia Portuguesa e África, formavam a miscelânea calculada em cinquenta mil pessoas, em 1705.³ E tal volume tomou a onda emigratória para o Brasil que, alarmada, a Corte considerou que o Reino se despovoasse!... Portugal estava entregue ao trabalho das mulheres, pois é sabido que os portugueses deixavam as famílias no Reino. Veio, então, o remédio da proibição do trânsito, para as possessões espanholas, e exigência de passaporte, para as pessoas que se destinassem ao Brasil.

Não nos cabe, de certo, nesta ligeira introdução, um estudo completo e minucioso do trabalho complexo e fabuloso das catas, que tantas vidas sacrificou e tanto ódio acirrou. Podia-se comparar a Aurilândia não ao Inferno Verde, saturado de lendas, dominado pelas feras, pelos répteis, insetos portadores de morte, índios indômitos e antropófagos. Era outro, porém, mais triste, porque cenário de ódio, da cobiça, inveja, sede de domínio, ignorância, materialização da vida!... que o tornavam Rubro, porque tingido pelo sangue humano derramado no Rio das Mortes! Até o resultado das lutas — verdadeiras guerras — entre paulistas e emboabas. Cumpre-nos registrar apenas que a notícia do ouro do Brasil concorreu para que do Reino viessem os ascendentes do maior ad-

3 S. Suannes - Idem, 12.



Fazenda Monte Libano, em Cachoeiro de Itapemirim, pertencente à família Monteiro de Sousa. APEES – Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910), 116.

ministrador do Espírito Santo, aquele que, induzido pela mesma vontade intangível dos seus maiores e inteligência privilegiada, herança feliz dos seus genitores, teria de votar-se à elevação do seu berço natal, no conceito da pátria brasileira.

Remontam, de fato, os velhos troncos da Família Sousa Monteiro aos reinos, que vieram para a Zona do Casca, já pacificada, entretanto, porque no tempo da Capitania, criada pelo Alvará de 2 de dezembro de 1720, em consequência da Carta Régia de 21 de fevereiro do mesmo ano, separou o Distrito das Minas da Capitania de São Paulo. Assim, o bisavô de Jerônimo, Antônio de Souza Monteiro, nasceu, a 3 de fevereiro de 1733,

em Santa Eulália de Margaride, Arquidiocese de Braga, e casou-se em 1775 com Joana Gomes Pereira de Macedo, natural de Santa Eufêmia de Calheiros (Braga), batizada a 30 de julho de 1759. Foram os pais de Alferes Antônio de Sousa Monteiro, nascido em 1776 e batizado a 30 de setembro do mesmo ano, em Bento Rodrigues, comarca de Mariana, portanto brasileiro e mineiro, descendente dos que vieram de Portugal. Casou-se, em terceiras núpcias, com Graciana Justa da Piedade, falecida a 16 de fevereiro de 1887, em Cachoeiro do Itapemirim. Foram os pais de Francisco de Sousa Monteiro, nascido a 24 de abril de 1823, em Minas Gerais, fundador e senhor do Monte Líbano, em Cachoeiro do Itapemirim.

Pelo lado materno, encontramos Bernardino Ferreira Rios, português, casado com Bárbara Domitila Pereira de Almeida, nascida a 4 de dezembro de 1809, em Paulo Moreira, hoje “Alvinópolis”. Foram os pais de Henriqueta Rios de Sousa, nascida a 20 de maio de 1839. Casou-se com o Capitão Francisco de Sousa Monteiro, acima referido. Bernardino Rios estabeleceu-se, como comerciante, em Paulo Moreira.

Do consórcio de Francisco e Henriqueta, nasceram os seguintes filhos:

- Antônio (Antonico), a 4 de agosto de 1856. Faleceu a 19 de junho de 1913.
- Bárbara (Sinhá Bárbara), a 25 de novembro de 1858. Faleceu a 19 de junho de 1875.
- Maria Bárbara (Maricota), a 25 de agosto de 1860. Casou-se com o Dr. Manuel Leite de Novaes Melo, médico da Colônia do Rio Novo, depois Deputado Provincial e Federal. Era natural de Alagoas e filho dos Barões de Piaçabuçu. Dona Maricota faleceu, a 29 de julho de 1947.
- Maria Graciana (lóta), a 30 de março de 1862. Faleceu a 20 de abril de 1881.
- Bernardino (Didinho), a 6 de outubro de 1864. Foi Presidente do Estado do Espírito Santo, Deputado Estadual e Senador. Faleceu a 1º de março de 1930. Casou-se com Dona Iná Goulart Monteiro, falecida a 24 de novembro de 1965.

- Fernando, futuro Bispo do Espírito Santo, a 22 de setembro de 1866. Faleceu a 23 de março de 1916.
- Helena (Dodona), a 8 de agosto de 1868. Falecida.
- JERÔNIMO (Nhonhô), futuro Presidente do Espírito Santo, a 4 de junho de 1870. Casou-se com Cecília Bastos. Jerônimo faleceu a 22 de outubro de 1933.
- José, a 4 de julho de 1876. Casou-se com Adélia Goulart Monteiro, a irmã de Iná. Faleceu a 10 de outubro de 1937.
- Bárbara (Barbinha), a 15 de março de 1878. Casou-se com o Dr. Carlos Adolfo Lindenberg, engenheiro. Faleceu a 24 de novembro de 1967.
- Henriqueta (Quequeta), a 7 de julho de 1879. Casou-se com o Dr. Florentino Avidos, engenheiro. Foi Presidente do Estado do Espírito Santo, no quadriênio de 1924 a 28. Henriqueta faleceu a 9 de março de 1919, em Belo Horizonte.

O Capitão Sousa Monteiro ia sempre ao Rio de Janeiro, tratar de negócios e da educação dos filhos. Em 1884, levou as filhas Helena e Barbinha e o filho José, para o Matoso. Veremos que levará Jerônimo para Itu.

Certa vez, viajando a cavalo para a Barra do Itapemirim, onde se tomava condução marítima para o Rio de Janeiro, dele se aproximou, na estrada, um jovem cavaleiro. Era Cícero Bastos, empregado de uma casa comercial em Cachoeiro e que, no futuro, seria sogro de Jerônimo.

* * *

Os Monteiros eram bem-humorados; distraíam-se com troças, brincadeiras simples, mormente no Carnaval e nas Aleluias, quando, na Fazenda Monte Líbano, era indispensável a queima do Judas. Reuniam-se os irmãos e alguns primos. O Judas tinha, de praxe, um “testamento” gozado. Quase sempre, José era o autor.

Pelo Carnaval, aparecia na Fazenda um cortejo de máscaras, a cavalo, conduzido pelo Tio Antônio Rios e Bernardino. Vinham primos e amigos; encontravam tudo preparado, porque Antônio e Henriqueta compravam, com antecedência, serpentinas e sacos de confetes. Brincava-se com a “batalha”, nos corredores e salas enormes. Nenhuma bebida. Ceia: chá, canjica, bolo de milho, roscas doces, café, leite, etc. Isso, até quando a política levou os Monteiros para o Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

Certa vez, chegou num grupo carnavalesco uma jovem delicada, com um sinalzinho preto na face (moda de então), chapeuzinho florido, leque de plumas, anquinhas. Um amor!... Dançou com Antônio. E ninguém podia descobrir-lhe a identidade, enquanto uma dama rechonchuda permanecia sentada, apreciando a brincadeira.

Na hora da ceia (10 horas), quando todos deviam tirar as máscaras, segundo as ordens de D^a Henriqueta, veio a surpresa: eram Bernardino, a senhorita, e o Dr. Júlio Leite, a matrona!... Que alegria! Palmas!...

Palacio do Governo do Espirito Santo

Victoria, 18 de Junho de 1908.

Decreto n.º 135

Art. 1.º A bibliotheca publica estadual continuara' sob a superintendencia do Director da instrucção publica primaria e secundaria.

Art. 2.º E' creado o Archivo publico espirito-santense que ficara' annexo á bibliotheca publica.

Art. 3.º A essa repartição incumbirá a guarda de todos os documentos, grupos de livros que tenham ou possam vir a ter interesse historico ou geral.

Art. 4.º Os demais repartições publicas e Federaes ou municipaes remetterão annualmente para o Archivo publico espirito-santense os documentos, papeis e livros que, existentes nos seus respectivos archivos, se tenham tornado de interesse historico.

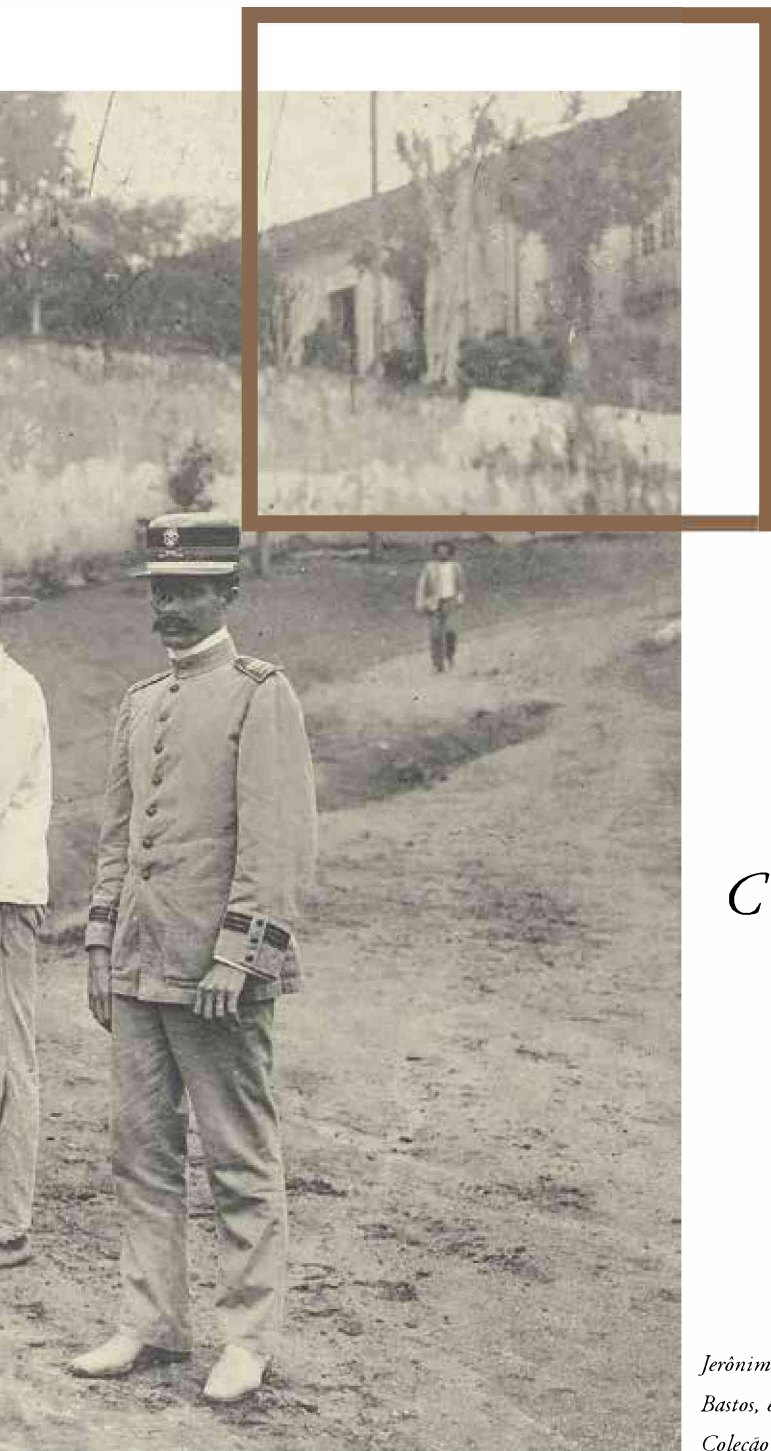
Art. 5.º Para o desempenho dos servicos que incumbem á bibliotheca e ao Archivo publico haera', além do director do mesmo, quatro publicos primarios e secundarios que sera' o chefe da repartição, um bibliothecario, um archivista, dois amanuenses e um porteiro continuo.

Art. 6.º Os funcionarios do bibliotheca e do Archivo publico espirito-santense receberão annualmente:

Jeronymo de Souza Monteiro

Decreto 135, de 18
de julho de 1908, que
cria o Arquivo Público
do Estado do Espírito
Santo, sancionado pelo
Presidente do Estado
— Jerônimo de Sousa
Monteiro (recortes).





Capítulo *II*

*Jerônimo Monteiro e esposa, Dona Cecília
Bastos, em sua carruagem (s.d). APEES –
Coleção Maria Stella de Novaes.*

Resultado feliz da propaganda intensa de suas riquezas pelo Governador Francisco Alberto Rubim (1812-1819), no século XX, o Espírito Santo atraía correntes migratórias em busca de terras férteis para o café e a cana-de-açúcar. Desciam baianos, subiam paulistas e fluminenses, enquanto, saturados já do trabalho, nas catas, entravam mineiros decididos ao emprego de economias, em propriedades agrícolas, no litoral, e consequente comércio com o Norte e o Rio de Janeiro.

Animados pela estrada aberta pelo clarividente Governador, estrada que, da primeira cachoeira do Rio Santa Maria da Vitória ia ter à cidade de Mariana, entusiasmar-se os herdeiros e pósteros daqueles que escreveram, com o sangue das lutas e o suor do trabalho, os episódios in-críveis da pesquisa e da lavra do ouro. Comprimidos quase, em dificuldades de expansão dos negócios, sonhavam com um porto marítimo para o escoamento dos produtos pecuários, em troca do sal e de tecidos. Fazendeiros, criadores e mercadores buscavam terras novas, próximas do litoral, servidas pelas vias fluviais, que terminavam em portos marítimos e facilitavam, assim, negócios rendosos. Iniciaram a cafeicultura no Sul do Espírito Santo. Muitos se refugiavam das complicações políticas, resolvidas, em Minas, a tiros e cacetadas, quando não caíam em tocaias de capangas.

Havia o Governo Geral do Brasil abandonado já a política de reduzir o Espírito Santo a barragem contra a entrada via Oeste. Mesmo porque o interior estava sendo invadido pelas referidas bandeiras e por desertores e criminosos que buscavam refúgio nas matas espírito-santenses, para jeitosamente, depois, entregarem-se à descoberta e à exploração de minas auríferas. Além disso, a navegação do Rio Doce, aberta pelo Governador Antônio da Silva Pontes (1800-1808), animava a descida de mineiros, que se estabeleciam no Guandu e suas adjacências.

E foi nessa luta árdua pela vida, nesse belo sonho de prosperidade honrada, que, em 1854, Bernardino Ferreira Rios, negociante forte em Paulo Moreira, empenhou-se em abrir um caminho até a Barra do Itapemirim, empresa arrojada naquele tempo, através da floresta primitiva, a enfrentar puris, répteis e feras. Contudo, mupicando sempre e cauteloso no perigo, o intemorato lusitano realizou, com alguns companheiros, o extraordinário feito de chegar ao incipiente Arraial das Cachoeiras do Itapemirim, descer

ao ponto visado, passar ao Itabapoana, subir às terras do Alegre e, sempre metido na mata, voltar ao lugar Santa Cruz, na famosa e Estrada de São Pedro de Alcântara, antes Estrada do Rubim.

Homem de prestígio, pela fortuna e integridade, Bernardino Rios não podia fugir da influência local: metera-se na política. Vitorioso, porém, o Partido Conservador viu-se perseguido e até mesmo ameaçado de "uma liquidação a tiros", costume daquele tempo, conservado, aliás, desde as lutas entre paulistas e emboabas. Foi, talvez, o motivo de suas vistas para o Espírito Santo.

Conhecido e apreciado o novo meio, que se lhe deparava calmo e propício ao recomeçar da vida, Bernardino Rios, que muito perdera na política, e via-se cheio de compromissos decorrentes do fascínio partidário, resolveu liquidar o restante de suas posses em Minas e... desaparecer...

Cachoeiro se lhe descortinou ideal para o trabalho e a consolidação do futuro de sua família!

No Relatório de 23 de maio de 1855, o Presidente Sebastião Machado Nunes dizia à Assembleia Legislativa do Espírito Santo: — "Os cidadãos Bernardino Ferreira Rios e Misael Ferreira de Paiva, auxiliados por Manuel Pereira de Faria e Francisco de Paula Cunha, realizaram a abertura de uma picada na extensão de nove léguas, desde a povoação do Alegre, no município do Itapemirim, até a Estrada de São Pedro de Alcântara, no lugar denominado Santa Cruz, procurando, desse modo, pôr em comunicação o referido povoado com o de Abre Campo, em Minas".

Jamais, entretanto, poderia o audaz lusitano imaginar que, decorridos alguns anos, pelo mesmo caminho, que trouxera até o Arraial das Cachoeiras do Itapemirim, passariam, a cavalo, em viagem de quinze dias, seus descendentes (netos que não o conheceram), para, no Colégio dos Lazaristas, no Caraça, receber a cultura precisa aos estudos superiores. Iam preparar-se para dar ao Espírito Santo a dedicação do sacrifício e da energia, no ideal do seu soerguimento espiritual e administrativo.

Isso porque, na humildade de um rancho, na confluência do Salgado com o Itapemirim, à beira da mata virgem, longe de todo o conforto, fundara-se um lar que daria ao Espírito Santo onze herdeiros, entre os quais, um Bispo e dois Presidentes do Estado: Dom Fernando, Bernardino e Jerônimo de Sousa Monteiro. Com os filhos e netos, dali saíam, ainda, senadores, de-

putados, engenheiros, médicos, professoras e damas prendadas, que realizariam a felicidade de seus lares. Tudo porque, no Arraial do Cachoeiro, Bernardino Rios abriu a Fazenda Cachoeira Grande e estabeleceu uma casa comercial, para entreposto das tropas que, numerosas, desciam de Minas carregadas de toucinho, carnes, fumo, etc. Voltavam com sal e fazendas. Dois veleiros, "Santa Bárbara" e "Deus te Ajude", do mesmo comerciante, transportavam as mercadorias para o Porto do Itapemirim e o Rio de Janeiro.

Desde Minas, havia Bernardino Rios se relacionado com o jovem Francisco de Sousa Monteiro, a quem emprestara um burro e mercadorias, "para começar a vida". Comprando e vendendo, Francisco, no regresso da primeira viagem, pagou a dívida e comprou outro burro; assim continuando, formou uma tropa e contratou tropeiros, guias e piaus. Dirigia os negócios da tropa e tão bem se houve que Bernardino Rios o admitiu como empregado de sua casa comercial.

Conforme registamos no primeiro capítulo, descendia Francisco de Sousa Monteiro da elevada estirpe reinol dos Monteiros vindos de Braga, para a zona do Casca. Foram ascendentes de viçosos troncos: Sousa Monteiro, Monteiro de Barros, Cesário Monteiro, Monteiro da Gama, Monteiro de Castro e outros. Nasceu a 24 de abril de 1823, em Piracicaba de Mato Dentro (Catas-Altas).

De acordo com a norma do tempo, quando o estudo se fazia na "aula" de Gramática Latina, Francisco assim apurou sua bela inteligência e, a 8 de dezembro de 1840, recebeu o diploma passado pelo professor Francisco de Abreu e Silva, que lhe traçou os melhores encômios. Na "aula" de Gramática Latina, o professor lecionava português, aritmética e, às vezes, retórica. E decidia a vocação dos alunos: os inteligentes, que se tornavam mais cultos, deviam ser padres. É o que nos conta Dr. Afonso Cláudio, quanto ao Espírito Santo antigo. E o que se passava, igualmente, em Minas. Por isso, o professor Abreu e Silva atestou que Francisco "frequentava sua aula, com tanto esmero e capricho que não hesitava em considerá-lo suficientemente hábil, para dedicar-se a estudos maiores ou ascender ao sacerdócio, sendo de sua vocação".⁴

4 Maria Stella de Novaes - *Um bispo missionário*.



O casal Francisco de Sousa Monteiro e Henriqueta Rios de Sousa, pais de Jerônimo Monteiro (fim do séc. XIX). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.

Francisco, porém, resolveu apurar sua instrução. Sonhava exercer o magistério, por isso ensinava para estudar e, nas horas vagas, estudava para lecionar, principalmente português e aritmética.

Desejava consolidar o saber. Mas não permaneceu nessa atividade. Passou para a outra já referida, mesmo porque, sendo o primogênito, a morte de seu pai deixou-lhe os encargos da família: mãe e irmãos.

Realizou-se essa transferência, quando se relacionou com Bernardino Rios, cuja filha Henriqueta, de seis anos apenas, trazia, no aventalzinho rodado, broinhas de mel e biscoitos de goma, "para o empregado do papai". Fugia a menina para a loja, encantada pelas histórias que Francisco inventava para distraí-la. E assim delineava-se um romance lindo!... que, sentados numa pedra, na Fazenda Monte Líbano, os filhos e netos comentavam, enternecidos!... E até há pouco tempo, ao passar por ali, podiam dizer: "Esta pedra foi cadeira no rancho de Vovó Riqueta".

Aquela menina gorducha e ativa, dez anos depois, casaria-se com Francisco, a 30 de agosto de 1855, na Fazenda Cachoeira Grande, em cerimônia realizada pelo vigário da Vara do Itapemirim, Pe. João Felipe Pinheiro. Ela, portanto, com dezesseis anos, e ele com trinta e dois.

A lua de mel?

Naquele tempo não se pensava em viagem nupcial. Era o duro da vida. Era o certo "começar a vida". E Francisco e Henriqueta foram para o seu rancho, em cuja entrada — a sala de visitas, se via a pedra, hoje "documento" de uma história daquele tempo... Iam abrir a fazenda, na faixa de terra, dote de Henriqueta, e na qual seriam empregadas as economias do ex-caixeiro, depois sócio e, agora, genro de Bernardino Rios.

Iniciaram logo o trabalho, com alguns escravos, que auxiliavam o proprietário, na derrubada penosa da mata e preparo de roçados, enquanto a jovem esposa, linda, de olhos e cabelos castanho-claros, cozinhava, lavava, passava, costurava (máquina de mão), arrumava..., acompanhada pelo Isaac, de sete anos, filho dos escravos Jerônima e Faustino. O menino apanhava gravetos para o fogão de trempe e vigiava a aproximação de animais, que vinham desalterar-se no Itapemirim, pois a água do Salgado era salobra, motivo do seu topônimo. E Henriqueta pensava em índios...

À noite, à luz ingrata de um candeeiro, Francisco aprimorava a ins-

trução da esposa, pois, de acordo com as observações de Expilly, nas suas viagens a Minas, à mulher mineira daquele tempo "bastava saber a leitura do livro de orações e a receita da goiabada". Mas D^a Henriqueta jamais desmereceu a cultura do marido; se não foi mulher letrada, adquiriu instrução precisa para, mais tarde, secundá-lo na educação dos filhos, quando chegaram ao tempo das primeiras letras, como se dizia então. Viúva aos quarenta e oito anos, com oito filhos menores (duas faleceram e uma casou-se), assumiu, com energia e clarividência, a direção da fazenda e a formação dos filhos, que sempre a respeitaram e adoraram. Encaminhou-os na vida.

Em "Um Bispo Missionário", biografia de Dom Fernando de Sousa Monteiro, poderá o leitor apreciar o trabalho titânico de Francisco e Henriqueta, no desenvolvimento da fazenda a que deram o nome de Monte Líbano — a terra de Nosso Senhor, atestado nobre da fervorosa crença dos seus fundadores. Do rancho à beira do rio, atingiu o esplendor da casa-grande, com salões enormes, finamente guarnecidos, capela, jardim, pomar, colmeias, aviários, pocilgas, currais, engenhos de cana, de café, serraria, olaria, forno de cal, pastos, cafezais, etc. Ali só se compravam querosene e sal.

Mobílias de jacarandá e austríacas.

Piano de cauda.

Lustres de cristal e porcelana chinesa.

Grandes espelhos.

Louça estilo-Império.

Tudo bom e fino.

Paredes forradas de papel acetinado, na sala de visitas; estampado de "Paulo e Virgínia", na sala de jantar.

Grandes terreiros de café, entre os quais, o Cruzeiro, que imprimia ao conjunto um misto de elevada poesia e piedosa tristeza.

Havia Francisco, antes da casa-grande, construído outra menor, na encosta, a fim de preservar a família do perigo das enchentes que, às vezes, quase alcançavam o rancho. Traziam até jacarés, que devoravam a criação.

Aí nasceram os sete primeiros filhos.





Capítulo *III*

Fazenda Cachoeira Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, de propriedade de Bernardino de Sousa Monteiro e José de Sousa Monteiro, irmãos de Jerônimo Monteiro. APEES – Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1910), 119.

Nasceu Jerônimo a 4 de junho de 1870, na casa-grande inaugurada em 1869, no batizado de Helena. Construída na encosta de um promontório, permitia a visão belíssima da corrente que, vertiginosa, passa entre montanhas e planícies. Forma ilhas, restingas, praias e cachoeiras.

Dali, eram deslumbrantes os crepúsculos, vistos para a nascente do rio, até o perfil distante do Morro-Grande. Numa lagoa, na várzea da Fazenda Pau-Brasil, coaxavam as rãs e, aos poucos, Vêspers surgia, na plenitude do céu!

Criança linda, de cabelos louros e cacheados, olhos claros, herança, de certo, da Vovó Bárbara, que se distinguia pelos olhos azuis e tez alvíssima, Jerônimo, durante seis anos, foi considerado o caçulinha, aos cuidados de Emília, a mucama escolhida para cuidá-lo. Sempre fiel ao sinhozinho, a Tia Emília correspondia, perfeitamente, à tradição das babás e didis lendárias da escravidão. E Jerônimo conservou, sempre, especial amizade à Didi Emília. Já formado e pai de família, acumulava-a de atenções quando a encontrava no Monte Líbano. Era o seu Nhonhô querido.

"Sombra da Mamãe", porque estava sempre atento ao seu lado, acompanhando-a nos grandes salões e corredores do Monte Líbano, Jerônimo gostava de conversar e queria sempre "histórias" que D^a Henriqueta, a Vovó Bárbara e a Tia Emília haviam de contar-lhe. Era já de uma vivacidade e demonstração de inteligência que, de par com os caracteres físicos referidos, o distinguiam, com o tempo, dos outros irmãos que, apesar de igualmente inteligentes e cultos, eram calmos, prudentes, conservadores e rigorosos nas suas decisões. Jerônimo destacava-se pela mentalidade progressiva e combativa, ação decisiva a serviço de uma vontade férrea, sem, contudo desviar-se de sua formação espiritual, apurada no convívio dos jesuítas, em Itu.

Talvez pelo carinho recebido na infância e seis anos de intervalo entre ele e José, com as regalias antigas de caçula, conservou um jeitinho especial de conseguir tudo o que desejava do Papai e, principalmente, da Mamãe, cuja predileção recebeu sempre. Em junho de 1878, por exemplo, Dona Henriqueta adoeceu gravemente; ficou entredada pelo beribéri! Nhonhô, que apenas contava oito anos, não se conformou em permanecer no Monte Líbano, longe da Mamãe. Acompanhou-a à Barra do Itapemirim e repetiu as provas de carinho que sempre lhe dera. Tomava do Terço,

diariamente, e o dedilhava sobre os joelhos, imóveis, da Mamãe estremecida, rezando... rezando, fervoroso "para que Deus a fizesse andar depressa". Francisco e Henriqueta contemplavam-no, enternecidos.

Iniciado nas primeiras letras pelos cuidados maternos, cursou, depois, o Colégio Manso, em Cachoeiro do Itapemirim, para completar o curso primário. Era esse Colégio dirigido pelo professor Manuel Pinto Ribeiro Manso, casado com a professora Filomena Gomes da Silva Manso, que muito se dedicou ao ensino e mereceu, por isso, a distinção de dirigir o Colégio Nossa Senhora da Penha, em Vitória, quando se retirou, para Minas, sua primeira diretora, D^a Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho.

Em 1885, Jerônimo acompanhou os irmãos que estudavam no Caraça. Partiam do Monte Líbano acompanhados pelo Isaac, filho de Jerônima (Mangerona, corruptela de Mãe Jerônima, como a chamavam os servos de Monte Líbano) e Faustino. Isaac jamais se afastou de Sinhá Riqueta. Era aquele menino que a servia, no rancho, quando recém-casada. Outro acompanhante era o compadre João de Molais e Silva, amigo dedicadíssimo do Capitão Sousa Monteiro. Jerônimo, um crioulinho estimado, participava da caravana para distrair os sinhozinhos, no pouso dos ranchos, nos quinze dias de viagem.

Iam os animais carregados de esteiras, travesseiros, agasalhos, mantimentos, panelas, remédios, pratos, roupa etc. Tudo se completava com o cozinheiro, para o respectivo mister.

Lembre-mo-nos de que, na Estrada do Rubim, foram distribuídos quartéis, para a segurança de viajantes.

Em consequência da viagem tão penosa, os estudantes vinham passar férias, dois anos após. E dificilmente os pais recebiam notícias! ... Calculemos, portanto, prezado leitor, o seu sacrifício, para a educação dos filhos!... Educação primorosa, como Francisco e Henriqueta desejavam, num tempo em que, no Espírito Santo, só existiam escolas primárias. E, na cidade de Vitória, tudo era incipiente: Colégios sem internato e sob a direção de professores leigos, ao passo que Francisco e Henriqueta desejavam dar aos filhos o apuro da cultura geral, de par com a segura formação religiosa.

Jerônimo esteve apenas um ano com os irmãos no Caraça, porque estes concluíram os estudos secundários e foram para o Seminário São José,

no Rio de Janeiro. Julgou Francisco melhor interná-lo em colégio mais acessível, mesmo porque o nosso estudante não se adaptara à solidão do Caraça e ao rigor dos lazaristas. Já se revelava um espírito independente.

Transferido para o Colégio São Luís, em Itu (São Paulo), Jerônimo completou os preparatórios. Matriculou-se na Faculdade de Direito, em São Paulo, onde Bernardino estudava, porque resolvera abandonar a carreira eclesiástica. Recebera, apenas, as Ordens Menores.

Jerônimo formou-se a 19 de dezembro de 1894 e teve como paraninfo seu futuro sogro, o Comendador Cícero Bastos.

Pessoa de rara inteligência — notável seria, posteriormente, a influência do Comendador na vida do jovem espírito-santense, porque, arguto e metódico, o Sr. Cícero Bastos representava belo exemplo de autodomínio na vida, para, de simples rapaz, ajudante de tropeiros, nas arrancadas pelas ínvias estradas, de Minas ao Itapemirim, chegar às culminâncias do capitalismo, em São Paulo. Pelo esforço próprio, adquiriu variada e sólida cultura, que lhe facultava agradável, elevada e atraente palestra. Através de agruras e vicissitudes, venceu heroicamente, acompanhado pela dedicação da esposa e das filhas. Era o Senhor Cícero Bastos mineiro, de Guanhães. Viveu no Cachoeiro do Itapemirim desde 1864, onde trabalhou numa casa comercial. Passou depois a guarda-livros. Foi professor de primeiras letras, no Castelo e em Itabapoana, onde se casou com a Senhora Inácia de Sousa. Aí possuiu uma fazenda. Foi Deputado Provincial. Vimos diversos discursos que proferiu na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Transferiu-se depois para São Paulo.

Relacionado, desde o Cachoeiro do Itapemirim, com o Dr. Gil Diniz Goulart, futuro sogro de Bernardino, recebia, em São Paulo, a visita desse e de Jerônimo, estudantes de Direito. Compreende-se, assim, a origem do noivado e conseqüente consórcio da jovem e boníssima Cecília Bastos com o futuro Presidente do Espírito Santo, que realizaria o grande Governo, de 1908 a 1912.

Ainda estudante, Jerônimo foi Promotor Público, em Cachoeiro do Itapemirim.

Embora não se recomendasse pelo amor aos livros, supria as horas de festas e, principalmente, bailes, pela inteligência, predicado que muito



*A família Sousa Monteiro: mãe, irmãos e irmãs de Jerônimo
(1892). APEES - Coleção Maria Stella de Novaes.*

concorreu para sua reconhecida cultura. Jerônimo gostava de dançar. Nas férias, aproveitava os bailes, em Friburgo ou em Cachoeiro. Não desprezava nem mesmo os da colônia, na fazenda.

Justo é que se reconheça o valor de D^a Henriqueta em dirigir a educação desse filho, às vezes rebelado contra a disciplina escolar. Em Itu, por exemplo, Jerônimo escrevia, reclamando do tratamento e do rigor do Colégio. Queria regressar à Fazenda Monte Líbano. A morte do Papai tocou-lhe, de certo, o coração e despertou-lhe a saudade do seu querido recanto. Mesmo porque foi sempre muito sensível. Até depois de integrado nas

responsabilidades da vida, não entrava no quarto de doentes, na família!... Ou evitava-o. Chegava, apenas, à porta.

Do Colégio, em Itu, escrevia: — "Eu morro, Mamãe! Estou com fome!"

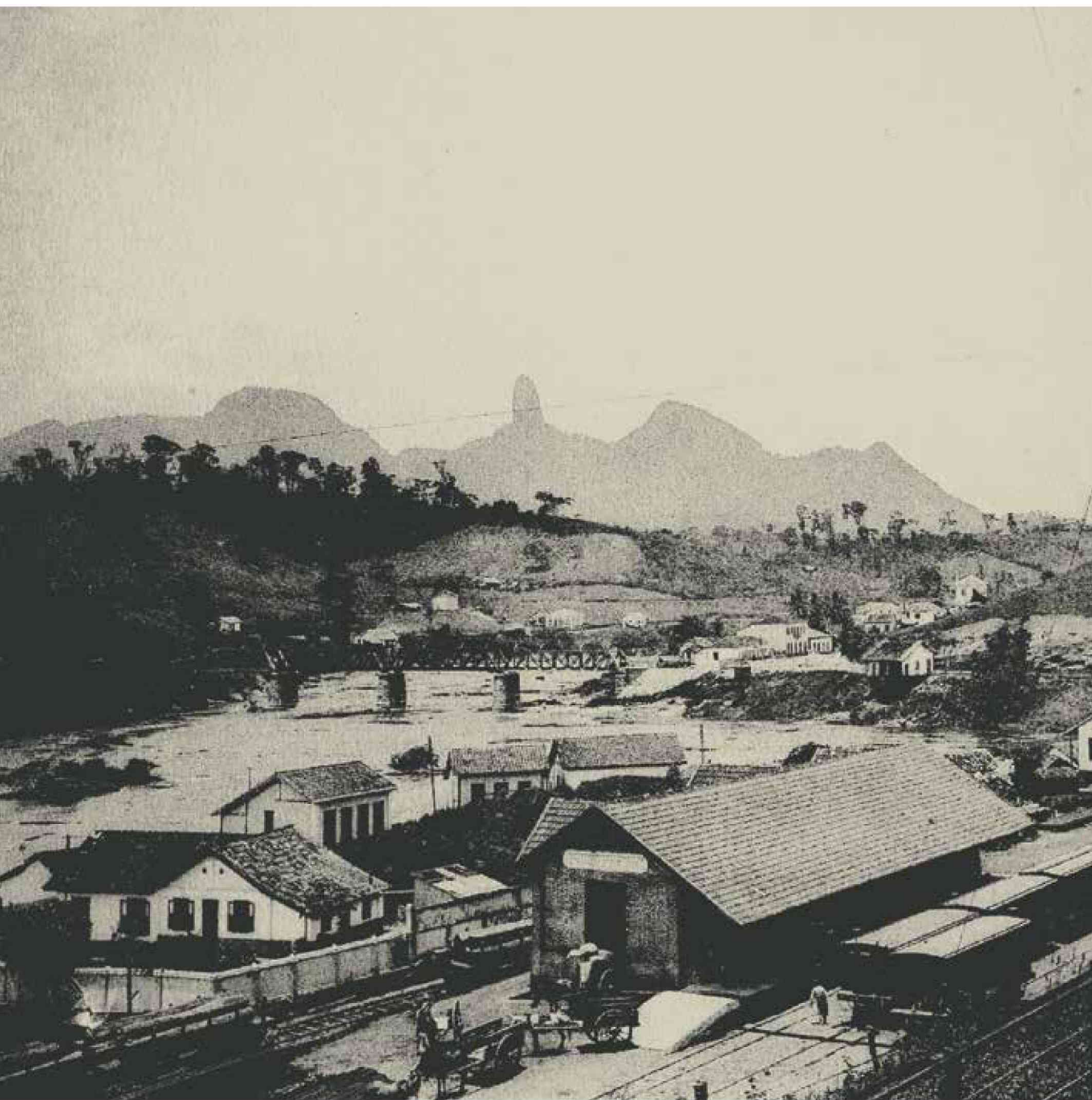
Antônio, o primogênito, que deixara o curso de medicina para assumir a direção do Monte Líbano quando o Capitão Sousa faleceu, enternecia-se: "Coitadinho, Mamãe!"

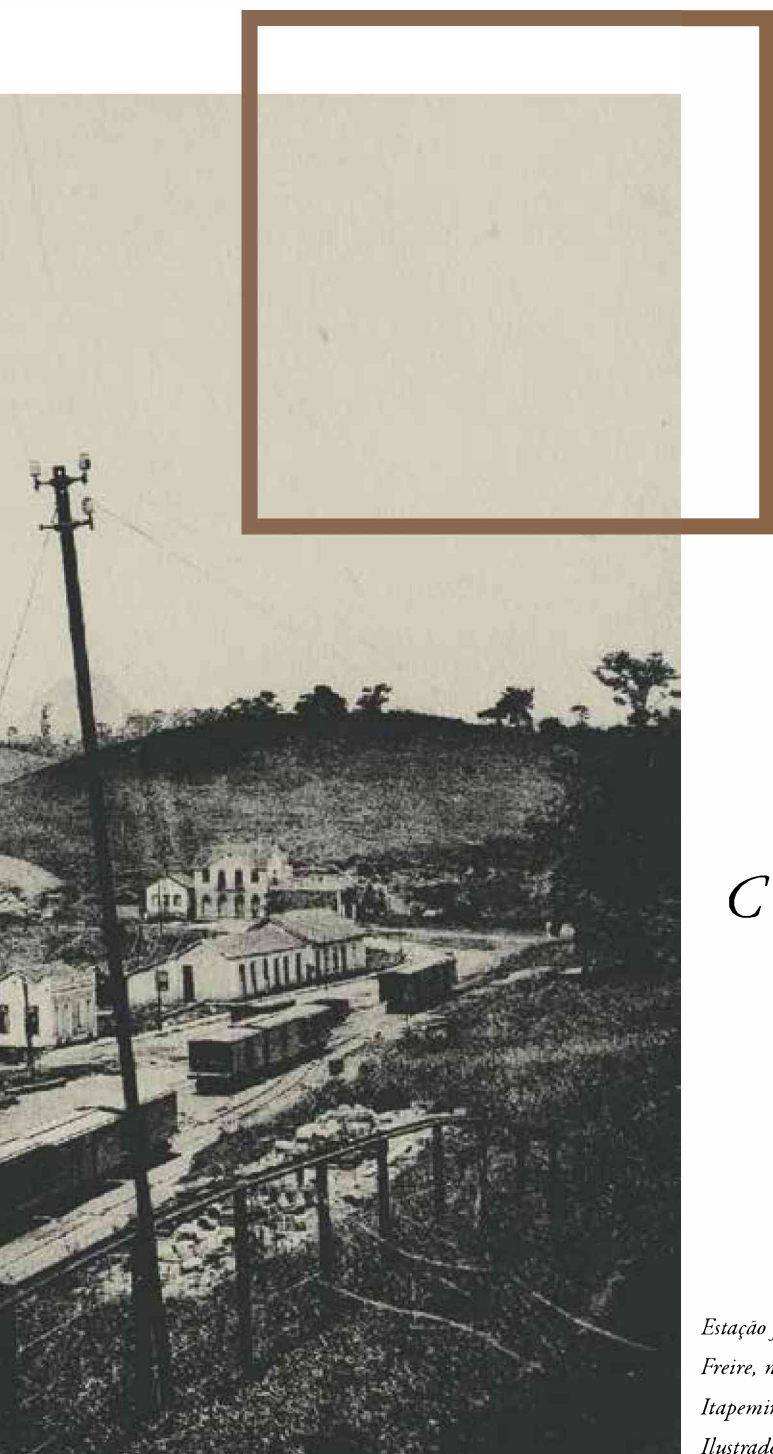
— Nada, Antônio. Ele precisa de estudar e ser alguém na vida. Os padres não deixam ninguém passar fome! ANTES MORTO QUE SEM EDUCAÇÃO!

Dona Henriqueta conservava, assim, a fibra das matronas mineiras. Amor e energia. Por isso, toda caída pelo seu Nhonhô querido, reagia perante o dever de formar um homem, que lhe daria, no futuro, a glória de ser um grande Presidente do Espírito Santo, numa confirmação de que "o futuro de uma criança é sempre obra de sua mãe". (Napoleão I)



Casa de Comércio Bumachar, localizada na Rua da Alfândega (Avenida Jerônimo Monteiro). APEES – Indicador Ilustrado (1910), 049.





Capítulo *IV*

*Estação ferroviária Muniz
Freire, na cidade de Cachoeiro de
Itapemirim. APEES – Indicador
Ilustrado (1910), 093.*

Bernardino formou-se um ano antes de Jerônimo (1893) e instalou-se como advogado, em Cachoeiro do Itapemirim, em 1894. Assim, orientava o irmão na Promotoria. Era o que mais se parecia com o Capitão Sousa Monteiro, tanto no físico como nas atividades. Conservou do Caraça o imenso tesouro da Fé, cultivado, fervorosamente, até o fim da vida. Era edificante vê-lo, todos os domingos, com a esposa, levar os filhos à assistência à Missa. Toda a família reunida!

Como advogado, foi dos mais conceituados, generoso e amigo dos pobres, o que, de certo, concorreu para a larga projeção que teve na política espírito-santense. Começou na esfera municipal de Cachoeiro, onde foi Conselheiro Municipal, em 1896, apesar de contrário ao Presidente Moniz Freire. E, sempre oposicionista, manteve-se no posto em três legislaturas, merecendo mesmo a honra da Presidência do Governo Municipal, onde estava quando se inaugurou a luz elétrica na cidade, a 1º de novembro de 1903.

Casou-se, a 25 de dezembro de 1894, com a jovem e bela Inah Diniz Goulart, filha do Dr. Gil Diniz Goulart, advogado do Banco do Brasil, em Cachoeiro. Coerente com o sogro, em oposição ao Dr. Moniz Freire, recusou-se a ocupar uma cadeira no Congresso Estadual. Somente em 1905, após a desavença Moniz Freire-Coutinho, Bernardino consentiu em colaborar com o Governo do Estado. Na sessão de 18 de janeiro do mesmo ano, na Câmara Municipal de Cachoeiro, ele e seus colegas Pinheiro Júnior, Presidente, e Joaquim Teixeira de Mesquita, declararam-se solidários com o Cel. Henrique da Silva Coutinho; afirmou Bernardino seu passado político, sempre contra a chefia do Dr. Moniz Freire.

Como advogado, sua atividade estendia-se a toda a zona sul do Estado. E venceu, com a dedicação admirável da esposa. À noite, depois de "pôr os filhos na cama", D^a Inah ia para o escritório auxiliar o marido. Ordenava todos os papéis e copiava todos os documentos: certidões, requerimentos, pareceres, notas, etc. Lembremo-nos de que não se pensava, ainda, em datilografia nem em caneta-tinteiro ou esferográfica... E que letra fina e bonita a de D^a Inah!...

Em 1906, Bernardino concorreu à renovação da Câmara Federal, com Pinheiro Júnior e Galdino Loreto. A facção monizista, representada no pleito, foi derrotada nas urnas, a 30 de janeiro; mas conseguiu o reconhecimento, profligado de escandaloso até pelo "Correio da Manhã", ligado ao Dr. Moniz

Freire. Regressou Bernardino ao Cachoeiro, a 16 de junho seguinte, carinhosa e festivamente recebido pelos seus conterrâneos e saudado pelo Dr. Júlio Pereira Leite e o professor Carlos Mendes. O povo é sempre sincero e agradecido.

Ingressou, então, Bernardino na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, na qual permaneceu até 1909, quando foi eleito Senador Federal. Tomou assento no Senado a 31 de maio de 1909.

E Jerônimo?

Certamente, há de reconhecer o leitor, na leitura deste modesto livro, que se fazemos esta referência a Bernardino é para que se possa evidenciar, na sequência dos fatos, a colaboração dos Monteiros na vida política do Espírito Santo e sua dedicação ao Estado que lhes serviu de berço natal. Aqueles três meninos, que iam a cavalo estudar no Caraça, formariam, depois, a trindade forte que levantaria a Diocese do Espírito Santo, quase extinta, e o crédito do Estado, às portas da falência. A Diocese reergueu-se, consolidou seu patrimônio, teve a fundação de colégios e asilos, sua vida religiosa afervorada, seu clero piedoso e culto, suas obras de assistência social desenvolvidas, as santas Missões até aos núcleos de índios no Rio Doce... graças ao apostolado de Dom Fernando, descrito em "Um Bispo Missionário". O Estado saiu da política de aldeia; livrou-se dos credores, que rondavam a Capital, e das epidemias pavorosas que impediam seu desenvolvimento demográfico e enlutavam seu povo! Teve o estímulo das indústrias, da agricultura e do comércio; a reforma da instrução, de par com o vigor da educação cívica, finalmente projetou-se no cenário nacional, conduzido pela vontade férrea do Dr. Jerônimo apoiado, pela decidida atuação do Senador Bernardino.

* * *

Em São Paulo, quando estudante de Direito, Jerônimo frequentava, com Bernardino, a residência do Comendador Cícero Bastos. Relacionou-se, por isso, com o jovem Alcino, filho do ilustre capitalista. Resultou dessa convivência estreita e perene amizade, evidenciada mesmo após a formatura do irmão e a transferência da família Bastos, para Piracicaba.

Visitava, então, o estudante espírito-santense a fazenda dos Bastos,

a convite do Sr. Alcino. E dessas visitas afetuosas e distintas firmou-se, a 17 de abril de 1895, o seu noivado com a inteligente e meiga Cecília. Casaram-se a 25 de março de 1897, em Piracicaba, em cerimônia celebrada pelo Monsenhor Camilo Passalacqua, grande amigo da Família Bastos. Como representante da Família Sousa Monteiro, compareceu o Dr. Manuel Leite de Novaes Melo, cunhado de Jerônimo.

Moço idealista e inteligente, havia Jerônimo se entusiasmado pela projeção do Dr. Moniz Freire, após regressar, formado, ao Cachoeiro do Itapemirim. Era intensa e sobretudo bem divulgada a atuação do Dr. Moniz. Elegeu-se o jovem espírito-santense Deputado, em 1895, partidário da corrente monizista, no Congresso Estadual, onde desenvolveu segura e eficiente atividade, que lhe garantiu, em janeiro de 1897, a eleição e consequente reconhecimento, em abril, como Deputado Federal, de par com Pinheiro Júnior, Galdino Loreto e José Monjardim.

Acontecia, porém, que embora moço e sempre afável, Jerônimo prezava sua independência mental e o apuro de suas atitudes, o que, aliás, representava uma herança dos seus maiores, conforme se verifica em "Um Bispo Missionário". A nobreza dos exemplos de D^a Henriqueta e do Capitão Sousa Monteiro seria venerada, sempre, na memória dos seus descendentes, numa confirmação de que "os bons exemplos dos pais são as melhores lições e a melhor herança para os filhos" (Marquês de Maricá).

Seguindo essa diretriz, não se acomodou o jovem deputado com o predomínio político do Presidente Moniz Freire. Alteou a sinceridade sobre a oportunidade e preferiu arriscar-se a perder, em vez de trair, para subir. Investiu-se, de cabeça erguida, contra a opressão reinante no Estado. Empenhou-se em abrir outros horizontes ao povo espírito-santense. E o resultado foi sofrer uma reviravolta política ao ser excluído da chapa de deputados federais para a Legislatura de 1900 a 1904.

Inconformado, Jerônimo fundou, então, o Partido da Lavoura, cujo candidato à Presidência do Estado era o Coronel Ramiro de Barros Conceição, valoroso sertanejo do Guandu, em oposição ao próprio Dr. Moniz Freire.

Vencido nessa primeira tentativa de libertação política do Espírito Santo, recolheu-se à Fazenda Monte Líbano, onde trabalhou intensa e duramente. Com o irmão Antônio, empreendeu pesquisas de ouro e pedras preciosas,

no Córrego do Macaco, extremo das terras da grande e valiosa propriedade agrícola. Mas, em vez de ouro e pedrarias, apanharam o tifo!... "Do bravo", como diziam os servos e entendidos. Resistiram, porém, à febre temerosa, que reduzia suas vítimas a "pele e osso", em consequência da enfermagem e do regímen do tempo. "Língua branca", de remédios, via oral. Água de arroz — alimento exclusivo... Quarto fechado, para "não entrar vento"... Suadouros... Banho, só quando a febre "fosse embora"... Calomelanos...

O Dr. Júlio Pereira Leite transferiu-se para o Monte Líbano, com a esposa, a boníssima e culta Dona Cacilda Werneck Pereira Leite, prima de Dona Cecília.

Antônio seguia as ordens clínicas. Jerônimo segredava à Mamãe: — "Um pedacinho de galinha". Era sempre o Nhonhô, da infância! Dona Henriqueta, às ocultas de todos, procurava uma coxinha bem cozida, metida debaixo da bata e, toda carinhosa, ia contentar seu doente querido. Resultado: a febre subia. Rebuliço na casa. E todos se admiravam, preocupados em descobrir a causa da recaída, até que o médico, muito sagaz, um dia, surpreendeu a enfermeira desobediente às suas ordens. Com sentinela à vista, contra as coxinhas de frango, Jerônimo salvou-se da morte.

Restabelecido, advogou, em Cachoeiro, até 1903, quando, após uma visita do Comendador Cícero Bastos, transferiu-se para Santa Rita de Passa Quatro (São Paulo), onde instalou sua banca de advogado. Venceu, graças à força do seu talento e segurança de sua atividade. Conquistou largo círculo de amigos e admiradores. Fez-se jornalista e foi redator da "União Municipal".

Ao recordar-se dessa época, Dona Cecília confidenciava aos de casa: — "Foram os anos mais felizes do casal".

Já nesse tempo, o Dr. Jerônimo e Dona Cecília tinham quatro filhos: Francisco (Cecinho), Henriqueta (Filhinha), Jerônimo (Cecito) e Darci. Depois, chegaram Dail e Zoé. E, no período presidencial, de 1908 a 1912, nasceu Nise, única vitoriense. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1912. O oitavo foi Cícero.



Cecília Bastos

Monteiro, com a qual

Jerônimo se casou em

25 de março de 1897,

em Piracicaba (SP).

APEES - Coleção

Maria Stella de Novaes.





O ESPÍRITO SANTO DAQUELE TEMPO...

Capítulo V

*Recepção ao Dr. Álvaro de Tefê, Secretário
da Presidência da República, na estação de
Argolas, Vila Velha, da Estrada de Ferro
Leopoldina (1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, 128.*

Agitava-se a política, no Espírito Santo, com a perspectiva da próxima decadência do prolongado e forte domínio do Dr. Moniz Freire, que durava já mais de doze anos, pois desde 1892, quando iniciara o seu primeiro período presidencial, detinha o comando da maioria, no Estado. Periclitava sua aliança com o sucessor, Cel. Henrique da Silva Coutinho, eleito para o quadriênio de 1904 a 1908, e que assumira o poder a 14 de julho, porque motivos extraordinários impediram de fazê-lo a 23 de maio, data legal. Recebeu-o das mãos do Dr. Argeu Monjardim, Vice-Presidente, genro do Dr. Moniz Freire. Logo, porém, revoltava-se contra seu antecessor, contra a subserviência, e reagia, apoiado principalmente nos Srs. Augusto Calmon e Joaquim Lírio. Segundo Amâncio Pereira, consumou-se a desavença, a 9 de janeiro de 1905, motivada pela apresentação de candidatos a Governadores Municipais. E, de acordo com a imprensa local, atuaram, nessa passagem da Administração Pública, figuras militantes na política na Vitória, entre as quais, os mencionados Srs. Joaquim Lírio e Augusto Calmon.

Relatava-nos um velho contínuo do Palácio que o telefone não parava. O Dr. Moniz Freire telefonava de uma Repartição Pública Federal. E, diante dessa insistência, pessoa da família Coutinho, interessada na "independência" ou final da preponderância monizista, apanhou uma tesoura e cortou o fio telefônico: — "Agora, quem manda é o Presidente do Estado. É VOCÊ!"

Vitória, nesse tempo, era uma terra de disse-e-me-disse. Tudo se complicava, porque a política dominava todos os setores de atividade. Em tudo influía. Até nas eleições da mesa diretora da Santa Casa da Misericórdia. Tanto assim que, em junho de 1905, o Presidente do Estado apelou para Dom Fernando de Sousa Monteiro, que estava em Visita Pastoral, em Santa Teresa: — "Que viesse pacificar a exaltação de ânimos. Evitar que se derramasse o sangue, no instituto criado para lenir dores e pensar chagas dilacerantes".

Deveria a eleição processar-se no dia 9, mas, escolhido árbitro, o Sr. Bispo conseguiu uma prorrogação de modo que pudesse examinar o Livro das Atas. Vetou algumas eivadas de falhas; conciliou os espíritos e ganhou almas para Deus e a Pátria. Aliás, o Sr. Bispo muito colaborou, sem-

pre, para acalmar situações tensas, em vista de suas boas relações com todas as correntes políticas.

O Cel. Henrique Coutinho respirou, tranquilo; pessoalmente e por escrito, manifestou ao Sr. Bispo sua gratidão.

E, apesar das dificuldades a vencer, acrescentava: — "Estou crente de que, em pouco tempo, poderei dar ao meu querido Bispo notícias muito fagueiras, por enquanto, apenas noticia que está depositada, em Londres, a quantia necessária para a construção de uma ponte que ligue esta Capital às estações das estradas de ferro, e para quinhentos metros de cais.

"Parece um sonho tamanha felicidade, porém é, mercê de Deus, uma verdade.

"No primeiro pacote chegam o Engenheiro e instrumentos para a sondagem e, em seguida, começarão as obras"

"Deus nos auxilia, meu bom amigo, NOSSA terra ainda há de ser grande e nossa Capital, um encanto".

* * *

Combatido aqui e no Congresso Nacional pela corrente oposicionista, no apogeu de sua preponderância, vendo de rastos o crédito do Estado, no País e no exterior, voltou-se o Cel. Coutinho para o jovem político exilado em São Paulo. Exilado, sim, mas desfrutando prestígio conquistado, desde que exercera o mandato, na Câmara Federal, como representante de sua terra. A 27 de novembro de 1905, o Presidente do Estado escrevia a Dom Fernando: — "Comunico-lhe que estou em constantes comunicações epistolares com o nosso muito prezado Dr. Jerônimo, e que, ainda, não perdi a esperança de que, por intermédio dele se faça uma grande transação, em benefício do nosso querido Espírito Santo."

"Não tenho instado mesmo para que ele venha assumir o lugar que lhe destino, porque se me afigura que, estando ele em liberdade e fora daqui, pode agir com muito mais eficiência".

Contudo, a 13 de janeiro de 1906, o "Jornal Oficial" divulgava a

nomeação de Jerônimo para Secretário Geral do Estado. Era ele, então, chefe da "União Municipal", folha de Santa Rita de Passa Quatro. Não aceitou a nomeação.

* * *

Aproximavam-se as eleições para o Congresso Federal, e o Cel. Henrique Coutinho, cada vez mais angustiado pela falta de recursos e de homens capazes para a luta desigual, passou a Jerônimo o seguinte S.O.S. "Moniz, no Sul do Estado, trabalhando; amigos dali me aconselham peça ao amigo venha auxiliar-me, com o seu grande prestígio, urgentemente. Pode fazê-lo? Ponho em suas mãos. Henrique Coutinho, Presidente do Estado".

Realizaram-se, de fato, as eleições a 30 de janeiro de 1906, com o seguinte resultado, segundo o "Jornal Oficial", de 4 de março do mesmo ano.

Senador

Augusto Calmon – 7.621 votos

(separados) – 206 votos

Dr. Moniz Freire – 2.462 votos

(separados) – 78 votos

Deputados

Dr. Bernardino Monteiro – 6.467 votos

(separados) – 113 votos

Dr. Pinheiro Júnior – 6.282 votos

(separados) – 114 votos

Dr. Galdino Loreto - 6.021 – votos

(separados) – 116 votos

Dr. Torquato Moreira – 4.197 votos

(separados) – 268 votos

Dr. Bernardo Horta – 2.723 votos

(separados) – 72 votos

Dr. José Monjardim – 2.420 votos
(separados) – 73 votos
Dr. Graciano Neves – 2.160 votos
(separados) – 79 votos

A 5 de março, no Paço Municipal da Vitória, foram diplomados os eleitos pela maioria: Augusto Calmon, Senador; Bernardino, Galdino, Pinheiro e Torquato, Deputados.

A 21, o "Jornal Oficial" noticiava que o Dr. Moniz Freire seguira para o Rio de Janeiro, a fim de contestar a eleição do Cel. Augusto Calmon e dos Deputados do Governo. O mesmo fez Augusto Calmon: viajou, para defender-se. Mas o Dr. Moniz Freire, apoiado pelo Governo Federal, conseguiu a anulação de quarenta e nove sessões, sobre as setenta e quatro realizadas. E, assim, cortar os Deputados Bernardino Monteiro, Pinheiro Júnior e Galdino Loreto. Salvou-se o Dr. Torquato Moreira, embora os três candidatos vencidos tivessem apresentado trinta e oito documentos sobre a legitimidade dos seus diplomas.

Profligando a apuração, falaram, na Câmara Federal, os Deputados Afonso Costa e Irineu Machado ("Jornal Oficial" 27/5/1906).⁵ O Deputado Afonso Costa declarou: — "A comédia está acabada".

Mas, no regresso ao Espírito Santo, foram os "depurados", como se dizia, então, festivamente recebidos. Augusto Calmon e Galdino Loreto, na Vitória; Pinheiro Júnior, no Castelo; Bernardino Monteiro, em Cachoeiro do Itapemirim, conforme o registramos, noutro capítulo. Era uma compensação, do povo, às agruras da política!...

A 31 de dezembro de 1906, realizaram-se as eleições para deputados estaduais, nas quais o Governo conseguiu maioria, no Congresso Estadual. Entraram, então, os "vencidos" nas eleições federais — Bernardino Monteiro, Galdino Loreto, Pinheiro Júnior e Augusto Calmon, que foi eleito Presidente da Casa, para a Legislatura de 1907.

5 *Jornal Oficial* - 27/5/1906.



Jerônimo com o irmão, Dom Fernando de Sousa Monteiro. Autoridade religiosa com relativa influência entre os líderes políticos capixabas da época (s.d). APEES - Coleção Maria Stella de Novaes.

Antes, omitiremos os comentários da imprensa e as lamentações ou declarações do Senador Moniz Freire, na Tribuna do Parlamento, a 25 de maio do mesmo ano, quando acusava acerbamente a traição e a falsidade daquele que, desde 1900, estava destinado: — "Seria meu sucessor".

Tal depoimento sincero ressalta bem como se faziam as sucessões presidenciais naquele tempo. Desde o princípio do Governo, o Dr. Moniz Freire pensava no sucessor que iria impor ao Estado.

O certo é que o Cel. Henrique Coutinho não apresentou as razões de divergir do seu antecessor — que o fizera seu substituto. Preferiu o silêncio. Mas, na defesa, profundamente humana e hábil do seu ex-colega, o Senador Joaquim Catunda, que respondeu a todas as acusações, aos queixumes e às lamentações do Dr. Moniz Freire, recebeu sincero conforto, nessa passagem dura do seu Governo. Simultaneamente, na Câmara Federal, o Deputado Galdino Loreto ripostava, com vantagem, o Senador capixaba.

Conjuntamente, estreitou-se, no Espírito Santo, o cerco dos monistas contra o Presidente do Estado. A 21 de setembro de 1905, por exemplo, duas Câmaras Municipais apresentaram denúncia ao Congresso Legislativo Estadual contra S. Exa., enquanto, no Senado, o Dr. Moniz Freire tratava dessa ocorrência, verdadeira manobra para afastar, legislativamente, o chefe do Governo do seu cargo. Seria substituído pelo Vice-Presidente Argeu Monjardim, genro do Senador Moniz Freire. Mas a denúncia caiu, porque não conseguiu a aprovação, por dois terços do Congresso. O Deputado Pio Ramos, em face da delicadeza da situação, que resultaria em verdadeiro caos político-administrativo, votou com a bancada governista. Os Deputados Antônio Ataíde e Pinheiro Júnior proferiram rigorosa repulsa à denúncia, enquanto, na Câmara Federal, o Deputado Galdino Loreto defendia, brilhantemente, o Cel. Coutinho. E, no Senado, o Sr. Joaquim Catunda afirmava: — "O Cel. Henrique Coutinho é um homem são, é um administrador honesto de quem não se conhecem nem atos de violência nem esbanjamento dos cofres públicos".

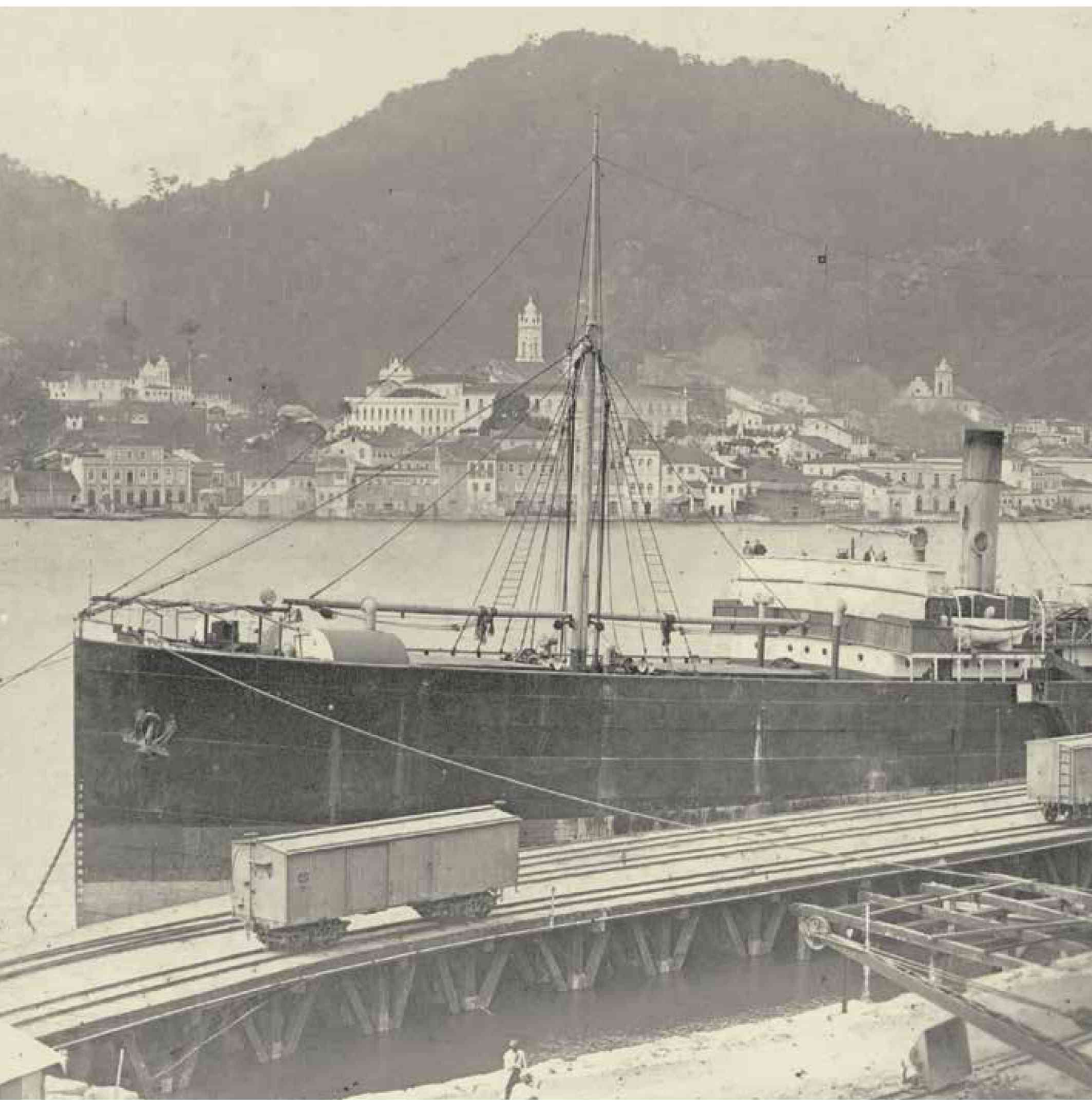
E continuava a situação enche-tempo, inútil ao bem do povo, com a falta de quórum, no Congresso, até encerrar-se a Legislatura 1905, enquan-

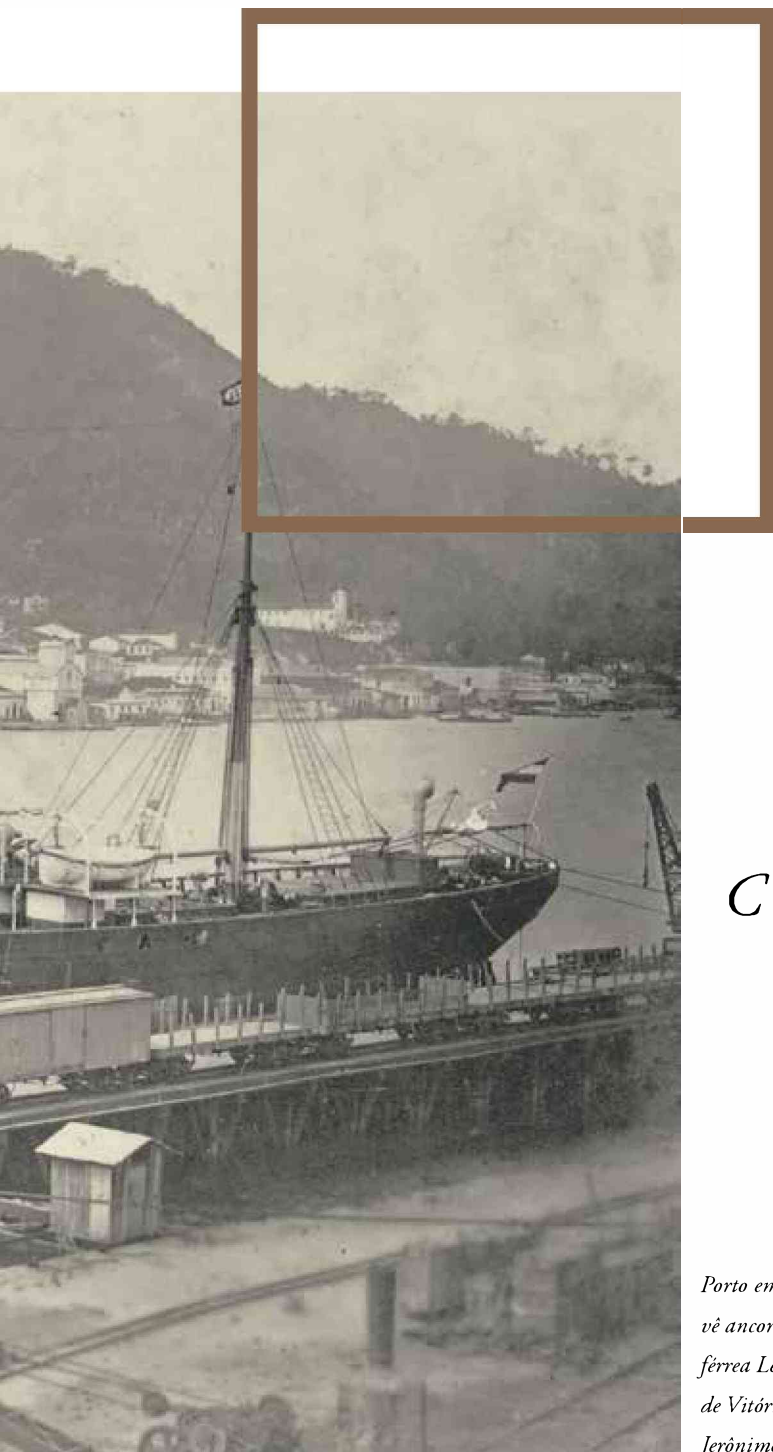
to se agravava a situação financeira do Estado, em consequência da construção onerosa da via férrea Sul do Espírito Santo e da queda vertiginosa do preço do café. No Relatório apresentado ao Dr. Jerônimo, a 23 de maio de 1908, dizia o saudoso Presidente: — "... nunca o café, de onde haurimos os recursos financeiros de que precisamos, desceu a preços tão vis, como se pode bem evidenciar do que encontrei vigorando, na praça, quando assumi o Governo, 8 mil e tanto, e aquele a que desceu, logo em seguida, — R\$ 3\$300, quase a terça parte".

Em 1904, ao tomar posse do Governo, encontrara, no Tesouro do Estado e no Banco da República do Brasil, a quantia de 60:257\$761. E se o café decrescia de preço, crescia a propaganda contra o Estado, porque a crise econômica, além de entrar a máquina administrativa, colocava-o em situação deprimente até na Europa. Existiam dívidas volumosas, em consequência de requerimento de empreiteiros do Sul do Espírito Santo, do contrato com Domingos Giffoni, sobre a imigração italiana e outros compromissos, que datavam do Governo anterior. O Palácio estava sem mobiliário, sem água, luz, esgotos e utensílios. O Quartel da Polícia, a desabar! O prédio da Corte da Justiça em igual condição.



Armazém de Secos e Molhados Izidoro, Braga e Cia localizado na Rua da Alfândega (parte da atual Avenida Jerônimo Monteiro). APEES – Indicador Ilustrado (1910), 040.





Capítulo *VI*

Porto em Argolas, Vila Velha, onde se vê ancorado um navio junto à estrada férrea Leopoldina. Ao fundo, a cidade de Vitória (1909). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 109.

Façamos um resumo das causas da situação financeira do Estado, segundo a Mensagem do Dr. Jerônimo, em 1912, e o noticiário dos jornais da Biblioteca Pública, além de outras fontes informativas consultadas: Havia o honrado Presidente José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1898-1900) tomado ao Banco da República do Brasil, depois Banco do Brasil, um empréstimo de 1.500:000\$000, operação autorizada pelo Congresso Estadual, na Lei nº 322, de 28 de fevereiro de 1899, para enfrentar a depressão das rendas estaduais e prosseguir na construção da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, empresa dispendiosa — repetimos, porque numa topografia acidentada, com altitudes que superavam até seiscentos metros, teria de vencer desfiladeiros abruptos e ladear encostas, ora agrestes, ora desnudas. Lembremo-nos do Morro do Sal!

Eram de 8% os juros avançados e o capital amortizado, em três anos, à razão de 500:000\$000 anuais. Como garantia da operação, o Estado apresentou as Agências Fiscais de Santo Eduardo, Mimoso do Sul e Itapemirim.

Em consequência das eleições realizadas em fevereiro de 1900, a 23 de maio, assumiu o Governo do Estado o Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, pela segunda vez. Coube a Vice-Presidência ao Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima. Teve, igualmente, de enfrentar forte crise financeira, agora agravada pela seca — "a maior de todas as adversidades com que o Estado tem-se visto a braços", conforme declarava, na Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, a 8 de setembro de 1902.

Viu-se o Dr. Moniz Freire obrigado a pedir moratória aos credores estrangeiros e, podemos dizer, congelar as contas, medida cujos efeitos repercutiram no Governo seguinte, de 1904 a 1908.

Seriam exaustivas e inoportunas as minúcias em empréstimo realizado pelo Dr. José Marcelino e consequente aumento do seu compromisso, consequente das medidas adotadas pelo Dr. Moniz Freire, acima registradas. O certo é que, em fevereiro de 1907, a dívida ultrapassava 2.300:000\$000, situação agravada desde 1901, com a falta de pagamento desse e de outros encargos assumidos na Europa, em 1894, no primeiro quadriênio do Dr. Moniz Freire.

Recorreu, então, mais uma vez, o Cel. Henrique Coutinho ao Dr. Jerônimo e encarregou-o de providências para solucionar as dificulda-

des mediante uma operação que liquidasse a dívida do Banco do Brasil, e a alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo a alguma empresa poderosa.

Os credores rondavam a Capital. E felizmente para o Estado o transporte dependia de vapores, em determinados dias. Não se tratava, ainda, das viagens, de surpresa, dos modernos aviões...

No seu Relatório, diz o Dr. Jerônimo:

Valendo-me de relações particulares, pude, a grande custo, celebrar, com o Sr. Cel. José Vicente Xavier Lisboa, o contrato de 31 de dezembro próximo findo, pelo qual ele se obrigava a adquirir a dívida do banco, no prazo de três meses e dar quitação da mesma ao Estado, recebendo em pagamento, 1250 apólices de 1:000\$000 — juros de 6%, e 1000 apólices de 1:000\$000 — juros de 5%.

O Cel. Henrique Coutinho fez uma caução de 30:000\$000.

Liquidou-se a operação a 9 de fevereiro de 1907, quando a dívida apurada elevava-se a 2.308:099\$250 (Confirma-se o que registramos: “ultrapassava 2.300:000\$000”).

As vantagens dessa operação foram assim discriminadas:

- 1) Transformar em consolidada uma pesada dívida flutuante;
- 2) Conseguir para a solução da mesma, que era exigível a qualquer hora, prazo superior a vinte anos;
- 3) Obter a liberação das rendas das Agências Fiscais já enumeradas;
- 4) Colocar acima do par as apólices da nova missão de 25 de janeiro de 1907.

O Relatório ao Presidente do Estado datou de 7 de março de 1907, no Rio de Janeiro, e foi publicado a 9 de abril, no “Jornal Oficial”, na Vitória.

Outra vantagem foi que os juros de 2.308 contos de réis, a 8%, eram 188 contos anualmente, ao passo que as apólices — 2.250 contos — exigiam apenas 125 contos, portanto com a diferença de 63 contos por ano, que, capitalizados a 5%, concorreriam para a liquidação da dívida.

Tratava-se, portanto, para aquele tempo, de uma operação brilhante, que se refletiu, beneficentemente, no crédito do Estado, enquanto a alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo possibilitou a conclusão do trecho Cachoeiro-Matilde, porque a Leopoldina providenciou, logo, estudos para o reinício das obras. Antes mesmo da aprovação pelo Congresso Legislativo do Estado ao contrato da venda, a empresa, a 18 de julho de 1907, despachou, para Cachoeiro do Itapemirim, o Engenheiro Marcelino Ramos da Silva, a fim de estudar, no terreno, a projetada ligação.

É certo, porém, que as paixões políticas arrastam, algumas vezes, os homens a atitudes que repercutem na coletividade, e prejudica-os a si próprios, além de comprometer o nome do Estado, fora e dentro de suas fronteiras. Aquela operação difícil e brilhante, para o tempo, realizada pelo Dr. Jerônimo, consagrou-o, naturalmente, candidato ao quadriênio que se aproximava; custou-lhe, porém, durante anos, dolorosa via de injustiças e outras amarguras.

O "Correio da Manhã" de 23 de março de 1907, em artigo rubro, qualificou a operação bancária de "Ladroeira Despejada"; mas o Dr. Jerônimo nada respondeu, embora acusado duramente e chamado a depor, de modo veemente, na Câmara Federal, pelo Deputado Graciano Neves, a 31 de maio do mesmo ano, e noutros discursos, respondidos brilhantemente pelo Deputado Torquato Moreira, na sessão de 1º de junho seguinte, quando explicou a operação, com clareza e sinceridade, de modo a mudar, por completo, o julgamento da Câmara sobre o assunto, e desanuviar-se o ambiente. Conduziu mesmo alguns Deputados a manifestar-se em concordância com a operação bancária. Destacou-se o Deputado Paulo Ramos que, em certa altura, declarou: — "Eu tinha dúvidas a respeito da operação, mas, pela brilhante exposição de V. Exa., estou convencido que ela foi boa para o Estado".

O Dr. Graciano Neves continuou sua cruel oratória contra o Dr. Jerônimo, embora, de certo, soubesse que são sigilosas certas minúcias de negócios financeiros. Era inteligente e culto.

O Deputado Torquato Moreira, em brilhante discurso, prosseguiu:

Senhor Presidente — Responderei ao nobre Deputado, lembrando, apenas, que o faço com verdadeiro pesar, porque brasileiro sou — que não é o Dr. Jerônimo Monteiro o primeiro homem público que,

pelas colunas do mesmo ilustre órgão — o "Correio da Manhã", foi acoimado de desonesto. Não é o primeiro. Antes de S. Exa. homens os mais ilustres, notáveis pelo seu saber, pelos seus grandes serviços à Pátria, têm sido acremente acusados.

O discurso é extenso. Finalizou:

Posso agora conduir, Sr. Presidente, dizendo que, felizmente, não está tudo perdido, entre nós; que, ainda, há homens honrados neste país e que as acusações levantadas contra os nossos homens públicos não são senão um fenômeno muito especial, característico de nossa falta de educação política, aliás muito para se lamentar e combater. E ao deixar a tribuna a que ascendi, apenas, para cumprir um dever, para mim iniludível, folgo em dizer que, transmitindo o telegrama que li ao Dr. Jerônimo Monteiro, o Presidente do Espírito Santo não abriu uma solução de continuidade, na sua tradicional honestidade.

O telegrama era: — "Rio, 27 de maio de 1907. Dr. Jerônimo Monteiro. Hotel dos Estados. Peço dê publicidade que, sabendo das insinuações e censuras que têm publicado aí inimigos da situação dominante no Estado, com o fim manchar V. Exa. e a mim, apresso-me declarar que operação financeira, para liquidação dívida Estado com o Banco do Brasil, mereceu minha aprovação e da opinião pública do Estado. Declaro-me pois solidário com V. Exa. na repulsa que essas acusações merecem e garanto merecer-me V. Exa. inabalável confiança. Henrique Coutinho, Presidente do Estado.

Terminaram, assim, os debates sobre a operação bancária. Entretanto superior aos juízos das criaturas, porque, desde a infância, aprendera a confiar na Providência Divina, o Dr. Jerônimo jamais perdeu, nessa e noutras passagens tormentosas, a serenidade e a firmeza de suas atitudes, nem se desviou do roteiro conducente à projeção do Estado no cenário nacional.

Tratemos, agora, da alienação do Sul do Espírito Santo à Leopoldina Ry.

A 9 de julho desse ano, o "Jornal Oficial" noticiava: "Está efetuada a compra da Estrada de Ferro de Cachoeiro do Itapemirim pela poderoso-

sa companhia Leopoldina Ry. — S. Exa. o Sr. Presidente do Estado, já telegrafou, nesse sentido, ao digno fiscal da mesma estrada, Dr. Pio Ramos. Sabemos, também, que a Leopoldina vai fazer completa remodelação do material fixo e rodante".

Embora figurasse o Dr. João Luiz Alves como representante do Estado na venda do Sul do Espírito Santo, as negociações foram, de fato, conduzidas pelo Dr. Jerônimo.

A 1º de agosto de 1907, comunicava ele ao Cel. Coutinho:

Sr. Presidente Estado. Vitória. — Acabo receber comunicação oficial aprovação venda Sul do Espírito Santo, pela Assembleia dos acionistas da L.R., em Londres. Só agora ficou definitiva a transação que recebeu enorme auxílio do Governo Federal. O Ex. Se. Conselheiro Afonso Pena mostrou praticamente seu interesse pelo progresso de nossa terra. A ele a nossa gratidão e a V. Exa. muitos aplausos e congratulações, pelo acertado passo que trará vantagens incalculáveis para o nosso Estado e tornará notável seu Governo. Saúde. Jerônimo Monteiro.

O "Diário da Manhã", de 25 de agosto de 1907, divulgava o seguinte telegrama, do dia 24:

Ex. Sr. Presidente do Estado. Vitória. — Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que estando terminada a aquisição da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cuja escritura definitiva foi lavrada, no dia 22 do corrente, fiz seguir comissão no pacote *Espírito Santo*, que se apresentará a V. Exa. para tomar conta da mesma Estrada. Apresento a V. Exa. respeitosa saudações. Knox Little, Superintendente Geral.

A alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo foi aprovada na Lei nº 494, do Congresso Legislativo do Estado, sancionada a 22 de novembro de 1907, pelo Presidente do Estado e publicada no "Jornal Oficial" de 27 seguinte.

No Art. 2º, dizia que "os 3.000:000\$000 seriam aplicados:

- a) Na aquisição de títulos correspondentes três anos de amortização da dívida extei na de 1894;
- b) Na liquidação do débito proveniente do contrato de 12 de dezembro de 1899 com o Banco de Paris e Pays Bas;
- c) No pagamento da quota de amortização da dívida externa relativo ao presente ano (1907) e juros de 2º semestre, também deste ano;
- d) No resgate da dívida flutuante e pagamento de juros de apólices, pelo modo que o Governo julgar mais conveniente;
- e) Na fundação de núcleos coloniais, e, finalmente:
- f) Nas despesas da operação.

No art. 3º afirmava que o "Governo determinará as operações de créditos necessários, para os fins da Presente Lei, aplicando ao serviço da fundação de Núcleos coloniais as sobras que se verificarem nas verbas dos §§ 5º e 6º, do Art. 1º, da Lei nº 454f do ano passado".

* * *

Simultaneamente, o Estado vendeu à mesma Companhia a Estrada de Ferro Caravelas por 1.500:000\$000, com a obrigação de construir as suas expensas (da Companhia) um trecho de setenta quilômetros, em direção a Afonso Cláudio. A 17 de janeiro de 1908, o "Diário da Manhã" noticiava que o Dr. Jerônimo, como representante do Estado, assinara a escritura relativa a essa alienação.

Auxiliado, assim, pelo Dr. Jerônimo, lutou o Presidente Coutinho e venceu, de modo a conseguir o domínio da situação, para, criteriosamente e calmo, conduzir o frágil barquinho capixaba.

No Relatório de 1908, registrava o mesmo Presidente a situação financeira em que se encontrava o Estado e as providências tomadas, para o equilíbrio da sua Administração; o que fizera pela educação da mocidade,

com as escolas primárias criadas, a reorganização da Escola Normal e a instituição do Ginásio do Espírito Santo; o que promovera sobre a imigração, com o início do Núcleo Afonso Pena; os melhoramentos realizados na Capital, como o alargamento e consequente jardim do Largo do Palácio, ou Praça Dr. João Clímaco.

A 24 de outubro de 1906, o Presidente Henrique Coutinho sancionaria a Lei nº 460, criadora do Ginásio Espírito-Santense, cujo Projeto apresentado ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Deputado Monseñor Eurípedes Pedrinha, com o substitutivo do Dr. Diocleciano de Oliveira, foi, na verdade, ideia de Dom Fernando de Sousa Monteiro. O Ginásio iniciou as aulas a 11 de abril de 1908, sob a direção do Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima.

Para o Núcleo Afonso Pena, o Presidente do Estado contratou a vinda de cento e cinquenta famílias de colonos estrangeiros. Comissionou, ainda, o Cel. Henrique Coutinho o Ten. Cel. Cristiano Espíndula para ir à Ilha de São Miguel escolher cinquenta famílias de lavradores e trazê-las para início da viticultura, no Estado.

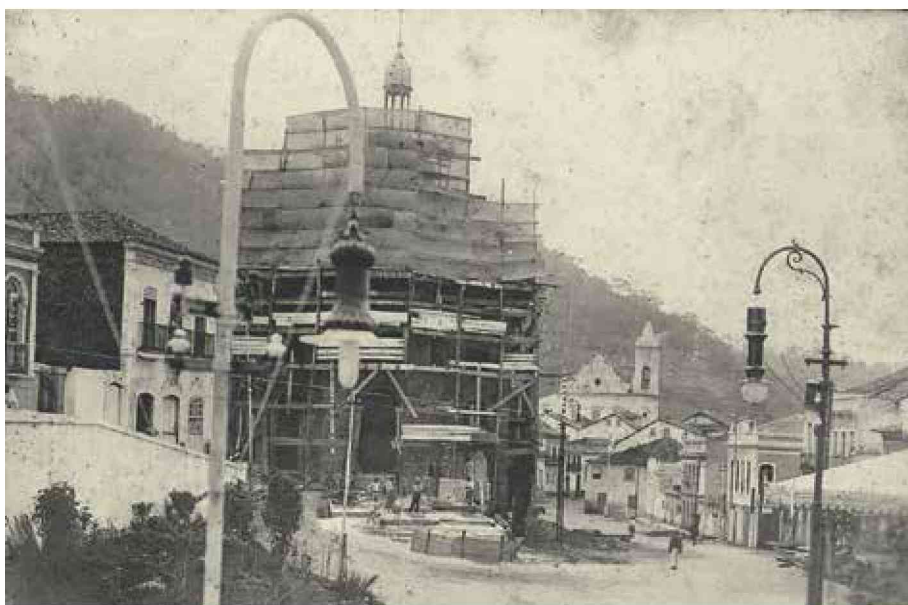
Deve-lhe o Espírito Santo consolidar a viação férrea, com a alienação das estradas à Leopoldina Ry., o que facilitou as ligações ferroviárias do Sul do Estado a Minas Gerais, e da Vitória ao Rio de Janeiro.

No seu Governo, foi realizado o serviço de bondes a tração animal na Vitória, sendo empresário o Cel. Aristides Navarro. A linha de bondes ia da Avenida Schmidt ao Forte de São João, e da Praça Santos Dumont à Rua 7 de Setembro. Cada secção era de 100 réis.

A 5 de março de 1907, o Presidente Coutinho concedeu ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora o privilégio de suas alunas prestarem exames na Escola Normal do Estado e, assim, receberem o diploma de professoras. Foi medida preliminar, para a equiparação do educandário, que se reanimou com a vinda de alunas do interior para o seu internato e com a preferência das famílias vitorienses, para suas filhas.

Lembremo-nos, agora, de que, muito antes de liquidados os negócios das estradas, já se cogitava da sucessão presidencial do Estado: movimentavam-se as opiniões e fervilhavam os palpites.

Escureciam-se os horizontes.



A Igreja da Misericórdia, em frente ao Palácio do Governo, na Cidade Alta, Vitória que foi demolida para dar lugar ao edifício do Congresso Estadual (em construção) na atual Praça João Climaco. APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 357.

Tudo indicava tremenda luta política, ao passo que, amigo íntimo do Dr. Moniz Freire, desde a visita feita ao Espírito Santo, em 1893, para firmar o convênio, segundo a Lei Mineira nº 56, de 18 de julho do mesmo ano, o Conselheiro Afonso Pena, então Presidente da República, desejava, sinceramente, conciliar a política espírito-santense.

Voltou-se, novamente, o Cel. Henrique Coutinho para Dom Fernando: que aceitasse a candidatura à Presidência do Estado, no futuro quadriênio, a fim de congregar as diversas correntes políticas.

Dotado de elevado conhecimento dos homens e dos fatos, prudente e conciliador, amigo, tanto do Cel. Henrique da Silva Coutinho quanto do Dr. Moniz Freire, em cujo governo recebera finezas, Dom Fernando exercia, pela força de sua personalidade e apurada inteligência, ação nobre e segura em benefício da coletividade.

Pensa e reza.

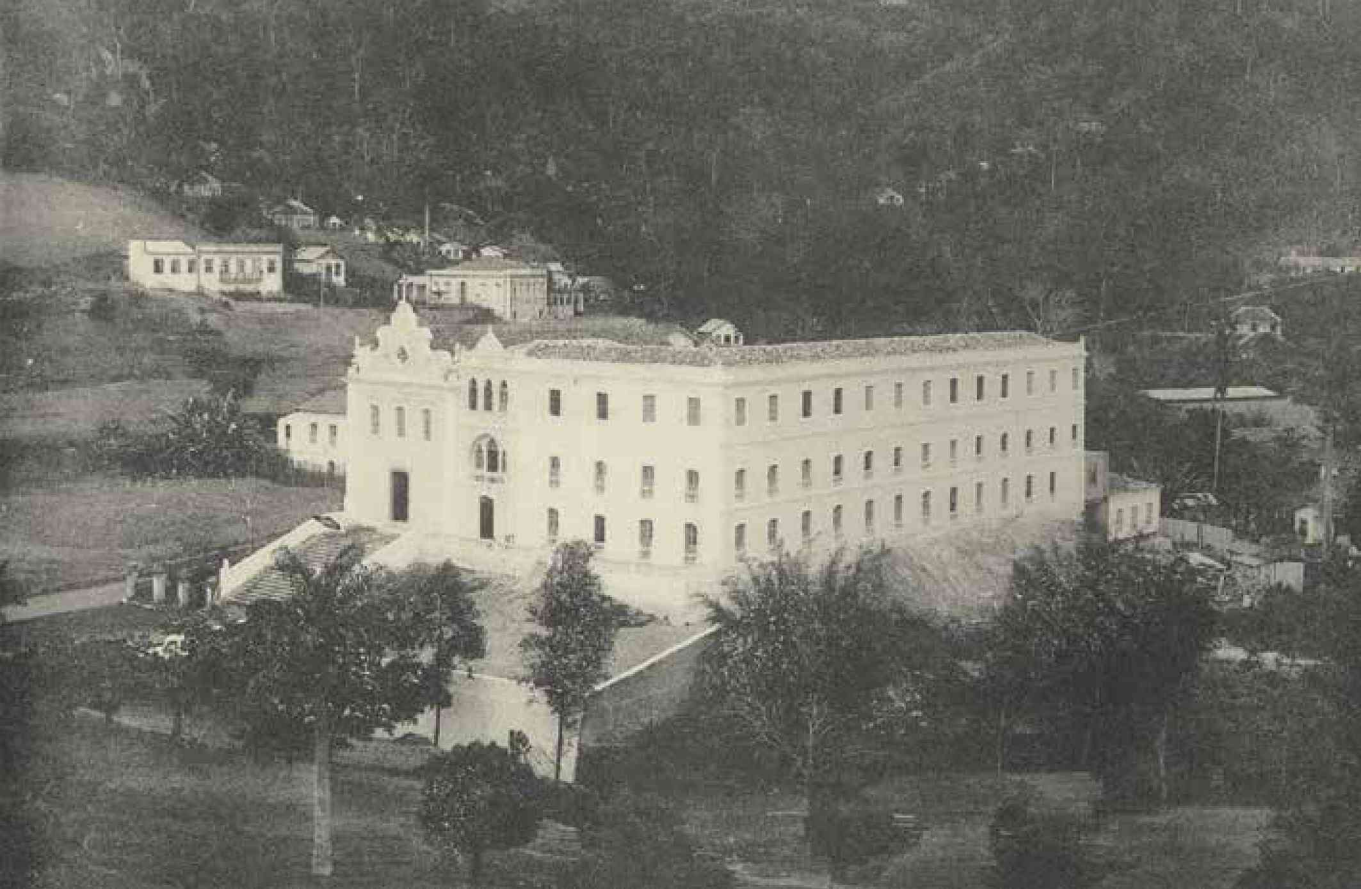
Não. Era um filho de São Vicente de Paulo; jamais deixaria a humildade do trato com as almas, para investir-se de funções estranhas à Santa Vocação. Trabalharia, sempre, na mod estia e na pobreza.

(Sentadinha, num canto do escritório, às voltas com os seus desenhos infantis, uma estudante tudo apreciava das entrevistas. Guardou a frase: "Minha vida é de Nosso Senhor". (Quem poderá duvidar da atividade mental de uma criança quietinha?...)

Finalmente, o Sr. Bispo apresenta uma solução ao venerando Presidente: Jerônimo seria o candidato, ao passo que ele. Dom Fernando, continuaria atento a tudo o que se relacionasse com o benefício do Estado.

Dos entendimentos desenvolvidos pelo Dr. João Luís Alves, encarregado pelo Conselheiro Afonso Pena de reunir, num acordo, as correntes políticas chefiadas pelo Cel. Henrique Coutinho, Dr. Moniz Freire e Torquato Moreira, surgiu, em consequência da passagem com o Sr. Bispo, a candidatura do Dr. Jerônimo ao Governo do Espírito Santo.

Em agosto de 1907, j  se lhe preparava, na Vitória, manifestação de apreço. A 6 de setembro, mesmo antes da Convenção, que a 16 de outubro o indicaria às próximas eleições, entrava ele, festivamente, em Cachoeiro do Itapemirim. No dia 8, era recebido, em triunfo, na Vitória, com a presença do Presidente Henrique Coutinho, na Estação de Argolas, enquanto o con-



O Convento do Carmo após sua reforma, realizada sob a coordenação do arquiteto André Carloni. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 024.

curso popular consagrava-o, naturalmente, seu candidato, e antepunha-se, portanto, à referida e definitiva Convenção, para a Presidência do Estado.

Na Convenção realizada, no Palácio Presidencial, o Cel. Henrique da Silva Coutinho assim apresentou o candidato:

O Dr. Jerônimo Monteiro pertence a uma das mais representáveis famílias do Espírito Santo. É digno irmão do atual Bispo Dom Fernando de Sousa Monteiro, ilustre sacerdote, virtuoso, cheio de bondade e partidário extremado da difusão do ensino, tendo criado nesta Diocese dois institutos de ensino secundário.

O Dr. Jerônimo já representou o nosso Estado, na Câmara dos De-



Jerônimo Monteiro em companhia do Dr. Álvaro de Tefé, então Secretário do Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, e demais autoridades capixabas na escadaria do Congresso Legislativo (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 165.

putados, deixando traço brilhante de sua passagem, conquistando a estima e o respeito dos seus pares, pelo seu espírito reto e por sua dedicação à causa pública. O Estado deve-lhe relevantes serviços, que o espírito partidário não conseguirá desmerecer, à vista eloquente dos fatos.

Apenas alguns convencionais divergiam dessa Convenção: Monseñor Pedrinha que, logo ao início, proferiu forte e extenso discurso, a fim de provar a inelegibilidade do candidato; Pinheiro Júnior e José Belo de Amorim. Monsenhor Pedrinha apresentou-se, ainda, como delegado dos Drs. José Coelho e Eduardo de Carvalho. Dias após, no Congresso Legislativo Estadual, o Deputado José Belo de Amorim, presente à sessão de 24, votou na Moção ao Cel. Henrique Coutinho, pela escolha dos candidatos à Presidência e Vice-Presidência do Estado. E continuou a prestigiá-los, com o seu apoio. O Dr. Graciano Neves foi contra.

No dia 20 de outubro, realizou-se a grande manifestação ao Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro, que foi saudado, em nome do povo, pelo Dr. Thiers Veloso, cunhado do Dr. Torquato Moreira. A Rua José Marcelino ficou inteiramente tomada pelo povo, e os oradores sucediam-se, numa tribuna ali colocada. Vivas!... (o capixaba antigo vibrava em dar vivas!...) *Marche aux flambeaux!*

Em agradecimento, o Dr. Jerônimo respondeu aos manifestantes, e produziu notável oração que, segundo a imprensa local, foi verdadeiro programa de Governo.





Capítulo VII

Jerônimo Monteiro acompanhado pelo irmão, bispo diocesano Dom Fernando, e populares em frente à Catedral de Vitória, após as exéquias do Barão do Rio Branco (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 225.

O Dr. Jerônimo, após a Convenção, passou alguns dias na Vitória, para coordenar sua Plataforma de Governo e observar, de perto, a situação do Estado. Hospedou-se na residência episcopal, onde se encontrava, igualmente, o Dr. Bernardino Monteiro, que participava do Congresso Legislativo Estadual.

À noite, no escritório modestíssimo do irmão Bispo Diocesano, em torno de uma grande mesa, ao tremeluzir de um lampião, os três escreviam atentamente. Dom Fernando examinava a correspondência vultosa, porque até os cartões mais simples recebiam sua resposta pessoal e imediata. Bernardino estudava projetos e preparava os discursos justificativos. Jerônimo cuidava do programa que seria apresentado ao povo do Espírito Santo. Dir-se-iam três monges votados ao estudo e à meditação das Verdades Eternas. Escreviam. Mas, no afanco máximo do trabalho, sacudido pelo entusiasmo, Jerônimo rompia o silêncio: — Água, luz, estrada, esgotos, ensino, lavoura, fábricas...

— “Para, Jerônimo”, exclamava Dom Fernando.

— “Devagar!”, secundava Bernardino.

— Oh! Sr. Bispo, é preciso que se faça tudo.

Falava como impulsionado pela força incontida do ideal, perante a visão de uma empresa grandiosa. Força concentrada na firmeza do olhar e energia dos traços fisionômicos, predcados que lhe foram, sempre, característicos e reduziam as objeções dos seus contendores.

Então Bernardino, sempre jovial, recordava uma passagem da infância, quando o papai os estimulava, na luta contra obstáculos, e concluía: — Subam!

Jerônimo continuava a escrever.

Ao lado, um vizinho seresteiro tangia as cordas do seu instrumento querido, ao compasso da toada, que a tradição conservou:

Podeis vestir vosso verde,

Caramuru.

Que a cô que eu visto não perde

Do céu o azú.

Deixai-vos de pabulage.

Ai, peroá.

Que a cô que eu visto no traje
E a cô do má.

Etc.

Vinte e cinco, um vizinho demente, gritava: — Café! Café! É missa?
Impossibilitado de trabalhar, Bernardino desenvolvia uma oratória disparatada e terminava, em coro com o evocador dos Caramurus e Peroás:

— Chora, meu pinho!...

O violeiro recomeçava. Jerônimo ria-se a valer. Dom Fernando, sério, imperturbável, sem interromper o trabalho, exclamava: — Está muito bonito!

Era a carapuça.

Ao lado, uma estudante — a mesma quietinha e observadora — interrompia os garranchos de um caderno escolar. Empolgada pelo interesse da cena, procurava fixá-la, num ensaio de caricatura, sem pressentir, entretanto, que, no futuro, tivesse de afirmar — Aquele programa extenso e complexo que, segundo veremos adiante, impressionara até o saudoso Presidente Afonso Pena, experimentado em assuntos administrativos, foi, rigorosamente, cumprido.

Era o prenúncio do paralelismo de algumas sábias conclusões de genial publicista, vazadas em biografias de personagens ilustres, benfeitores, artistas estadistas, etc., entre as quais: "A trajetória dos grandes homens permanece, qual monumento indestrutível de energia e personalidade. Eles foram os propulsores do progresso. À semelhança de fochos, no alto das montanhas, iluminavam tudo o que as circundava; mas a luz do seu espírito continua a brilhar sobre gerações sucessivas".

A 29 de outubro, Jerônimo regressou a Cachoeiro do Itapemirim, e foi festivamente recebido. Uma comissão foi esperá-lo a duas léguas da cidade. Outra, em Matilde, onde terminava a linha férrea da Vitória. E foi juntando gente... Todos a cavalo... Umas oitenta pessoas. Pernoitavam em Guimar, na fazenda do Sr. Carlos Gentil-Homem, grande amigo da Família Sousa Monteiro, e que ofereceu um banquete ao homenageado e seus acompanhantes. Chegaram todos ao Cachoeiro no dia seguinte. Um delírio!... Discursos e mais discursos... *Marche aux flambeaux*. Vivas!



Gabinete do Presidente do Estado no Palácio do Governo (atual Palácio Anchieta). O Presidente Jerônimo Monteiro despacha com o Diretor de Agricultura, Terras e Obras, Antônio Francisco de Athayde, e o Secretário Geral de Estado, Ubaldo Ramalheite Maia, (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 012.

Certamente, o Dr. Jerônimo foi passar alguns dias no Monte Líbano, para repousar e abraçar sua Mamãe estremecida.

* * *

Façamos um parêntese, a fim de registrar que duas significativas manifestações Jerônimo recebeu em Santa Rita de Passa Quatro; a primeira, a 15 de janeiro de 1907, quando ali regressou, após oito meses e vinte e quatro dias de ausência. Uma comissão de representantes da ci-



O Presidente Jerônimo Monteiro, ao centro, acompanhado por um grupo de auxiliares e políticos no Salão de Honra do Palácio (1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 002.

dade foi recebê-lo distante e, na sua entrada, tocou a Banda de Música Lira Santa-Ritense.

A segunda manifestação constou da Moção datada de 18 de junho de 1908, e lida na Assembleia Legislativa Estadual, em sessão de 4 de setembro do mesmo ano: — "Congratulando-se com a benemerita e ilustre Convenção do Partido Republicano Espírito-Santense, pela acertada e merecida distinção dispensada a tão insigne brasileiro".

A 28 de novembro seguinte (1907), o Dr. Jerônimo regressou a São Paulo, onde foi recebido pela Diretoria do Partido Republicano Paulista, que lhe prestou honras de grande político.

A 16 de dezembro, aderiu-lhe à candidatura o Dr. Constante Gomes Sodré, 2º Vice-Presidente do Estado e monizista sincero e conceituado. Acompanhavam-no todos os seus correligionários de São Mateus, inclusive a Câmara Municipal, que transmitiu o acontecimento a Jerônimo, de acordo com a proposta do vereador Américo Silveiras.

Realizava-se, portanto, naturalmente, no cenário político do Espírito Santo, a transformação idealizada pelo jovem derrotado de 1900.

Entre a Convenção de 16 de outubro de 1907 e a eleição, a 2 de fevereiro de 1908, Jerônimo apresentou sua Plataforma de Governo. A 17 de janeiro de 1908, o "Diário da Manhã" divulgava esse documento, o "Manifesto Político", firmado no dia 15, e no qual declarava que: — "recebendo o mandato, empregarei as mais vivas forças, para prestar à minha terra os melhores serviços, aplicando, em favor do seu progresso todo o esforço de minha atividade".

Apreciou, em seguida, a segura atuação do seu ilustre antecessor e firmou-lhes justas e delicadas referências:

O atual período governamental, apesar de rodeado dos mais sérios embaraços políticos, deixa, não há negar, traços salientes de sua operosidade, de seus cuidados, em prol da causa pública, e maior, bem maior teria sido sua contribuição, se incidentes e embates vários não sobreviessem, desviando a atenção das suas autoridades.

Após redigir essa e outras referências ao Presidente do Estado e ao Partido Republicano Conservador, inicia, propriamente, as perspectivas do novo quadriênio:

O Governo a suceder prestará, sem dúvida, importante e eficaz serviço ao futuro Estado do Espírito Santo, se souber utilizar as várias forças produtivas e aproveitar os seus prestantes elementos políticos, para interessá-los na obra patriótica do engrandecimento geral. Para isso, é de todo indispensável uma ação moderada e tolerante que, sem fraquezas prejudiciais, evite perturbações, no seio da adiantada família espírito-santense.

Adiante:

A moderação, a tolerância criteriosa, o respeito aos direitos individuais, a defesa de representação das minorias e uma direção governamental firme e meditada, amparada nos preceitos constitucionais e sinceramente dedicada ao bem comum, poderão proporcionar um período de paz útil e fecundo à nossa prosperidade e ao nosso engrandecimento.

Sempre se referindo, com justiça e consideração, ao Presidente Henrique Coutinho, e demonstrando um estudo profundo e seguro dos problemas que teria de solucionar, tratou o Dr. Jerônimo da situação financeira do Estado, visto como "é problema capital da administração pública a solução das questões econômicas dos povos".

E aponta-lhe recursos de solução:

No nosso Estado, é sensível, atualmente, a ausência de energia no espírito de iniciativa individual, cuja falta amortece qualquer movimento produtor.

Terá, certamente, resultados compensadores, a intervenção do Governo, criando e estimulando essa iniciativa particular e lhe proporcionando facilidades, para o início e fomento de novas indústrias que permitam tirar, do nosso ubérrego solo e da nossa flora tão variada e luxuriante, as suas enormes riquezas.

Aponta os meios de realizar esse objetivo, pela influência do Governo do Estado, junto ao Governo Federal e às Municipalidades, no sentido de conseguir a isenção de impostos aduaneiros para os materiais e produtos destinados às classes agrícolas e industriais, à conclusão dos melhoramentos, no Porto da Vitória, e auxílio, para a introdução de imigrantes. Tudo porque, bem avaliava o jovem candidato, filho de fazendeiros e experimentado, no trabalho árduo, na Fazenda Monte Líbano, que, sem transporte, sem educação e sem crédito, nada se poderia fazer para estimular a iniciativa particular, limitada, até então, aos trabalhos da agricultura, em moldes

primitivos e pecuária incipiente. Aliás, em muitas zonas do Estado, não se animavam os lavradores a incrementar suas culturas, temerosos de que os produtos de seus trabalhos se perdessem deteriorados nas estações ferroviárias! Mesmo porque eram ignorados ou pouco divulgados os processos de imunização de cereais e difícil, de certo impossível, obterem-se os agentes químicos necessários.

Conhecedor seguro desses entraves ao progresso do Estado, Jerônimo referiu-se às estradas de ferro e de rodagem; mostrou a necessidade de rodovias complementares que estabelecessem a ligação dos centros populosos e produtores com a Leopoldina e a Diamantina. Referiu-se, ainda, à fundação de escolas agrícolas e industriais, ao fornecimento gratuito de sementes, à propaganda modesta e permanente dos produtos do Estado, à instituição de prêmios, à abertura de mercados que possibilitassem ao produtor colocar, com prontidão, os seus gêneros, libertados dos intermediários, etc.

Aborda, em seguida, a delicada situação financeira do Estado:

Determinará uma nova era de largas restaurações e de inestimáveis vantagens para o Estado, a pontualidade rigorosa na solução dos compromissos que o oneram.

As amortizações, os resgates e as prestações de juros, efetuadas, precisamente, nos prazos fixados por Lei e por contratos, e sempre dentro das forças orçamentárias, dão testemunho indubitável e incontestável da seriedade da Administração.

É de toda a conveniência, indispensável mesmo, abolir, com decidido propósito, o regime de solver obrigações com produtos de novos empréstimos e de novas obrigações.

Concluído o seu plano em relação às finanças, entrou o Dr. Jerônimo no seu programa sobre a educação, a instrução popular e à higiene pública, demonstrando, naturalmente, a impressão colhida no ambiente de São Paulo, onde viveu tantos anos e que tomou como paradigma administrativo. E, conforme veremos adiante, a reforma e a difusão da instrução pública foram grandioso empreendimento do seu Governo. Bastavam,

para impô-lo à gratidão e à admiração dos seus conterrâneos. Não teve, de certo, em apenas quatro anos de Governo, tempo necessário à conclusão do seu vasto programa, e sentiu, depois, as consequências da falta de continuidade, na Administração Pública, diversidade cujos resultados assinou, quanto às finanças: "Em matéria financeira, um programa, para cada Administração concorre, funestamente, para a desorganização desse importante serviço".

Na sua Plataforma, disse:

Incumbe ao Governo, pela fundação de escolas técnicas, que não administrem só o ensino clássico, fazer desenvolver as qualidades práticas dos alunos, habilitando-os para empreender logo um trabalho produtivo, no terreno industrial, mercantil e agrícola.

É necessário banir, de vez, a crença de que só as profissões liberais podem garantir vitória na luta pela existência. E de que só elas proporcionam uma posição de superioridade e saliência na sociedade. A nossa mocidade deve ser preparada e aparelhada para o embate no campo das indústrias, do comércio e da agricultura, onde está travada a luta pela expansão econômica, procurada e reclamada por todos os países.

Algumas de suas iniciativas, como o Instituto de Belas Artes e a Fazenda Modelo Sapucaia, além das fábricas no Vale do Itapemirim, desapareceram, após o seu quadriênio! Tudo porque um Governo que se instala quer logo modificar, reformar, substituir, por feitos novos e próprios, as realizações do seu antecessor.

A saúde pública, a polícia, o embelezamento da Capital, a Organização Judiciária e outros pontos da Administração Pública foram registrados no seu plano de Governo, prelúdio de uma nova era na vida republicana, no Espírito Santo.

Em princípios de janeiro, Jerônimo fora a Petrópolis, submeter à apreciação do Presidente Afonso Pena as linhas gerais desse "Manifesto Político". Espírito progressista e ponderado, ao ouvir a leitura feita pelo futu-

ro Presidente do Espírito Santo, para S. Exa., inexperiente em assuntos administrativos, observou, com a atenção e o devotamento dispensados sempre à causa pública: — "Impossível ao Governo de um pequeno Estado executar um programa tão vasto, em curto prazo de quatro anos".

Segundo o noticiário da imprensa, vemos que o Dr. Jerônimo recebeu convite para voltar a Petrópolis. Conciliador e amigo de ambos, tentava o ilustre Conselheiro arranjar um encontro do futuro Presidente com o chefe político do passado. Sucedeu, porém, que, no dia escolhido, Jerônimo informou-se, na antessala, de que o Dr. Afonso Pena encontrava-se em conferência com o Dr. Moniz Freire; retirou-se, cortesmente, pedindo audiência para o dia seguinte.⁶

Nessa segunda entrevista, manifestou-lhe o venerando Conselheiro, de fato, o desejo de um acordo com o Dr. Moniz Freire. Jerônimo, porém, com a delicadeza que lhe era peculiar, sem quebra de personalidade, declinou da proposta e declarou que não podia ser desleal ao Presidente Henrique Coutinho.⁷

Tudo corria às maravilhas! Jerônimo parecia um predestinado, digno da sorte que tão bem lhe sorria: — sua eleição, por todas as correntes políticas sufragada, foi praticamente unânime, conforme o Parecer da Comissão Legislativa, que a apurou a 7 de abril de 1908:

Quanto à eleição de Presidente, não se poderia cogitar de nenhuma alteração, na ordem da votação, podendo dizer-se que a eleição do Dr. Jerônimo Monteiro foi quase unânime.

A referida Comissão, composta dos Srs. Galdino Loreto, José Belo de Amorim, Clodoaldo Linhares, Pio Ramos e Paulo de Melo, verificou o seguinte resultado:

6 *Diário da Manhã* - 21/01/1908.

7 *Diário da Manhã* - 21/01/1908.

Para Presidente do Estado:

Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro.....7.989 votos

Barão de Monjardim13 votos

Dr. José Belo de Amorim.....10 votos

Para Vice-Presidente:

Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima.....7.746 votos

Joaquim Lirio6.727 votos

José Coelho dos Santos5.746 votos

E outros menos votados.

Não foi uma eleição, alguém o afirmou: sim, uma verdadeira consagração popular! Entretanto, o Dr. Jerônimo estava em São Paulo. Não acompanhou as eleições, no Espírito Santo, em sinal de respeito à liberdade de pronunciamento do povo.





O PRESIDENTE
JERÔNIMO
DE SOUSA
MONTEIRO

C a p í t u l o
VIII

*Panorama da Baía de Vitória, vendo-se
ao fundo o Convento da Penha. APEES -
Indicador Ilustrado (1910), 04.*

Enquanto, na Vitória, o povo continuava, nos comentários do "Manifesto Político", de 15 de janeiro de 1908, surgiam notícias empolgantes para o momento. Telegramas de São Paulo relatavam as manifestações de regozijo recebidas pelo Dr. Jerônimo; destacava-se um banquete oferecido ao futuro Presidente do Espírito Santo pelo Dr. Jorge Tibiriçá. Outro banquete era promovido pelos membros do Diretório Político de Santa Rita de Passa Quatro que, para isso, vieram a São Paulo (Telegrama de 17 de fevereiro de 1908). Simultaneamente, publicava "O País", do Rio de Janeiro, uma entrevista do Dr. Eduardo Otten sobre a vitória do Partido Construtor, em relação ao Dr. Jerônimo.⁸

Observemos, entretanto, que ele não estava em São Paulo, esbanjando o tempo, enlevado pela satisfação do êxito eleitoral. Entregava-se, de fato, a um estudo sincero, à colheita de elementos, para a execução do programa já referido.

Acompanhado pelo Dr. Albuquerque Lins, visitou estabelecimentos públicos, a fim de verificar seus aperfeiçoamentos, sua organização e possível introdução, no Espírito Santo. Estudou, especialmente, a organização do Tesouro. Postos à sua disposição, pelo Presidente Jorge Tibiriçá, os diretores da Escola Normal e do Serviço Sanitário foram solícitos em acompanhá-los aos institutos de ensino e à Repartição de Higiene.

Com os Drs. Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins, o Dr. Jerônimo foi visitar os arrozais de Itu.⁹

Tratou, igualmente, de entendimentos relativos aos serviços de água, luz e esgotos para Vitória, conforme comunicação feita ao Presidente Henrique Coutinho, a 5 de março do mesmo ano. Muito lhe serviu, nesse preliminar do seu Governo, a influência do seu ilustre sogro, o Comendador Cícero Bastos, que o orientou nas relações com o Dr. Augusto Ramos. Homem de trato amável, inteligência brilhante, prosa agradável, admirável pela cultura e coração ainda maior, o Dr. Augusto Ferreira Ramos revelou-se a escolha feliz do Dr. Jerônimo para realizar seus sonhos de transformar Vitória em cidade civilizada e bonita.

8 *Diário da Manhã* - 20/3/1908.

9 *Diário da Manhã* - 25/5/1908.

Empolgado pelas notícias, o povo não perdia um telegrama inserido no "Diário da Manhã". E surgiam versos, de acordo com o velho costume vitoriense:

De côres várias, sortidas,
Que são todas um primor,
O chapéu Jerônimo Monteiro
É o que tem mais valor.

Era um anúncio da Casa Bumachar, situada na Praça Santos Dumont, depois da Praça Oito de Setembro, fronteira ao Café Globo, e que mandara vir um sortimento de chapéus para homens. Variava:

Na Casa Bumachar,
Que o Estado conhece, inteiro,
Todos já devem comprar
Chapéu Jerônimo Monteiro.

Em carro especial, a 4 de maio, Jerônimo chegou ao Rio de Janeiro. Foi recebido pelo representante do Presidente da República, por ministros, bancadas mineira, paulista e espírito-santense, etc. Ao embarque, em São Paulo, compareceram o Presidente Jorge Tibiriçá, secretários, políticos, etc., o mundo oficial, como se dizia.

E o Bumachar aproveitava para vender seus chapéus:

Na posse do novo eleito,
À Presidência do Estado,
O chapéu Jerônimo Monteiro
É um chapéu obrigado.

Do Rio, seguiu o Dr. Jerônimo para Minas Gerais, a fim de visitar o Dr. João Pinheiro e tratar dos limites entre aquele Estado e o Espírito Santo, questão velha e sempre nova. Outras homenagens recebeu, iniciadas com a recepção oficial, festiva, ressaltadas pelas duas Bandas de Música Mi-

litares. Em carro aberto, acompanhado por um piquete de cavalaria, seguiu para a residência do Dr. João Luís Alves, onde se hospedou.

Embora ligeira, foi proveitosa a permanência, em Belo Horizonte. Sempre em companhia do Dr. João Pinheiro, visitou diversos grupos escolares, a Escola Normal e a Fazenda Gameleira, onde assistiu à abertura de estradas de rodagem, mediante maquinismos aperfeiçoados, vindos da América do Norte.

Deve o leitor lembrar-se de que foi impressionante a obra de João Pinheiro, no curto espaço de dois anos de Governo, pois eleito para o quadriênio de 1906 a 1910, faleceu a 25 de outubro de 1908. Além de estimular todas as atividades culturais, criou Grupos Escolares e introduziu, em Minas, os métodos racionais de agricultura, de par com a instituição de cursos práticos de lavoura, estabelecimento de campos de experimentação, sementes, etc.

(Com o tempo, os espírito-santenses diziam que o Brasil tinha três Jotas em sua História: J. Pinheiro, J. Castilho e J. Monteiro).

No regresso à Capital da República, Jerônimo levou, de Minas, o Dr. José Bernardino Alves Junior como Secretário Particular. E visitou o Dr. Alfredo Backer, Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, preparou-se rigorosamente, com segurança e noção de suas responsabilidades, para o seu grandioso quadriênio.

No "Correio da Manhã", de 16 de maio de 1908, destacava-se a entrevista que dera sobre os seus objetivos de prosseguir

Na política financeira de Coutinho, mantendo a pontualidade nos pagamentos e o maior respeito aos credores; reduzindo quanto possível o passivo do Estado. Conservar e construir vias férreas. Desenvolvimento e multiplicação de núcleos coloniais. Ensino agrícola e profissional. Melhoramentos da Capital, instrução, programa conciliatório, etc.

* * *

Mas, enquanto o Dr. Jerônimo realizava essa preparação rigorosa para assumir o pesado cargo de Presidente do Espírito Santo, seu irmão, o



Jerônimo Monteiro (de chapéu branco) acompanha o ministro da fazenda em trânsito para o Estado da Bahia (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 131.

Bispo Diocesano, viajava pelo interior da Diocese, para levar a Palavra Divina aos seus queridos filhos espirituais, em Pau Gigante e outros lugares. A cavalo, de trem ou de canoa, Dom Fernando viajava, na sua piedosa missão, acompanhado pelos lazaristas e outros sacerdotes. Era o filho de São Vicente; era o Bispo Missionário, alheio às grandezas do mundo, para viver na pobreza e na humildade.

* * *

A 27 de março de 1908, um telegrama de Piúma divulgava a Circular do Governo Municipal de Vitória, relativa à subscrição popular, para a compra de uma casa, para o Cel. Henrique Coutinho. Já rendera ali 700\$000. A subscrição alcançou 19:245\$000, quantia que o ex-Presidente

te agradeceu, a 25 de outubro do mesmo ano, pelo jornal "O Comércio do Espírito Santo". Declarou que aplicaria em apólices de 1.000\$000, para depois adquirir uma casa! Saiu pobre do Governo e teve de procurar um emprego. Recorreu ao Gen. Pinheiro Machado, que o colocou e, desde então, decidiu-se contra o Dr. Jerônimo Monteiro...

* * *

A 19 de maio de 1908, no paquete *Pará*, posto à sua disposição pelo Ministro Lauro Müller, chegou o Dr. Jerônimo à Vitória, em companhia de sua Exma. Família. Tocava, então, o ótimo vapor, pela primeira vez, na Capital do Espírito Santo. Chegaram, igualmente, na comitiva, a Sra. D^a Henriqueta Rios de Sousa e os cunhados de Jerônimo, Alcino e Avelinda.

(O Lloyd Brasileiro, de acordo com o Ministro, ofereceu a passagem ao Dr. Jerônimo e a toda a família).

Festa excepcional!...

Salva de vinte e um tiros, quando o *Pará* transpôs o Penedo, no Forte de São João. Filarmônicas Rosariense e Caramuru, tocando no Éden Parque, onde se realizou o desembarque. Um cortejo festivo enorme acompanhou os recém-chegados ao Hotel d'Europe, onde todos se hospedaram, em cômodos reservados pelo Governo. D^a Henriqueta foi para a residência episcopal, junto ao filho Bispo.

Todo o percurso, a pé, visto como não existiam veículos, para o trânsito, nas ruas medonhas daquele tempo.

Marfório, nos seus "Croquis" do "Diário da Manhã", dedicou um soneto ao Presidente eleito:

Salve!

Toda a Vitória, engalanada, em festa,
Hoje, de intenso orgulho prisioneira,
Ao chefe eleito, as homenagens presta
Acolhendo-o, risonha, prazenteira.

Como ao dever ela faltar não queira,
Num frêmito de glória manifesta,
Sua população acode, inteira,
E, assim, apreço franco lhe protesta.

Ele, em triunfo, ao seu Estado aporta,
Vibrante de esperança nunca morta,
De fazê-lo brilhar, pelo progresso!...

É justo, pois, o entusiasmo ardente,
Com que vai recebê-lo toda a gente,
Nas faces, tendo esse prazer impresso!

Marfório era o pseudônimo do jornalista Luís Fraga.

Havia o Cel. Henrique Coutinho, a 19 de maio, inaugurado a luz elétrica, no Palácio do Governo, e melhorado a praça fronteira, onde as moças faziam o Corso, à tarde.

Finalmente, no dia 23 de maio de 1908, realizou-se a Posse, no Congresso Legislativo, com destacado discurso proferido pelo Cel. Augusto Calmon, Presidente da Casa, e as galerias repletas de senhoras em trajes pomposos, ornadas de finas joias, tudo ao rigor do Art Nouveau: grampos lindos, empinados nos cajus, amparavam os topetes, ao passo que os leques de finas rendas, plumas, madrepérolas, etc. amenizavam o rigor do ambiente. Quase todos os vestidos eram de cetim-Macau puro, e gurgurão e tafetá.

— Nunca se viu uma posse assim!, alguém exclamou.

Soam os primeiros compassos do Hino Nacional. Voltam-se todos os olhares para a entrada do salão, e muitas lágrimas afluem àqueles que divisam a cena singular: Dom Fernando penetra no recinto, conduzindo, com filial ternura, sua querida Mamãe! D^a Henriqueta vivia, ali, uma hora indefinível, na sua vida de formadora de homens conscientes dos seus deveres cívicos!

* * *

À noite, o Ex-Presidente Henrique da Silva Coutinho ofereceu um banquete ao Dr. Jerônimo, no Palácio do Governo, terminado o qual, seguiram todos para a Praça Santos Dumont e tomaram o bonde especial, até o Melpômene, onde houve uma peça teatral, e o ator Brandão Sobrinho recitou um *Monólogo*, escrito pelo Prof. Aristides Freire:

Nos dias de aniversário,
Cada qual faz o que pode:
O velhote pinta a barba,
O moço frisa o bigode.

É extenso e termina:

Agora as festas de um povo,
Que tem noção do dever,
São festas justas, sinceras,
São festas que têm que ver.

Por exemplo, a festa de hoje,
Que envolve a população,
Rememorando alto feito
Do seu querido torrão,

Que recebe, em suas plagas.
Ilustre filho chegado,
Alvo de todas as vistas
Há tanto tempo esperado.

(*Diário da Manhã*, 26/5/1908).



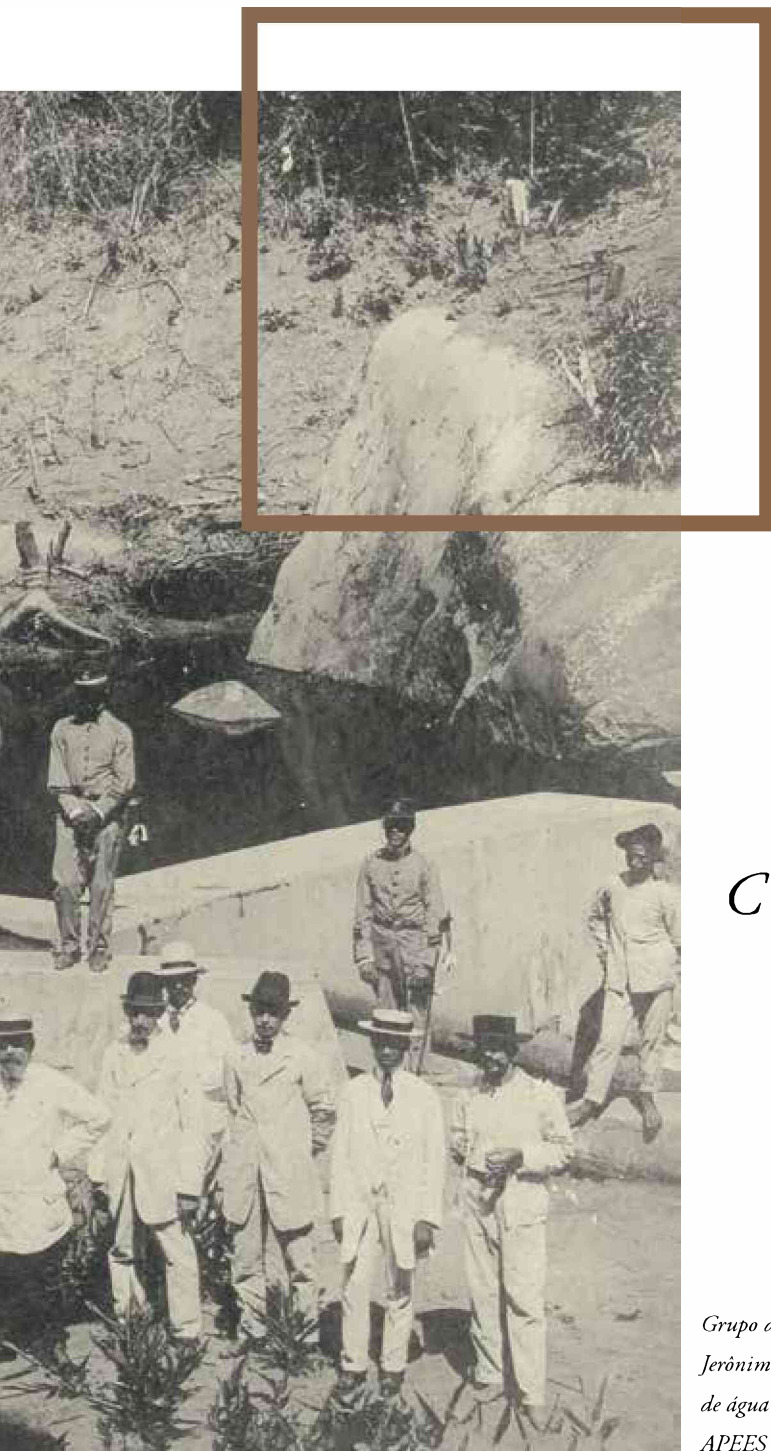
*Solenidade de bênção da inauguração do cemitério de Santo Antônio,
Vitória, em 9 de fevereiro de 1912, com a presença do bispo Dom
Fernando de Sousa Monteiro. APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 259.*

Assim, entre esperanças de muitos e expectativa simpática de outros, prestigiado pelo Governo Federal e por todas as correntes políticas do Estado, iniciou Jerônimo o seu Governo, e inaugurou uma nova era para o progresso e o conforto do seu povo; era assinalada pelos traços indeléveis de sua prodigiosa capacidade de trabalho, a serviço de uma inteligência forte e bem cultivada.

Logo após assumir o Governo, nomeou o Dr. Ubaldo Ramalhet e Maia Secretário Geral do Estado, e o Capitão Hortêncio Coutinho, seu Ajudante de Ordens.

Restabelecido o cargo de Oficial de Gabinete, pelo Decreto nº 99, com o subsídio anual de 3.000\$000, foi nomeado para exercê-lo o Dr. José Bernardino Alves Júnior, a 6 de junho seguinte.





Capítulo *IX*

Grupo de pessoas acompanha o Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, em visita à represa de captação de água do rio Pau Amarelo, em Cariacica (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 084.

Jornalista e advogado, no seu recanto de Santa Rita de Passa Quatro, o Dr. Jerônimo sacrificou, portanto, a posição, ali conquistada, para assumir o Governo da sua terra.

Verificou, então, que "ao lado de uma política extremada, pela grande luta anterior, com profundas dissensões, entre grupos militantes, havia serviços públicos da mais alta importância que reclamavam providência imediata e urgente".

"Era indispensável ordenar, organizar e metodizar todos os serviços administrativos, começar pelo do próprio Presidente do Estado, que teve de submeter-se a uma sistematização rigorosa da sua atividade, sem prejudicar os deveres elementares de expediente, ouvir as partes, os representantes do povo, conferenciar com os seus auxiliares, dispor de tempo para aplicar-se com êxito, aos trabalhos do Governo, o que era preciso fazer, que devia fazer" ¹⁰.

Na sequência deste relato, veremos que, no Espírito Santo, de fato, quase tudo estava mesmo por fazer-se, de modo que se apresentou ao novo Presidente um campo vasto para realizações correspondentes ao seu idealismo e à sua extraordinária atividade.

Além disso, eleito, pode-se dizer, por todas as correntes políticas, tudo lhe corria às maravilhas, repetimos, como a um predestinado, apesar dos recursos limitados que teria de dispor, na execução do seu "impossível" programa.

A Lei nº 517, de 24 de dezembro de 1907, orçava a Receita geral do Estado, em 2.889:000\$000, ao passo que a Lei nº 518, seguinte, fixava a despesa em 2.979:417\$664.

Jerônimo, contudo, não vacilou um instante. Determinou o horário das audiências públicas e, aos seus auxiliares, reservou as terças-feiras, das 18 às 22 horas, para recepção às pessoas que desejassem visitá-lo e à Exma. Família. Tudo porque "contava as horas do dia para dedicar-se, exclusivamente, à causa da sua terra". ¹¹

Além disso, determinou um dia da semana para despachos coletivos, com seus auxiliares diretos, a fim de que todos tivessem melhor co-

¹⁰ *Diário da Manhã* - 25/5/1908.

¹¹ Jerônimo de Sousa Monteiro - *A política do Espírito Santo*.

nhecimento do que se passava na Administração e pudessem coordenar melhor suas atividades.

Logo, mediante serviços vultosos e duráveis, enfrentou o saneamento da Capital, presa constante de epidemias que afastavam correntes imigratórias, em consequência de notícias veiculadas, até na Europa: "Cólera, bubônica, febre amarela, varíola e outros pavores que enlutavam as famílias e prejudicavam a realização do trabalho coletivo. Flagelos que se alastravam numa cidade sem luz, e sem água canalizada... Fotografias antigas atestam os monômios de utensílios: baldes, latas, púcaros, talhas, etc., no Largo de Santa Luzia, onde se encontrava o mais importante chafariz popular, compensado pelo transporte em pipas, quando não se comprava água, nas canoas do Rio Jucu. Os moradores, perto do Carmo, mandavam apanhar água na Fonte Isabel, na Fonte Grande, a melhor da cidade. Custava a lata 500 réis. Tudo porque "para uma população de mais de doze mil almas, o abastecimento era feito pelos quatro chafarizes que secavam, nas épocas de estiagem, sujeitando os habitantes da Vitória a receber o líquido em canoas, sem a menor condição de higiene. Os canoeiros, ali dentro, tinham os pés!...

Sem água não podia haver esgotos. Eram os dejetos lançados nas valas do Campinho e na maré, em pontos determinados pelas autoridades. E os "tigres" levados, altas horas da noite, pelos encarregados desse nojento ofício.

Acontecia, às vezes, largar-se o fundo dos velhos barris e o coitado carregador, ganhar um "banho" indesejável. Das janelas, jogava-se na rua o que sobrava. Constituía, assim, um perigo o trânsito, nas ruas estreitas, calçadas a "pé de moleque" e escuras, em consequência da iluminação reduzida a lampiões de querosene, distanciados nas esquinas, apagados no plenilúnio, porque o Contrato do Serviço estabelecia essa espécie de homenagem à formosa Rainha da Noite.

A Lua determinava, portanto, a economia de combustível. Seguia-se a folhinha. Não se acendiam os lampiões em noites assinaladas "de luar", mesmo que o mau tempo as tornasse escuras, como demais.

Dizia-se que os candeeiros da Vitória brincavam de esconder com a Lua. E quem precisasse sair, à noite, devia levar, aberto, o seu guarda-chuva, mesmo em pleno luar... Lembremo-nos de que, na falta de um capelão da Santa Casa da Misericórdia, Dom Fernando ia, muitas vezes, pela ma-

drugada, celebrar a Santa Missa e levar o conforto espiritual às Irmãs de Caridade e aos doentes. Munia-se de uma lanterna, para andar nas ruas sujas e atravessar o Campinho medonho, dos princípios do século XX.

No "Manifesto inaugural", de 10 de junho, publicado no dia 11 no "Diário da Manhã", no qual divulgou seu programa de Governo, dizia o Dr. Jerônimo: — "Não se pode conceber uma cidade, de população relativamente densa, desprovida, por completo, dos elementos mais preciosos à comodidade e à vida dos seus habitantes.

"Esses serviços são difíceis e sobremodo dispendiosos, mas se impõem, mesmo com os maiores ônus".

Frisou a péssima impressão causada aos ádvenas e que afastava capitais e dificultava o progresso.

O *é preciso*, entretanto, estava gravado no espírito do jovem Presidente, embora a terra, quase incógnita no cenário brasileiro, apresentasse uma receita mínima, em face do que seria exigido, para o impulso que a tornaria, verdadeiramente, a Joia do Brasil, segundo a feliz expressão de Moniz Freire.¹²

Logo, Jerônimo iniciou visitas aos diversos pontos da cidade, aos Colégios, à carril-Suá, às repartições públicas, ao aterro da Vila Moscoso, etc., a fim de conhecer-lhes a situação. Na Vila Moscoso, o Campinho dos nossos avós, inspecionou os trabalhos de saneamento e drenagem, contratados com os Drs. Pedro Bosísio e Lucas Bicalho. E as visitas continuaram ao Tesouro, ao Ginásio Espírito-Santense, ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a Inspetoria de Higiene. O Presidente informava-se de tudo. A 23 de junho, visitou o Quartel de Polícia e a Cadeia Pública, onde conversou com os presos e os ouviu, carinhosamente, de modo a confortá-los, na sua desdita. Estava o quartel em péssimo estado e a cadeia verdadeiro lugar de martírio! Mesmo porque o quartel foi construído em lugar pantanoso, com a falta do necessário preparo da base.

12 Discurso da inauguração da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.



Edifício da Convertedora, estação de processamento de força elétrica. Imóvel construído em 1911, junto ao morro da Fonte Grande, e que também serviu como garagem e mecânica de manutenção dos bondes da capital. No local, encontra-se instalada, atualmente, a sede do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1911). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 332.

* * *

A 29 de maio, foi nomeado o Prof. Carlos Mendes para o cargo de diretor da Instrução Pública.

Determinou o Presidente a publicação do Balancete da Receita e da Despesa, durante a semana. E que o pagamento do funcionalismo partisse dos aposentados e continuasse com os menos favorecidos — soldados, porteiros, serventes, contínuos, etc., em ordem crescente, de modo que o chefe do Governo fosse o último a receber seus vencimentos. — "Os mais precisados devem ser os primeiros a ser atendidos. O Presidente pode e deve esperar". Além disso, o pagamento dos Ministros da Corte de Justiça e dos Deputados, por determinação do Presidente do Estado, passou a ser feito, diretamente, nas respectivas Casas, em consideração à grandeza dos seus cargos, à dignidade dos Poderes Judiciário e Legislativo.

(Na Redação destas linhas, recordamo-nos do abalo sofrido por um desembargador aposentado, quando, no primeiro dia de pagamento, na situação de inativo, teve de entrar na fila de velhos, cegos, trôpegos, trêmulos, maltrapilhos, etc.!... Saiu desesperado e passou procuração a um filho, para receber os pagamentos seguintes.

Muita gente que pode vai no outro dia, ao término dessa provação).

* * *

A cidade da Vitória entrou em novo ritmo que entusiasmava todas as classes. Assim, em 9 de junho, um comerciante, em nome de seus colegas, pedia a criação de um banco, ou o estabelecimento de uma sucursal de um dos bancos do Rio de Janeiro.

O primeiro banco instalado na Vitória foi o The London & River Plate Bank Limited, — o Banco Inglês de sempre, que iniciou sua operação a 28 de janeiro de 1910, no prédio da Rua da Alfândega, nº 6. A Prefeitura isentou-o do pagamento de impostos municipais por dois anos.

A 2 de novembro de 1908, pelo *Goiás*, chegou à Vitória o Dr. Augusto Ramos, acompanhado pelo Sr. Cícero Bastos, para estudar os meios

de abastecimento de água na Vitória. Com o Dr. Ceciliano foi ao Jucu ver os trabalhos iniciados. A 11, assinou o contrato, para execução dos Serviços de Água, Luz e Esgotos, por 2.100:000\$000, pagáveis em prestações. No dia 13, o Presidente do Estado mandou ao Congresso Legislativo a Mensagem em que lhe submetia a aprovação do mesmo contrato, que se realizou a 21. Obrigava-se o Dr. Augusto Ramos a fazer o abastecimento aproveitando o Rio Jucu. Aduziria até o reservatório do Morro Santa Clara, 2.400.000 litros, em vinte e quatro horas. Mas, por sugestão do Cel. Francisco Carlos Schwab Filho, de Cariacica, resolveu-se, depois, captar o Rio Duas Bocas, ou melhor, suas cabeceiras denominadas Pau Amarelo. Por isso, a 6 de agosto de 1909, firmou-se aditamento ao mesmo contrato. Obrigou-se, então, o contratante a aduzir 3.600.000 litros diários, abreviar o prazo para a conclusão das obras, levantar a planta cadastral e topográfica da Vitória, etc.

Enquanto, porém, aguardava os estudos preliminares e a aprovação do referido contrato, o Dr. Jerônimo tomou diversas providências: cuidou de instalar aparelhos sanitários no Palácio do Governo e nas repartições públicas, pelo sistema de fossas, comissionou o Eng. Pedro Bosísio para captar os mananciais existentes na Ilha e canalizá-los para esses lugares e para as escolas, de modo a servi-los, até que fossem realizados o abastecimento de água e a rede de esgotos. Providenciou, igualmente, a distribuição de água em carros-pipas às residências. A 22 de outubro, o Sr. Antenor Guimarães restabeleceu esse serviço, a 50 réis o barril. Como antes tivera prejuízo, o Governo deu-lhe uma subvenção compensadora, que restabelecesse a distribuição.

A 4 de julho do mesmo ano de 1908, chamou ao Palácio o Dr. Ceciliano Abel de Almeida e confiou-lhe os estudos preliminares sobre o abastecimento de água à Vitória.

No discurso de Posse, na Academia Espírito-Santense de Letras, o saudoso Dr. Carlos Sá, ao referir-se a essa passagem, disse: "O Espírito Santo, meus senhores, rendia, naquele tempo, 2.500\$000 anualmente". O Dr. Jerônimo sorriu (diante das ponderações do ilustre engenheiro sobre as dificuldades financeiras e o plano gigantesco apresentado pelo Presidente) e, esfregando as mãos, num hábito seu, replicou, cheio de entusiasmo: —

"Vá iniciar, já e já, Dr., o seu trabalho e deixe que o dinheiro há de aparecer. Eu hei de cumprir tudo o que prometi à minha gente".

Ocupou, o Dr. Ceciliano, o cargo de diretor da Repartição de Obras e Empreendimentos Públicos, no lugar do Dr. Antônio Araújo Aguirre, que assumiu o de diretor do Núcleo Afonso Pena. A nomeação do Dr. Ceciliano datou de 19 de agosto.

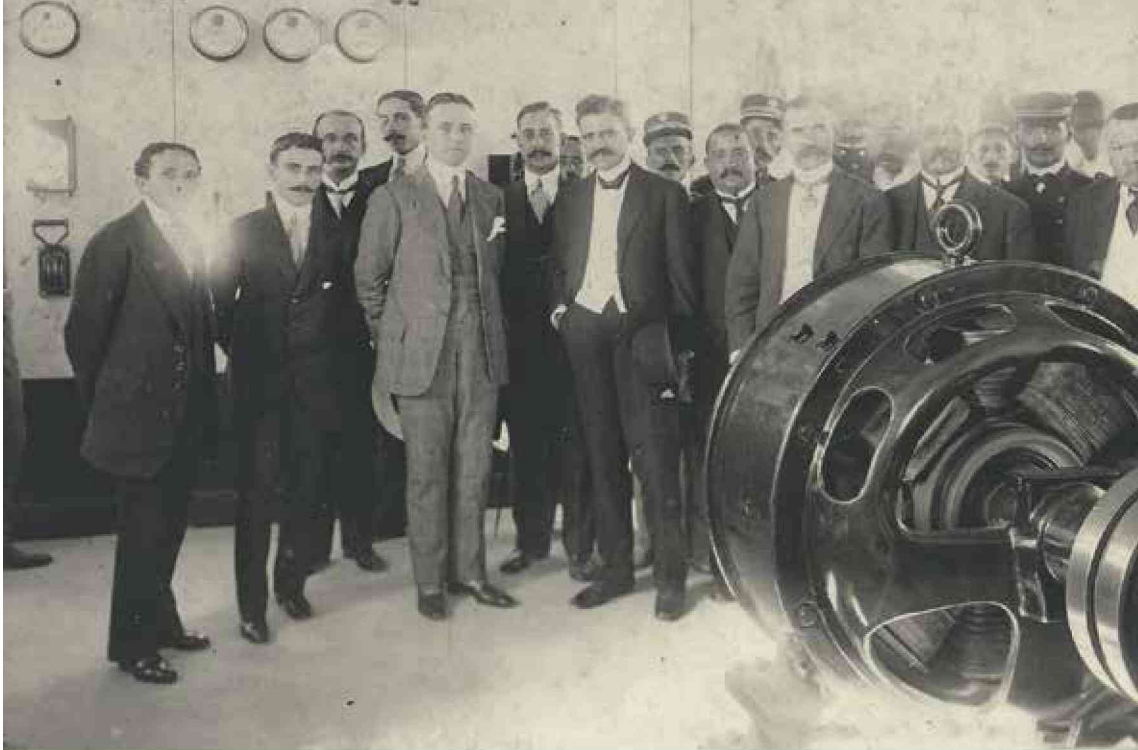
"Decorrido algum tempo", continua Carlos Sá, "nas visitas diárias, geralmente, às primeiras horas do trabalho, pois o Dr. Jerônimo era madrugador, embora trabalhasse até alta noite, repetia sempre, quando o serviço estava adiantado: — 'Então, Dr. Ceciliano, o dinheiro?' E terminava, sorrindo: Afinal, o dinheiro apareceu".

Mas todo o material empregado nas obras tinha de ser da melhor qualidade, importado da Europa: manilhas de esgotos vidradas, de modo que, decorridos sessenta e dois anos quase, agora, com a escavação das ruas, para o reforço da drenagem, apresentam-se ainda perfeitas, e os canos para a água sofreram apenas deterioração, em consequência da "renovação" constante do calçamento das ruas, pelo peso dos veículos e outras consequências da vida urbana moderna.

A 13 de março de 1909, pelo navio alemão *Assuncion*, chegaram de Antuérpia seiscentos e oitenta e nove tubos de aço, destinados à condução da água para a Capital, cinco barricas de asfalto, dois fardos de juta, dois barris de bastões de madeira, vinte e oito sacos de cordas de cânhamo, duas caixas de isoladores e oitenta e cinco peças de acessórios, para os trabalhos relativos à água e à luz elétrica.

O navio trouxe, ainda, dezoito volumes, contendo peças de chariz, candelabros, grelhas, etc., para a ornamentação da Praça Santos Dumont. O ancoradouro foi o Cais da Leopoldina, conforme fotografia existente no Arquivo Público do Estado. E o fato entusiasmou os demolidores céticos — Vitória teria os melhoramentos prometidos pelo Dr. Jerônimo.

A 17 de maio seguinte, o "Comércio do Espírito Santo" noticiava que o vapor alemão *Macedônia* trouxera de Antuérpia duzentos e oitenta e seis volumes de lâmpadas, fios de cobre e aparelho para iluminação elétrica; quinhentas peças e duas barricas com dispositivo de ferro, automáticos,



Jerônimo Monteiro em companhia do Dr. Álvaro de Tefê, Secretário da Presidência da República, e outras autoridades em visita à sala de máquinas no edifício da convertedora de força elétrica. (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 289.

e pertences para bombas elétricas; quinhentos e cinquenta amarrados e setenta e cinco caixas, com chumbo, para o serviço de água.

O povo se entusiasmava. A casa Teixeira & Guimarães tratou logo de importar material adequado à nova era e futuros trabalhos que se apresentariam.

Mas não havia ponte. Deviam os canos passar pelo fundo do mar, de Guaíamum até Santo Antônio. Trabalho duro, difícil e dispendioso!...

Ressaltemos, nesta passagem, que ao assumir o Governo, a 23 de maio de 1908, o Dr. Jerônimo encontrara, na escrituração do Tesouro, a quantia de 466:568\$391.¹³ Calculou, entretanto, o equilíbrio do Erário e extinguiu todas as despesas desnecessárias e os lugares cuja supressão imedia-

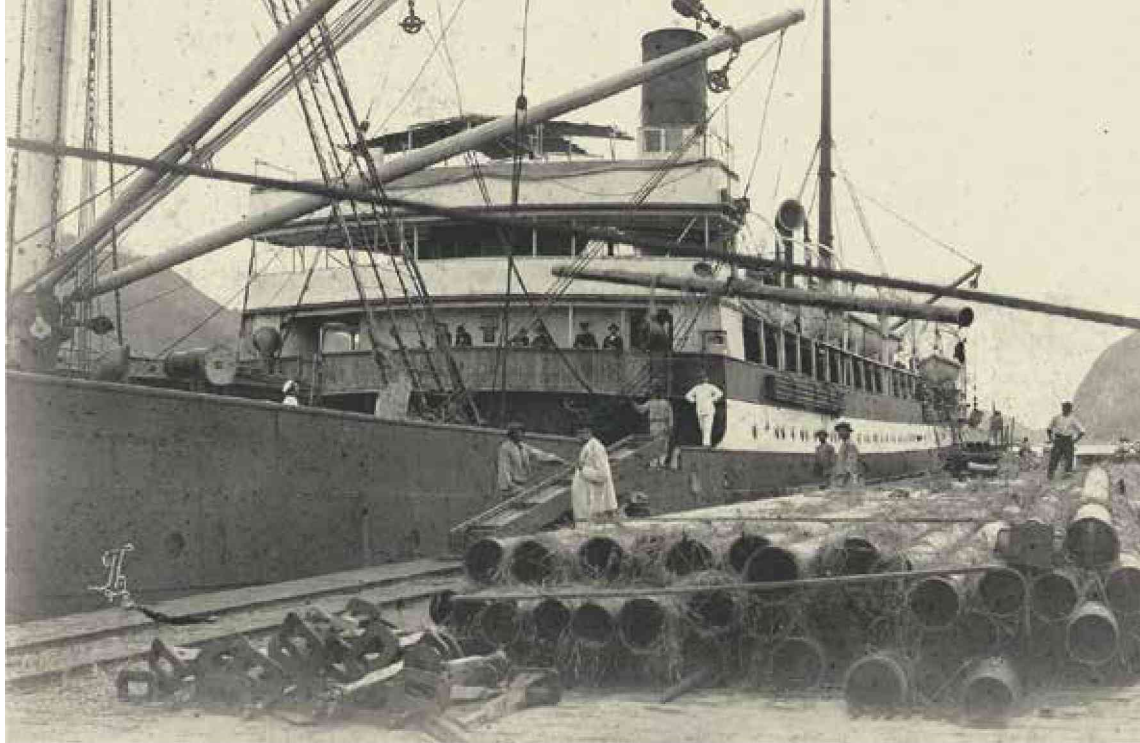
13 Jerônimo de Sousa Monteiro - Mensagem de 1908.

ta não acarretasse prejuízo ao Serviço Público. A oposição gritou que "era a derrubada"!... Tratava-se, porém, de medida necessária porque: "Estava feito e ultimado o empréstimo externo de 1908, e sobre ele já havia o meu antecessor sacado a importância de 120 francos", disse o Dr. Jerônimo, na *Mensagem de 1912*. (Quem escreve estas linhas sabe da oposição do novo Presidente do Estado a que o seu antecessor realizasse esse empréstimo. Foi uma tristeza para o Dr. Jerônimo!)

* * *

Apesar da energia dessas medidas, ninguém ficou ao desamparo ou desocupado, porque as desacumulações abriram vagas e, atacados os serviços de água, esgotos e energia elétrica, o estímulo generalizou-se, operários surgiam de todos os cantos, cada qual utilizado, segundo suas habilitações ou seus ofícios. À cidade da Vitória chegavam ferreiros, bombeiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, etc. Um exército de operários! E nos bancos das farmácias (lugar predileto sempre das conversas antigas), nas praças, nos cafés, nas reuniões familiares tão gostosas daquele tempo, antes do rádio e da televisão, fervilhavam os comentários.

Generalizou-se ainda o estímulo, com a presença do Presidente do Estado, que aparecia aqui e ali, empolgado pela realização do seu programa genial. Aparecia para certificar-se da qualidade superior do material empregado e do progresso deste ou daquele trabalho. Isso porque o Presidente distinguia-se pelos seus predicados, pela formação complexa: era jurista, engenheiro, artista e administrador... O Dr. Jerônimo tudo conhecia. Preparara-se, de fato, para a obra que se propunha a realizar: o soerguimento do Espírito Santo. Atacados os trabalhos de tal forma, houve a 22 de setembro de 1909 uma experiência preliminar, que movimentou a população: Altas horas da noite, acenderam-se as lâmpadas na cidade. Inesperado, o clarão arrastou às ruas pessoas despertadas, de surpresa. Muitas correram a apreciar, de perto, o efeito da luz elétrica; outras ficaram nas janelas, enquanto se juntavam populares a percorrer as ruas, aos vivas!... e foguetes.



*Vapor no cais de Argolas (Vila Velha), descarregando os canos destinados a captar água do rio Pau Amarelo (Cariacica) para abastecimento de Vitória (1911).
APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 250.*

E, no dia seguinte, não se tratou de outro assunto. "A luz!". Era a exclamação, nos encontros dos amigos e compadres, das senhoras, etc.

Para o dia 25, estavam programadas as inaugurações do Grupo Escolar Gomes Cardim, da água e da luz. Às 12:30 horas, o Presidente do Congresso, Dr. Paulo de Melo, e os Srs. Deputados dirigiram-se ao Palácio do Governo, a fim de se reunirem ao Presidente do Estado que, junto aos seus auxiliares diretos, os aguardava. Desceram todos a escadaria, a velha escadaria do Paço Provincial, construída em 1883. Tomaram três bondes especiais que partiram para a Rua Pereira Pinto, onde estava o novo estabelecimento cujas aulas funcionavam, desde o dia 13 de julho, sob a direção do Prof. Francisco Loureiro, latinista apurado, que frequentara o Seminário São José, na Corte.

A inauguração festiva foi inesquecível. E o Dr. Jerônimo declarou dar o nome de Gomes Cardim ao novo Grupo Escolar, em homenagem ao

reformador do ensino, em nossa terra. A menina Ilda Grijó recitou uma poesia e outra, Ana do Carmo Loureiro, saudou o Presidente. Às 15 horas, o Dr. Jerônimo e sua ilustre comitiva regressaram ao Palácio.

Às 17:30 horas eram, festivamente, inauguradas a luz e a distribuição de água, na Capital do Estado. A da água realizou-se no Morro de Santa Clara, para onde foram o Presidente, o Cel. Henrique Coutinho, especialmente convidado, e grande comitiva. A onda popular tomou a ladeira. Os melhores trajes saíram dos armários. Bandas de Música! Foguetes espocavam! Girândolas!...

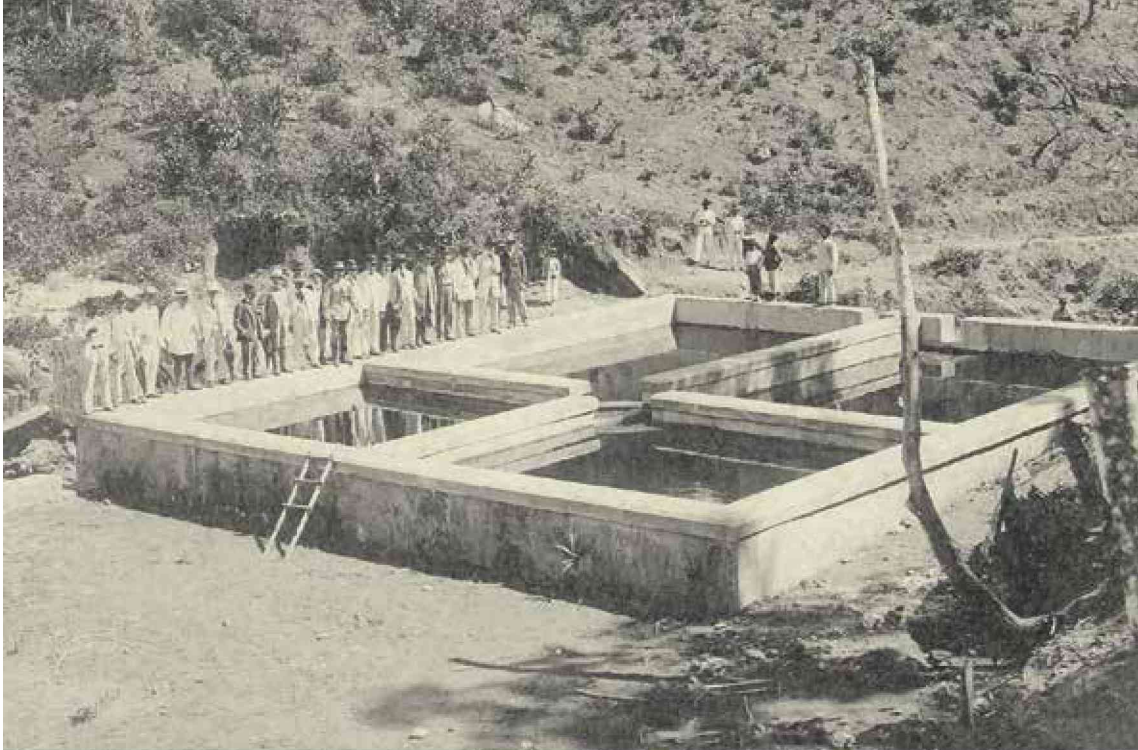
Fácil de imaginar-se o delírio do povo... da multidão..., enquanto naquele momento de verdadeira glória o Dr. Jerônimo, em ligeiro discurso, num preito de consideração ao Poder Legislativo, confiava-lhe os atos oficiais de abertura dos registros que fizeram jorrar a água. E começaram os discursos. Usou da palavra o Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, interrompido pela vibração dos aplausos, palmas e vivas!... Uma alegria alucinante!

Dirigiram-se, depois, para a Convertidora, para a inauguração da luz elétrica. Ainda é o Presidente da Assembleia, Dr. Paulo de Melo, que faz a ligação da chave de iluminação. Acenderam-se todas as lâmpadas na cidade, enquanto espocavam foguetes, exclamações e lágrimas confirmavam o adágio de que "a alegria também faz chorar". Adágio, sim, definido, porém, com erudição, nas páginas penetrantes e belas de "O Mundo Interior", quando Farias Brito descreve o ressurgir inesperado de sentimentos estranhos que dormiam, ignorados, nos recônditos da alma: — "Lágrimas rebentam, em certos momentos, instintivamente, violentamente e incontidas, perante uma emoção estética profunda".

Haverá, prezado leitor, emoção estética imensa, intensa, capaz de suplantear a que sentimos, na realização de um sonho, de uma esperança, quase ao limiar da desilusão?!

Sim, o Dr. Jerônimo Monteiro, com razão, em discurso proferido na Câmara Federal, a 31 de agosto de 1915, disse que o povo até aquele momento não acreditava em promessas, porque já estava acostumado a ouvi-las e não ter a ventura de vê-las cumpridas.

De fato, o problema da água, na Vitória, desde meados do século XIX, era um problema dos governos. Constituía mesmo um fato extraor-



*Tanques de filtração de água do rio Pau Amarelo,
município de Cariacica (1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, 083.*

dinário, qualquer realização, nesse importante setor da Administração Pública, tanto assim que, a 2 de dezembro de 1855, cantou-se um *Te Deum*, na Capela Nacional, às 13 horas, quando se inaugurou o encanamento da Fonte Grande, para um chafariz. E, a 15 de maio do ano seguinte, quando a Irmandade de São Benedito inaugurou outro chafariz, na base do Morro de São Francisco, o Pe. João Luís da Fraga Loureiro honrou o empreendimento com um soneto:

Nunca deixou de ser dia mui grato
O do grão Benedito Franciscano,
Risonho sempre foi, mas este ano.
Famoso se tornou, por mais um fato.

O Aleixo imortal, firme o Torquato¹⁴
Dotaram, nesta dia, soberano.
O Partido leal C'ramurano¹⁵
C'um monumento de elegante ornato.

Um chafariz de finíssima escultura,
De gosto singular, gosto excelente.
À hora festival teve abertura.

Decorou este ato o Presidente,
A música deu brilhante partitura
Com aplauso geral de toda gente.

E, nas recepções oficiais, inaugurações públicas, saraus, etc., em lugar de champagne, guaraná e outras bebidas atuais, programava-se um “profuso copo de água”.

Na República, foram celebrados contratos, com a Companhia Torrens, e com o Sr. Augusto Cruz, para o mesmo fim. Surgiram, por isso, os mais variados comentários, quando, em 1909, a água do Pau Amarelo jorrou, na Praça Santos Dumont, porque “A Vitória do Dr. Moniz Freire, a Vitória do Cel. Lírio, era, então, a Vitória do Dr. Jerônimo”.

Alguém exclamou, quando se acenderam as lâmpadas: — “Vitória parece um presépio”.

O Dr. Jerônimo estava coberto de pétalas de flores.

Tudo porque a energia e a clarividência desse homem, que transformava a cidade, com a colaboração de um brilhante grupo de auxiliares, ia levantando um altar, no coração do povo espírito-santense, sacrário onde se abrigou para viver, até hoje, a imensa gratidão ao seu grande Administrador, que lhe realizou uma esperança quase transfigurada no desespero da desilusão.

14 Pessoas Promotoras do Melhoramento.

15 Partido Caramuru.

Quantas cabeças curvaram-se, nas torneiras, para sentir o frescor da água, como se procurassem um atestado da esperança realizada, um batismo da civilização?

Um Senhor foi comprar uma lâmpada. — "De quantas velas?, inquiriu o negociante. A defender logo sua posição no progresso, respondeu-lhe o interessado, meio ofendido: "Não preciso mais de velas. Quero uma lâmpada!"

Numa reunião de aniversário, no melhor dos parabéns, uma rajada levanta as cortinas e balança o lustre ao centro do teto. Rápido, a dona da casa salta a fechar as janelas... Oh!, exclama enleada e satisfeita, enquanto a assistência bate palmas ! (Era o hábito antigo. Receio de que o lampião se apagasse).

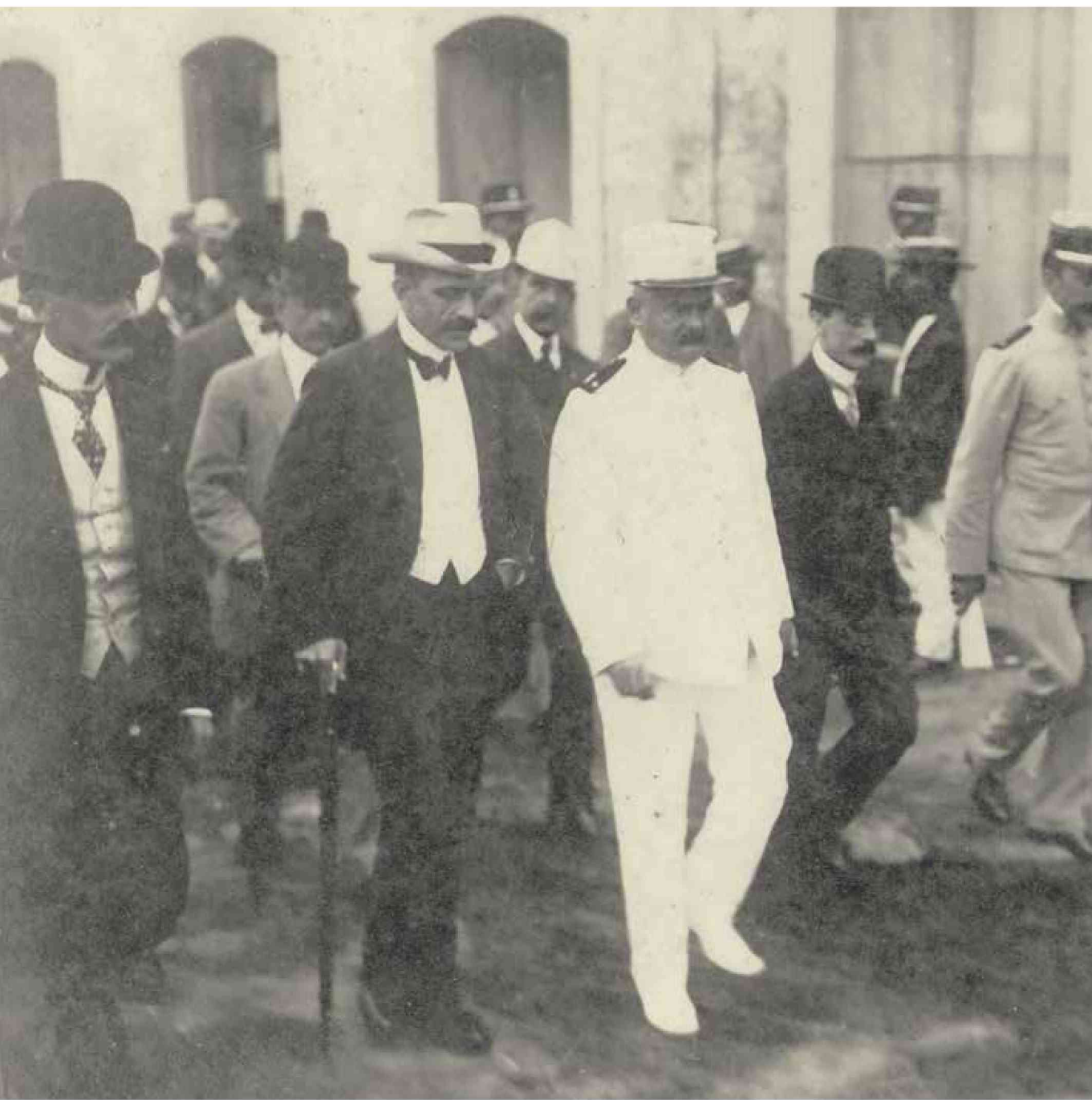


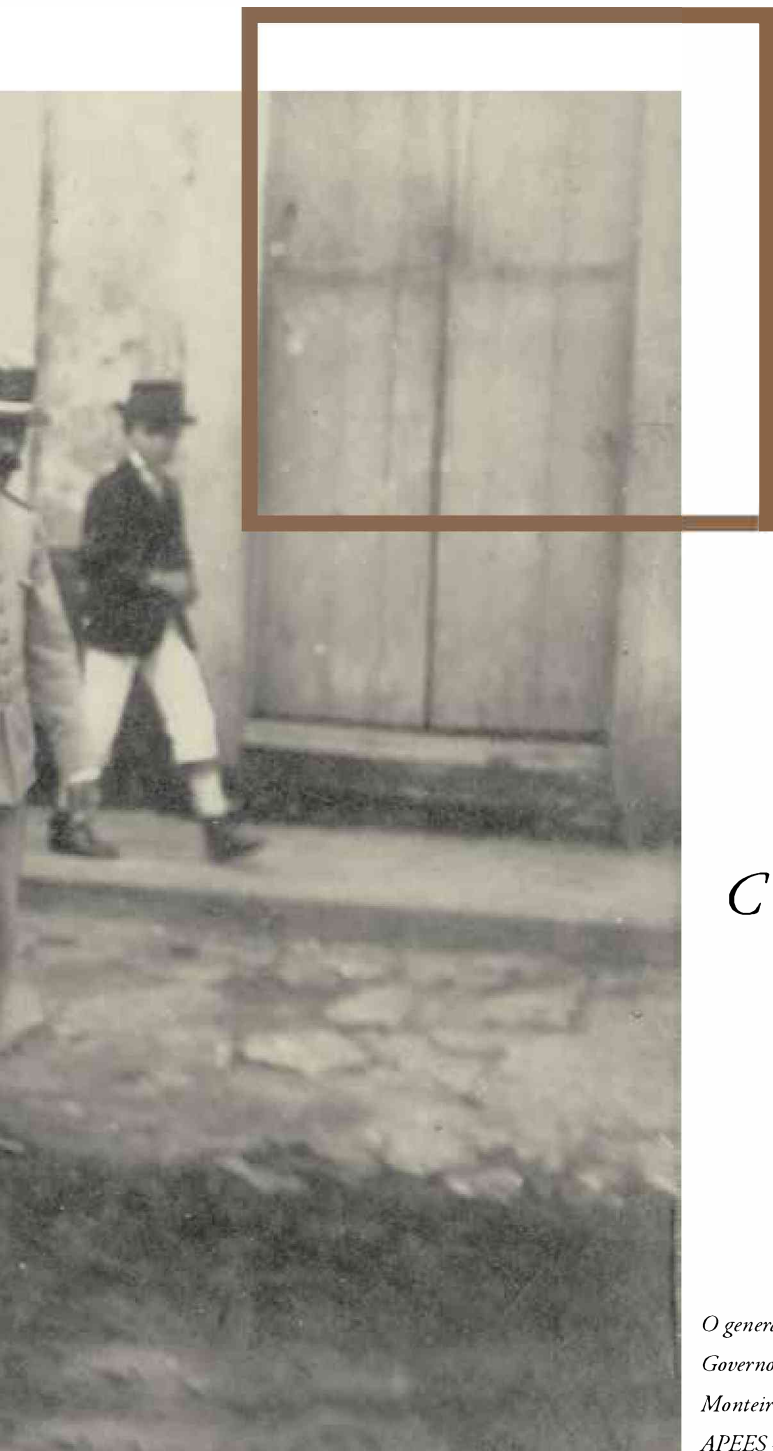
Vimos que o Dr. Jerônimo reservara as terças-feiras para recepções sociais, a fim de congregar as famílias vitorienses e relacioná-las com a sua própria família. Havia música, recitativos, canto.

Nas datas nacionais, que recordavam passagens magnas do Brasil e do Estado, o baile distinguia-se pelo elemento feminino, ao rigor da moda, com flores nos penteados, joias e leques maravilhosos!...

Ali, estavam as senhoritas Alice e Henriqueta Cerqueira Lima, Laura e Silvia Lindenberg, Cecília e Albertina Calazans, Violeta Nunes, Ilda e Maria Pessoa, Ruth Wanderley, as Catarinenses e muitas outras, bonitas e elegantes, que dançavam, enquanto as senhoras formavam o círculo de "ver-a-dança" e apreciavam o desfile daquela mocidade radiosa — o belo sexo, de então, brotos, de hoje.

Na apurada elegância dos fraques e ternos, distinguiam-se os pares indispensáveis ao baile: — Pérsio Goulart, José Bernardino Alves Junior, Carlos Xavier Pais Barteto, Luís Benedito Ottoni, José Rodrigues Sette, João Manuel de Carvalho e muitos outros, que encontravam, no querido Presidente, apoio e direção para a vida.





Capítulo *X*

*O general Olympio da Fonseca, em missão do
Governo Federal, é acompanhado por Jerônimo
Monteiro pelas ruas de Vitória (março de 1912).
APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 414.*

A cidade da Vitória parecia transformada, após as referidas inaugurações. Projetou-se, logo, uma grande manifestação popular ao Dr. Jerônimo. Às 19 horas do dia 5 de outubro, o povo concentrado na Praça Santos Dumont iniciou a *Marche aux flambeaux*, puxada pelas inesquecíveis Bandas de Música, até a Praça Dr. João Clímaco. Todo o Palácio ficou cercado de gente. E os oradores sucediam-se: — Carlos Mendes, Urbano Xavier, José Lírio e, de uma sacada do Palácio, o Presidente do Congresso, Dr. Paulo de Melo.

Vivas!... (O vitorienense antigo era extraordinário nos vivas!...)

Finalmente, entre palmas e vivas, o Dr. Jerônimo agradeceu aquele conforto que o povo lhe dava, de reconhecer suas intenções de servi-lo, no cumprimento das promessas feitas na sua Plataforma Política.

Bandejas de doces foram distribuídas, na praça e nas escadarias.

Somente quem assistiu àquela hora de vibração popular pode afirmar que devia sua lembrança ter permanecido indelével, na alma do saudoso Presidente, para lenimento da campanha dura que lhe movia a oposição, pelas colunas do "Estado do Espírito Santo".



Havia o Governo recomendado à população da Vitória que providenciasse a instalação de encanamentos e aparelhos sanitários nas residências, para facilitar a ligação rápida com a distribuição geral da água e a rede de esgotos.

Perante o receio de gasto excessivo com esses trabalhos, o Governo, mediante a imprensa, esclareceu ao povo que tal despesa seria, em breve, coberta com a economia de transporte de dejetos para a maré e compra de água, em pipas e latas.

Começaram, logo, os fios de eletricidade e os canos de água a penetrar nas residências, nas repartições públicas, nos colégios, em todos os lugares onde existisse a criatura humana.

Movimentou-se o comércio e tomou incremento a importação e a venda de novo material. Com o tempo surgiram casas especializadas em ferragens e eletricidade.

Inaugurada a água e iniciada sua instalação domiciliar, devia, certamente, ser cobrada uma taxa para tal serviço. A Lei nº 635, de 20 de dezembro de 1909, que estabelecia a cobrança da Taxa Sanitária, efetiva, para todo o imóvel, deu, porém, oportunidade para que a oposição atacasse mais o Governo. Uma pobre, fã do Dr. Jerônimo, expandiu-se: — “É assim! Essa gente estava acostumada com a sujeira, por isso é mesmo suja! E não quer saber do Dr. Jerônimo, que nos deu água e deu a luz”. Apareceram logo versinhos jocosos, como o vitoriense daquele tempo apreciava...

Mas o lançamento era proporcional ao valor locativo dos prédios urbanos: ia de 1\$000 a 20\$000. Haveria cobrança judicial, em caso de negativas ao pagamento. Esqueciam-se os recalcitrantes de que, antes, pagavam 500 réis por uma lata de água!... Lata de dezoito litros de água de canoa!...

Mas, de par com o abastecimento de água, Dr. Jerônimo cuidou da construção de duas lavanderias públicas, a fim de auxiliar as pobres lavadeiras, que assim ganhavam honestamente a vida: uma lavanderia, com quarenta tanques, na Vila Moscoso, e outra, com vinte, em Santo Antônio, providas de bastante água e drenos sólidos. Tinham, ao lado, banheiros de chuva e gabinetes sanitários, tudo complementado pela cobertura (telhados), coradouros e varais. Um guarda evitava o assalto dos amigos do alheio.

* * *

Em princípios de junho, portanto dias após a posse do Dr. Jerônimo (1908), a imprensa noticiava casos de varíola, no Rio de Janeiro. Logo providenciou o Governo que funcionassem postos de vacinação, entregues aos Drs. Manuel Monjardim, Olímpio Lírio, João Lordelo, João Duckla de Aguiar e Ernesto Vereza. E, para animar o povo, os primeiros vacinados foram o Presidente do Estado, sua família e seus auxiliares, no Palácio do Governo. Não existiam, ainda, enfermeiros no Espírito Santo, a vacina era aplicada somente pelos médicos.

O plantão de uma farmácia, aos domingos, foi uma providência, de muito desejada, a fim de que a cidade tivesse atendimento, em casos necessários.

Criada a Prefeitura Municipal da Vitória, pela Lei nº 528, de 14 de dezembro de 1908, a 9 de fevereiro de 1909 foi nomeado, pelo Decreto de nº 243, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida seu primeiro Prefeito. (O Prefeito, — dizia o povo).

Logo, em conjunto com a Prefeitura, o Governo do Estado empreendeu diversos melhoramentos urbanos: o nivelamento da Praça Dr. João Clímaco, com o muro e as escadas diante dos prédios, à esquerda do Palácio; a construção de escadas para a Rua do Egito e as Escolas Normal e Anexas; alargamento da Rua da Alfândega e sua ligação com a do Teatro; prolongamento da Rua do Oriente, até a Praça Marechal Floriano Peixoto; balaustrada e escadaria do Cais do Imperador, depois Marechal Hermes; calçamento das ruas da Lapa e do Sul; aterro e abaulamento da Avenida da República (a famosa Rua da Vala, porque no meio tinha uma vala de escoamento das águas do Campinho e, na preamar, dava acesso da água do mar até o mesmo pântano); igual serviço na Avenida Cleto Nunes; calçamento das ruas José Marcelino, Alfândega, Presidente Pedreira, Ocidente, Vinte e Três de Maio e Sete de Setembro.

Mas o povo devia colaborar na melhora do aspecto da cidade. Por isso, a Prefeitura determinou que se fizessem platibandas nos prédios. Houve, a princípio, resistência; mas assim que uns começaram a modernizar a frontaria de suas casas, outros seguiram-lhes o exemplo. Na Praça Santos Dumont, Clímaco Sales, dono de "A Primavera" (a loja mais atraente da cidade), a Alfaiataria Resemini e a Farmácia Aguirre abriram o caminho e prepararam, naturalmente, o lugar que se tornaria um dos mais aprazíveis da Vitória, principalmente quando a Prefeitura proibiu o trânsito de centenas de muares — verdadeiras tropas no centro urbano.

Lembremo-nos de que era de verdadeira escravidão o trabalho dos comerciários, desde os tempos antigos. Em 1857, por exemplo, os caixeiros dirigiram-se ao Governo para que lhes desse feriado, aos domingos e dias santos; mas o Presidente da Província, a 8 de outubro do mesmo ano, despachou o requerimento dizendo que a solução do caso competia às Autoridades Eclesiásticas e ao Governo Geral.

Continuou, assim, o trabalho no comércio, das seis às vinte e duas horas, ao passo que o alto comércio ia até às doze, aos domingos, enquanto o varejo não se fechava nunca!

Mas no Governo do Dr. Jerônimo tudo devia ter sentido humano. Por isso, a 15 de maio de 1909, o Prefeito Ceciliano de Almeida proibiu a abertura do comércio aos domingos, medida ousada e progressista para o tempo e que despertou incomparável alegria nos comerciários. Embora alguns comerciantes-chefes, gananciosos, movessem guerra ao Governo, outros, compreensivos, receberam a medida com satisfação e aplausos.

Às 20 horas, um foguetão espocava, na Praça do Quartel. Era o sinal de fecharem-se as portas do comércio; TUM!... todos acertavam seus relógios.

Enquanto, porém, nesses quinze meses de Governo, com impressionante, ordenada e segura atividade que exercia decisiva influência em todas as classes da população, cuidava o Dr. Jerônimo de serviços de tanta importância na Capital, voltava-se, igualmente, para o ensino, a lavoura, os presos, as estradas, a Polícia, os bondes e tudo o que estava no seu grandioso programa. Ele próprio diria, mais tarde, na Câmara dos Deputados: — “É um fato positivo, contra o qual não existe argumento que possa prevalecer, seja qual for o esforço da lógica empregada: o povo, quando beneficiado, por trabalhos e diligências de um Governo, de um Partido Político, volta para este sua simpatia, dá-lhe apoio, auxilia sua obra e nele ganha confiança, que se não desfaz com as propagandas mais ou menos apaixonadas”.

À medida que os encanamentos avançavam nas residências, operários assentavam novos trilhos e abriam leitos para as manilhas, trabalho penoso, numa cidade cheia de ladeiras, ruas desniveladas e solo rochoso!... Era a luta do homem contra os obstáculos da Natureza, para o progresso. Luta que daria à cidade os serviços de esgotos, oficialmente inaugurados a 29 de janeiro de 1911. No dia 31, o Dr. Jerônimo retirou-se, doente, para Cachoeiro do Itapemirim. Estava esgotado e não se tinha de pé. Foi para o Monte Líbano, junto à querida Mamãe! — Lembremo-nos de que o Presidente não dispunha de outra residência, fora do Palácio do Governo. Era um prisioneiro na administração dos interesses de um povo!

O serviço de esgotos complementava-se com dois poços, construídos de cimento armado, ou estações de recalque e tratamento: uma das quais no Porto dos Padres, onde se encontra, atualmente, a Merceria São

José. E a descarga fazia-se no Forte de São João, ponto, naquele tempo, considerado "fora da cidade".

Cada bomba era acionada por dois motores trifásicos de trinta cavalos de força. Em caso de falha nos motores, havia o sifão, colocado em ponto conveniente, para fazer-se a descarga direta, no mar.¹⁶

A tração elétrica foi oficialmente inaugurada em 1911, a 21 de junho. Antes, porém, os bondinhos a muare, que partiam da Cidade de Palha, atual Vila Rubim, e seguiam a faixa beira-mar até o Suá, já estavam derrotados pelos elétricos, rápidos e higiênicos em duas linhas: uma que seguia de Santo Antônio ao Suá, e outra, até a Praça Dr. João Clímaco, na chamada Cidade Alta, tudo de acordo com a situação do comércio, dos funcionários públicos, dos escolares e dos moradores, agora obrigados à subida de ladeiras e escadarias! Lamentam, por isso, sua retirada, mormente nos dias chuvosos.

Desde os idos tempos de bondes de tração animal (bondes de burros, dizia o povo), havia, no Forte de São João, um bar, organizado pelo Sr. Gustavo Schmidt. Era o Bar do Schmidt, assim conhecido, que muito animava os passeios de bonde, apreciados pelas famílias vitorienses, na falta de outra distração. A cervejinha gelada era incomparável!... E os docinhos, manuês e queijadinhas daquele tempo?!...

O serviço de bondes para Vila Velha foi contratado pelo Governo com o Sr. João Nicolussi, mediante a concessão de alguns favores, com garantia de juros. Ao ser inaugurada, a 14 de abril de 1912, já estava produzindo "renda muito superior à cota garantida pelo Estado". De 14 a 30 de abril, sua renda era de 7:000\$000, conforme se lê na "Mensagem" final do Dr. Jerônimo ao Congresso Legislativo do Estado.

Para a viação elétrica até Santo Antônio, providenciou o Dr. Jerônimo a abertura de uma estrada que substituísse o velho caminho, permitindo apenas a pedestres e cavaleiros. Mesmo porque lá devia ser construído um Cemitério Público, no antigo sítio do Sr. José Ribeiro Coelho, onde havia o curral de bois. E a estrada se fez a picaretas e pás. Trabalho hercú-

16 *Mensagem de 1912.*

leo, num tempo distante da maquinaria atual. Estrada bem amparada pelos muros de sustentação.

Inaugurada a linha de bondes elétricos para Santo Antônio e aberto o Cemitério Público, organizou-se o serviço especial de enterros: um bonde puxava o reboque fúnebre, seguido de outros, com o cortejo. O povo, sempre imaginoso, dizia "Enterro de bonde". Com o tempo, como o "Enterro de bonde", apareceu o "Casamento de bonde", para noivos, quando residentes longe das Igrejas.

O Cemitério Público, em Santo Antônio, foi inaugurado a 1º de maio de 1912. A 8, realizou-se a primeira inumação, a de D^a Isabel Borges de Aguiar.



A fim de que tudo estivesse às suas vistas, o Presidente do Estado reuniu as repartições públicas no andar térreo do Palácio do Governo. Adaptou, para isso, as diversas dependências ali existentes e desocupou algumas, pela reorganização da Biblioteca Pública em prédio independente. Criou, a 18 de julho de 1908, o Arquivo Público Espírito-Santense e o Museu do Estado, para documentos e objetos encontrados numa sala, empilhados, entregues à poeira e aos insetos bibliófagos.

Na "Mensagem" de 1912, lemos que "numa antiga dependência da Igreja de São Tiago, jazia, abandonado, um depósito, empoeirado e desordenado, de papéis e documentos importantes, em lamentável confusão, entre jornais velhos, panfletos, leis, relatórios e instrumentos de engenharia, enferrujados".

Para a organização metódica e exaustiva, e de responsabilidade técnica, de um documentário rico e inapreciável — esse referido, encontrou o Dr. Jerônimo o Dr. Diocleciano de Oliveira, uma das primorosas culturas daquele tempo, cultura aliada ao devotado amor ao ensino e à sua terra.

Sim, reconhecia o douto Presidente o valor dessas instituições básicas, para o conhecimento real do Passado de um povo, tanto na parte administrativa quanto noutros setores da História.

Iniciado o trabalho, a 12 de novembro de 1908, com o auxílio de três empregados e, mais tarde, doze, o Dr. Diocleciano de Oliveira, em setembro de 1909, concluiu a organização do Arquivo que, a 27, foi inaugurado, numa dependência do Palácio do Governo, convenientemente adaptada para isso.

Diz a "Mensagem" de 1912: — "Os diversos documentos e papéis foram catalogados e classificados, por assunto ou natureza e época, além de se ter organizado um índice geral, para os livros manuscritos, dos quais o primeiro data de 1809". (Quem atualmente se enche de coragem para enfrentar uma pesquisa no Arquivo Público do Espírito Santo sente infinita tristeza perante as preciosidades ali simplesmente depositadas, e com o mesmo catálogo daquele tempo!...)

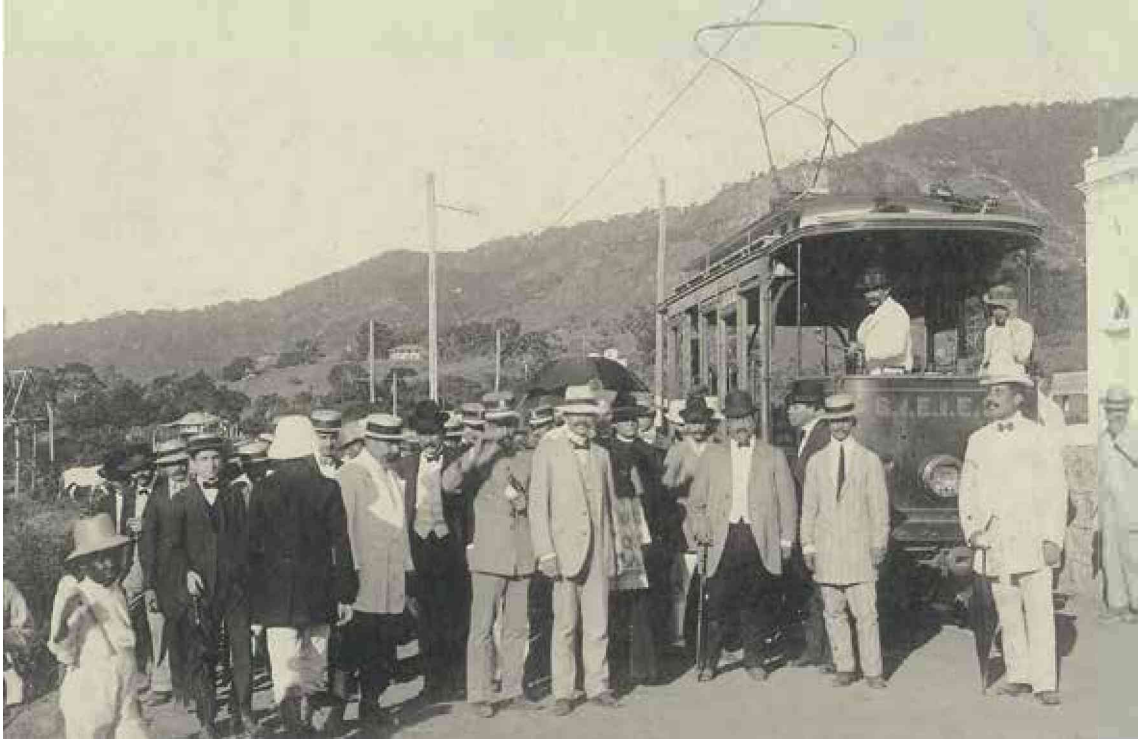
A Biblioteca do Estado achava-se recolhida a uma sala da Diretoria da Instrução Pública, desde 1897, abandonada e desorganizada. Perdera obras valiosas!...

O Dr. Jerônimo confiou sua reorganização ao Dr. Ubaldo Ramalheite Maia, com o auxílio de quatro empregados. De fins de julho a 27 de setembro de 1909, quando foi reaberta ao público, durou o trabalho cujo resultado foi o Catálogo de 5.073 volumes, inclusive novas obras adquiridas, umas por compra, outras, em virtude de doações espontâneas. Preparou-se, igualmente, o fichário para as consultas.

Designou o Dr. Jerônimo o Sr. João Calmon Adnet para examinar todos os jornais daqui, do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas e outros recebidos, a fim de recortar e catalogar todas as notícias relativas ao Espírito Santo. Assim, estaria o Governo sempre bem informado, tanto das críticas e dos elogios, quanto das sugestões.

* * *

Para a vaga aberta no Senado em abril de 1908, com a morte do Sr. Cleto Nunes Pereira, foi apresentada a candidatura do Dr. João Luís Alves, em julho do mesmo ano.



O Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro e correligionários após a entrega do cemitério de Santo Antônio à Prefeitura Municipal de Vitória (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 419.

Fortemente combatida pela oposição, mormente pelo Dr. Graciano Santos Neves, na Câmara Federal, essa candidatura representava um agradecimento aos serviços prestados, como conciliador da política agitada, no quadriênio anterior (1904-1908). Alguém apelidara o candidato — o Ramo de Oliveira.

Realizou-se a eleição no dia 14 de julho. E, no dia 26, o Dr. João Luís chegou a Vitória para agradecer ao povo sua eleição. Foi festivamente recebido, após a estreia da viagem marítima, no *Olinda*. Jamais entrara em navio. Permaneceu no Espírito Santo até 7 de agosto. Visitou diversos pontos da Capital, estabelecimentos de ensino, Vila Velha, a Penha, além de uma excursão pela Estrada de Ferro Diamantina, ao interior do Estado.

No dia 5 de agosto, o Dr. João Luís recebeu um telegrama de Belo Horizonte, que lhe comunicava ter o Congresso Mineiro votado uma verba para auxiliar as obras do Porto da Vitória. Era de 100:000\$000, porque

se tratava, desde os tempos da Capitania, de um meio de escoamento dos produtos mineiros, trazidos primeiramente pelas tropas, agora pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

* * *

Urgia, contudo, ao Governo valer-se do civismo tradicional do povo espírito-santense e impor ao meio o respeito aos Poderes constituídos.

Na Plataforma de 15 de janeiro de 1908, dizia o Dr. Jerônimo: — "A despeito da separação, entre os diversos órgãos do Poder Público Estadual e bem assim entre este e o Poder Municipal, é fora de dúvida que a harmonia, entre todos, presidida por estreita unidade de visitas, facilitará, proficuamente, a direção dos negócios públicos".

A separação dos órgãos do Poder Público devia ser respeitada. Então, logo ao início do seu Governo, tratou o Presidente de providenciar a desacumulação de cargos públicos e eletivos. Conclamou à renúncia os seus detentores, medida que, além de assegurar aos representantes do povo independência de pronunciamento no Congresso Estadual, mantinha-os inteiramente votados à urgência de estudos cuja rapidez era necessária.

Certo foi que surgiu velada luta política pela exigência da desacumulação. Interesses contrariados! Muita gente guardou a mágoa de ter perdido vantagens pecuniárias. A medida administrativa foi, porém, afinal, compreendida e amplamente elogiada na imprensa da Vitória e do Rio de Janeiro. No "Diário da Manhã", de 28 de maio de 1908, lia-se um artigo de rara importância, no qual eminente causídico, ao referir-se à deliberação do Governo, registrou: — "O Dr. Jerônimo inicia o seu Governo, dando ao dogma da independência dos Poderes o maior relevo, sob novos moldes, que restauram o império da Constituição, instituindo uma nova prática, inspirada nas boas doutrinas constitucionais".

"Foi por amor a esses princípios que S. Exa. resolveu que os auxiliares de confiança da sua administração, qualquer que seja a categoria que ocupem, não podem ter um mandato legislativo".

Concluía, adiante: — "Forçoso é reconhecer: o Dr. Jerônimo Monteiro começa bem".

Resignaram lugar no Congresso Legislativo Estadual os Drs. Olímpio Lirio, Clodoaldo Linhares, Araújo Aguirre e Antônio Ataíde. O Dr. José Belo de Amorim preferiu continuar como Deputado; resignou o lugar de Procurador do Estado, preenchido com a nomeação do Dr. José Espíndula Batalha Ribeiro.

Para as vagas abertas no Congresso, houve eleições a 8 de agosto do mesmo ano. E outra vaga exigia novo candidato: falecera o Deputado Aristides Navarro.

Já que falamos de civismo, anotemos determinações do Presidente, no sentido de vigorar, sempre, nas comemorações oficiais, o Hino Nacional, sem a Marselhesa, que irrompia muitas vezes nas recepções de personagens ilustres e nas festividades públicas, desde a Proclamação da República. Igualmente, nos cardápios dos jantares e banquetes, empregou-se a língua portuguesa.

O edifício do Congresso Legislativo, atual Palácio Domingos Martins, e o Palácio do Governo, agora Palácio Anchieta, este reformado e bem aparelhado, atestam a consideração do Dr. Jerônimo aos Poderes Legislativo e Executivo.

Veremos, adiante, que tratou, igualmente, da instalação condigna da Corte de Justiça e suas dependências.

Mas o respeito à Constituição deu-lhe, não raro, momentos de real amargura, como o chamado Veto da Penha.

Em consideração ao estado em que se encontrava o Convento Santuário da Penha, que necessitava de reforma, sem que a Diocese dispusesse de recursos para empreendê-la, o Deputado Thiers Veloso apresentou e defendeu, em discurso magistral, um Projeto de Lei, apoiado pelos seus pares Bernardino Monteiro, Cônego Cochard e outros, visto como se tratava de um monumento histórico de grande valor para o povo espírito-santense. Cuidava-se de um auxílio de 20:000\$000, para a respectiva restauração. Combatido pelo Deputado Antônio Ataíde, que, em longo discurso, invocou sua fé republicana, o Projeto foi consubstanciado na Lei nº 30, de 1908.

O Dr. Jerônimo vetou a Lei, conforme o “Diário da Manhã”, de 1º de dezembro de 1908.

À noite, apareceu no escritório de Dom Fernando e começou a discorrer sobre o caso, que se tornara conversa obrigatória na cidade: “A Constituição!...” Esgotou o assunto: “A Igreja estava separada do Estado, etc.”

Dom Fernando interrompeu a leitura do Breviário e tudo ouviu, silencioso, inalterável.

(A sobrinha, que estudava sempre ao lado do Tio Bispo, a tudo assistia; notou o sofrimento no olhar dos irmãos. Via, nas profundas olheiras do Presidente, sua luta íntima, e, em Dom Fernando, a amargura. Correu a buscar um café, que ambos apreciavam).

Finalmente, Jerônimo expandiu-se: — “Por que, Sr. Bispo, este silêncio que me tortura? Diga-me alguma coisa!...”

Dom Fernando: — “Está muito bem. Muito bonito”.

O cafezinho demonstrou a sagacidade da estudante que, desse modo, concorreu para amenizar a entrevista. Ambos mudaram de assunto, com a maior finura. Eram assim, estimavam-se e respeitavam-se.

Geralmente, o Dr. Jerônimo saía, após o jantar, para visitar escolas noturnas, surpreender o trabalho na Imprensa Oficial, visitar algum funcionário doente, ou verificar se os fiscais de higiene registravam os “patuscós”, embrulhos de dejetos atirados às ruas. João Capuchinho, o sineiro da Catedral, foi um dos contratados para esse ofício. Anotava o número da casa, diante da qual encontrasse um.

* * *

Nas escolas noturnas, que já funcionavam a 12 de agosto de 1908, o Dr. Jerônimo, quase sempre acompanhado de D^a Cecília e dos filhos, procurava saber da situação dos estudantes: — “Eu lavo prato, areio talheres, tiro poeira”, dizia, por exemplo, um pequeno que, à noite, procurava instruir-se.

Estavam essas escolas confiadas aos eméritos professores Francisco Loureiro, Amâncio Pereira e João Nunes, educadores de tantas gerações espírito-santenses.

Às vezes, nessas excursões noturnas, o Dr. Jerônimo chegava ao Bispado para ligeira visita ao irmão. Encontrava, geralmente. Dom Fernando escrevendo, escrevendo sempre, ou rezando o Breviário. Vinha logo o entusiasmo das obras, nessas fraternas entrevistas: escolas, fábricas, estradas, fazendas, asilos, etc.

— "Para, Jerônimo!"

— "Oh, Sr. Bispo, é preciso que se faça tudo!..."

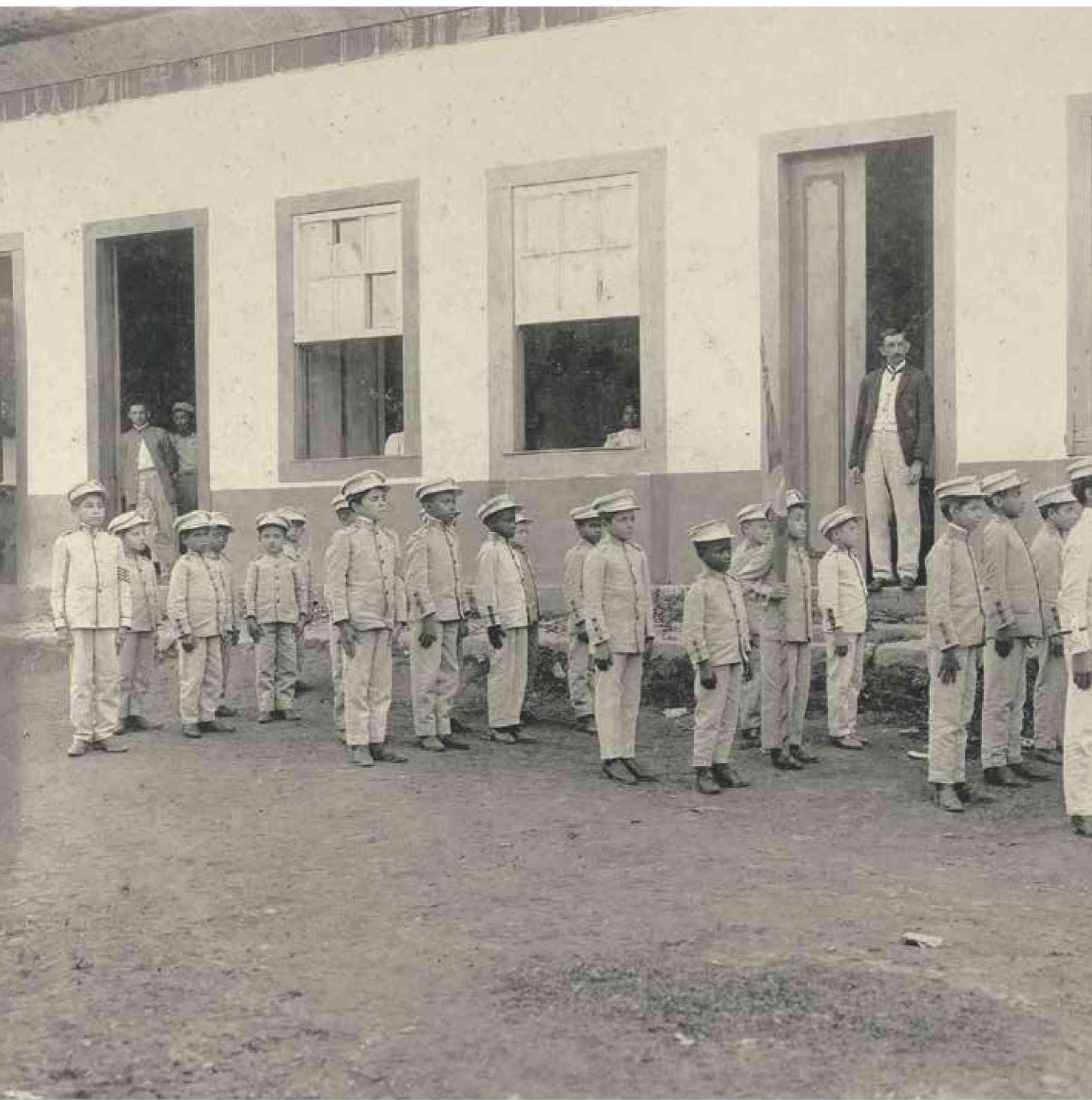
Relatavam, nessas ocasiões, os planos de cada um. O Bispo referia-se aos asilos que pretendia fundar, às missões, às Visitas Pastorais programadas, etc.

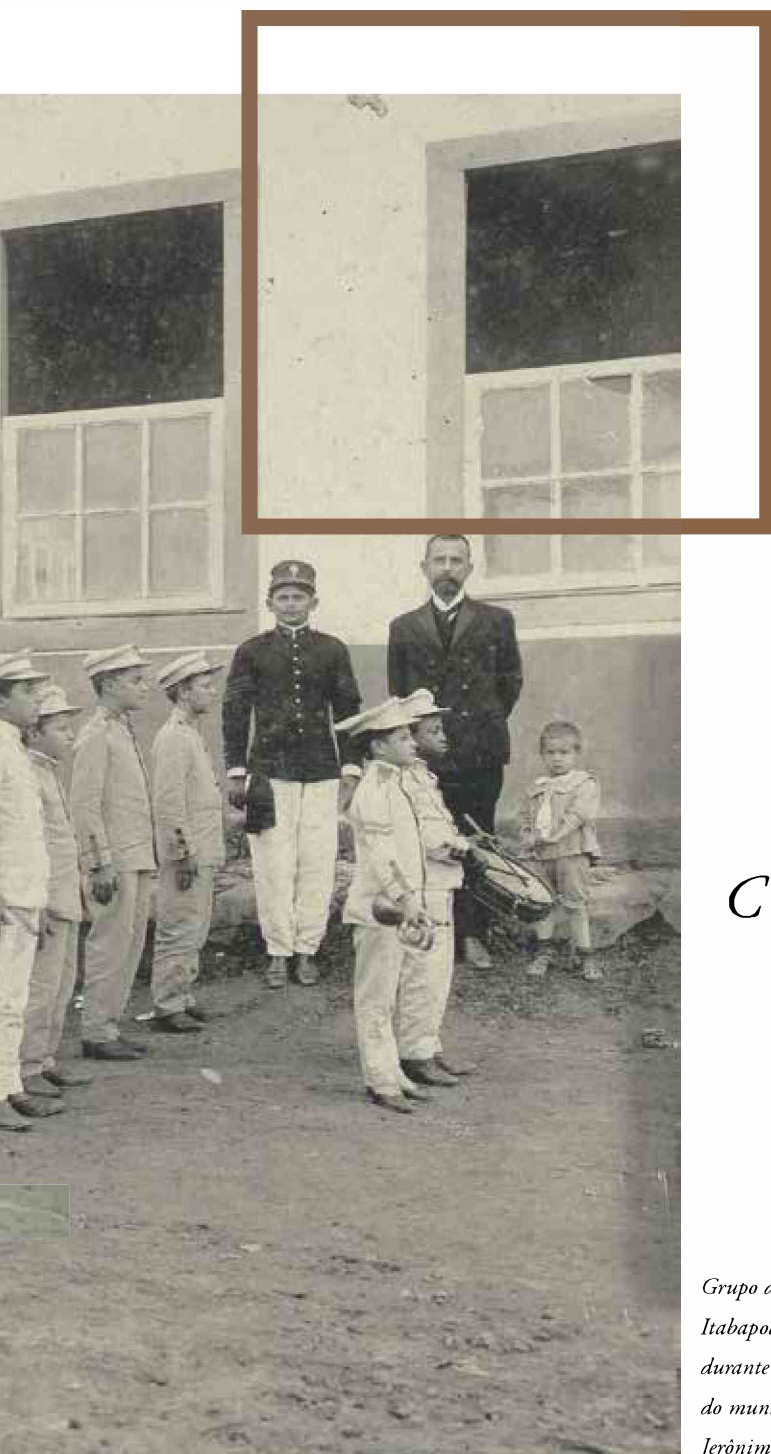
O Presidente observava o volume de cartas sobre a mesa. (Tudo manuscrito, pois não existiam máquinas de escrever Remington naquele tempo. E Dom Fernando trazia a correspondência pontual).

— "Isso é demais, Sr. Bispo. É preciso cuidar da saúde".

Dom Fernando: — "E você? Não está se desdobrando e se esgotando, seco, de trabalhar?"¹⁷

17 Maria Stella de Novaes - *Um bispo missionário*.





Capítulo *XI*

Grupo de alunos e professores de São Pedro de Itabapoana (atual distrito de Mimoso do Sul) durante uma cerimônia cívica, em frente à escola do município (21/09/1909). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 170.

Toda a atividade que estamos descrevendo, e que lhe tomava, inteiramente, o tempo, não distraía o Dr. Jerônimo do ponto máximo do seu magnífico programa: a Reforma do Ensino, em todos os graus, para a formação integral dos espírito-santenses, certo de que "a instrução forma o caráter, mostra os deveres, inspira amor à ordem, à justiça e às virtudes e, finalmente, origina o bom gosto, em todas as coisas da vida". (Diderot)

Para a Reforma do Ensino, contratou o emérito educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, que chegou a Vitória a 29 de junho de 1908 e logo iniciou os trabalhos preparatórios para os Decretos do Governo, nº 108 e nº 109, de 4 de julho do mesmo ano, sobre a criação da Escola Modelo e reorganização da Escola Normal; nº 110, do dia 7, que designava os professores para a Escola Modelo e nº 111, que nomeava o Prof. Gomes Cardim para, em comissão, exercer o cargo de diretor das mesmas escolas.

Os professores designados para a Escola Modelo foram: Adelina Lírio Mululo, Argentina Lírio, Corina Plácida de Lírio Sales, Teresa de Freitas Calazans, Olga Azurara Coutinho, Maria Luísa Oten Soares Pinto, Amâncio Pinto Pereira e Francisco da Fraga Loureiro, para servirem em comissão. O Prof. Loureiro foi, depois, transferido para o Grupo Escolar Gomes Cardim.

A 18 de julho do mesmo ano de 1908, foi nomeada a primeira professora de ginástica do Espírito Santo, a Sra. Emília Franklin Mululo, para as Escolas Modelo e Normal. Devia assinar o contrato na Diretoria da Fazenda Estadual. (Decreto nº 131, de 18/7/1908).

O Decreto nº 132 designou o Prof. Francisco de Carvalho para exercícios militares e ginástica das Escolas Normal e Modelo. Outro Decreto, o nº 133, nomeou o Prof. Antônio Auñon Sierra, professor de música dos mesmos estabelecimentos.

Completava-se, assim, a organização dos principais institutos de ensino do Espírito Santo, nos quais se formariam os futuros mestres de novas gerações. E era de admirar-se o garbo das professoras da Escola Modelo, honradas com a preferência dos seus cargos.

Era o assunto obrigatório, na cidade: TUDO ESTÁ MUDADO! O

Prof. Cardim era o insuportável, o duro, na língua dos demolidores. Era um verdadeiro bicho-papão... O tirano que a tudo vigiava!...

Iniciaram-se as aulas da Escola Modelo a 20 de julho, das 11 às 16 horas.

Criado o Departamento do Ensino, ficaram-lhe subordinados todos os serviços relativos à instrução pública: ensino primário, o secundário-profissional, e o secundário propriamente dito.¹⁸ O primário cabia às escolas isoladas diurnas e noturnas, escolas reunidas aos grupos escolares, Escolas Modelo e Complementar, esta anexa à Escola Normal, ainda, pelas escolas particulares, subvencionadas pelo Estado.

O ensino profissional estava com a Escola Normal e os colégios particulares subvencionados, e a ela equiparados. Neste caso, estava o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, equiparado à Escola Normal, a 24 de abril de 1909, pelo Decreto nº 335, do Governo do Estado.

O ensino secundário propriamente dito era administrado pelo Ginásio Espírito-Santense.

Diz a "Mensagem" de 1912: — "O ensino primário é obrigatório a todas as crianças de sete a doze anos de idade".

"Às maiores de doze anos, o ensino é ministrado pelas escolas noturnas; e, nas escolas situadas nas colônias ou lugares em que esteja, em maioria, o elemento estrangeiro, é facultado o ensino do idioma respectivo, sendo, porém, predominante o ensino da nossa língua".

* * *

Muito acertadamente, disse o Dr. Carlos Sá: — "Constituíram a maior obra do Governo Jerônimo Monteiro, a Reforma do Ensino e sua difusão, em todos os recantos do Estado".¹⁹

* * *

18 *Mensagem de 1912.*

19 Carlos Sá - Discurso de Posse na Academia Espírito-Santense de Letras.

De fato, "para fazer-se uma pálida ideia da situação, basta que recordemos que a única Escola Normal do Estado achava-se instalada em quatro acanhadíssimas salas, no pavimento térreo do Palácio do Governo, com mobiliário impróprio e deficiente, agrupando-se as alunas em torno de pequenas mesas".

Completemos: Tratava-se de um estabelecimento misto, onde se formavam professores e professoras.

"As escolas primárias funcionavam em casas particulares, sem horário, sem método de ensino, sem frequência regular, sem mobiliário algum, e isentas de qualquer fiscalização. O único distintivo que lhes dava o caráter de casas de ensino era uma tabuleta com os dizeres Escola Pública.

"Sem falar do interior do Estado, onde só por irrisão se podia dar o nome de escolas às mansardas imundas e sem conforto em que funcionavam; a nossa Capital não possuía um só edifício capaz de satisfazer às exigências de um moderno estabelecimento de ensino".²⁰

Recordemos um momento, paciente leitor, o pavor das crianças de outrora, quando ouviam a sentença: — "É tempo de ir para a escola".

Surgia-lhes, de pronto, à lembrança, a figura horrível do mestre, de *pince-nez* de ouro, preso ao retrós da lapela, e namorando a palmatória — a Santa Luzia, entronizada junto ao tinteiro duplo "cabeça de cão". Tremiam as garotas ao pensar na "fessora", de óculos no extremo nasal, caju empinado no topete e vara na mão, para guiar a cantoria da tabuada e descer nas cabeças das "distraídas".

E as escolas?

Grandes salões, desprovidos de água e de instalações higiênicas, com o mobiliário estilo "meia-légua", bancos sem encosto, às vezes substituídos pelos caixotes e tamboretos. Verdadeiras causas de escoliose e outras deformações físicas.

Realmente, o "Relatório" do diretor do ensino, em 1908, registrava

20 Jerônimo de Sousa Monteiro - *A política do Espírito Santo*.

que havia "escolas nas quais o professor, para dar aulas, sentava-se em uma cadeira de pau e os alunos, em caixas de querosene".²¹

(Havia o Prof. Gomes Cardim viajado ao interior para inspecionar, devidamente, as escolas e apresentar o Relatório da situação em que se encontravam).

Ler, escrever e contar completavam-se com a Geografia e a História do Brasil, decoradas nos famosos compêndios "perguntas e respostas".

Somente quem suportou aquela tirania do ensino podia invejar as crianças de 1908, quando corriam para a Escola Modelo, arrastadas pela intuição, ansiosas de saudar a Bandeira e cantar o Hino Nacional e outros, entoados em horas diversas; — Hino à Bandeira, Hino ao Trabalho, Sou Brasileiro, Hino Espírito-Santense!... (Certamente, ao ler estas linhas, algum velho, de hoje, criança daquele tempo, há de recordar-se do garbo, do inflar o peito, quando entoava:

*Sou brasileiro, com orgulho e digo
Na paz, na guerra contra o inimigo,
Ao mundo inteiro, com orgulho o digo,
Sou bra...si...lei...ro!*

E as crianças que tinham, antes, verdadeiro pavor à escola, exaltavam, enternecidas:

Salve, escola que tanto adoramos!...

Ou secavam a garganta, de repetir:

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas, na tempestade,
Dá que ouçamos tua voz!*

21 Mensagem de 1912.



Prédio onde funcionou o Grupo Escolar Gomes Cardim na antiga rua Pereira Pinto, em Vitória (1911). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 153.

Em 1912, o Dr. Jerônimo escrevia: — "Graças ao trabalho do Governo e à nova organização do ensino, a escola presentemente deixou de ser o terror das crianças, a toda a hora, lembrada, como um lugar de sofrimento e privações, para transformar-se no éden desejado e querido, onde a mocidade vai, feliz e contente, formar o coração, o espírito e o corpo, para bem servir à sociedade e à Pátria".²²

Sim, Jerônimo de Sousa Monteiro deu à criança espírito-santense o merecido lugar na VIDA; descortinou-lhe a noção do seu valor, como elemento prestante, no futuro. Colocou-a em contato com o mundo real, com a Natureza, com o trabalho manual, com a sadia atividade que se revela em FAZER e não em repetir e copiar.

Causa de tantos registros de estafa que, muitas vezes, inutilizavam estudantes esperançosos, o ensino memorizado foi substituído pelo objetivo. Intuição e emulação, em lugar da vara e da palmatória. O respeito e o amor à criança baniram da escola os caroços de milho e outros castigos deprimentes.

De par com o incentivo dos seus pendores artísticos, mediante a música, o desenho e a modelagem, noções de ciências físicas e naturais, geometria e agricultura despertavam-lhe o interesse pela Natureza, para o valor do trabalho e preparavam-na, seguramente, para o curso ginásial.

Assim, das 11 às 16 horas, estavam as crianças ao abrigo das ruas, num ambiente de aprendizagem, intercalado com a disposição pedagógica de recreios e jogos, consentâneos com a idade dos grupos. Tudo completado pela ginástica e pelas festinhas escolares, como a Festa da Bandeira e a Festa da Árvore, tão expressivas, que o Dr. Jerônimo introduziu no Espírito Santo.

Embora a Escola Modelo estivesse funcionando desde 20 de julho, sua inauguração festiva realizou-se a 7 de setembro quando, pela voz da menina Dinorá Nunes, filha do saudoso Cleto Nunes Pereira, o Dr. Jerônimo recebeu o pedido para que desse o seu nome ao novo educandário. Seus olhos encheram-se de lágrimas! Seu coração pulsou de amor ao seu

22 Na Adenda.

querido Espírito Santo, representado na miniatura daqueles uniformezi-
nhos vermelhos e brancos.

E todos entoaram:

*Surge, ao longe, a estrela prometida
Que a luz sobre nós quer espalhar;
Quando ela ocultar-se, no horizonte
Há de o sol nossos feitos lumiar*

*Nossos braços são fracos que import a?
Temos fé, temos crença a faltar;
Suprem falta de idade e de força
Peitos nobres, valentes, sem par.*

Estribilho:

*Salve o povo espírito-santense,
Herdeiro de um passado glorioso,
Nós somos a falange do presente,
Em busca de um futuro esperançoso!*

*Saudemos nossos pais e mestres
E a Pátria, que estremece de alegria,
Na hora em que seus filhos reunidos
Dão exemplos de amor e de harmonia.*

*Venham louros, coroas, venham flores
Ornar os troféus da mocidade;
Se as glórias do presente forem poucas,
Acenai para nós, Posteridade!*

Estribilho:

*Salve o povo espírito-santense.
Etc.*

Não era hino oficial do Estado, mas cantado nas escolas e nas festas promovidas pelo Governo.

* * *

A 19 de novembro do mesmo ano (1908), realizou-se, pela primeira vez no Espírito Santo, a Festa da Bandeira. Outro dia de emoção, de intensa vibração cívica, quando tantas vozes juvenis entoaram o

HINO À BANDEIRA

*Salve, lindo pendão da esperança!
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.*

*Coro
Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra
Da amada terra do Brasil!
Etc.*

E ali estava o Dr. Jerônimo, ao lado dos seus auxiliares, do Presidente do Congresso, do Prof. Gomes Cardim e dos professores das Escolas Modelo e Normal. Sob as grandes árvores do pátio, ao lado do Palácio do Governo, a fim de acompanhar o programa, no qual se incluía um jogo de basquete com dois quadros: — o Vermelho, constituído pelas alunas da Escola Normal: Judith Guaraná, Antonieta Nicoletti, Ilda Pessoa, Edith Guaraná e Celeste Pacheco; e o Verde, pelas alunas: Maria Rabelo, Alice Nascimento, Ida Araújo, Carolina Aguiar e Edith Faria. Tinham, para o jogo, um uniforme especial: blusa branca e calção-bombacho, franzido nos



*Sala de aula do Grupo Escolar Gomes Cardim
(1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 367.*

tornozelos. Foi um espetáculo bonito. Mas os eternos descontentes aproveitaram para explorar o escândalo de moças vestidas de calções a jogarem bola! "Que vergonha". Outro: — "Um pai de família não deve consentir que suas filhas pratiquem aquele jogo".

Terminada a parte esportiva, houve um teatrinho no salão nobre da Escola Normal.

Ainda em 1908, realizou-se a primeira parada do Batalhão Escolar, com cem soldadinhos da Escola Modelo, devidamente uniformizados e aparelhados, até com a Banda Infantil, e puxada pela Bandeira Nacional. Um encanto!



*Formatura de alunos do Grupo Escolar Gomes Cardim
em frente à antiga Catedral de Vitória (1912).
APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 226.*

Ali não estavam no brinquedo:

*Marcha, soldado,
Cabeça de papel,
Marcha, direito,
Senão vai para o quartel.*

Não. Estavam soldadinhos de verdade, futuros reservistas do Brasil. Na "Mensagem" de 1912, dizia o Dr. Jerônimo: — "Na Escola Modelo, o Batalhão Infantil, adrede organizado, para o preparo do futuro cidadão, com

a sua Banda de Música e todo o aparato necessário, faz evoluções militares e exercícios de esgrima, em homenagem à data que se comemora". (Referia-se às comemorações cívicas das datas principais da História do Brasil).

Logo no fim desse ano, uma Exposição de Trabalhos Manuais atraiu a sociedade vitoriense à apreciação do progresso das alunas e dos alunos, nas prendas e na modelagem, sob a direção dos professores Isabel Martins e Manuel Calazans, na Escola Normal, e das professoras da Escola Modelo. Igualmente, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora realizou belíssima Exposição de Trabalhos Manuais à qual se juntou a de pintura e artes aplicadas.

A 18 de setembro de 1909, portanto dias antes das inaugurações deslumbrantes daquele ano, o povo correu para ver pequeno desfile da Banda Infantil, sob a regência do Prof. João de Barros. No Jardim da Praça Dr. João Clímaco, naquele coreto, ainda hoje existente, a Banda Infantil tocou o Hino Espírito-Santense e outras músicas. Convidados a subir ao Palácio, lá dentro, os pequenos músicos tocaram para a família do Presidente e autoridades que ali se encontravam. Refrescos e doces lhes foram oferecidos. E, talvez, existam, ainda para ler estas linhas, cheias de saudade, alguns soldadinhos daquele tempo que, ao lado de Darcy Monteiro desfilaram, naquela demonstração pública da sua arte, pois ali estavam: Antônio e Umberto Velo, Ailton Machado, Fernando Rabelo, Placidino Passos, ao lado dos saudosos Virgílio Ramalhete, Fernando de Oliveira e seu irmão Alonso, Manuel Aquilino, José Mendes, Acir Figueiroa e tantos outros!...

Escreveu o Dr. Jerônimo: — "Os exercícios físicos, militares, para os alunos, e de ginástica, para as alunas, os cânticos e as solenizações das nossas grandes datas conservam o ânimo da criança sempre bem disposta para o estudo, facilitam-lhe a compreensão e levam-na a receber a instrução com facilidade e com agrado, sujeitando-se, alegremente, à disciplina escolar e simpatizando com a escola".

Mas a Bandeira Nacional já estava em todas as salas de aula do Espírito Santo. Na Escola Modelo, por exemplo, tivemos a oportunidade de observar tanto a Bandeira quanto o relógio em forma de 8, mapas, quadros de pesos e medidas, contadores, quadros de ciências naturais, etc.

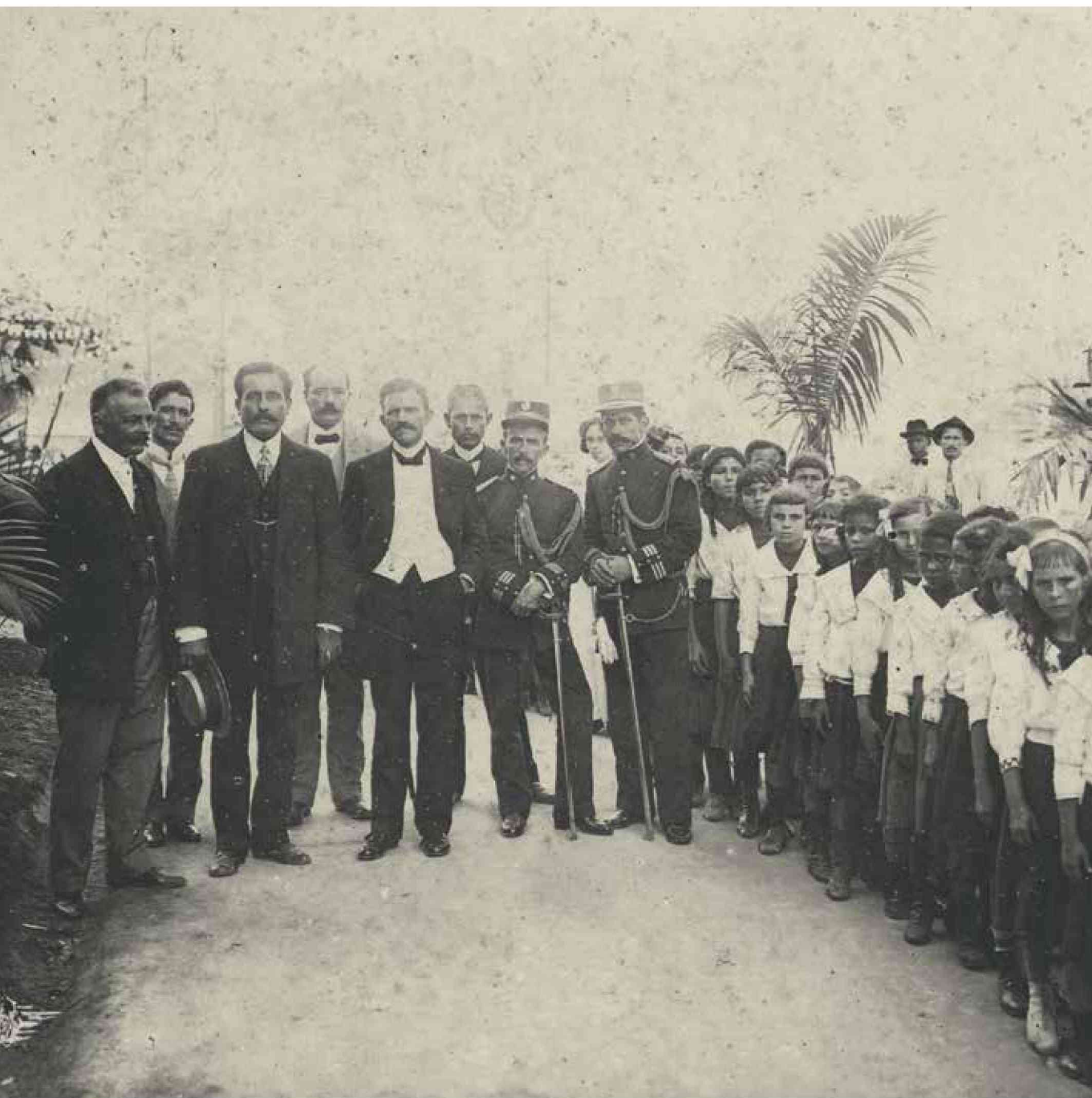
A Festa da Árvore, linda e expressiva, que o Dr. Jerônimo introduziu no Espírito Santo, realizou-se a 30 de novembro de 1909. Grande con-

centração infantil na Pedra d' Água, encerrada com a visita do Presidente, para abraçar, beijar, cariciar aquele mundo de suas esperanças; dar-lhe o exemplo de amor à árvore e ao trabalho. Desde as 9:30 horas, o *Cintra* transportava os escolares e seus professores para gozarem o dia ao ar livre. Às 11:30 horas seguiu o Batalhão Infantil, e mais alunos e professores. Cantaram roda e outros brinquedos, além de teatrinho, com recitativos, monólogos sobre as árvores, as flores, a Natureza, em geral. Às 16 horas, chegou o Dr. Jerônimo, acompanhado de sua família, dos seus auxiliares e outras pessoas. Tomou o Presidente as rudes ferramentas agrícolas, cavou a terra e plantou um pau-brasil, ao som do Hino Nacional e à sombra da Bandeira Brasileira, para que o imigrante, recebido para laborar conosco, tivesse logo de conhecer a árvore tintureira, cujo valor econômico atraía aos colonizadores de nossa Pátria. Lembremo-nos de que, na Pedra d' Água, situava-se a Hospedaria de Imigrantes.

E, ali, entre as crianças, com o mesmo uniforme vermelho e branco, matriculados nas mesmas aulas, estavam os filhinhos do Presidente — Henriqueta, Jerônimo Monteiro Filho e Darci.

Pelo Decreto nº 2.201, de junho do mesmo ano, as escolas públicas do Estado ficaram obrigadas a festejar o Dia da Árvore. Posteriormente, o culto à árvore foi transferido para o dia 21 de setembro.

Pelo Decreto nº 212, de 28 de novembro de 1908, o Dr. Jerônimo instituiu o anel de professores normalistas do Estado, com uma turmalina cor de vinho. No aro, um livro com uma pena. Muitas professoras mandavam preparar seu anel com dois brilhantes laterais; outras com chuveiro de brilhantes. E pareciam verdadeiras doutoras, com seus lindos anéis!...





Capítulo *XII*

*O Presidente do Estado e alunas da
Escola Modelo Jerônimo Monteiro
(1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, 219.*

A Escola Complementar, anexa à Escola Normal, tinha a finalidade de preparar os alunos para o ingresso no Curso Normal, independente de exame vestibular, exigido apenas, para os candidatos que não tivessem aquele curso.

Repetimos com o Dr. Jerônimo: — Não pararam aí os esforços do Governo, empenhado em impulsionar o desenvolvimento de instrução pública.

O Ginásio Espírito-Santense, criado em Lei nº 460 de 24 de outubro de 1906 pelo Presidente Henrique da Silva Coutinho, recebeu a melhor atenção do Dr. Jerônimo, coadjuvado, aliás, pelo irmão, o Bispo Diocesano. A 9 de outubro de 1908, chegou-lhe a notícia de sua equiparação, por ato do Governo Federal, assinado no dia 8, para o que muito concorreram o interesse do Presidente do Estado e os esforços do Senador João Luís Alves.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora muito deve ao Dr. Jerônimo, que, pelo Decreto nº 335, de 24 de abril de 1909, o equiparou à Escola Normal do Estado, sujeito ao seu regulamento e aos mesmos programas de estudo, sob a fiscalização do Inspetor Geral do Ensino. O Decreto de 24 de abril teve sua confirmação na Lei nº 642, de 21 de dezembro do mesmo ano, em atenção a um requerimento firmado pelo Sr. Bispo Diocesano.

Já estava o Colégio sob a direção da Irmã Maria Horta, que substituíra a Irmã Filomena Desteillou, sua fundadora, e que viajara a 19 de fevereiro do mesmo ano, transferida para o Hospital Central do Exército.

A equiparação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora à Escola Normal veio trazer um surto de desenvolvimento ao querido educandário da juventude feminina espírito-santense, porque, de todos os recantos do Estado afluíram alunas para o seu internato. E, assim, necessário tomou-se a ampliação do velho prédio, ex-convento de Carmelitas. Antes, porém, que se empreendesse as obras e, mesmo se festejasse a Lei de 21 de dezembro, dura provação caiu sobre o pequeno mundo que ali edificava uma obra de virtude e cultura, em benefício da sociedade espírito-santense. Baseado em que o vetusto edifício pertencia à União, porque servira de alojamento à Força de Linha, no século XIX, o Ministro da Guerra, a 9 ou 10 de maio de

1909, exigia que as Irmãs desocupassem o prédio em 10 dias! Calculemos o terror e a tristeza das religiosas!... Na cidade, o clamor abalava o povo: — Querem tomar o Carmo! E a sociedade deu a melhor assistência às Irmãs.

Estava Dom Fernando em Missões na paróquia de Santa Isabel, quando recebeu o telegrama que reclamava sua presença imediata na Vitória. Mas o único transporte era a Estrada de Ferro Leopoldina, que se tomava na Estação Germânia, atualmente Domingos Martins. O tempo corria! Felizmente, porém, o encarregado da ingrata medida só podia viajar de navio, pois naquela época não existiam aviões, e assim Dom Fernando, que chegara no dia 13, empenhou-se com o Presidente do Estado, recorreu ao Sr. Núncio Apostólico e, pelo advogado Thiers Veloso, recorreu à Justiça, contra o Governo Federal. Desse modo, quando o emissário chegou a Vitória, nada pôde fazer, senão esperar a decisão suprema, quanto ao direito da Igreja, pois se tratava de um imóvel da Diocese.

E o caso foi entregue ao Dr. André Faria Pereira, para resolvê-lo, no Rio de Janeiro, pois o Sr. Bispo e o Dr. Jerônimo haviam conseguido dilação do prazo e permissão para que as Irmãs prosseguissem na sua tarefa educativa. É certo que o Dr. Jerônimo prestou toda a assistência às Irmãs; visitava-as, sempre que possível. E, numa dessas visitas, encontrou-se ali com o irmão, Cel. Antônio, mas em atitude compatível com o decoro social. Não é exato que estivesse de revólver em punho. Jamais um Monteiro, mesmo na Fazenda Monte Líbano, em meio de trabalhadores e longe de recurso policial, empunhara uma arma de fogo.

Aliás, o Cel. Antonio não era então Presidente do Congresso Legislativo, nem mesmo Deputado Estadual; exercia apenas, interinamente, o cargo de Oficial de Gabinete do Presidente do Estado, em substituição ao Dr. José Bernardino Alves Junior, em férias regulamentares.

Resolvida a questão do Carmo, entrou o prédio em reforma e ampliação, para receber as numerosas internas e abrigar as órfãs do Asilo Coração de Jesus, fundado pelo Sr. Bispo e a Irmã Maria Horta, de acordo com as normas das congregações religiosas. Uma subscrição popular foi a primeira fonte de recursos, a partir de 2 de novembro de 1909. As alunas da Escola Normal promoveram uma tômbola em benefício do Asilo, e a sociedade espírito-santense provou, mais uma vez, seu coração

aberto às obras sociais de assistência aos que sofrem. Mas, se Dom Fernando se desvelara pelos pobres e órfãos, o coração do grande Presidente voltava-se, de igual, às criancinhas que na Santa Casa abriam os olhos à vida, privadas de carinho materno, ou viviam aos cuidados das Irmãs, daquela inesquecível Irmã Luísa Pirnay e, no Carmo, teriam o Asilo Coração de Jesus. daquelas trataremos quando chegarmos ao capítulo sobre a Santa Casa, ao passo que, agora, registraremos a providência tomada pelo Dr. Jerônimo para a manutenção do novo Instituto de Assistência. A Lei nº 646, de 22 de dezembro de 1909, dizia: "Fica o Governo do Estado autorizado a conceder 80.000\$000 (oitenta contos de réis), em apólices de 5% ao ano, para o patrimônio do Asilo Coração de Jesus, sendo as ditas apólices inalienáveis, e revertendo ao Estado, em caso de extinção ou transformação do Asilo em outro qualquer estabelecimento, embora de caráter filantrópico". Assegurava, assim, uma renda anual de 4:000\$000 ao novo instituto de caridade, depois de haver colaborado na reforma e ampliação do prédio.

A reconstrução do Carmo foi confiada ao jovem arquiteto André Carloni, que lhe acrescentou mais um andar e a varanda interna.

Finalmente, a 27 de novembro de 1910, num belíssimo dia, com a presença do Dr. Jerônimo e da sociedade vitoriense que, jubilosa, compareceu ao Carmo, Dom Fernando benzia o prédio reformado. Em seguida, festejados foram dois expressivos acontecimentos: a equiparação do curso normal ao instituto do Estado e a inauguração do Asilo Coração de Jesus.

A Irmã Horta chorava!...

Dom Fernando e Dr. Jerônimo abraçavam as orfãzinhas...

Elas cantaram o Hino a Dom Fernando e o Hino

AO DR. JERÔNIMO

I

Nossas almas estremecem.

De real contentamento,

Nesta hora, neste dia.

Neste ditoso momento.

*Filho do Espírito Santo,
É glória sua, também.
Salve, oh, nosso Protetor,
Da paz amigo e do bem!
CORO*

II

*Dois sóis, hoje contemplamos,
Um dos Céus, no puro anil.
Outro, dentro desta casa.
Mais brilhante, mais gentil.
Filho do Espírito Santo, etc..
CORO*

III

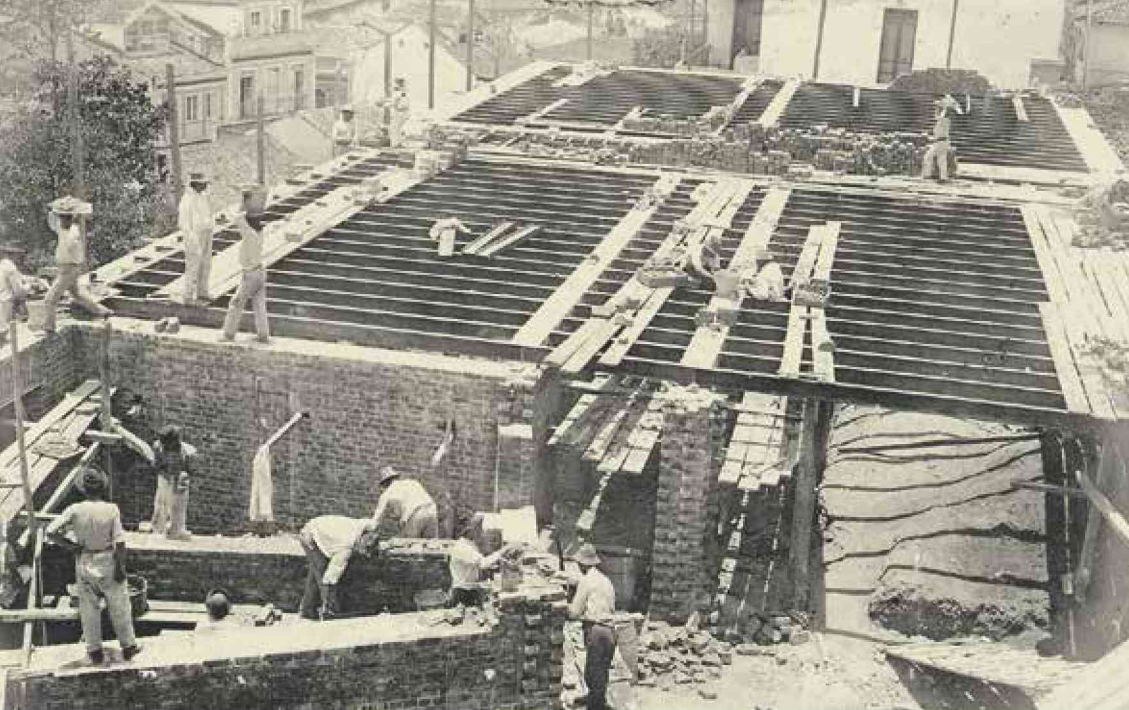
*Mais brilhante e mais gentil.
Pela áurea inteligência
Peregrina e criadora,
Que lhe deu a Providência.
CORO*

IV

*Do Governo seu à sombra.
Vai sereno e vai seguro,
O belo Estado marchando
Para o mais belo futuro.
CORO*

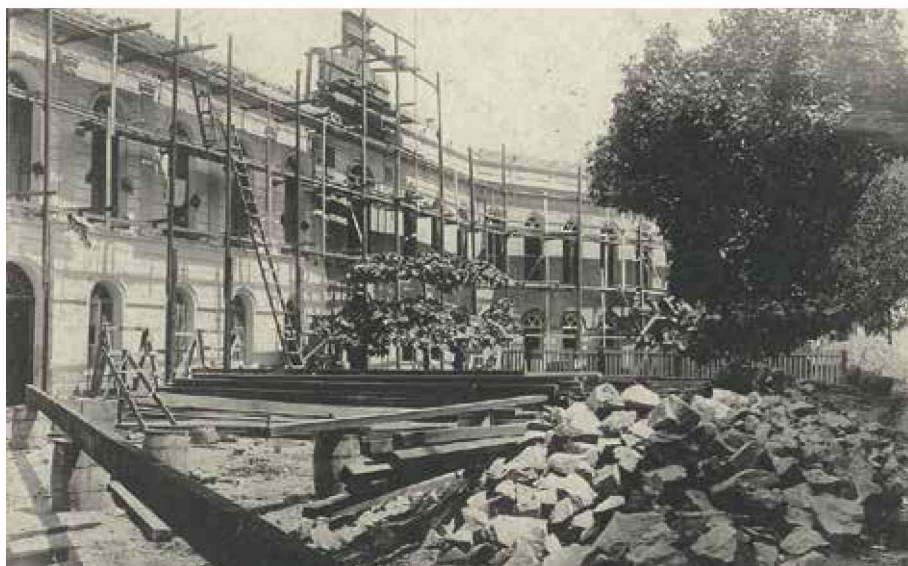
V

*Adorável mão, que rege
Mundos sem fim, nos espaços,
Encha-lhe a vida de bênçãos.
De flores lhe cubra os passos.
CORO*



Escola Modelo Jerônimo Monteiro em construção, Vitória (1912).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 285.



Construção do edifício da Escola Normal e anexa, atual Colégio

Maria Ortiz (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 136.



Dia festivo no pátio da Escola Modelo Jerônimo Monteiro, Vitória.

APEES – Indicador Ilustrado (1910), 081.



Alunos das escolas masculinas e femininas de Cariacica recebem o Presidente Jerônimo Monteiro em visita àquela vila, por ocasião da inauguração dos filtros de água do rio Pau Amarelo, Cariacica (09/02/1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 316.

VI

*O seu nome, que os fulgores
Do astro-rei ofusca e vence,
Brilha, como ouro nas páginas
Da História espírito-santense.
CORO*

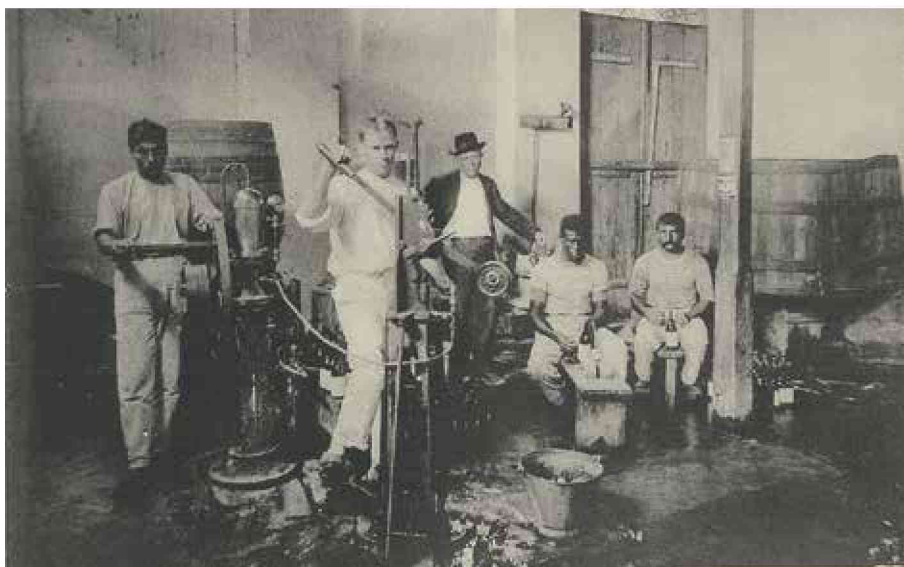
VII

*Ao festejado estadista,
A tão nobre cidadão,
Nossa homenagem sincera,
Nossa humilde gratidão.
CORO*

Os dois hinos foram musicados pelo maestro Colombo Guárdia, professor de música do Colégio, que os acompanhou, ao piano. A letra era do Dr. J. J. Bernardes Sobrinho.



*Vista geral da fábrica de cerveja e águas gasosas Gustavo Schmidt em
Vitória. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 074.*



*Interior da fábrica de cerveja. Trabalhadores fazem o engarrafamento
de águas gasosas. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 077.*





Capítulo *XIII*

*Cidade de Cachoeiro de Itapemirim em
cerimônia festiva. No alto, à direita, o
antigo prédio da Prefeitura (1912). APEES
– Coleção Jerônimo Monteiro, 119.*

Estendeu-se a Reforma do Ensino a todos os recantos do Estado, com mobiliário adequado e farto material escolar, prédios para Grupos Escolares, em Cachoeiro do Itapemirim, Santa Leopoldina e São Mateus; curso complementar, já referido; e escolas isoladas, noutros pontos de população menos densa. Tudo fiscalizado e nos moldes da Capital, tudo gradativo e bem dirigido, com o predomínio da língua portuguesa nas escolas particulares, frequentadas pelos descendentes de imigrantes.

Na "Mensagem" de 1912, lê-se que

a Reforma introduzida, num estreitíssimo período de dois meses, encontraria aceitação do público, constituindo as novas escolas centro de atração e de convergência da população infantil da nossa Capital.

Nelas, matricularam-se crianças que se conservavam afastadas das escolas, pela nenhuma confiança que o ensino nelas ministrado inspirava aos seus genitores, que, de preferência, as entregavam aos cuidados de professores particulares.

O aumento da matrícula e, sobretudo, da frequência escolar sofreu logo benéfica e extraordinária modificação, elevando-se a matrícula de 710 a 932 alunos, e a frequência, de 572 a 867.

Após referir-se às despesas com esse trabalho ingente, conclui:

Os grandes sacrifícios, no presente, terão, no futuro, compensadora reprodução, no preparo e no levantamento intelectual da nova geração preciosa esperança e valioso penhor de nossa civilização.

Os bons resultados do novo método e da boa organização do ensino são, a cada passo, testemunhados, não só pelos próprios pais de alunos, como por todos os que, de ânimo desapaixonado, se dão ao pequeno trabalho de observá-los, em nossas escolas.

Refere-se, depois, à educação física e aos sentimentos cívicos despertados constantemente, pela recordação dos nossos grandes feitos e dos nossos dignos e venerandos antepassados.

Deve-se ao Dr. Jerônimo a formação cívica dos espírito-santenses, descendentes de estrangeiros, que, nas colônias, ignoravam o nosso idioma. Recusavam-se, mesmo, a cantar o Hino Nacional e a canção Sou Brasileiro, porque, diziam, eram italianos, de Alfredo Chaves; outros, alemães nascidos em Rio Fundo.

Subiam ao céu do Espírito Santo hinos pátrios, Hino Nacional, Sou Brasileiro e outros, ao passo que as festinhas escolares criavam, no mundo infantil, verdadeira fascinação pelo estudo e a consciência dos deveres morais e cívicos. E, em tudo, aparecia o Dr. Jerônimo, acariciando as crianças, estreitando-as à grandeza do seu coração, vivendo, modesto e feliz, páginas áureas de Coelho Neto, resumidas em que "a educação é uma arte de amor; realizá-la é colaborar com Deus completando-lhe dignamente a obra".

Em 1909, o Governo promoveu o primeiro Congresso Pedagógico do Espírito-Santo, que se instalou no dia 8 de junho. Coube ao Prof. João Sarmet a primeira tese. Dissertou sobre *A Palavra*. Outros oradores, como o Prof. João Nunes, a Prof^a Marieta Calazans, os Profs. Carlos Mendes, Amâncio Pereira, Osmédia Fonseca e os Drs. Diocleciano de Oliveira e Antônio de Andrade e Silva trataram de temas deveras sugestivos, relacionados com suas especialidades no magistério. E os comentários abalavam a cidade. Todos se voltaram para a Pedagogia. Nenhum compêndio de Compayré e Carré et Liquier ficou nas estantes.

Atendeu, igualmente, o Dr. Jerônimo aos pendores artísticos dos seus conterrâneos e criou o Instituto de Belas Artes, para as vocações que se estiolavam, sem recursos de orientar-se e desenvolver-se. Esse Instituto resultou da Lei nº 616, de 11 de dezembro de 1909, e o contrato pelo Governo e o Prof. Carlos Reis, para dirigi-lo, firmou-se a 30 de dezembro. A 11 de março de 1910, o Decreto nº 595 deu-lhe Regulamento. Iniciaram-se as aulas no dia 19.

Muito concorreu o Instituto de Belas Artes para estimular as vocações artísticas, na Vitória. No Parque Moscoso e nas praias, seus alunos pintavam ao ar livre, ao passo que, no grande salão onde fora instalado, a frequência era vultosa. Duas vezes na semana, havia aulas noturnas para as pessoas impossibilitadas da frequência diurna.

Duzentos trabalhos foram expostos, quando o Marechal Hermes da Fonseca visitou o Espírito Santo, em 1911. E tão bem impressionado ficou o

então Presidente da República, que formulou o desejo, verdadeira ordem, para que os mesmos trabalhos fossem levados ao Rio de Janeiro e expostos na Associação dos Empregados do Comércio. S. Exa. prestigiou a exposição, inaugurando-a pessoalmente.

Reduzida a verba destinada ao Instituto, no Governo do Cel. Marcondes Alves de Sousa, para a economia de 7:800\$ 000, o Prof. Carlos Reis pediu demissão do cargo de diretor e regressou ao Rio de Janeiro. Três horas após, estava nomeado para um cargo muito melhor, pois, em um mês, ganhava mais que durante um ano inteiro, no Espírito Santo.²³

* * *

Faltava, porém, uma parte do grandioso programa educacional do Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro. Na sua magistral Plataforma, dizia ele:

Incumbe ao Governo, pela fundação de escolas técnicas, que não ministrem só o ensino clássico, fazer desenvolver as qualidades práticas dos alunos, habilitando-os para empreender logo um trabalho produtivo, no terreno industrial, mercantil e agrícola.

É necessário banir de vez a crença de que só as profissões liberais podem garantir vitória, na luta pela existência e de que só elas proporcionam uma posição de superioridade e saliência na sociedade. "A nossa mocidade deve ser preparada e aparelhada para o embate no campo das indústrias, do comércio e da agricultura, onde está travada a luta pela expansão econômica procurada e reclamada por todos os países".

De acordo com esse programa, a 21 de maio de 1909, o Governo adquiriu a Fazenda Luduvina, a quatro quilômetros de Cariacica, para o ensino agrícola. Denominou-a Fazenda Sapucaia estabelecida oficialmente.

23 Prof. Carlos Reis – *Carta*.

te, segundo o Decreto nº 381, de 3 de julho, embora iniciada, desde 31 de maio, sob a direção do Sr. Agostinho Marciano de Oliveira, contratado em Minas Gerais. Foi inaugurada, festivamente, a 4 de dezembro.

* * *

Ao receber o telegrama do Ministro da Agricultura sobre a possibilidade de o Estado oferecer um prédio para uma Escola de Aprendizes Artífices, a ser criada no Espírito Santo, o Dr. Jerônimo apressou-se em responder que desejava que fosse o Estado um dos primeiros a utilizar-se da feliz iniciativa do Presidente Nilo Peçanha, ao instituir o Ensino Profissional. Pôs à disposição do Ministério um prédio espaçoso, com a afirmativa de, no futuro, construir outro adequado à nobilíssima finalidade. A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, dirigida pelo Dr. José Monjardim, inaugurou-se a 24 de fevereiro de 1910,²⁴ na Rua Presidente Pedreira. Atualmente, é a Escola Técnica da Vitória, em Jucutuquara.

Em 1909, já existiam no Espírito Santo, 134 (cento e trinta e quatro) escolas primárias, com a matrícula de 4.535 (quatro mil quinhentos e trinta e cinco) alunos.

De acordo com a autorização constante da Lei nº 547, de 28 de novembro de 1908, o Dr. Jerônimo, pelo Decreto nº 373, de 19 de junho de 1909, criou três escolas-modelo de agricultura. E todo o ensino agrícola era supervisionado pelo Dr. Fidélis Reis, posto à disposição do Estado, pelo Ministério da Indústria. Por isso, junto à Fazenda Sapucaia, estava o Aprendizado Agrícola, para meninos pobres, que se instruíam gratuitamente, para a garantia de um futuro laborioso e útil.

Cogitou o Dr. Jerônimo, ainda, do Aprendizado São José, que seria iniciado com o produto dos presentes, que o povo lhe oferecera. Mandou, para isso, avaliá-los e depositou, nas mãos do Sr. Bispo, a quantia de 1:743\$000, conforme recibo que Dom Fernando assinou, a 22 de maio de

24 *Diário da Manhã* - 26/2/1910.



Fazenda modelo de Sapucaia, Cariacica (1910).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 100.



Um inspetor agrícola ensina como se vacina animais contra o carbúnculo em Viana (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 264.



Jerônimo Monteiro, acompanhado pelo irmão, bispo Dom Fernando, durante a inauguração da lavanderia modelo no morro da Fonte Grande, Vitória (9/02/1912).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, A38.



Ponte sobre o rio Novo no trecho da estrada de rodagem de Cachoeiro de Itapemirim a Rio Novo (1908). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 271.

1912. Seria um instituto de ensino prático, de artes, ofícios, agricultura, etc., para meninos pobres, com internato e externato.

Logo, o Sr. Dr. Hércules Campagnole & Irmãos subscreveram a quantia de 1:270\$000. E os Srs. Welszflog & Irmãos, 1:000\$000.

A consagração do Aprendizado a São José significava "um testemunho público e permanente, por mim, prestado ao grande Protetor dos Aprendizes e à bela e edificante Religião Católica, que tanta paz e tão sublimes alegrias proporcionam aos nossos espíritos" — escreveu o Dr. Jerônimo, na "Mensagem" de 1912.

Para a fundação desse instituto, havia Dom Fernando providenciado a Fazenda Piabanha, no Itapemirim. A morte colheu-o antes dessa realização!...

Assim, para o Dr. Jerônimo, a educação dos seus conterrâneos devia ser completa. Sonhara o saudoso Presidente proporcionar lhes todos os recursos, para iniciativas futuras.

Concluída a Reforma do Ensino, o Prof. Gomes Cardim retirou-se para São Paulo. Foi substituído pelo Dr. Diocleciano Nunes de Oliveira, nomeado Inspetor Geral do Ensino Público, a 8 de janeiro de 1910. Conhecida de todos foi sua dedicação à Escola Normal do Estado, onde passava o dia inteiro. Às 7:30 horas, lá estava e a tudo atendia, até a saída do último funcionário, à tarde, aliando sempre energia à bondade. Eram lindas as festinhas "Hora de Arte", que promovia, no palco das Escolas Normal e Modelo, para cultivar as vocações artísticas e literárias dos estudantes, que frequentavam os diversos cursos: normal, complementar e primário. Foi grande amigo e devotado auxiliar do Dr. Jerônimo. Faleceu a 3 de março de 1919.

Desse modo, com a colaboração de Gomes Cardim, Diocleciano de Oliveira e outros, o Dr. Jerônimo estava realizando o que sonhara, no grande Estado Bandeirante e na visita a Minas Gerais, quando percorria seus estabelecimentos de instrução.

E apresentava-se o Espírito Santo no segundo lugar, no Brasil, quanto à organização do ensino, suplantado apenas pelo seu padrão — o Estado de São Paulo.



Vista geral da cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina.
APEES – Indicador Ilustrado (1910), 092.





Capítulo *XIV*

*Sede do antigo Congresso Legislativo
do Espírito Santo (1911). APEES
– Coleção Jerônimo Monteiro, 420.*

Estava o povo espírito-santense verdadeiramente impressionado com a "Plataforma" de 15 de janeiro de 1908. Contudo, feito um exame nos "Relatórios" dos chefes de repartições públicas, para conhecer de perto a situação geral do Estado, o Dr. Jerônimo resolveu "dias depois de assumir a Administração, divulgar melhor seu programa, especialmente, para reafirmar a diretriz que pretendia seguir".

A 10 de junho, publicou seu "Manifesto Inaugural", que tratava, novamente, do seu plano de obras e iniciativas, em favor do progresso do Estado e benefício do povo.

Aproveitou o otimismo decorrente desse documento para congregar energias latentes, desavindas, porém, sob rivalidades políticas. Assim, enquanto atendia à Reforma do Ensino, já referida no Capítulo anterior, coordenava as bases de um grande Partido Político, de modo que se estabelecesse um ambiente de paz necessário à seleção de elementos capazes de contribuir, com seus dotes, para o desempenho seguro de cargos de maior responsabilidade.

Foi certamente este o fator principal das realizações do seu Governo — a escolha de auxiliares competentes, laboriosos e dignos.

A 4 de dezembro de 1908, no salão da Escola Normal do Estado, realizava-se o ato político de maior relevo no período inicial daquele quadriênio, a fundação do Partido Republicano Espírito-Santense, que reunia todas as correntes partidárias do tempo. Estavam ali compenetrados e solenes os chefes tradicionais do eleitorado espírito-santense: Domingos Vicente Gonçalves de Souza, Narciso Araújo, Barão de Monjardim, Torquato Moreira, Aristides Guaraná, Antônio Aguirre, Antônio Ataíde, os Presidentes das Câmaras Municipais, Deputados, funcionários públicos, etc. A convite do Dr. Jerônimo, assumiu a Presidência o Dr. Paulo de Melo, em obediência "ao fato de ser S. Exa. o Presidente de uma corporação que, mais de perto, representa a soberania do povo, o Congresso Legislativo Estadual".

Organizada a mesa, o Dr. Jerônimo pediu a palavra e proferiu belo discurso do qual destacamos o seguinte trecho:

A patriótica atitude dos vários elementos políticos do Estado, concorrendo com o seu esforço, com a sua boa vontade, para auxiliar

o Governo no trabalho da Administração, representa valiosas contribuições dignas de nossa maior gratidão e para os quais só temos palavras de louvor e de agradecimento.

Ao invés das lutas intensas de Partidos, os quais tanto agitaram nosso Estado, vemos, com prazer, reinar a paz em nosso meio, reunidos todos os elementos em torno de um programa, abrigados por uma bandeira e empenhados em um só combate: o nosso engrandecimento. Poucos meses após o início da atual Administração, um bom número de cidadãos distintos, que se alinhavam nas fileiras do Partido Republicano Federal deste Estado, sob a direção do ilustre Deputado Federal, Dr. Torquato Moreira, veio, espontaneamente, incorporar-se às forças que a prestigiavam, para, unidos aos nossos esforços, mais facilmente colimar nosso objetivo.

Recentemente, os membros da antiga oposição, dirigidos pelo respeitável compatriota Sr. Barão de Monjardim, atendendo às instruções do seu digno chefe e acudindo ao apelo que, por vezes, tenho feito a todos os cidadãos para auxiliarem o Governo, na elevada cruzada de promover o desenvolvimento do Estado, vieram dispensar-nos sua útil colaboração.

Estes fatos permitiram podermos hoje presenciar a situação de paz e tranquilidade, que tanto pode concorrer para o melhor resultado dos nossos trabalhos.

Conclui o Dr. Jerônimo seu discurso num convite àquela brilhante assembleia a

sopitar quaisquer sentimentos de hostilidade e de paixão particular do passado, lançando sobre esse o véu do esquecimento e, possuídos de ânimos nobres e elevados, encarar todos como membros de uma só e mesma legião combatente pelo progresso do Espírito Santo.

Em seguida ao discurso do Presidente do Estado, o Dr. Diocleciano de Oliveira leu o Programa, já elaborado:

Programa

O Partido Republicano Espírito-Santense adota para seu programa os seguintes princípios:

- I. Manter, em suas bases fundamentais, os princípios estatuídos na Constituição Federal.
- II. Promover, com afinco, o desenvolvimento da instrução primária e secundária do Estado, de acordo com o espírito da Constituição Estadual.
- III. Zelar pela ativa e exata fiscalização das rendas públicas, aplicando-as de modo a evitar déficits orçamentários, quer do Estado quer dos municípios.
- IV. Propugnar pela autonomia dos municípios cercando-os de prestígio, que devem ter essas associações básicas do regime republicano, de forma a que estejam, sempre, sob a administração dos mais dignos e competentes.
- V. Desenvolver a indústria particular, auxiliando-a por meios diretos e indiretos, de modo a aproveitarem-se todos os esforços individuais ou coletivos, em benefício do Estado.
- VI. Respeitar a verdade eleitoral, garantindo em todos os pleitos a representação das minorias, implantando no espírito do povo a convicção de que todos os poderes são oriundos do seu mandato e que, por isso, não deve abster-se de manifestar sua vontade soberana pelas urnas.
- VII. Esforçar-se pelo levantamento do crédito do Estado, fazendo persistente propaganda das vantagens naturais, para o cultivo do seu solo, aproveitamento de suas águas, para a indústria, facilidade de adaptação para imigrantes e condições de vida fácil e proveitosa.
- VIII. Cooperar para a execução de melhoramentos materiais do Estado, pelo desenvolvimento de suas vias de comunicação e obras indispensáveis à comodidade e bem-estar dos habitantes do Estado.

- IX. Trabalhar pelo levantamento da lavoura, disseminando o ensino agrícola moderno, promovendo, nos municípios e centros populosos a criação de escolas do ensino técnico da agricultura.
- X. Cercar do maior respeito os poderes constituídos do Estado, pugnando pela sua harmoniosa autonomia e independência, no sentido de sua mais fácil e eficaz colaboração, em bem da comunhão espírito-santense.

Levantaram-se, então, diversos oradores sucessivamente. O primeiro foi o Sr. Domingos Vicente, importante mandatário de Viana. Rememorou sua atuação política, no sentido da tolerância e do respeito aos direitos e opiniões do povo, e declarou "não ter a menor dúvida em oferecer o seu apoio franco, leal e desinteressado, em seu nome e no dos amigos que o acompanhavam".

O Dr. Narciso Araújo — o poeta solitário do Itapemirim — retrospectou, igualmente, seu passado político; afirmou sua solidariedade à nova ordem, e propôs fosse o Dr. Jerônimo aclamado chefe do Partido, no que foi franco e unanimemente apoiado pela augusta Convenção.

Completo-lhe a iniciativa o Dr. Antônio Aguirre com a sugestão de que não fosse a chefia limitada ao período presidencial.

Com a distinção que o caracterizava, o Barão de Monjardim hipotecou, em seu nome e dos seus amigos, apoio e solidariedade, tanto ao manifesto — o programa do Partido — quanto à proposta de Narciso Araújo.

Ergue-se, majestático, o Dr. Torquato Moreira, a fim de falar "amplamente, para que seu silêncio não se prestasse a falsas interpretações!" — Como poderia ficar muda uma voz tão poderosa?! E continuou S. Exa. (Torquato) que "não tinha motivos para opor-se ao conagraçamento dos diversos elementos políticos do Estado, embora sua experiência e seu conhecimento dos homens e coisas do seu tempo lhe fizessem confiar pouco nas vantagens de um Partido sem outro que a ele se opusesse".

Segue-se com a palavra o Dr. Aristides Guaraná, para fazer a apologia da Paz e exaltar o conagraçamento dos elementos políticos do Estado.

Parecia ter havido um ensaio prévio do conclave, tal a perfeição de suas sequências, até que apareceu um orador inesperado, porém, talvez, o mais realista dos convencionais: — O Sr. José Cândido de Vasconcelos. Depois de analisar as finalidades da política e dos partidos, terminou com a maior franqueza:

Não compreendia política sem abnegação partidária.

Alcançava os intuitos de S. Exa. — oxalá esses politicões que quase sempre se apresentam nestas ocasiões, trazendo no bojo grandes interesses pessoais, interesses esses que alimentam eternamente, saibam entendê-lo, do mesmo modo que ele, aceitem e cumpram até o fim o patriótico Governo que tanto se há esforçado, para o progresso moral e material deste futuroso Estado.

e, assim, levantava um viva, ao Dr. Jerônimo Monteiro.

Falaram, ainda, o Sr. Domingos Ramos, o Dr. José Horácio Costa, Dr. Antônio Ataíde e, finalmente, o Dr. Paulo de Melo, que encerrou a sessão.

Alguém "gozou" — "Foi um interessante coquetel político, multicolor e multicolorido".

(Quem poderia deter o espírito crítico dos vitorienses daquele tempo? Havia apelidos para todos os chamados políticos tradicionais: Vira-Folha, Girassol, Coqueiro, Dezenove, Tonitroante, Zaranza, Pinguinho, Saracura, Transparente, Boca-de-Bagre, etc. E o Dr. Jerônimo era o Conde, prova de incompreensão e de desprezo a uma distinção conferida a um espírito-santense).

Consolidou-se o Partido Republicano Espírito-Santense e possibilitou ao Governo estender sua política de fraternidade aos municípios, a exemplo do que fizera o Presidente Campos Sales, em relação aos Estados. E, como resultado notável da Convenção histórica de 4 de dezembro, organizou-se a chapa completa, para a renovação da bancada espírito-santense, na Câmara Federal, a 16 de janeiro de 1909, composta dos Srs. Barão de Monjardim, Torquato Moreira, Galdino Loreto, Bernardo Horta. E o Dr. Bernardino de Sousa Monteiro, para o Senado.



O Presidente Jerônimo Monteiro (à direita) acompanhado por diversas autoridades em um dos salões do Palácio do Governo (1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 003.

Deviam as eleições realizarem-se a 30 de janeiro.

O Dr. Graciano dos Santos Neves, então Deputado Federal, chegou a 12 de janeiro a Cachoeiro do Itapemirim, para a campanha de sua reeleição. A 16 de janeiro publicava no "Comércio do Espírito Santo": — "Sou candidato a Deputado Federal, no pleito de 30 de janeiro".

No mesmo jornal, dia 25, Monsenhor Pedrinha recomendava essa candidatura.

Realizadas as eleições, a 30 de janeiro, a 27 de abril a Comissão de Poderes da Câmara Federal apresentou o reconhecimento dos eleitos:

Barão de Monjardim	7.776 votos
Torquato Moreira.....	6.280 votos
Galdino Loreto.....	5.077 votos
Bernardo Horta	4.547 votos.

O Dr. Bernardino de Sousa Monteiro foi eleito, para o Senado, com 8.539 votos.

O Dr. Graciano Neves não se conformou, embora tivesse pleiteado a eleição, por fora, porque todos os Partidos haviam-se fundido, no Republicano Espírito-Santense e, em consequência, extinguido a oposição ao Governo do Estado. A Comissão de Poderes da Câmara apurou-lhe 942 votos, apenas. Vimos atrás que o Dr. Jerônimo havia recebido a adesão dos próprios marteenses, pelo seu ilustre chefe político, o Dr. Constante Gomes Sudré.

A vingança foi cruel! Quem leu e guardou o "Estado do Espírito Santo" daquele tempo jamais poderá se esquecer dos artigos nos quais a ironia ao Conde papalino attingia igualmente o Bispo, que jamais tomava conhecimento de Partidos e eleições. Vivia para sua Igreja, em Visitas Pastorais difíceis e exaustivas, em vaporzinho costeiro, canoas ou a cavalo, em estradas primitivas. E, quando estava na Capital, voltava-se para a Santa Casa, os pobres, os órfãos, a educação de juventude! Nunca Dom Fernando deixou de dar ao povo a melhor assistência espiritual. E durante a Quaresma, no púlpito da catedral, suas prédicas preparatórias da Páscoa arrastavam gente de todos os cantos da Vitória, desde magistrados, professores, deputados, etc., até os humildes da Fonte Grande, do Moscoso, da Vila Rubim. O templo ficava lotado! E o movimento religioso era o melhor conforto para sua alma cruciada!

Vejamos um trecho:

Dois sacerdotes irmãos, um conde e outro príncipe do Vaticano, um governador e outro bispo, superintendem, ferreamente, *ad majorem Dei gloriam*, as atividades temporais e espirituais do rebanho espírito-santense.

Muito repimpadamente instalados dentro deste novo régimen republicano, que se presume ter separado a Igreja do Estado, os dois governadores complementares, dispondo de numerosa e disciplinada cleresia, não encontram grandes dificuldades em executar seus planos de predomínio perpétuo.

Não é preciso contar aqui a maneira harmoniosa pela qual se entendem esses dois Presidentes conexos, como eles mutuamente se amparam, como repartem fraterna mente as suas atribuições,

de tal sorte que ninguém percebe, às vezes, se um ato emanado de um deles é governamental ou episcopal.

Entretanto o Dr. Graciano devia saber que a chapa de deputados havia sido organizada, com a colaboração de seus próprios correligionários políticos, como o venerando Barão de Monjardim. Apresentou-se, portanto, sozinho. E não pensou, de certo, que, ao atacar o Conde, incorria em criticar seus próprios companheiros de tantos anos: "O modo pelo qual o Sr. Conde Jerônimo Monteiro instituiu o Partido, de que é, declarada e oficialmente, chefe, é um primor de hipocrisia, aliás desajudada de inteligência".

E assim continuou. Desceu ao ponto de referir-se, negativamente, à cultura do Dr. Jerônimo, que escrevia com precisão e clareza; encantava e convencia, quando conversava; discursava fluente e corretamente.

Esquecera-se, aliás, o Dr. Graciano de que tinha sido um dos oradores, no banquete oferecido a Dom Fernando, em 1902, quando chegou a Vitória, para assumir a Diocese, como primeiro Bispo Espírito-Santense e segundo, nesse elevado cargo.

* * *

Seria exaustiva a transcrição das colunas do "Estado do Espírito Santo". Entregamo-las a Deus, como Dom Fernando e o Dr. Jerônimo as entregavam. Veremos, porém, que o Dr. Graciano teve a oposição dos seus próprios companheiros da véspera. Na Comissão de Poderes da Câmara Federal, por exemplo, Bernardo Horta discursava:

A política do Espírito Santo harmonizou-se, pelo único meio possível, — a organização do Partido Republicano Espírito-Santense. A esse Partido aderiram quase todos, senão todos, os chefes políticos do Estado.

O Exmo. Sr. Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro, eleito por unanimidade, Presidente do Estado, iniciou e tem praticado uma política de conciliação, etc...



Aspecto do salão Domingos Martins, do palácio do governo, no dia da instalação do Congresso das Municipalidades (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 040.

Em consequência do falecimento do Dr. Galdino Loreto em abril de 1909, foi apresentado o Dr. Paulo Júlio de Melo para preencher a vaga, na Câmara Federal. O Dr. Graciano dos Santos Neves, mais uma vez, apresentou-se à eleição marcada para 17 de outubro do mesmo ano. Não se conformou, porém, com a vitória do candidato do Partido, que reunia todas as correntes políticas do Estado, e foi à contestação, apesar da grande inferioridade dos votos obtidos. Mas o Parecer da Terceira Comissão de Inquérito da Câmara Federal deu como resultado:

Paulo Júlio de Melo	6.083 votos
Graciano dos Santos Neves.....	1.789 votos

Afastado o Dr. Graciano da política, o "Estado do Espírito Santo" continuou, por outros "inconformados", a ofensiva contra o Bispo e o Presidente. Até o Pastor Loren Reno, em lugar de limitar-se ao seu trabalho

evangélico, metia-se na imprensa, para dizer que: — "O Espírito Santo iguala-se à República Dominicana; neste infeliz Estado, governa a sotaina negra; o Governador é apenas, um "pai-paulino", nas mãos do seu irmão, o Bispo da Vitória".²⁵ Esquecia-se do Sermão da Montanha!...

Vazados em linguagem rude e injusta, os artigos de Medeiros e Albuquerque eram divulgados no Rio de Janeiro. "O Século" atacava a direção do Ginásio Espírito-Santense confiada a uma Congregação religiosa, embora fosse reconhecida a cultura dos padres do Verbo Divino, dedicados à educação da juventude. Formados na Alemanha e na França, tinham cursos especializados em ciências físicas e naturais, matemática e diversos idiomas. E o Ginásio estava sob fiscalização federal. Igualmente, o Sr. Coelho Lisboa entrava no que se dizia "Caso do Espírito Santo" e atacava o Dr. Jerônimo. O "Comércio do Espírito Santo", de 13 de janeiro de 1909, publica o discurso do Senador João Luís Alves, em defesa do Presidente.

Sempre que Dom Fernando chegava das Visitas Pastorais, o Dr. Jerônimo aparecia, à noite, para visitá-lo e saber notícias da saúde. Ajoelhava-se, para beijar o anel do irmão Bispo (Nunca os Monteiros desprezaram esse dever de consideração à dignidade episcopal. Para todos, mesmo Dona Henriqueta, tratava-se do Sr. Bispo!) — Via-se, em ambos, a dor íntima, pelas injúrias da imprensa. Entreolhavam-se, fraternalmente, sem uma palavra de revolta ou de ressentimento! Sofriam com dignidade! E o Capitão Hortêncio Coutinho que, nos dias piores, estava sempre ao lado do Presidente e não o deixava sair sozinho à noite, a tudo assistia, com aquele ar de ingenuidade, mas arguto e sincero. Homem íntegro, a toda prova, quantas vezes tinha lágrimas contidas nos olhos?!...

Mas o Dr. Jerônimo achava, sempre, um jeitinho de disfarçar o próprio sofrimento e distrair o irmão: — lembrava-se de uma "história" divertida. Acabavam animados, riam-se a valer, enquanto o Presidente esfregava as mãos, num gesto que lhe era característico.

Numa Quarta-feira de Cinzas, por exemplo, chegou muito sério ao escritório de Dom Fernando e, depois dos preliminares da visita, começou, demonstrando irreduzível firmeza: "Não vou fazer a Páscoa neste ano".

25 *Diário da Manhã* - 17/7/1909.

Dom Fernando, silencioso, abriu a Breviário e continuou a leitura. Conhecia já as "zangas" do irmão.

— NÃO... VOU!..."

Perante o prolongado silêncio, Jerônimo continuou: — "Bem, Sr. Bispo, vou fazer a Páscoa; mas para confessar-me, arranje-me um padre que não saiba falar português". E logo esfregando as mãos, gozava o "susto" passado ao piedoso Bispo.

Dom Fernando olhou-o, por cima dos óculos: — "Muito bonito!"

No dia seguinte, o Presidente estava na catedral, conforme veremos noutra capítulo.

E nós jamais nos esqueceremos das palavras do Cel. Henrique Coutinho, na sua "Mensagem" final: — "A esponja do tempo tudo consome, tudo apaga; porém é impotente para extinguir, no coração humano que se preza, o ataque à probidade".

Adiante: — "A pena do homem público não deve ser o poste de Pasquim onde se adapta fácil e irresponsavelmente. Quem atrever-se a macular a honra alheia deve ter a coragem de sujeitar-se às consequências do seu procedimento, assim como quem é vítima das injúrias nunca as deve esquecer, embora as perdoe".²⁶

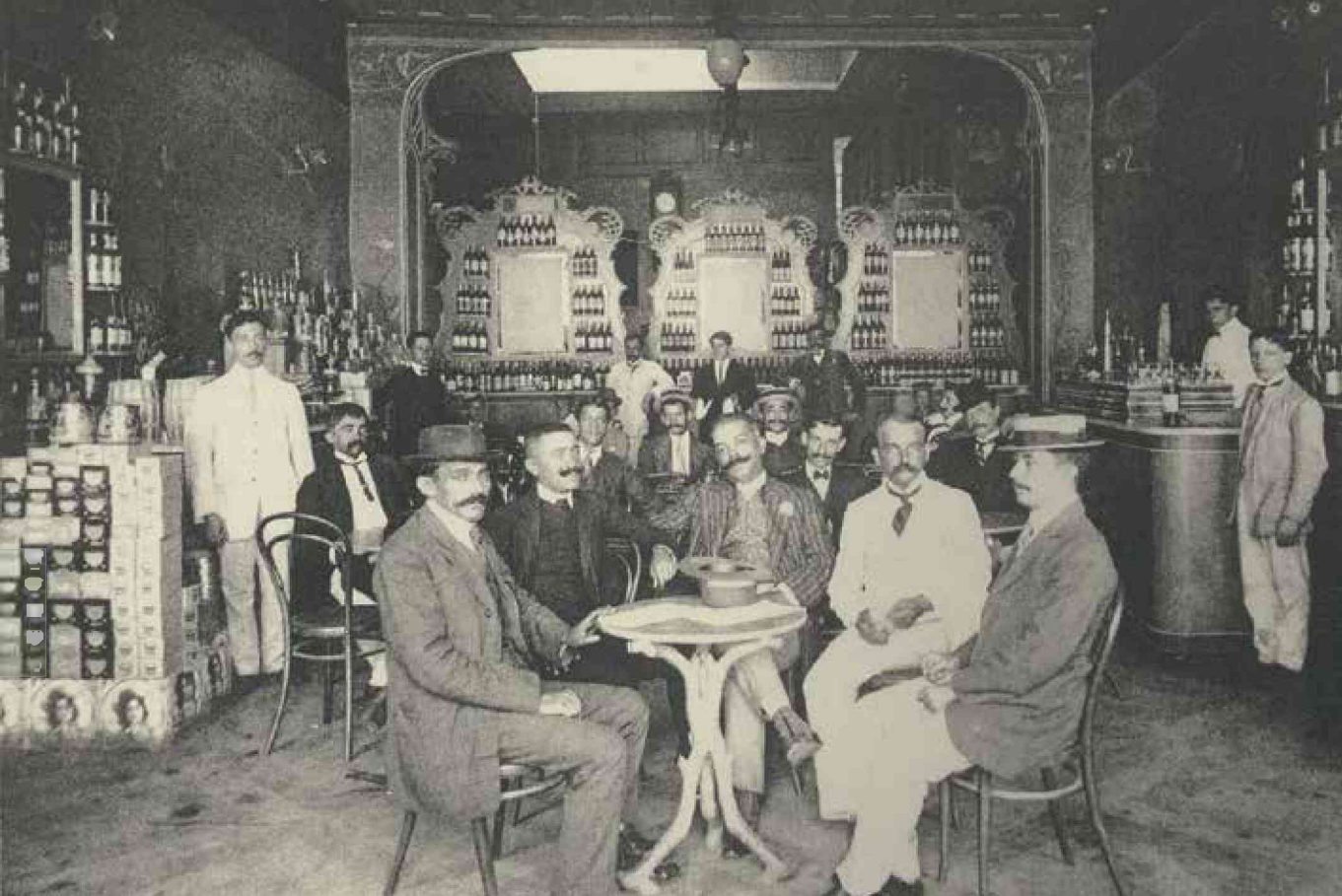
Mas — dirá o leitor — onde estão os jornais oposicionistas daquele tempo? — Não se encontram nas bibliotecas!...

Nós o diremos: — "Foram destruídos pelo Morcego, decantado na poesia de Augusto dos Anjos. Certo jornalista, que movera a mais injusta, cruel e pertinaz campanha contra o Dr. Jerônimo e Dom Fernando, ao sentir-se na despedida da vida, recolheu todos os exemplares que pôde encontrar do "Estado do Espírito Santo", de "A Tarde" e outros, e os destruiu, "para não deixá-los ao conhecimento do futuro". E, certo dia, desabafou-se: — "Combati o Dr. Jerônimo! Hoje reconheço que somente ele poderia consertar isto! (Referia-se ao Espírito Santo. E já na Segunda República).

Augusto dos Anjos foi autêntico. Mas, no caso em apreço, não foi preciso levantar-se uma parede; o fogo acalmou o Morcego.²⁷

26 Na *Mensagem* de 1912.

27 *Nossos Clássicos*, Agir, nº 46, p. 34.



Cafê Globo de Trinxet e Cia. Especialidades em comidas frias, vinhos importados de todas as procedências. Praça Santos Dumont e rua Duque de Caxias, 29 e 44, Vitória. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 048.





Capítulo **XV**

*Avenida República, em Vitória, vendo-se
ao fundo o quartel da Polícia Militar
(1908-1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, A11.*

A pesar da oposição daqueles que jamais tiveram espírito de sacrifício e perseverança, para uma realização em benefício do povo, o Dr. Jerônimo parecia um predestinado, pois todo o seu trabalho, todas as suas iniciativas corriam às maravilhas.

O pântano do Campinho, que sacrificara o Presidente Henrique Moscoso, empenhado em saneá-lo e urbanizá-lo, ia-se aterrando, para, em lugar de estrebaria com a Fonte dos Cavalos, surgir trabalhado pelo senso artístico de Paulo Mota. Foco de impaludismo e depósito de dejetos, em suas valas, transformava-se num jardim encantador, com as fontes luminosas e alamedas retilíneas e numerosas, próprias ao repouso mental de uma população ativa e sedentária.

Durante muitos anos, enquanto conservado em suas linhas primitivas, o Parque Moscoso não teve rival, ao Norte do Rio de Janeiro.

Sim, Paulo Mota foi um artista da cidade da Vitória; mas o Dr. Jerônimo era, igualmente, um artista, criado no meio austero do Monte Líbano, onde sorvera a beleza dos relevos esmeraldinos, que cercavam remansos e cachoeiras, as curvas perigosas e as praias lindas do Rio Itapemirim. Beleza incomparável nos crepúsculos, quando o Sol perdia-se nas montanhas do Morro Grande e do Pau-Brasil; bailavam os pirilampos, ao refreinar conjunto das cigarras, e Vésper surgia na amplidão cinéria! Dominava, por isso, o poder do subconsciente, para conduzir o idealista na sua obra de conservar e enaltecer as belezas naturais da cidade. E o Dr. Jerônimo desapropriou as matas que a emolduravam e ostentavam o pontilhado vivo das sapucaias e dos ipês; guardavam, no mistério lendário das grotas, o cachoar murmuroso de suas fontes.

O Decreto nº 722, de 26 de agosto de 1910, declarou de utilidade pública os terrenos denominados Chácara da Piedade e Mulundu, para efeito de desapropriação. Conservar-se-iam, desse modo, as matas que emolduravam a cidade da Vitória.

A inauguração do aterro e do trabalho de construção de casas, no Campinho, realizou-se às 14 horas do dia 15 de agosto de 1910, com uma festa expressiva: armado um coreto, nele estavam os retratos do Dr. Jerônimo e a planta de uma casa. Como sempre, foi confiada a solenidade ao Presidente do Congresso, o Dr. Júlio Leite, que proferiu o discurso oficial.

Contendo a Ata, jornais e moedas diversas, a caixa que encerrava a pedra fundamental, foi colocada no lugar preparado. Então, o Presidente do Estado e demais autoridades depuseram colheres de cimento, que a recobriram. Discursos. Vivas! Foguetes!... Em nome do povo, o Dr. Bernardes Sobrinho saudou o Dr. Jerônimo.

Para a inauguração do aterro destinado ao jardim, as autoridades lançaram pás de terra no brejal, todo cercado de bandeirinhas e outros enfeites.

Foram solenidades apenas simbólicas, porque o primeiro grupo de casas, 28, já estava com os alicerces, 0,80 metros, acima do aterro, especialmente feito para recebê-las. E o pântano tinha colocados os trilhos para os vagonetes transportadores de terra.

Ao saber que os restos mortais do ex-Presidente Henrique Moscoso estavam abandonados, providenciou que fossem recolhidos a uma urna especial. Transformado o Campinho num belo parque, o Dr. Jerônimo denominou-o Parque Moscoso e, no seu centro, ergueu um monumento, em cuja base foi colocada a referida urna, em homenagem àquele que tanto se desvelara em sanear o antigo pântano.

Inaugurou-se o Parque Moscoso, a 19 de maio de 1912.

Para o trabalho desse jardim, o Governo desapropriou os terrenos que haviam sido aforados, no quadriênio anterior. E encarregou o Dr. João Tomé Alves Guimarães dos respectivos processos, com a procuração passada, a 18 de novembro de 1910. A despesa foi de 1:982\$000, conforme se lê na "Mensagem" de 1912.

Tudo isso porque, no Monte Líbano, onde a operosidade clarividente dos seus genitores organizara o que pudesse contribuir para o conforto, a subsistência e a segurança econômica da família, o Dr. Jerônimo sorvera a educação objetiva da Natureza, "a única, — diz Agostinho de Campos, — que pode encaminhar-nos e preparar-nos para as carreiras práticas em que o homem discrimina, combina e domina as realidades: comércio, indústria, agricultura, colonização, ciência criadora, em sua ampla forma de investigação e aplicação".²⁸

28 Agostinho de Campos - *Casa dos pais, escola dos filhos*.

— Quem não se recorda dos Pelames, a Praça Paula Castro, onde as crianças cantavam rodas, à tarde, e Siá Maria dos Cágados zelava pela sua preciosa coleção de quelônios? Os garotos brincavam de pique, escondidos nos flamboyants, ou corriam do popular Grela, um doido manso que asustava as alunas do Carmo?

A Praça Pelames era outro alagadiço resultante da entrada da água, na baixa-mar, pela Rua do Piolho, a atual Treze de Maio, antes do aterro da Prainha. Foi aterrado, parcialmente, no Governo do Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, primeiro Presidente do Estado, no regímen republicano. Tinha diversas casas térreas, com belíssimos jardins, na base do morro Cidade Alta. Eram famosas as borboletas dos Pelames, nome que resultou do principal ofício dos seus moradores — o curtume. Ali, os pescadores faziam suas redes. As chácaras foram conservadas e, até há pouco tempo, existiam belos pomares na base do morro.

O Dr. Jerônimo transformou os Pelames em duas ótimas ruas que serviam a grupos de casas, para funcionários públicos, tão bem delineadas que, até hoje, resistem à evolução da cidade: ruas Gama Rosa, Coutinho Mascarenhas. Igualmente, as ruas do Norte e Dona Júlia, com as suas vinte e oito construções residenciais, atestavam a carinhosa assistência do saudoso Presidente ao funcionalismo público, amparado já pelo restabelecimento da aposentadoria e instituição da Caixa Beneficente (A rua do Norte chama-se, agora, Washington Pessoa; a rua Dona Júlia, Henrique Coutinho).

A construção dessas casas, no Campinho, foi contratada com o Cel. Antônio José Duarte. Seriam construídas cinquenta a cem casas, em grupos parciais. Em 1912, estavam prontas as vinte e oito, com instalações higiênicas e de luz elétrica. Custaram 179:000\$000 e foram vendidas por 185:000\$000, que o Governo aplicou em outros melhoramentos. Foram vendidas em prestações mensais, a prazo longo, de preferência a funcionários públicos.²⁹

29 Mensagem de 1912.

A Lei nº 569, de 5 de dezembro de 1908, concedeu aos mesmos funcionários outro benefício, o da aposentadoria, desde que tivessem mais de dez anos de serviço público. Era de vinte e cinco anos o tempo integral.

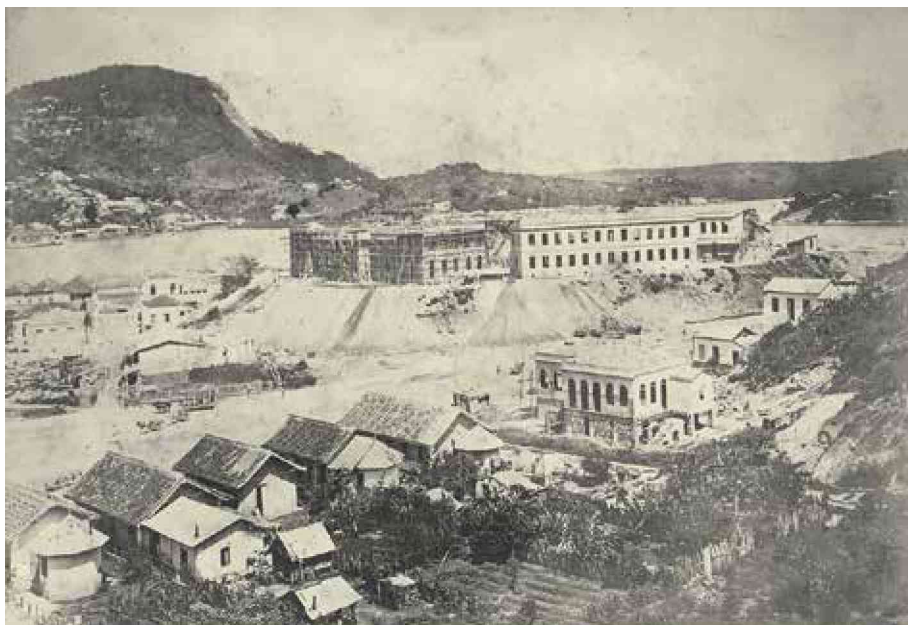
A instituição da Caixa Beneficente, que atualmente se transformou em Instituto de Previdência Jerônimo Monteiro, assegurou às famílias dos funcionários do Estado um pecúlio, na morte do chefe. Instituída na Lei nº 720, de 5 de dezembro de 1910, foi regulamentada pelo Decreto nº 792, de 25 de janeiro de 1911, de acordo com reuniões em que tomaram parte quase todos os funcionários interessados no caso.³⁰

Lembremo-nos, porém, de que o Dr. Jerônimo encontrou o Estado em situação dificultosa. Para manter em dia o pagamento dos funcionários públicos, teve de tomar medidas extremas, nos dois primeiros anos de Governo. Adotou o régimen de rigorosa economia; extinguiu "todos os lugares e despesas cuja supressão não acarretasse prejuízo do Serviço Público". E, para ficar em dia com o pagamento, viu-se obrigado a instituir uma taxa — a do selo especial de 10%, conforme a Lei nº 630, de 16 de dezembro de 1909. Considerava melhor que os pagamentos fossem feitos com pequena redução do que deixá-los atrasados, como ocorria em administrações anteriores! Levantou-se um clamor contra o Presidente, mas a providência durou apenas um exercício, pois em novembro de 1910, ao verificar a melhora da situação financeira do Estado, o próprio Presidente pedia ao Congresso a revogação da Lei, o que se fez pela nº 674, de 12 do referido mês.

Outra ideia do Dr. Jerônimo, em benefício do povo, foi a Casa dos Banhos, situada na Praça Oito de Setembro, com reservados, barbearias e engraxates, além dos respectivos banheiros de chuva.

Mas havia uma exploração dos funcionários públicos, residentes no interior, ou impedidos de ir à Diretoria das Finanças receber seus pagamentos. Eram forçados ao intermédio de terceiros, que auferiam comissões, às vezes elevadas. Criou, por isso, o Governo, a 21 de agosto de

30 Mensagem de 1912.



Santa Casa de Misericórdia, em Vitória, durante e após a ampliação (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 375.



Parque Moscoso, em Vitória, antes e depois de drenagem e aterro. Em destaque, ao fundo, as Igrejas de São Gonçalo e São Tiago (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 404.

1911, o lugar de Solicitador da Fazenda, com a atribuição de receber os vencimentos e subsídios dos que lhe dessem a respectiva procuração. Retiraria 2% das quantias em apreço, para as despesas de papéis, registros no Correio, etc. O que sobrasse devia ser recolhido à Caixa Beneficente. Pago pelo Governo, o solicitador deveria prestar fiança e apresentar o balancete mensal do seu trabalho.

* * *

A Casa dos Banhos, as lavanderias públicas, a Assistência Pública, a limpeza urbana e domiciliar, o Serviço de Visitas para desinfecção e inspeção em domicílio e outras iniciativas participavam do programa imposto ao seu quadriênio, sobre a higiene popular, um dos pontos máximos de suas preocupações. E tudo visava proporcionar conforto às classes mais modestas — a minha gente —, como dizia.

Ao assumir o Governo, o Dr. Jerônimo encontrou o Estado desprovido dos indispensáveis e urgentes recursos de defesa sanitária. Na Capital, por exemplo, na Repartição de Higiene, faltavam aparelhos e instalações e outros elementos para suas ponderosas finalidades.

Havia o Cel. Henrique Coutinho fundado a Repartição de Assistência Pública, anexa ao Departamento de Higiene, para socorrer gratuitamente os pobres com serviços médicos e medicamentos. Em vista, porém, de sua ineficiência e grande dispêndio, o Dr. Jerônimo, pelo Decreto nº 101, de 13 de junho de 1908, extinguiu a mencionada Repartição, visto que existia na Capital, subvencionada pelo Governo, uma Casa da Caridade com o mesmo fim. Reduzia-se, aliás, a Assistência Pública a uma farmácia, para distribuir medicamentos aos pobres.

Já vimos que outras providências de finalidade sanitária foram tomadas. A limpeza pública e domiciliária e a irrigação das ruas centrais da cidade foram inauguradas, no dia 1º de janeiro de 1909, pelo contrato firmado com o Sr. Antenor Guimarães. A Prefeitura Municipal contribuía com uma parte das despesas.

A desinfecção e a inspeção eram registradas diariamente no órgão

oficial; indicavam os guardas, as casas visitadas e desinfetadas, trabalho confiado a um corpo de funcionários especializados.

Para o Serviço de Desinfecção, o Governo adquiriu duas bombas especiais, uma estufa, um desinfetador, um carro-ambulância, para transporte de enfermos e um autoclave Chamberland.

Outras providências para a saúde do povo: a montagem de um Posto de Desinfecção, a mudança do matadouro, para lugar distante da zona urbana, a proibição de enterramentos nos antigos e pequenos cemitérios da cidade.

O Gabinete de Bacteriologia e Análises Químicas, anexo ao Departamento do Serviço Sanitário, foi entregue ao Dr. Jaime Verney Campe-lo, higienista de larga experiência nos laboratórios do Rio de Janeiro. Chegou a Vitória, no dia 11 de janeiro de 1911. Tratou o Governo de prover esse Gabinete de aparelhos indispensáveis e de constante utilidade, vindos do Rio de Janeiro e de Paris. A 14 de setembro do mesmo ano, estava concluída sua instalação.



Mas aquela Praça Santos Dumont, lugar dos *meetings* (o povo dizia *metingues*) e das conversas, estava se transformando com o plano de remodelação traçado pelo Dr. Artur Tompson, diretor de Obras da Prefeitura. O vapor alemão *Assuncion*, já referido, trouxe "uma artística fonte de ferro encimada de cinco focos para o centro da Praça, cinco lindos candelabros de três focos para a Rua da Alfândega, balaustrada para o Cais, etc. O "Comércio do Espírito Santo" conserva a fotografia da fonte, e publica a notícia da inauguração, a 3 de outubro de 1909. A Praça estava primorosamente arborizada. E o povo correu para a festa. Mesmo porque no Governo do Dr. Jerônimo era assim: o povo, o Hino Nacional executado pela Banda de Música da Polícia e flores despetaladas que o cobriam!...

E, como o vitoriense antigo não dispensava versos, a Praça ganhou o seu registro rimado:

*A Praça Santos Dumont,
Bonitinha e enflorada,
É hoje um ponto bem bom,
Pr'á quem viaja à saltada
A Praça Santos Dumont.*

*À noite farta de luz,
Com sua fonte no meio
Já convida, já seduz,
Para instantes de recreio
À noite farta de luz!*

(O "Comércio do Espírito Santo") 14/10/1909.

Mas — dirá o leitor — por que a Praça, agora, se chama Oito de Setembro e não Santos Dumont?

— Porque, na sessão comemorativa do dia 8 de setembro de 1911, em brilhante improviso, o governador municipal Cirilo Tovar solicitou ao Prefeito a mudança do nome da Praça Santos Dumont para Oito de Setembro; erigir ali um monumento comemorativo ao feito dessa data; tornar feriado municipal esse dia, e criar um prêmio para o autor do melhor trabalho que, anualmente, aparecesse sobre a "História do Espírito Santo" e, especialmente, sobre esta Capital; e colocar, no salão de honra da Câmara, o retrato do Pe. José de Anchieta.

A sugestão foi consubstanciada no Projeto nº 9, apresentado pelo Governador Nelson Costa, a 28 daquele mês.

* * *

Feito esse pequeno registro de um dos melhoramentos da cidade, continuemos a tratar da assistência do povo.

Faltava, ainda, no capítulo desse plano: um estabelecimento, conforme o progresso da cidade, visto como o estado ruinoso da Santa Casa

da Misericórdia impedia tanto o seu desenvolvimento quanto a continuação do seu objetivo.

Logo após assumir o Governo, havia o Dr. Jerônimo visitado o hospital para cumprimentar as Irmãs e conhecer a situação do seu trabalho. Ficara tristemente impressionado! Por isso, a 10 de junho, conferenciou com Dom Fernando e Vlademiro da Silveira, este Provedor da Santa Casa, a fim de escolherem o local para, sem demora, ser construído o novo prédio.

Para o Dr. Jerônimo, tudo devia ser assim: o mais rápido possível, sem demora, imediatamente. Já... Não atendia a vacilações, pessimismo, receio de fracasso. Era sempre o homem decidido, intemorato, realizador!...

Empenhados os três em beneficiar os pobres, com um estabelecimento de caridade de primeira ordem, no dia 15 tomaram um bonde especial da Empresa Carril-Suá e, acompanhados pelos Srs. Cônego João Maria Cochard, Secretário do Bispado, Araújo Aguirre e Nelson Costa, foram visitar, para um exame das suas condições, os alicerces do hospital Domingos Martins, projetado no Governo do Dr. Moniz Freire, na Praia do Suá. Nada, porém, se podia aproveitar, porque, além da falta de resistência, a distância da cidade desaconselhava a escolha do local. Difícil, naquele tempo, seria a instalação da água, da luz e demais elementos necessários à instituição. A Ilha do Príncipe, próprio do Governo Federal, foi igualmente recusada (lembremo-nos que não havia ponte para lá).

Enquanto, porém, a Mesa da Santa Casa estudava o caso, o Dr. Jerônimo confiava as plantas e respectivos orçamentos a profissionais de reconhecida capacidade técnica. Muitas vezes ficava até alta noite curvado no estudo desses projetos. Finalmente, a 26 de agosto de 1909, o trabalho foi divulgado, a fim de que a diretoria do hospital dele tomasse conhecimento e resolvesse nomear uma Comissão de médicos e engenheiros para estudá-lo e escolher o local mais indicado à construção.

A Lei nº 649, de 23 de novembro de 1909, aprovou o contrato celebrado com a referida diretoria, a 23 de dezembro de 1908, e aditamento ao mesmo, de 7 de dezembro de 1909, celebrados entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia, para a construção do hospital. É o que se lê no "Diário da Manhã", de 10 de janeiro de 1910.

Vemos, portanto, que foi muito estudada a causa desse instituto de



Vistas panorâmicas abrangendo o Quartel da Polícia, remodelado, o conjunto de casas recém-construídas, os novos pavilhões da Santa Casa de Misericórdia e, ao centro, as obras do Parque Moscoso (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 403.



*Demolição de residências na Cidade Alta para a construção da Praça Pedro
Palácios (atual Praça João Climaco) em frente ao Palácio do Governo
(1911). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 351.*

assistência ao povo, em razão das dificuldades financeiras dos seus promotores, escolha e preparo do local, etc. Desde 1905, aliás, havia o Deputado Monsenhor Eurípedes Pedrinha apresentado um Projeto, que recebeu o nº 3, daquele ano, sobre a desapropriação da Igreja da Misericórdia, próprio da Irmandade da Santa Casa, por 50:000\$000, em benefício do hospital. Tratava-se de um templo em ruínas e que atravancava a Praça Dr. João Clímaco. Como o Governo precisava de construir o edifício do Congresso Legislativo próximo do Palácio do Governo, o Dr. Jerônimo resolveu realizar a desapropriação, já aprovada. Ali nada mais havia de histórico. E é falsa a voz corrente sobre os despojos de Vasco Fernandes Coutinho. Estavam enterrados (e estão) em Vila Velha, onde morreu o primeiro donatário do Espírito Santo. Aliás, a laje da Igreja da Misericórdia foi inteiramente conservada, sob o assoalho do primeiro pavimento. A demolição da Igreja iniciou-se a 18 de abril de 1911.

Somente a 30 de maio de 1910, em reunião convocada no Palácio do Governo, ficou definitivamente resolvido que o hospital seria levantado no mesmo local. Já se havia, porém, providenciado grande quantidade de material para as respectivas obras. Celebrou, então, o Governo um acordo com a Santa Casa e lavrou-se o contrato da construção com o arquiteto-construtor André Carloni.

Para a reconstrução da Santa Casa da Misericórdia, as Irmãs e os doentes foram transferidos para o velho Convento de São Francisco, cedido pela Irmandade de São Benedito. O Orfanato mudou-se para a Chácara Monte Belo, em maio de 1910, mesmo porque a varíola exigia o seu isolamento.

A 17 de setembro de 1910, após o preparo do terreno (corte do morro) para aumento da área de construção, procedeu-se, em magnífica solenidade, ao lançamento da pedra fundamental do pavilhão maior, cuja frente domina o cenário da cidade. Especialmente convidado, veio de São Paulo o vigário de Taubaté, Pe. João Batista de Carvalho, que proferiu incomparável discurso.

Fogos, música, flores!... Nada faltou!...

O corte do morro, em parte formado de granito, encareceu muito toda a obra, além disso, foi preciso fazer-se uma grande muralha de sustentação, com balaustradas, em torno do morro. Com a terra do corte, con-

quistou-se, ao mar, uma área superior a dez mil metros quadrados, fronteira à Ilha do Príncipe, e fez-se um grande cais — o Cais da Santa Casa: hoje desaparecido.

Foi certamente enorme a colaboração de Dom Fernando nessa obra, segundo se lê em "Um Bispo Missionário". Possibilitou, assim, ao Presidente, ver concluída uma das maiores realizações do seu quadriênio.

Ficou a Santa Casa composta de oito pavilhões: um central, cuja planta era do notável arquiteto Dr. Ramos de Azevedo e destinado à Administração, à Capela, à residência das Irmãs e à enfermaria dos membros da Irmandade; quatro laterais, para enfermarias comuns; um para sala de operações; um para lavanderia e um para necrotério.

As órfãs tiveram, igualmente, suas instalações adequadas.

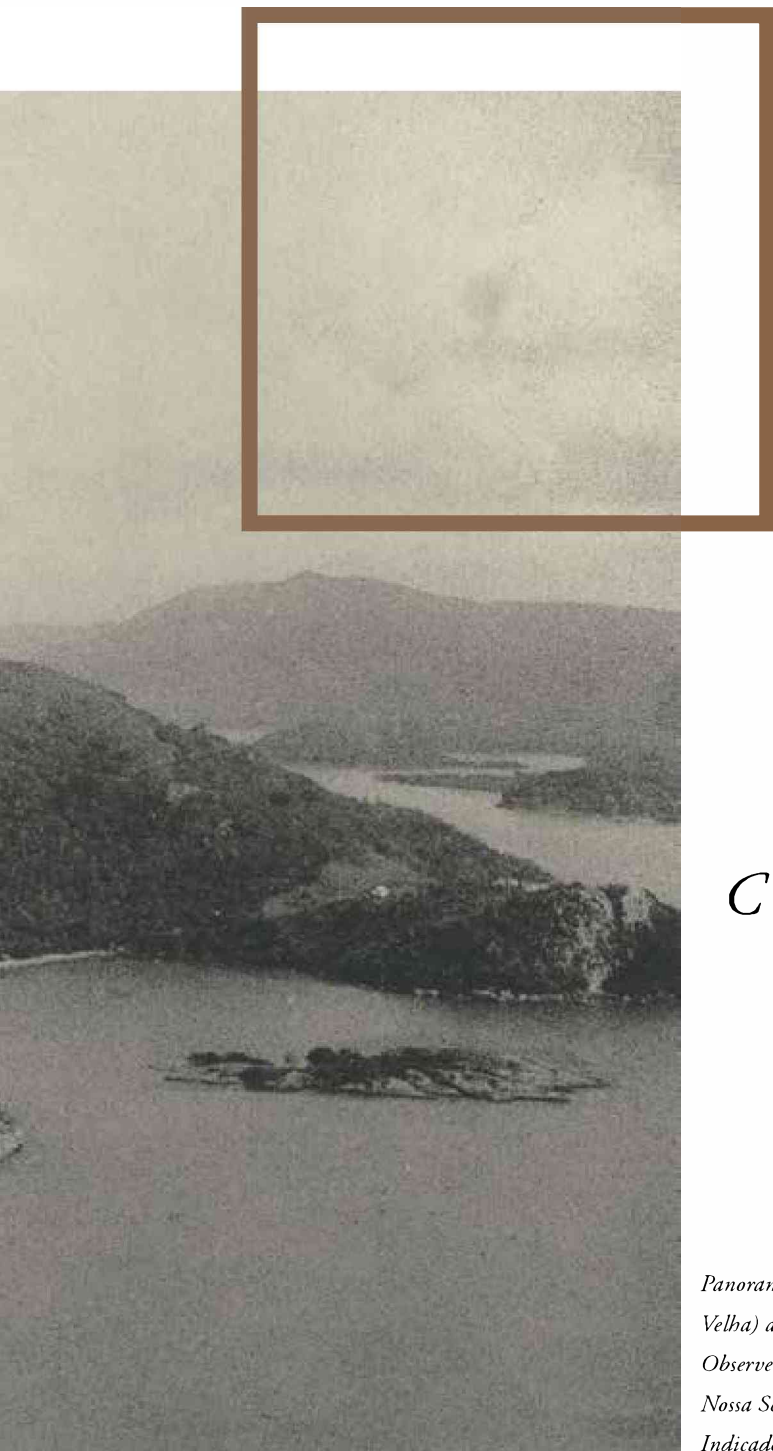
Viveu, por isso, o nome do Dr. Jerônimo, na gratidão das religiosas daquele tempo. Relatava uma antiga asilada que, à tarde, quando a saudosa Irmã Luísa Pirnay reunia o pessoal interno, para as orações pelos benfeitores, chegada a vez do Dr. Jerônimo, recomendava: "Agora é de joelhos!"

* * *

Havia, na Ilha do Príncipe, um barracão de madeira, coberto de zinco: o Lazareto, destinado ao isolamento de doentes, com moléstias contagiosas. Mas a Ilha era do domínio federal, e somente em 1912 o Congresso autorizou o Governo da União a cedê-la ao Estado para o mesmo fim.

Contudo, enquanto se esperava essa decisão, o Dr. Jerônimo tratou de fazer uma boa estrada, de acesso ao planalto da Ilha e realizou o estudo, para o novo hospital, trabalho confiado ao industrial e construtor Rufino Antônio de Azevedo.





Capítulo *XVI*

Panorama da cidade do Espírito Santo (Vila Velha) a partir do Convento da Penha. Observe-se a Prainha e, à esquerda, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1558). APEES – Indicador Ilustrado (1910), 003.

O Porto da Vitória, tão apreciado pela beleza de sua entrada, quando ainda conservado o verde mágico dos morros que emolduravam a cidade, não tinha atracadouro para navios. As lanchas de Vila Velha chegavam ao pequeno cais do Éden Parque. Somente embarcações pequenas, os escaleres, entre os quais o do Presidente do Estado, forrado de veludo vermelho, a lancha da Alfândega, a *Alcides*, do Sr. Antenor Guimarães, e outros particulares acostavam no Cais do Imperador e em outros, como o Cais Grande da Praça Santos Dumont. Para o serviço do Presidente do Estado, o Governo adquiriu a lancha *Nizia*, encomendada da Europa. Era veloz, espaçosa e segura. Custou 12:000\$000, em 1912.

Fazia-se o desembarque de passageiros, em escaleres e lanchas pequenas que atracavam às escadas dos navios. Em dias de preamar, tornava-se mesmo perigoso esse desembarque.

Pensou-se, primeiro, em situar-se o Cais de Desembarque no Continente, ideia combatida por outros, que preferiam a Ilha. O próprio Dr. Jerônimo partilhava da primeira tese — porque sua visão era de um futuro grandioso para sua terra estremecida! Mas o isolamento da cidade, com a falta de ponte, obrigava os viajantes ao recurso de outro transporte: os escaleres e lanchas, para os que demandavam a Capital, motivo por que se resolveu o atracadouro direto.

Aliás, desde o início do seu Governo, pensava o Dr. Jerônimo nesse importante empreendimento. De acordo com a Lei nº 553, de 23 de novembro de 1908, o Governo celebrou, a 16 de janeiro de 1909, o contrato para as respectivas Obras do Porto.

A 23 de novembro de 1908, telegrafou ao Dr. Pedro Nolasco, comunicando estar sancionada a Lei que estabelecia a verba para as Obras do Porto. “Aguardo sua vinda, para a celebração dos contratos”.

Veremos, adiante, que a 29 de junho de 1910, o Presidente Nilo Peçanha presidiu ao lançamento da pedra fundamental das Obras do Porto.

* * *

Ao chegarmos a essa notícia, devemos ressaltar que o Presidente do Espírito Santo não se limitava a convergir seus cuidados e sua atenção para os melhoramentos da Capital e seus municípios. Tratava, igualmente, do interior do Estado, para, mediante estradas que facilitassem a exportação de produtos agropecuários, possibilitar a comunicação dos povoadores com as vias férreas e as cidades.

De fato, cuidou o Dr. Jerônimo de estradas, que varavam os sertões, ao Norte, ao Centro e ao Sul, em direção aos rios navegáveis e às estradas de ferro. Citemos algumas: de São Mateus ao Núcleo Santa Leocádia; da estação de Fundão, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, até Santa Teresa; do Muqui, na Estrada de Ferro Leopoldina Ry. até São José das Torres, além de estradas de rodagem que ligavam os municípios do Rio Novo, Rio Pardo (atual Lúna), Guarapari e Alfredo Chaves à mesma antiga Sul do Espírito Santo.

Quase todas essas estradas, no Sul do Estado, foram abertas e bem feitas pelo Cel. Marcondes Alves de Sousa, conforme se verifica no documentário fotográfico da “Mensagem” de 1912.

Tratou, ainda, o Presidente da limpeza e desobstrução de canais navegáveis, como o Canal do Pinto, no Rio Novo, o Canal do Orobó, o do Rio Itabapoana e o do Rio Benevente.

Correspondiam as estradas abertas pelo Governo às providências, junto às empresas de transporte, quanto à redução de fretes, para os produtos agrícolas do Estado, de modo a estimular e amparar a lavoura.

E, no sentido ainda de incrementar o povoamento de zonas incultas, cuidou o Dr. Jerônimo de reduzir o preço da venda de terras públicas e simplificar os processos de medição, demarcação e discriminação.

Em novo Regulamento, providenciou evitar e punir energeticamente as invasões e devastações das terras e matas devolutas.

Já vimos que organizara a Fazenda Modelo Sapucaia, onde os meninos pobres recebiam amparo e assistência, de par com a orientação para o campo, e os lavradores aprendiam novos métodos agrícolas, sobretudo a mecanização da lavoura. Ali, encontravam hospedagem e transporte para visitá-la. Construiu-se uma casa especial, para os que vinham de localidades afastadas passar alguns dias, a fim de instruir-se nos referidos métodos e praticar o manejo das máquinas. Muitos, no regresso, levavam instrumen-



Aspecto da Baía de Vitória (detalhe), vendo-se ao fundo a capital capixaba e o morro da Fonte Grande (1908-1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 109.

tos fornecidos pelo Governo, ao preço do custo e a prazo longo, se não pudessem pagá-los de uma vez.

Recordemos que foi, realmente, festiva a inauguração da fazenda, a 4 de dezembro de 1909, quando, de acordo com a norma do seu Governo, o Dr. Jerônimo confiou ao Dr. Júlio Leite, então Presidente do Congresso Legislativo, o solene ato oficial, que se realizou, com o discurso do ilustrado médico e político. Outros oradores foram o Dr. Fidelis Reis e o Dr. Thiers Veloso. Esse exaltou a obra dinâmica do Dr. Jerônimo Monteiro.

Providenciou o Governo uma "parada", de modo que os agricultores, vindos pela Estrada de Ferro Diamantina, saltassem diretamente na Fazenda Sapucaia. A 10 de maio de 1910, o "Diário da Manhã" divulgava a



*Navio cargueiro recebendo café no cais da Alfândega, no Porto de Vitória
(1908-1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 174.*

notícia de que a Superintendência dessa estrada, por solicitação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, determinara concessão de passagem gratuita aos agricultores, que se destinassem à referida fazenda. Teriam passes nominais.

* * *

Inadequado já, pelo decorrer do tempo, havia no Estado um Serviço de Terras e Colonização, desde 1892, alterado em 1893, além de um Comissariado Geral que muito prejudicava a agricultura, de modo tal que

o Cel. Henrique Coutinho viu-se na contingência de extingui-lo. Tratou, por isso, o Dr. Jerônimo de uma reforma geral no Serviço de Terras e Colonização, conforme a Lei nº 581, de 7 de dezembro de 1908, portanto alguns meses apenas depois de assumir o Poder. E, na "Mensagem" de 1912, diz que se demorou no cumprimento desse dever!... Interessou-se, junto ao Legislativo, pela referida reforma, de modo que a Lei nº 637, de 2 de dezembro de 1909, estabeleceu o preço de 2\$000 a 10\$000, por hectare, em harmonia com a classificação regulamentada, em cinco categorias, de acordo com as condições de salubridade, fertilidade, etc.

Primeira categoria	10\$000;
Segunda categoria	8\$000;
Terceira categoria.....	6\$000;
Quarta categoria	4\$000;
Quinta categoria.....	2\$000. ³¹

Ainda em favor da agricultura, foi a correspondência do Governo aos pedidos para que, em propriedades particulares, fossem instrutores ministrar ensinamentos relativos a diversas culturas. Para Cachoeiro do Itapeirim, por exemplo, foi um técnico fundar um campo de demonstração destinado aos agricultores do Sul do Estado.

A 19 de outubro de 1908, chegaram oitenta famílias de colonos portugueses, dos Açores, para o Núcleo Afonso Pena. Vieram pelo vapor *Acre*, do Loide Brasileiro, e perfaziam cento e oitenta e duas pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Acomodaram-se na Hospedaria da Pedra d'Água.

O Dr. Jerônimo providenciou tudo o que pudesse dar-lhes conforto, inclusive carinhosas visitas de famílias da sociedade, que levaram presentes e lhes suavizaram os aborrecimentos da viagem. Correspondiam esses imigrantes ao contrato celebrado pelo Presidente Henrique Coutinho, com o Sr. Cristiano Espíndula, que recebeu a indenização das despesas feitas, no total de 10:051\$074. Diz o Dr. Jerônimo que não recla-

31 Mensagem de 1912.

mou essa indenização, "porquanto quem se aproveitava, afinal, do benefício era o próprio Estado".³²

Foram esses imigrantes levados para o Núcleo, fundado no Governo anterior, no Vale do Rio Guandu, numa das zonas mais promissoras do Estado, transformada logo em importante centro agrícola. Seguiram, em turmas de trinta pessoas, a começar do dia 25. Entre os portugueses, estavam alguns alemães. Difícil, porém, foi convencê-los, principalmente, as mulheres, da segurança no lugar. Estavam medrosos de ser devorados pelos índios!

Pelo Decreto nº 208, de 7 de novembro de 1908, foi o Núcleo Afonso Pena transferido para o Governo Federal, mediante indenização de quase todos os gastos feitos pelo Estado. Teve, como diretor, o Dr. Antônio Araújo Aguirre, ex-diretor da Repartição de Obras e Empreendimentos.

Havia o Governo Federal se comprometido em fundar outro núcleo colonial, motivo por que o Dr. Jerônimo providenciou o levantamento hidrográfico da zona escolhida; margens do Ribeirão Fruteiras, nas proximidades do Rio Novo, trabalho confiado ao Dr. Hermann Belo, por 7:917\$500.³³ — Como, porém, a União deixou de cumprir o compromisso, o Governo do Estado firmou contrato com o Cel. Carlos Gentil-Homem, para fundar ali um núcleo que recebeu o nome de Miguel Calmon, para cento e cinquenta famílias. Datado de 22 de setembro de 1910, o contrato foi aprovado, na Lei nº 737, de 7 de junho de 1911.

Outros contratos foram firmados com os Srs. Lichtenfels & Cia. e Dr. Joaquim Guimarães. O primeiro para a execução de um vasto plano de exploração agrícola e industrial; o segundo, para a fundação do Núcleo São José, no Rio Doce.

* * *

Mas, paciente leitor, façamos um parêntese, no registro dessa atividade jamais presenciada no Espírito Santo. Sofreu o Dr. Jerônimo dura e

32 *Mensagem de 1912.*

33 *Mensagem de 1912.*

baixa ofensiva, pela celebração desses contratos!... Conservou-se, porém, como sempre, silencioso aos ataques mesquinhos daqueles que, mais tarde, reconheceriam sua intocável honestidade. Nem mesmo consentiu que seus amigos o defendessem.

Escreveu o saudoso Presidente:

Não respondi a esses ataques, assim como não encaminhei a crítica nem mesmo consenti que os meus amigos o fizessem, enquanto percebi, pelo desencontro de opiniões, a confusão de ideias emitidas, que uma grande paixão política ou pessoal, um interesse qualquer contrariado ou atingido, obscurecia a razão dos que não cuidaram, esclarecidamente, do assunto, antes se serviam do pretexto, para desacreditar o Governo.

Felizmente, não foi preciso que eu e os meus amigos saíssemos a campo: — a luz e a justiça se fizeram, por si mesmas. Os próprios combatentes do meu ato renderam-se, após leitura mais atenta do contrato (Lichtenfels) e reflexão mais madura sobre suas condições, etc.

Tratava-se, de certo, de interesses pessoais contrariados, conforme o Sr. José Cândido de Vasconcelos, sinceramente declarara: que alguns políticos trazem no bojo. Sentia o Dr. Jerônimo a realidade da advertência feita na Convenção Organizadora do Partido Republicano Espírito-Santense, em janeiro de 1909.

Ainda sobre a agricultura, registremos que um dos seus projetos de amparo aos menos favorecidos pela fortuna era a distribuição de lotes aos pequenos agricultores, nos terrenos circunvizinhos à Capital, a fim de que desenvolvessem granjas de abastecimento à população urbana: sfrutas, aves, verduras, ovos, etc. — Publicou as devidas instruções, em português, italiano e alemão.

No quadriênio de 1908 a 1912, de que nos ocupamos, ensaiou-se a cultura de cacau no Rio Doce, na Fazenda Santo Antônio, de propriedade do Estado, e de acordo com o contrato feito com o Sr. Virgínio Calmon.

* * *

Não se limitou o Dr. Jerônimo à agricultura. Iniciou, no Estado, a indústria pastoril; adquiriu para a Fazenda Sapucaia vinte e três animais de raça, já aclimatados no Brasil; e providenciou a construção de estábulos, preparo de pastagens apropriadas e aviários, além de um silo, para a conservação de forragens.

Assim, na própria fazenda, eram mantidos os dois serviços; da agricultura e da pecuária, sem grande aumento de despesas.

Jamais nos esqueceremos do deslumbramento do Presidente, perante um aipim gigante, cenouras enormes, tomates daqueles!... colhidos NA FAZENDA, como dizia, satisfeito!

E tudo (propriedade, construções e adaptações de prédios, experiências, aquisição de animais de raça, de grande número de plantas, vultosa quantidade de sementes, compra de máquinas e seu fornecimento aos agricultores, viagens de mestres de cultura às propriedades particulares) não ultrapassou 240:761\$936.

Em agosto de 1910, chegaram da Europa e foram para a Fazenda Modelo: um carneiro Lincoln, um touro Gersey, e três casais de galináceos Plymouth. Esperados estavam oito animais taurinos e caracus.

Sem os atuais meios de transporte, impossível ao Presidente era, naquele tempo, ausentar-se da Capital para visitar zonas distantes, somente alcançadas em vaporzinho costeiro, em canoas ou lombo de animal — o burrinho que trotava nas estradas primitivas.

O Dr. Jerônimo, porém, resolveu o problema do conhecimento direto do homem rural: instituiu o Registro dos Lavradores, a fim de habilitá-los ao recebimento da assistência e outros benefícios do Estado. Tudo simples, sem mecanismo aparatoso. Uma pequena mesa, no seu próprio gabinete de trabalho. Apareciam ali personagens de todos os aspectos — os simples e os adiantados. Alguns acompanhados da mulher, com um filho no braço e outro encomendado. E a todos o Presidente apertava a mão calejada, animava, com o interesse pelos seus problemas e a solução imediata de suas dificuldades. Quantas vezes um envelope discreto entrava num bolso, levando uma "lembrança" para a família! Sim, um recurso para o regresso festivo ao lar, metido nas brenhas do Espírito Santo!...

Não passou despercebido ao Dr. Jerônimo o fomento às indústrias: fábricas em Jucutuquara, Cachoeiro do Itapemirim, Vila Velha; usinas de açúcar em Paineiras e Jabaquara; serrarias; a Usina Hidroelétrica de Fruteiras, que tanto concorreu para o desenvolvimento industrial do Vale do Itapemirim.

Na "Mensagem" de 1912, lemos que "para fomentar o desenvolvimento da indústria, no Estado, teve o Governo o critério que lhe pareceu mais seguro: — de não regatear favores que pudessem estimular, auxiliar e amparar a iniciativa particular". Assim, foram celebrados contratos com o Sr. Lisandro Nicoletti, para a fundação de uma fábrica de tecidos na Vitória; com o Sr. João Nicolussi, para uma fábrica de material sílico-calcário, em Vila Velha; com a firma Henry Rodgers & Cia., para uma fábrica de tecidos em Cachoeiro do Itapemirim; com o Dr. Augusto Ramos, para uma Usina de açúcar, uma fábrica de óleos, uma de cimento e uma grande serraria. A Usina de Paineiras, no Itapemirim, tornou-se a mais adiantada, no Brasil, naquele tempo.

Todos os estabelecimentos industriais do Sul eram movidos a eletricidade, fornecida pela Usina Hidroelétrica de Fruteiras.

A Companhia Industrial do Espírito Santo adquiriu os referidos contratos e as obras iniciadas; indenizou o Estado de todas as despesas, com esses grandes e importantes empreendimentos.³⁴

Segundo a "Mensagem" de 1912, quando o Dr. Jerônimo deixou o Governo, estavam essas fábricas tão adiantadas que poderiam, conforme seus cálculos, ser inauguradas ainda em 1912.

Quem passa pela Avenida Vitória, na volta para Jucutuquara, vê o grande prédio da Companhia Manufatora de Tecidos, que se originou do referido contrato celebrado a 13 de dezembro de 1910, com os Srs. Lisandro Nicoletti e Américo da Costa Madeira, para a fundação e montagem de uma Fábrica de Tecidos, que prosperou e passou a outras mãos, com a morte dos seus proprietários.

34 Mensagem de 1912.



Armazém J. Zinzen & Cia. Importação e exportação. Porto de Vitória. À esquerda, as torres da Igreja de São Tiago. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 026.



Estabelecimento comercial A.Prado e Cia, em Vitória. Importadores de querosene, farinha de trigo, bacalhau, vinhos, cimento, arame, etc. Comércio de açúcar, charque, aguardente, sal e cereais. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 053.

Sob a orientação enérgica e metódica do saudoso Presidente, subiram a importação e a exportação, ao passo que a Receita, orçada em 2.403:056\$401, em 1908, era de 2.663:900\$602; em 1909; 3.162:841 \$914, em 1910; e 4.745:158\$ 612, em 1911.³⁵

* * *

Ao encerrar-se a Legislatura de 1909, o Dr. Jerônimo, a 14 de dezembro, ofereceu um banquete aos congressistas, às 19:30 horas.

Como tudo, neste mundo, tem sua História, até jantares e banquetes, registremos este Cardápio, em português, conforme as determinações do Presidente:

Sopa cachoeirana (Devia ser de macarrão, daquele macarrão antigo "de canudo", que as crianças - chupavam, fazendo xu... u... u...p!...)

Peixe à baiana

Empadinhas capixabas (Deliciosas empadinhas, feitas pela Sra. Maria Saraiva)

Frango carioca

Arroz de forno

Fricadinho de paco (O apreciado carneiro de raça pura)

Pernil uberabense

Bolos de batatas

Bácora à mineira (Quem se esquecerá da leitoa assada, com o chumaço de salsa no focinho e rodela de limão espetadas no lombo?)

Aspargos

Peru-presunto

Assado de vaca

Salada (Nesse tempo, a salada, só de alface, era servida, no fim das refeições)

35 Mensagem de 1912.

Gelados

Frutas variadas, pudins diversos, queijo do Reino, doces secos

Vinhos, licores, águas minerais

Todas as iguarias eram preparadas no Palácio, com a supervisão de Dona Cecília, que fazia os pudins. Maria Saraiva encarregava-se das empadinhas.

Arrumava-se a mesa do seguinte modo: a leitoa, no centro, pois devia ser trinchada pelo Presidente; os perus aos lados, com alternativa de outros pratos. Galheteiras diversas, geralmente de prata e cristal, permitiam aos convivas temperar a salada ao seu gosto.

Lembremo-nos de uma receita: Para o sal, um avarento. Para o vinagre, um prudente ou moderado. Para o óleo, um pródigo. E, para mexer... um doido.

Nesse tempo, as senhoras não participavam de jantares e banquetes. Eram, porém, convidadas para "enfeitar o salão". Compareciam, com os melhores vestidos, penteados com flores e fitas, joias lindas, mitenes rendadas, bolsas de fios de prata, leques de rendas e plumas. Uma lindeza!... Apreciavam o banquete e conversavam, enquanto os homens saboreavam as iguarias. Depois, ganhavam uns docinhos...

Repetimos — era lindo o conjunto de finas damas elegantes, ao rigor do Art Nouveau e da Rainha da Moda, os figurinos máximos daquele tempo.

Nesse ano, realizou-se, na Vitória, por iniciativa dos Srs. Dioclécio Borges, Clímaco Sales e Cirilo Tovar, o primeiro Natal dos pobres. Foram auxiliados pela Comissão de Senhoras, assim constituída: Cecília Bastos Monteiro, Cacilda Werneck Pereira Leite, Clementina Moreira Veloso, Izilda Moniz Freire Monjardim, Laura Urpia Gonçalves, Augusta Serrano Oates, Zina Guaraná Monjardim, Malvina Lírio de Araújo, Inácia de Souza Borges, Judit Guaraná, Tovarina Tovar e Ilda Pessoa.





Capítulo *XVII*

*Apresentação da força policial por ocasião
das exéquias em homenagem ao Barão
do Rio Branco (15/03/1912). APEES –
Coleção Jerônimo Monteiro, 207.*

J á registramos que o Dr. Jerônimo tanto se interessava pelos melhoramentos da Capital quanto se voltava para realizações necessárias ao interior do Estado. A Lei nº 638, de 21 de dezembro de 1909, autorizava o Presidente a

fazer emissão de títulos de dívida pública, nominativos ou ao portador, da quantia necessária, até o máximo de 4.000:000\$000 (quatro mil contos de réis), a prazo de 25 (vinte e cinco) anos, no máximo, com resgates proporcionais, por semestre e por sorteio e juros, pagos, também, por semestre, ao tipo de 4 a 7%, segundo a urgência, a conveniência ou a natureza do serviço, que motivaria a emissão.

Essa Lei compensaria a penúria da arrecadação, de modo a proporcionar ao Presidente recursos para as obras, algumas já mencionadas, como estradas, limpa e desobstrução de rios e canais, etc., e outras que veremos adiante. Tudo foi discriminado na Lei. Um programa fabuloso! Somente cumprido por aquele homem "que não perdia um minuto" e madrugava, para fiscalizar trabalhos, escolas, o hospital, o quartel..., embora detido, noite adentro, no exame de orçamentos e plantas.

Vejamos a Lei:

- 1º) Conclusão do aterro da Praça Moscoso, nesta Capital;
- 2º) Construção, onde melhor convier, de até 250 (duzentos e cinquenta) casas, para operários);
- 3º) Construção de um prédio apropriado, para hotel e com 80 (oitenta) quartos, pelo menos;
- 4º) Construção de um mercado moderno, nesta Capital, dando preferência à construção de ferro e podendo mesmo, se for necessário transigir com o mercado atual, segundo melhor convier aos interesses do Estado;
- 5º) Construção de um prédio para a instalação do Congresso Legislativo e adaptar outro para o Fórum;
- 6º) Construção de uma estrada de ferro, que, partindo da cidade de São Mateus, siga por onde melhor convier, para o interior do mes-

mo município, em demanda do Núcleo Colonial Nova Venécia, ou de outro ponto de importância e vantagens reconhecidas;

7º) Aquisição, pelo que valer e se nisto houver conveniência, para a Estrada de Ferro Itabapoana ao Calçado, ou dar execução à Lei nº 562, de 2 de dezembro de 1908;

8º) Auxílio para a abertura, nesta Capital, de um estabelecimento bancário, de capital nunca inferior a 500:000\$000, podendo dar-lhe garantia de juros de 6%, sobre o capital e sobre letras hipotecárias, que emitir, por aprovação do Governo e, ainda, fazer-lhe empréstimo da quantia que entender e nas condições que melhor conciliem os interesses do estabelecimento com os do Estado;

9º) Fundação, nesta Capital, de um Liceu de Artes e Ofícios e fazer as despesas necessárias para sua instalação;

10º) Negociação de um acordo com o Bispado do Espírito Santo e indenização ao mesmo do que for necessário e razoável, para que o Estado entre na posse legal e completa da Igreja de São Tiago, bem como adaptação desta para repartições que convier;

11º) Auxílio à Prefeitura, por empréstimo, do que for necessário para os serviços e melhoramentos, que à mesma competirem, nesta Capital;

12º) Abertura de um canal, que ligue o Rio Itaúnas ao São Mateus, nas proximidades da Barra;

13º) Limpeza e desobstrução do Rio Santa Maria, até o Porto de Santa Leopoldina;

14º) Limpeza e desobstrução do Rio Muqui do Sul, desde a foz, no Itabapoana, até o seu último ponto navegável; do Rio da Serra, desde a sua foz, até o Porto de Una-Grande; e do Rio Juparanã, desde sua foz, até a Lagoa Juparanã;

15º) Limpeza e desobstrução do Canal do Pinto, desde sua embocadura, no Itapemirim, até a Vila do Rio Novo;

16º) Auxílio ao município do Espírito Santo do Rio Pardo, com a quantia que achar razoável, para desviar da Serra das Catorze Voltas a estrada que liga o mesmo município ao de Cachoeira do Itapemirim;

- 17º) Auxílio ao Governo Municipal de Afonso Cláudio, com a quantia que entender, para a construção de uma estrada de rodagem que, partindo da margem da Estrada de Ferro Diamantina, se destine às povoações de Santa Joana e Figueira, no mesmo município;
- 18º) Auxílio ao Governo Municipal da cidade do Espírito Santo, com a quantia que julgar suficiente, para a construção de uma estrada de rodagem que, partindo do Porto de Argolas, ou imediações, siga pelo Vale do Rio Marinho, em demanda da zona que mais convier, e de outra que, partindo do mesmo ponto, vá até a sede do mesmo município;
- 19º) Auxílio dos municípios de Alfredo Chaves e Linhares, com a quantia que for necessária, para o saneamento das lagoas Iritimir e Café;
- 20º) Auxílio aos demais municípios do Estado, com as quantias que a juízo forem razoáveis, para construção de estradas de rodagem, de reconhecida e comprovada conveniência pública;
- 21º) Auxílio ao município de Guarapari, para construção de uma estrada de rodagem que, partindo da cidade, siga até o 5º território da Colônia do Rio Novo;
- 22º) Auxílio ao município de Santa Leopoldina, com o que for necessário, para os consertos do que carecer a estrada de rodagem de Alfredo Maia à sede do mesmo município;
- 23º) Auxílio, por empréstimo, a um engenho central, que se constituir, no Estado, em zona aprovada pelo Governo;
- 24º) Auxílio, por empréstimo, a uma fábrica de tecidos e fiação, que se fundar, nesta Capital ou adjacências, ou em Cachoeiro do Itapemirim;
- 25º) Auxílio, por empréstimo, às pequenas indústrias de reconhecida vantagem, que se criarem no Estado;
- 26º) Limpeza e desobstrução do Rio Marinho, do Porto Velho até Caçaroca;
- 27º) Terminação da abertura do Canal, mudando parte do Rio Piúma até o lugar Padre Amaro, nas proximidades do Orobó;
- 28º) Limpeza e desobstrução do Rio Benevente, em todo o seu percurso navegável, importando isto na execução da Lei nº 441, de 21 de dezembro do corrente ano (1909);

- 29º) Auxílio ao município do Calçado, para a construção de uma ponte sobre o Rio Itabapoana, entre os distritos de Santo Antônio e Palmital;
- 30º) Auxílio à reconstrução da ponte Boa Esperança, no município de Cachoeiro do Itapemirim;
- 31º) Auxílio ao município de São Pedro do Itabapoana, para a construção de uma ponte sobre o Rio desse nome, no lugar José Carlos, e de uma estrada de rodagem das divisas do município de Alegre à Estação Antônio Caetano;
- 32º) Auxílio para completar a construção sobre o Rio Itabapoana, de uma ponte que ligar a Estação de Pombal ao Distrito Wanderley, no município do Alegre;
- 33º) Auxílio de 1:500\$000, para a canalização de água do Rio Jucu à povoação da Barra do mesmo rio. Esse auxílio será entregue à comissão ou alguns particulares, que se encarregarem, por contrato, dessa obra;
- 34º) Mudança dos cemitérios, dos lugares em que se encontram, para Santo Antônio, e entrega, dos mesmos, à Prefeitura, mediante indenização do que ao Estado for devido.

Essa Lei despertou verdadeira subversão nas hostes pessimistas que procuravam, sempre, um CONTRA ao Governo, sem elevação precisa, para coadjuvar na causa patriótica de soerguimento do Estado: — “A Lei era um absurdo! O empréstimo fracassaria, sem a devida cobertura!”

Contudo, o empréstimo foi lançado e coberto. E as obras realizadas, conforme o leitor tem verificado, em capítulos anteriores, pois não seguimos ordem cronológica, a fim de que este livro tenha tanto feição literária quanto simplesmente histórica, e sua leitura não se torne monótona.

E, para variar Leis e Decretos, registremos uma das passagens mais expressivas do Governo do Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro. Estava anunciada, para o dia 24 de fevereiro de 1910, a inauguração da luz elétrica e da linha de bondes, cujo prolongamento atingira aquele bairro ainda incipiente, habitado, na maior parte, pelos operários e de casas cobertas de sapê: a Vila Rubim, antiga Cidade de Palha. Às 18:30 horas, o Presidente,



Moradores e autoridades políticas recebem o Dr. Jerônimo Monteiro na estação ferroviária de Itabapoana (atual Ponte do Itabapoana), no sul do Estado (1912).

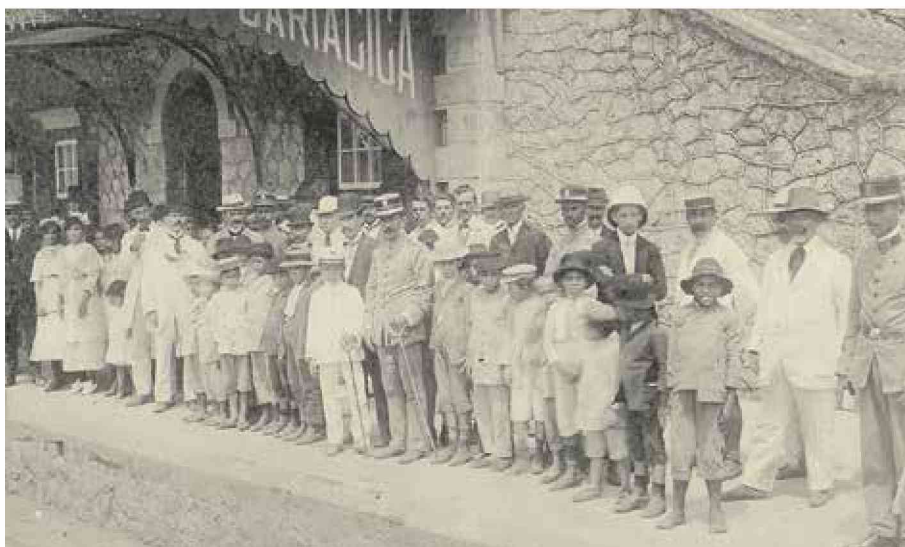
APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 263.



Grupo de moradores de Mimoso, no Sul do Estado, em recepção ao Dr. Jerônimo Monteiro na estação ferroviária por ocasião da sua viagem ao Rio de Janeiro (1911). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 261.



Passagem do Presidente Jerônimo Monteiro pela estação ferroviária de Muqui, no Sul do Estado, sendo recepcionado por moradores locais (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 079.



Recepção de moradores por ocasião da chegada de Jerônimo Monteiro à estação de Cariacica da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 091.

acompanhado de seus auxiliares, tomou o bonde especial no Cais do Imperador e, em quinze minutos, chegou à rua principal, onde estava um belíssimo arco: — SALVE, DR. JERÔNIMO MONTEIRO, DIGNO Presidente DO ESTADO!

Quase toda a população da Vitória deslocou-se para lá. Girândolas! Salva de 21 tiros! Música da Polícia, que executou o Hino Nacional! Discurso do Sr. Cláudio Manhães, em nome do povo da Vila Rubim, para saudar o Presidente. Discurso do Dr. Jerônimo, que afirmava seu propósito de trabalhar sempre em benefício dos operários, do povo espírito-santense, de sua terra estremecida!

E, no auge dos aplausos, o povo avança para o carro e desatreia os animais! Puxa e empurra o veículo, enquanto abre o caminho, até o final da linha. Um delírio! Verdadeira prova de gratidão de gente, antes mais ou menos abandonada, no sacrifício de caminhadas a pé, em busca do trabalho cotidiano, e à luz das lamparinas, para suas reuniões, no aconchego do lar!

Então o Presidente e sua comitiva descem do bonde e, entre alas de senhoritas que cobriam de flores sua passagem, dirigem-se à residência do Alferes Américo Couto, onde devia ser lavrada a Ata das inaugurações. De chapéu na mão, o Dr. Jerônimo saudava a multidão e recebia ramos de flores. Discursaram crianças e adultos. E a festa terminou às 21:30 horas!...

Mas havia um verdadeiro plano demolidor: — o de quebra-lâmpadas!... Até a belíssima Praça Santos Dumont sofreu a depredação, nos seus preciosos focos luminosos!

Especial atenção mereceu do Dr. Jerônimo as questões de limites do Espírito Santo e os Estados da Bahia e de Minas Gerais. Antes mesmo de assumir o Governo, em 1908, dirigiu-se a Belo Horizonte, a 10 de maio, para conferenciar com o Presidente Dr. João Pinheiro da Silva, sobre o importante assunto. Animado pela honrosa acolhida, que recebeu desse eminente e saudoso chefe do Governo mineiro, a 12 de julho (1908), deu amplos poderes ao Deputado Galdino Loreto, para tratar do caso histórico, em Belo Horizonte. Seguiu o representante do Espírito Santo, a 17, e, depois dos respectivos entendimentos, firmou, a 18

de agosto, o convênio pelo qual os Estados limítrofes respeitariam o status quo, em toda a zona litigiosa. (A Ata desse convênio está copiada na Adenda deste livro).

Aconteceu, porém, que o Estado de Minas perdeu uma de suas maiores figuras políticas, o Dr. João Pinheiro, seu devotado Presidente, nascido no Serro, filho de um modesto funileiro chamado Pignatari (nome que passou a Pinheiro, em português); mas que se elevou, na vida humilde, pelas qualidades que soube cultivar e sobretudo pelo respeito à própria personalidade. Por isso, os mineiros comemoraram o cinquentenário da sua morte, em 1958, portanto no mesmo ano em que o Espírito Santo comemorou o cinquentenário da Posse do Dr. Jerônimo, no seu Governo. O sacristão da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, em Morro Velho, e o filho do casal que morou num rancho, à beira do Itapemirim, compreendiam-se bem.

Por sua vez, o Espírito Santo perdeu seu ilustre e grande servidor, o Deputado Galdino Loreto, a 11 de abril de 1910!

Apesar desses duros golpes, não podia, porém, o Dr. Jerônimo desanimar no prosseguimento dessa inadiável causa: entregou-a à Comissão formada pelos Srs. Drs. Diocleciano Nunes de Oliveira, Carlos Mendes, Andrade e Silva e Ubaldo Ramalhete, cujo Relatório dos estudos se firmou, a 3 de dezembro de 1911.

Baseado nesse Relatório, o Governo do Espírito Santo nomeou seu representante, junto ao de Minas Gerais, o Senador Bernardino de Sousa Monteiro que, desde logo, passou a entender-se com o Presidente Júlio Bueno Brandão e seu representante, o notável advogado Mendes Pimentel. Desses entendimentos, resultou um Acordo preliminar, firmado a 14 de julho de 1911, no Palácio da Presidência de Minas, pelos Srs. Cel. Júlio Bueno Brandão e Dr. Bernardino de Sousa Monteiro (A cópia desse Acordo está na Adenda deste livro).

Foi verdadeiramente notável o trabalho do Dr. Bernardino Monteiro, sobre "O Direito do Espírito Santo", nessa questão de limites com a poderosa Minas Gerais. Basta que recordemos o que, ao apreciá-lo, escreveu o Dr. Carlos Xavier Pais Barreto, eminente jurista e historiador, conhecido no Brasil inteiro:

Os nossos direitos estão magistralmente defendidos, pelo ilustre Senador Bernardino Monteiro, no seu belíssimo trabalho que, de afogadilho, comentamos, e sobre o qual pretendemos, oportunamente, analisar mais minuciosamente. Em estilo simples e correto, sem arabescos literários nem citações estranhas à matéria, tratado unicamente daquilo que se prende à questão, o preclaro espírito-santense prestou, com sua obra, relevantes serviços à terra que lhe serviu de berço, discriminando, de modo claro, preciso e documentado os nossos direitos, na questão de limites.

Segundo o Acordo então firmado, a questão seria tratada, diretamente, pelos dois Governos e no caso de solução desagradável, submetida a arbitramento.

Além disso, seria nomeada uma Comissão técnica mista de dois engenheiros, que fizessem o levantamento topográfico da zona litigiosa, do Rio Doce para o Sul. O Estado de Minas escolheu o Dr. Álvaro da Silveira; o Espírito Santo, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Foi um trabalho extraordinário e belo realizado por esses dois profissionais, que procederam aos estudos e ao levantamento da zona litigiosa, entre o Rio Doce, Rio Manhuaçu, até a foz do Rio Pardo, e por esse até a Serra do Caparaó, segundo daí pelos divisores de águas de José Pedro e Itapemirim; José Pedro e Guandu; e Ribeirão de Natividade e Guandu.³⁶

O resultado desse imenso e magnífico trabalho foi a planta minuciosa, datada de 9 de novembro de 1911, e assinada pelos dois engenheiros. Continha: — os rios e todos os seus afluentes mais importantes; todos os morros e serras mais salientes; todos os arraiais, povoados, todas as vilas, fazendas, estradas, etc. e, finalmente, todos os demais acidentes notáveis do terreno.

Verificaram, ainda, os referidos engenheiros que os picos do Cristal e da Bandeira, na Serra do Caparaó, tinham, aproximadamente, 2.900 metros, portanto o ponto culminante, até aquela data, conhecido no Brasil.

36 Mensagem de 1912.

O segundo, o Pico da Bandeira, foi considerado um dos marcos naturais dos limites, em estudo.

Determinou o Dr. Jerônimo que o Engenheiro Ceciliano Abel de Almeida aproveitasse a excursão, para o levantamento da estrada de São Pedro de Alcântara, aberta pelo Capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, no tempo do Governador Francisco Alberto Rubim, e restabelecesse os pontos relativos aos quartéis, até a Vila do Príncipe, margem esquerda do Rio José Pedro.

Certamente, foi uma demonstração do amor do Presidente à História do seu berço natal, esse estudo perfeito realizado pelo Dr. Ceciliano de Almeida, cultor, igualmente, da História do Espírito Santo.

Na planta estão assinalados os quartéis: Borba, Melgaço, Ourém, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte, Souzel, Chaves, Santa Cruz e Vila do Príncipe.

Concluída a planta sobre os limites, resolveu o Dr. Jerônimo ir a Belo Horizonte, para tratar diretamente com o Presidente do Estado vizinho da magna questão. Recebeu, porém, antes de empreender a viagem, a visita do Sr. Dr. Mendes Pimentel, representante especial do Sr. Cel. Bueno Brandão, que lhe comunicava: — o povo e o Presidente mineiros esperavam, com especial agrado, a visita de S. Exa.

Seguiu o Dr. Jerônimo, a 1º de dezembro de 1911, via Rio de Janeiro. Chegou a Belo Horizonte, no dia 14.

Após vários entendimentos realizados pelos advogados, engenheiros e os Presidentes, impossibilitados todos de traçar sobre a planta os limites satisfatórios às partes litigantes, resolveram submeter a questão a arbitramento. Estabeleceu-se, novamente, um *statu quo* a vigorar até o fim da solução arbitral.

Firmaram os dois Presidentes o convênio de 18 de dezembro de 1911. Concordaram Ss. Exas. que o Presidente desse Tribunal fosse o Sr. Barão do Rio Branco e, no caso de recusa, o Sr. Marquês de Paranaguá. Dois outros membros do Tribunal Arbitral seriam escolhidos pelos Presidentes de Minas e do Espírito Santo.

No regresso de Minas ao Espírito Santo, o povo recebeu o Dr. Jerônimo, com extraordinária manifestação, que tomou todas as ruas e praças das cercanias do Palácio.

Era sempre assim: o Presidente não podia viajar. Na volta, o povo descia dos morros, saía de todos os cantos, ansioso de recebê-lo. Parecia que os foguetes espocavam de modo especial, anunciando a chegada do Dr. Jerônimo. Notava-se uma alegria contagiante, espontânea, como a daquela velhinha que, arrastando os chinelos e ajeitando o xale surrado, ergueu o braço, na cauda de uma impressionante manifestação ao Presidente, e exclamou: — "Viva o pai dos pobres!"

Mesmo após deixar o Poder, as manifestações populares continuaram, sempre que o Dr. Jerônimo visitava a Capital do Estado.

* * *

A morte dos ilustres Barão do Rio Branco, a 1º de fevereiro de 1912, e a do Marquês de Paranaguá, poucos dias após, enlutaram nossa Pátria e foram para o Dr. Jerônimo golpes sensíveis e dolorosos!

Enquanto, porém, se esperava a solução definitiva, tratou o Dr. Jerônimo de remediar a situação, mesmo porque, pelo referido convênio, ficou sob a jurisdição do Espírito Santo, o território litigioso, compreendido entre os vales do Travessão, Manhuaçu, Rio Doce e divisor das águas do Guandu e Natividade. Havia grande falta de administração no local, o que favorecia violências e arbitrariedades de toda ordem. Pediu, então, o Presidente ao Congresso Legislativo a desanexação de uma parte do município e da Comarca do Rio Pardo e a criação ali, de um novo município e uma nova Comarca. Tal providência realizou-se pela Lei nº 888, de 22 de dezembro de 1911. O novo município recebeu o nome de Marechal Hermes.

Foram nomeados interventores os Srs. Vicente Peixoto de Melo e Major Urbano Xavier para, de acordo com a Lei de Organização Municipal, darem constituição legal ao novo município.

Para a questão de limites com o Estado da Bahia, o dr. Jerônimo encarregou o Sr. Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima de proceder ao estudo, recolher esclarecimentos e documentos que pudessem ser valiosos e aproveitáveis.

A fim de encaminhar a questão, foram à cidade do Salvador os Srs. Drs. Manuel dos Santos Neves e Carlos Francisco Gonçalves, que não colheram resultados satisfatórios. Não houve tempo de o Dr. Jerônimo conseguir da Bahia o que obtivera de Minas Gerais.

Data de 1911, a introdução da datilografia, no Palácio do Governo, para a correspondência oficial. Uma Remington, talvez a primeira máquina de escrever daquele tempo, na Vitória, tinha a fita de tinta roxa.

Deve ser lembrado o trabalho dos Secretários particulares, com as canetas de pena Malat e tinteiro de duas bocas, ou cabeça de cão, cuidados diariamente pelos serventes, que os limpavam e mudavam-lhes a tinta.





Capítulo *XVIII*

Palácio do Governo e Igreja de São Tiago. Antigo colégio dos Jesuítas e atual Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado do Espírito Santo. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 016.

A 23 de janeiro de 1909, o Dr. Jerônimo foi apresentar à Junta de Revisão Eleitoral sua petição para ser incluído, como eleitor, no município da Capital. Pessoalmente, com toda a simplicidade, compareceu na hora determinada, mas não encontrou ninguém para atendê-lo... É o que se lê no "Comércio do Espírito Santo". Certamente, tratava-se de uma Repartição Federal. As estaduais andavam na linha!

Ao assumir o Governo, em 1908, precisou melhorar as condições do Palácio. Reformou toda a rede de esgotos, fez a canalização de água e instalou a luz, quando inauguradas na cidade. Alargou e melhorou diversos cômodos.

Vimos que, no mesmo prédio, funcionavam diversas Repartições.

Destinados ao Gabinete do Presidente e às audiências, receberam os salões do palácio os necessários melhoramentos e tornaram denominações representativas de homenagens a vultos e fatos da História do Espírito Santo e do Brasil. Assim, um foi denominado Henrique Coutinho; outro, Domingos Martins, em honra desses ilustres espírito-santenses. Outros denominaram-se Salão da Bandeira, dedicado ao símbolo de nossa Pátria; Salão Azul e Salão Róseo, conforme as cores que seriam instituídas para as Armas do Estado, pelo Decreto nº 456, de 7 de setembro de 1909. Essas cores deviam figurar em todos os papéis oficiais. Um dos salões, o dos Despachos, teve a "Galeria dos Presidentes do Estado", na qual, o Dr. Jerônimo colocou logo o retrato do Dr. Moniz Freire. Essa galeria foi inaugurada a 1º de janeiro de 1909. E como prova de seu espírito de conciliação devemos assinalar o seguinte fato: Quando, em fevereiro, março de 1909, o ex-Presidente esteve na Capital, anunciada sua recepção pelos antigos partidários, alguns governistas exaltados pretendiam fazer-lhe manifestação hostil, ou de desagrado. Ciente, o Dr. Jerônimo condenou tal ideia e declarou: "Se tal acontecer, eu serei o primeiro a descer as escadas do Palácio e dar o braço ao Dr. Moniz Freire".

A viagem do Senador estava anunciada pelo *Manaus*, que devia chegar, em princípios de fevereiro. O Dr. Jerônimo mandou seu Ajudante de Ordem recebê-lo a bordo.

Outros personagens ilustres figuraram nos salões preparados pelo Dr. Jerônimo, para o expediente do seu Governo: Domingos Martins, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Benjamim Constant, Pinheiro Machado (que

o hostilizava...), Quintino Bocaiuva, Francisco Sales, Henrique Moscoso, Costa Pereira, José Cesário, Gil Goulart, Alcindo Guanabara, José Carlos de Carvalho, Eliseu Martins, Galdino Loreto, Cleto Nunes, Domingos Vicente e Eugênio Amorim.

Quase todo o mobiliário do Palácio foi reformado. Para o salão de Honra, vieram da Europa três belos grupos de estilo clássico e dois ricos aparadores, um dos quais coberto de mármore da Rússia, todo marchetado de incrustações furta-cores, semelhantes a madrepérolas. Escreveu o Presidente

que dão a ilusão de terem sido ali postas por algum artista muito hábil. Esta pedra esteve, por algum tempo, exposta no Museu do Louvre, onde foi muito apreciada e estimada.

A mobília antiga do Salão de Honra passou para o Domingos Martins, depois de convenientemente retocada.

Aconteceu, porém, que o Palácio, em 1911, estava com o madeiramento do telhado a reclamar inteira reforma. Todo estragado! Contratou o Dr. Jerônimo, com o Eng. Justin Norbert, a reconstrução completa do edifício, mesmo porque seu aspecto geral contrastava com a transformação que se operava na cidade, a renascer e embelezar-se, conseqüente das novas construções. Estava, de certo, em flagrante infração das posturas municipais com a aparência de velho convento abandonado!...

A Lei nº 638, de 21 de dezembro de 1909, no seu § Único, autorizava o Presidente do Estado a negociar com o Bispado a desapropriação da Igreja de São Tiago, junto ao Palácio, a fim de reconstruí-la e adaptá-la a Repartições Públicas, que não mais se continham nas estreitas dependências, até então alojadas. Tratava-se, aliás, de um templo arruinado, cujo interior sofrera o pavoroso incêndio de 1796, que destruiu as esculturas e os dourados finíssimos, feitos pelo Irmão Domingos Trigueiros. Somente a frontaria e as torres eram obras jesuíticas. O Dr. Jerônimo mandou que se conservasse a torre principal, com os sinos e o relógio histórico e querido dos vitorienses, que marcava as horas e os quartos-de-hora. Na tor-

re estava o Semáforo, com as bandeirinhas de aviso aos interessados pela chegada dos navios.

Todas as negociações relativas à Igreja de São Tiago realizaram-se, de acordo com a Nunciatura Apostólica e o Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro, autoridades competentes para o julgamento do caso. Não houve, portanto, nenhuma iconoclastia, nenhum sacrilégio. As imagens, ali colocadas, após o referido incêndio, foram transferidas para a Igreja de São Gonçalo, que se tornou sede paroquial, a partir de 10 de novembro de 1911.

Homem culto, devotado à História, Dom Fernando exigiu, porém, que se conservasse o túmulo do Pe. José de Anchieta, conforme documento firmado, a 29 de novembro do mesmo ano.

A demolição da Misericórdia e da São Tiago era consequência da evolução das cidades! O Rio de Janeiro perdeu sua histórica e bela Igreja de São Pedro. O Passeio Público e o Campo de Santana sofreram reduções. O Parque Moscoso, um dos mais belos do Brasil, no primeiro quarto do século XX, vai-se destruindo com o maior prejuízo da área verde da cidade, tão preciosa para a saúde do povo, mormente das crianças!... Vitória, mesmo em nossos dias, perdeu o belo e majestoso Quartel da Polícia. E sua catedral de finíssimas obras de talha foi demolida, em 1918, sem se conservarem ao menos suas preciosas imagens históricas, tais como a de Nossa Senhora da Vitória, vinda após a guerra holandesa e reformada, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro. Era conservada para as inesquecíveis procissões de 8 de setembro, Dia da Cidade.

No plano de reconstrução do Palácio entraram a elevação de todo o edifício, rasgamento de suas acanhadas portas e janelas, revestimento de toda a fachada, platibandas e cornijas, aberturas da entrada principal, na parte fronteira ao Cais do Imperador. Lembremo-nos de que só havia uma entrada ao lado da Igreja de São Tiago, de modo que a residência do Presidente era verdadeira prisão. Devia, ainda, o contratante reconstruir a escadaria de acesso ao Palácio. Começava na praça, junto ao Cais do Imperador, e terminava na antiga Praça Marcelino Tostes, hoje parte da Rua Nestor Gomes. Fez, ainda, o constru-

tor a escada de acesso à Praça Dr. João Clímaco, ao lado do Congresso Legislativo.

Diz a "Mensagem" de 1912: — "Em substituição à antiga escadaria, reta e simples, foi construída ali uma nova, de bela perspectiva, capaz de fazer honra a qualquer centro civilizado".

Nos ângulos principais da escadaria, foram colocadas estátuas das quatro estações. E muita gente, ao passar diante delas, tirava o chapéu...

O mesmo Eng. Justin Norbert contratou a construção de um grande edifício, para as Escolas Normal e Anexas, ligado ao prédio do antigo Ateneu Provincial que foi todo reconstruído e adaptado ao plano da nova obra. Ficou, assim, a Capital do Estado do Espírito Santo dotada de um dos mais belos e bem aparelhados edifícios escolares do Brasil naquele tempo e que ainda podemos apreciar.



Enquanto, porém, cuidava desses empreendimentos, voltava-se o Dr. Jerônimo para a Fazenda Sapucaia, visitada a 19 de maio de 1910; para o Quartel da Polícia e a cadeia, a fim de observar a situação dos detentos e levar-lhes uma palavra de conforto; para o Asilo Coração de Jesus, ao qual, de acordo com a Lei nº 673, de 12 de novembro de 1910, concedeu energia elétrica de forma gratuita. E, ainda, encontrava tempo de ser mordomo da Santa Casa da Misericórdia, cargo assumido a 1º de agosto do mesmo ano.

Seria esse ano (1910) de crescente atividade. A 20 de julho, inaugurou-se a luz na cidade do Espírito Santo, a histórica Vila Velha de todos os tempos! Entre os diversos festejos e manifestações de alegria do povo, destacou-se o recitativo "As Moedinhas", pela menina Iolanda Adnet.

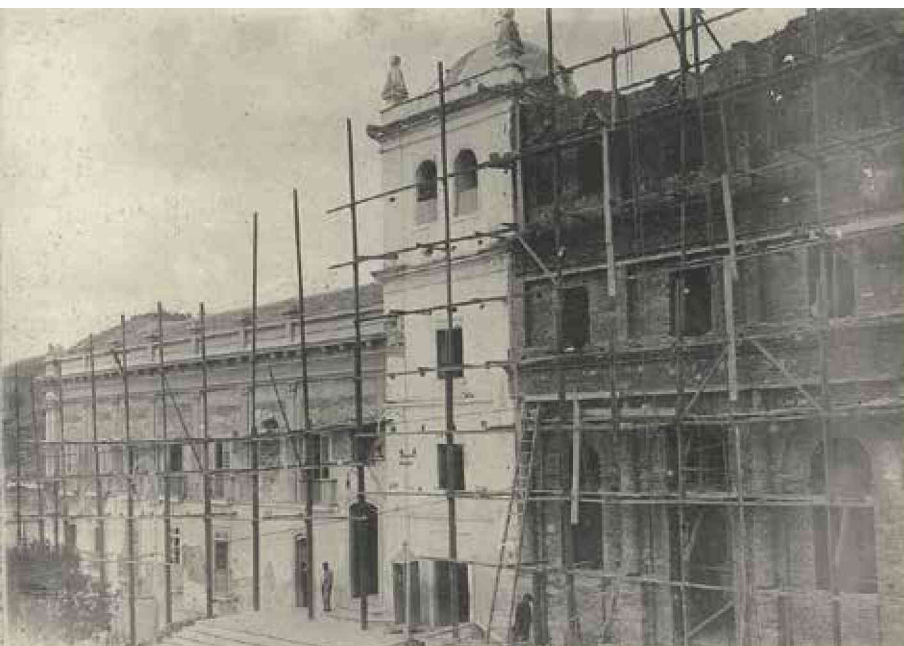
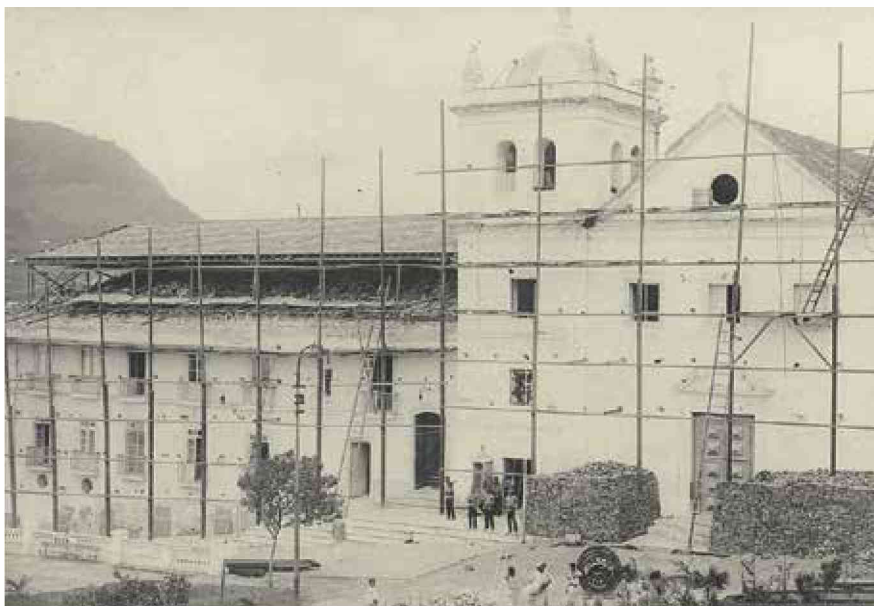
Foi uma passagem feliz, para o Dr. Jerônimo, após a inauguração do trecho da Estrada Leopoldina a Matilde, com a presença do Presidente Nilo Peçanha.

A 23 de abril de 1910, o "Comércio do Espírito Santo" divulgava um telegrama do Dr. Florentino Avidos, Engenheiro da ex-Sul do Espírito



Instalação de andaimes em uma das fachadas do palácio para o início das obras de remodelação da sede do governo estadual (1911). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 020.

*Obras de remodelação do
palácio do governo (Palácio
Anchieta) em andamento
(5/02/1911). APEES
– Coleção Jerônimo
Monteiro, 015.*



*Aspecto das obras
de remodelação do
palácio. Em destaque,
a demolição da torre
da Igreja de São Tiago
(1912). APEES –
Coleção Jerônimo
Monteiro, 017.*

Santo, que dizia estar concluída a ligação dos trilhos entre as estações Moniz Freire e Matilde, na mesma estrada, agora Leopoldina Ry.

Realizou-se festa, em Cachoeiro do Itapemirim, quando o retrato do Dr. Jerônimo foi conduzido pela mocidade das escolas nas ruas, aos acordes de uma Banda de Música e grande massa popular, até a redação do "Alcantil", onde foi posto junto ao retrato o Dr. Júlio Leite, fundador do jornal.

Na Vitória, promoveu-se uma subscrição popular para a feitura de um retrato do Presidente, em tamanho natural. Seus promotores foram os Srs. Clímaco Sales, Cirilo Tovar e Domingos Vicente Gonçalves de Souza.

A entrega do retrato realizou-se a 10 de maio de 1910.

No mesmo dia 23 de abril, o Congresso Legislativo Estadual, sob a Presidência do Sr. Júlio Leite, que, desde 20 de março do mesmo ano (1910), substituíra o Dr. Paulo de Melo, elegeu, por unanimidade, o Cel. Marcondes Alves de Souza, 2º Vice-Presidente do Estado.

(O leitor vai guardar esse registro: — eleição por unanimidade).

Exercia o Cel. Marcondes o cargo de Presidente do Governo Municipal de Cachoeiro do Itapemirim.

* * *

Preocupado com os trabalhos no interior do Estado o Presidente viajou para conhecer diversos empreendimentos. Assim, a 16 de maio de 1910, seguiu de trem para a estação de Fundão, na Estrada de Ferro Diamantina. Daí percorreu, a cavalo, grande extensão da estrada de rodagem em construção, que devia ligar a referida estação à Vila de Santa Teresa. Providenciou modificações, que a tornassem trafegável, por trole ou automóvel, para transporte de cargas e passageiros; favorecia a exportação de produtos daquela promissora zona. Assim, o Dr. Jerônimo antevia já o movimento de veículos mais rápidos e confortáveis, num tempo em que o Espírito Santo não conhecia um automóvel!

Carros de bois!... Tropas!... Cavalos e burros!... E ele já providenciava estradas para automóveis!...

Foram preparados, no Palácio, cômodos especiais para a hospedagem do Presidente da República: dormitório, com saleta-secretaria e gabinete sanitário.

Festiva recepção teve o Dr. Nilo Peçanha, em Cachoeiro do Itapemirim, a 26 de junho, à noite. A 27, pela manhã, em companhia do Dr. Jerônimo, do Ministro da Viação, de auxiliares do Governo, jornalistas, autoridades municipais, etc., na cabeça da nova ponte, construída especialmente para a estrada, foi recebido pelo Dr. Artur César, representante da Diretoria da Leopoldina Ry., que proferiu o discurso congratulatório e descritivo do trabalho realizado.

Desfeito o laço verde-amarelo, os Presidentes e suas comitivas tomaram o trem, que seguiu para Vitória, onde, mais uma vez, o povo foi para as ruas e deu vivas!... A mocidade das escolas formou alas, desde o Cais do Imperador até a porta do Palácio, ainda ao lado da Igreja de São Tiago.

No dia 28, o Presidente da República, à noite, das janelas do Palácio, assistiu à festa veneziana. Linda festa, na Baía da Vitória, tão bonita, em tempos que se foram!...

O dia 29 de junho de 1910, assinalou o Governo do Dr. Jerônimo, com uma expressiva solenidade: a pedra fundamental das Obras do Porto, cujo lançamento foi presidido pelo Presidente da República. Discursou o Dr. Artur de Lima Campos, Fiscal do Governo, junto às Obras, e os Drs. Carlos Américo dos Santos, e Rwlins, diretores da Companhia Concessionária.

Após as visitas, as excursões e o banquete, o Dr. Nilo Peçanha entregou ao Dr. Jerônimo 200\$000, para o Asilo Coração de Jesus.

No dia 18 de julho, iniciaram-se as viagens diretas do Rio de Janeiro ao Porto de Argolas, com a chegada, à noite, do primeiro trem de passageiros.

A inauguração do trecho Cachoeiro-Matilde, da Estrada de Ferro Leopoldina, proporcionou ao Dr. Jerônimo estreitar relações com o Governo Federal.

Conta-se que, ao desfazer o laço, na cabeça da ponte, o Dr. Nilo Peçanha dirigiu-se ao Presidente do Estado, à meia-voz: — "Jerônimo, mais uma fita".

Não se tratava, porém, de um gracejo, e sim de reconhecimento às obras realizadas e inauguradas, cujas fitas o Dr. Jerônimo punha, sempre, em outras mãos, para serem desfeitas. Jamais se adiantava ao Poder Legislativo, que lhe dava as Leis, para o Governo do Estado.

Assinalemos que, no banquete realizado no Palácio, ao agradecer essa homenagem, o Presidente Nilo Peçanha declarou que

o Governo do Espírito Santo nem um favor tinha recebido de sua parte nem dos seus ministros.

Não foi, disse S. Exa., — a inauguração de um melhoramento de grande importância para o progresso da Nação .que trouxe o Presidente da República à Capital do Espírito Santo: aqui veio, também, para dar um testemunho de apreço ao Dr. Jerônimo Monteiro, cuja administração laboriosa e fecunda tem sido de reais benefícios, para o progresso e o desenvolvimento do Estado.

A 12 de agosto, o Dr. Lima Campos comunicava ao Dr. Jerônimo estar de viagem, para as Obras do Porto, grande parte de material fixo e fluante, procedente da Inglaterra.

Simultaneamente, o Loide Brasileiro deu despacho livre de direitos aduaneiros ao material destinado às referidas obras.

* * *

Enquanto, porém, o Dr. Jerônimo estava nessa atividade festiva e compensadora dos seus esforços pela grandeza do Espírito Santo, o irmão Bispo Diocesano viajara para São Mateus, votado ao trabalho missionário, entre brasileiros e imigrantes, até a Serra dos Aimorés, atualmente Nova Venécia, Santa Leocádia, Itaúnas... o chamado "fim

do mundo", naquele tempo! "O povo aqui é muito pobre! — escreveu Dom Fernando.

Mas devia o Presidente do Espírito Santo suportar, ainda, seu calvário, como todos os que têm merecimento e, por isso, despertam a inveja e a oposição, em sua trajetória de idealismo e renúncia.

Decepcionado com a conclusão da Estrada Leopoldina Ry., o Dr. Moniz Freire movia campanha de descrédito, na imprensa do Rio de Janeiro, contra sua própria terra que chamava de Estado falido, além de outras referências demolidoras!³⁷

Vimos que o Dr. Jerônimo conservava-se em silêncio, diante das acusações diretas à sua pessoa. Evitava mesmo que os amigos o defendessem. Apenas "conversava com os olhos", nas visitas a Dom Fernando.

Agora, porém, que tão fortes acusações atingiam o próprio Estado, no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, ele e seus auxiliares protestaram pela imprensa, com a prova do funcionalismo em dia; água e luz, na cidade; esgotos quase concluídos; pagamento dos compromissos e outras iniciativas — providências que o ilustre Senador não tomara, em dois quadriênios de Governo. O "Diário da Manhã" apontava, em suas colunas, o Hospital do Suá, na areia, e o Quartel de Polícia, como habitação lacustre, enquanto a dívida interna do Estado, a 23 de maio de 1904, montava a importância de 6.127:229\$451, conforme o Certificado do Contador interino, Francisco de Lima Escobar Araújo, a 3 de agosto de 1910.³⁸ Entretanto, nessa data, faltava, somente, o pagamento de 123:110\$889.

Extraordinária foi a reação do povo: Vila Rubim, em peso, protestou contra a atitude do Senador. Cachoeiro do Itapemirim, igualmente, a 4 de agosto de 1910, enviou Moção de solidariedade ao Dr. Jerônimo, assinada pelo Cel. Marcondes Alves de Sousa, Presidente do Governo Municipal, Custódio Moreira Fraga, Aguillar Freitas, Basílio Pimenta e Antônio Alves da Cunha.

37 *Jornal do Comércio* - 10/7/1910.

38 *Diário da Manhã* - 4/8/1910.



Arco erguido junto ao cais do Imperador para recepcionar a chegada do Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha (1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 068.



Jerônimo Monteiro acompanha o Presidente Nilo Peçanha na saída do palácio do governo (1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 210.

Outros municípios foram aderindo à causa do Governo, à medida que as notícias se espalhavam (Lembremo-nos de que não havia rádio. Chegavam as notícias do interior, pelos viajantes, disse-me-disse, raramente os jornais).



A 28 de agosto, o Dr. Jerônimo seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de retribuir a visita do Dr. Nilo Peçanha. Se festiva realizou-se a partida, com a estação de Argolas, tomada pelos auxiliares do Governo e o povo que cercava sempre o Presidente, a passagem nas estações decorreu, em verdadeira apoteose! Desde Viana, estavam enfeitadas e repletas de gente! Flores! Vivas! Foguetes!...

Em Cachoeiro do Itapemirim, foi um delírio!... O Presidente desceu do trem, recebido com flores e vivas!

Em Campos, cerca de oito mil pessoas juntaram-se na estação, apesar da hora!... Discurso do Deputado Pereira Nunes!

Tudo porque, para saudar o Dr. Jerônimo, o povo não tinha hora; aguardava-o de pé, à noite e pela madrugada!

Chegou o trem a Maruí, às 7 horas, do dia 29, e ali estavam o Representante do Presidente da República, autoridades do Estado do Rio, amigos, etc. (Lembremo-nos de que a Estrada terminava em Niterói. Tomava-se a lancha, para o Cais Pharoux).

No Rio de Janeiro, foi o Dr. Jerônimo recebido, pelo Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação e outras altas autoridades, além da bancada espírito-santense, na Câmara e no Senado. Bandas de Música dos Bombeiros, da Infantaria da Marinha e de três batalhões do Exército, em conjunto, executaram o Hino Nacional.

Às 9 horas, organizou-se o préstito para o Grande Hotel da Lapa, em cuja frente estava a Banda da Brigada Policial, para receber o visitante, aos acordes do Hino Nacional.

Ao sair do Cais Pharoux, o Dr. Jerônimo e o representante do Presidente da República tomaram o landolé presidencial. Formou-se, então, o cortejo de vinte e cinco automóveis até o hotel. Aí, no salão nobre, o

Dr. Jerônimo ofereceu a todos uma taça de champagne e fez uma saudação de agradecimento ao Presidente Nilo Peçanha, representado pelo Ministro da Viação.

Às 14 horas, acompanhado pelo Dr. José Bernardino Alves Junior, esteve no Catete, em visita oficial, ao Presidente da República.

No dia seguinte, voltou para oferecer a S.Exa. a medalha de ouro comemorativa da visita ao Espírito Santo.

Banquetes, almoços e festas!...

No regresso à Vitória — já se sabe — o povo saiu para as ruas, a fim de receber o SEU Presidente, com flores, foguetes e vivas!

* * *

Vimos que, no extraordinário trabalho da Reforma do Ensino, cuidou-se especialmente da formação cívica dos pequenos espírito-santenses; foram introduzidos nas escolas diversos hinos e, de modo especial, o culto à Bandeira. Devia o pavilhão nacional figurar em todas as salas de aula e tremular, nas paradas escolares.

O Ginásio Espírito-Santense recebeu sua Bandeira, entregue festivamente pelo Dr. Jerônimo, em julho de 1911.

Mas, entre esses atos de veneração ao lábaro nacional, destacou-se o dia 21 de abril de 1910, quando a Sra. Cecília Monteiro ofereceu uma Bandeira Nacional ao Batalhão Policial. Às 11:30 horas, formadas, na frente do Palácio, as aulas da Escola Normal do Estado, sob a direção do Dr. Diocleciano de Oliveira, aguardaram a passagem do Presidente do Estado, que desceu em companhia da esposa e dos filhos e dirigiu-se ao quartel. Na frente, o jovem Francisco Monteiro conduzia a Bandeira; Jerônimo Filho, o talabarte; enquanto o aluno Darcy Monteiro, do Batalhão Escolar, era o Ajudante de Ordens.

No quartel, a cerimônia foi tocante, dessas que deixam lágrimas jamais extintas nos corações!...

E todos cantaram o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e o Hino Espírito-Santense.





Capítulo **XIX**

*Baile no clube Eden Parque
na terceira noite de Carnaval
(1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, 106.*

Jurista desde a mocidade, o Dr. Jerônimo cercou “o Poder Judiciário de todo o acatamento, prestígio e consideração de que é digno, mantendo perfeita harmonia e relações da melhor cordialidade com os membros dessa distinta e respeitável classe.”³⁹

De fato, providenciou a instalação condigna da Corte de Justiça e da respectiva Secretaria, no pavimento superior do prédio onde funcionava o Congresso Legislativo, transferido para o novo, construído no local da Igreja da Misericórdia. Mandou fazer becas para os Srs. Ministros, Procurador Geral e Juizes da Capital, de modo que pudessem funcionar com suas insígnias. Melhorou a Biblioteca da Corte de Justiça, dotando-a de obras das mais apreciáveis.

No pavimento térreo, tudo foi providenciado: adaptação de salas, para o Tribunal do Júri, dos auditórios da Justiça e dos tabelionatos da Capital, de modo a ser instalado o Fórum. Esse trabalho ficou incompleto, mas adiantado.

Regulamentou a Reforma Judiciária, promulgada pela Lei nº 516, de dezembro de 1907, depois da revisão processual feita pelos ilustrados juristas Drs. Manuel Clodoaldo Linhares e Henrique O'Reilly de Sousa, que receberam 10:000\$000, em vista de não ter sido possível aproveitar-se do trabalho do Dr. Antônio Ferreira Coelho, a quem o Governo, anteriormente, confiara a incumbência, pela quantia de 20:000\$000.⁴⁰

O projeto organizado pelos dois referidos juristas, após sujeito à apreciação do Congresso Legislativo, passou a vigorar em Lei do Estado, pelo Decreto nº 931, de 26 de agosto de 1911.

Reduziu as Custas Judiciárias, a fim de colocar a Justiça ao alcance de todos, principalmente dos menos favorecidos pela fortuna.

Reorganizou o Registro Civil, que se encontrava “muito deplorável, em grande maioria dos distritos do Estado”. Determinou o Governo severa inspeção, nos Cartórios, para a devida regularização. Criou o Serviço de Estatística Judiciária.

Sim, tudo devia estar minuciosamente documentado e escriturado,

39 *Mensagem de 1912.*

40 *Mensagem de 1912.*

em atividade que acompanhasse aquela vertigem de trabalho, que se irradiava em todos os sentidos, dentro da ordem e de rigorosa economia, a fim de que o reduzido orçamento suportasse os pagamentos pontuais e os credores calassem a costumeira propaganda, porque urgia continuar os esforços empregados pelo Governo, para levantar o crédito do Estado, “robustecê-lo e, se possível, ampliá-lo”.

Entretanto, tremendas foram as dificuldades a enfrentar. Lembremo-nos de que, em 1912, o Dr. Jerônimo podia repetir as palavras do Cel. Henrique da Silva Coutinho: — “Fazer muito, com muito dinheiro, é digno de encômios, mas é fácil; fazer muito, com escassez de numerário, é louvável, é animador, é digno”.

No antigo prédio do Tribunal de Justiça, devidamente adaptado, instalou-se a Diretoria de Segurança Pública.

Sempre se interessou o Dr. Jerônimo pelo regímen penitenciário, cuja situação amenizou, tanto na Capital quanto no interior do Estado, onde as cadeias eram “verdadeiros pardieiros, sem conforto algum, sem higiene e sem condições de segurança”. Lembremo-nos de suas constantes visitas aos detentos, aos quais mandava fornecer, gratuitamente, roupas e cobertas.

Prédios, para cadeias, foram construídos nas sedes das Comarcas de São Pedro do Itabapoana, Santa Leopoldina, Colatina, cidade de Afonso Cláudio — sede da Comarca de Guandu —, e Linhares. Uma pequena casa para prisões no Castelo, e outra em São João do Muqui. Reformas e vários consertos nas cadeias de Viana e Cachoeiro do Itapemirim.

Na Capital, mandou construir o Posto Policial, na Rua Sete de Setembro, com dependências para prisões correcionais.

Horrorizado com o estado da cadeia numa parte do Quartel de Polícia, onde as celas eram verdadeiras jaulas, sem água, sem esgotos e mal arejadas, providenciou a construção de uma Penitenciária, com todos os requisitos para a reabilitação social dos detentos, com oficinas, escolas e demais recursos de aprendizagem, a fim de que se tornassem elementos úteis à sociedade. Estava quase concluída, quando o Dr. Jerônimo deixou o Governo.

Aliás, o que o Presidente encontrou foi o regímen de “presos soltos”, uns trabalhando nas ruas; outros, em casas particulares, etc. Dizia o “Relatório” do chefe de Polícia, em 1908:

A base do sistema (penitenciário) é a liberdade dos criminosos. Ajardinam praças, exercem os ofícios de lavadores de casa, aguadeiros, desacompanhados de qualquer soldado, ou quando são acompanhados de praça, é para que, trabalhando, sob a sua égide, sejam afastados os concorrentes.

Existia o Quartel de Polícia, no Moscoso, edifício relativamente novo, cujas fundações, porém, exigiam constantes reparos. O Dr. Jerônimo encontrou-o, quase a desabar. Tratou de consolidá-lo: aterrou o solo, até a altura dos barrotes, cobriu o aterro, com pedra britada e argamassa de cimento. Reconstruída as paredes internas, foram as externas reparadas, em grande extensão.

Quanto à parte higiênica do quartel, nossa pena escusa-se a descrevê-la! E sobre o mobiliário, basta esta nota do "Relatório", acima referido:

Os leitos existentes, nos alojamentos, só recebem essa denominação, porque se destinam ao repouso dos soldados. Uma tábua, a mais das vezes, nua, privada, por exemplo, de colchão ou objeto que o possa substituir, apoiada sobre grossos pés de ferro, eis ao que se reduz a cama do nosso soldado.

A Polícia, porém, foi reformada e aparelhada; o quartel devidamente mobiliado, com leitos higiênicos ("camas de pendurar", dizia-se), armários, cozinha, refeitórios, etc. Cada praça ganhou sua mala guarda-roupas. Desnecessário é dizer-se que o renovado quartel recebeu a devida instalação de água, esgoto e luz. E, para aperfeiçoamento da milícia estadual, foi criada uma escola primária ou regimental, de par com a ginástica e o curso de esgrima. Tudo nos moldes do Estado de São Paulo.

Lembremo-nos, ainda, desta passagem do "Relatório" do chefe de Polícia:

Por duas vezes, encontrei a cadeia civil completamente vazia, onde nem sequer se encontrava o carcereiro e, se um dia, quis visitar a cadeia, para com efeito, verificar o número de presos, tratamen-

to, localidade das prisões, etc., foi preciso previamente combinar com o Sr. Subdelegado, que conseguiu reunir na cadeia, a metade dos presos.

Em se tratando da Justiça e da Segurança Pública, recordemos que o Júri, caído havia muitos anos em completo olvido, mereceu do Dr. Jerônimo a devida providência, para que sua instituição revivesse.

* * *

A 30 de maio de 1911, constituiu-se o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo. Inaugurado a 1º de junho, encampou os serviços de água, luz e esgotos e, depois, o de bondes.

O ano de 1911 foi, sobremodo, de uma sucessão de visitas importantes que movimentaram a imprensa, o comércio e a sociedade. Entre essas passagens que tanto concorreram para a divulgação do nome do Espírito Santo, destaquemos as visitas do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, a 21 de julho, quando regressava da Bahia; as visitas da Sra. Júlia Lopes de Almeida e seu ilustre filho Afonso Lopes de Almeida; os jornalistas Patrocínio Filho, Alcino Guanabara e E. Lauthier, diretor de "Le Temps"; o jurisconsulto Lacerda de Almeida e outros, entre os quais, os ilustres diplomatas Srs. Ministros do Chile, da Colômbia e da França.

O Marechal Hermes da Fonseca inaugurou parte do serviço de bondes elétricos, na cidade, a 21 de julho de 1911. Entre as visitas aos diversos pontos urbanos, destacou-se a do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, onde Sua Excelência recebeu a saudação dos Estados do Brasil na embaixada de um grupo de alunas, vestidas segundo o folclore das respectivas unidades.

No banquete, a 22 de julho, Sua Excelência manifestou a impressão da visita ao Espírito Santo, embora rápida, que lhe deixou no espírito "a convicção de que uma administração bem orientada e patriótica assegura o desenvolvimento progressivo do Estado, pela solução racional que vão tendo os vários problemas, que, sob o nosso regímen, devem preocupar os res-

ponsáveis pela direção dos negócios públicos". Referiu-se, ainda, à instrução e assistência à infância.

O cardápio do banquete foi impresso, em papel-cetim cor de rosa com letras azuis, tendo no alto as Armas do Estado.

Durante o banquete, tocou uma orquestra de pessoas conceituadas na sociedade: ao piano, maestro Antônio Auñon Sierra; Pedro Bonacossa, Guido Angeli, João Pedro de Freitas e João Clímaco, ao violino; Arnulfo Matos, flauta; João de Barros e Fernando Oliveira, clarinetas; Elpidio Barbosa, contrabaixo; Erminio Marangoni, piston; Heraclides Gonçalves, trombone.

No Rio de Janeiro, enquanto Vitória festejava a visita do Marechal Hermes, os jornais cariocas noticiavam que os títulos da dívida pública do Espírito Santo (que até então não tinham tido nenhuma cotação na Bolsa) haviam subido acima do par. Fervilharam os comentários na Praça Oito de Setembro...

* * *

— Falta, ainda, muita coisa — dirá o leitor, talvez contemporâneo do saudoso Presidente ou estudioso da sua obra.

— Certamente. Os professores de concurso, que podiam vir cursar a Escola Normal, sem prejuízo dos vencimentos, e, assim, tirar o diploma para a melhora da situação. O amparo aos órfãos. As salinas, em Jucutuquara. A Junta Comercial, instalada a 5 de janeiro de 1912.

Os lares que, discreta e cuidadosamente, reuniu e consolidou, a fim de que, na morte do chefe, os filhos e a viúva recebessem os benefícios instituídos em Lei. Constituía, aliás, uma norma do seu Governo a nomeação de funcionários públicos, sobretudo seus auxiliares diretos, somente quando tivessem a família constituída, de acordo com a lei civil e dos seus respectivos credos. Por isso, era o Dr. Jerônimo o que se podia dizer, de modo elevado e afetuoso, um presidente casamenteiro, tudo conseguindo, com afabilidade e seu jeitinho especial. E quantos afilhados ganhava! Quanta gratidão merecia das famílias, assim libertas de constrangimento, na sociedade?!...

E quanta gente recebia o seu amparo incógnito e seguro?

Registremos, ainda, a Carta Cadastral da Vitória, até então necessária e reclamada, para um plano uniforme de melhoramentos e embelezamento da Capital. Foi completada pelo levantamento de curvas de nível.

Baseado nela, o Dr. Jerônimo deixou um plano de alargamento das ruas e praças existentes e abertura de outras novas.

A Carta Geográfica do Estado, organizada pela firma Sousa Reis & Mélo, constituída de reputados engenheiros, veio preencher uma grande lacuna para os estudiosos. Completou-se com as apuradas e extensas pesquisas geológicas e mineralógicas, realizadas pelo Eng. Justin Norbert.

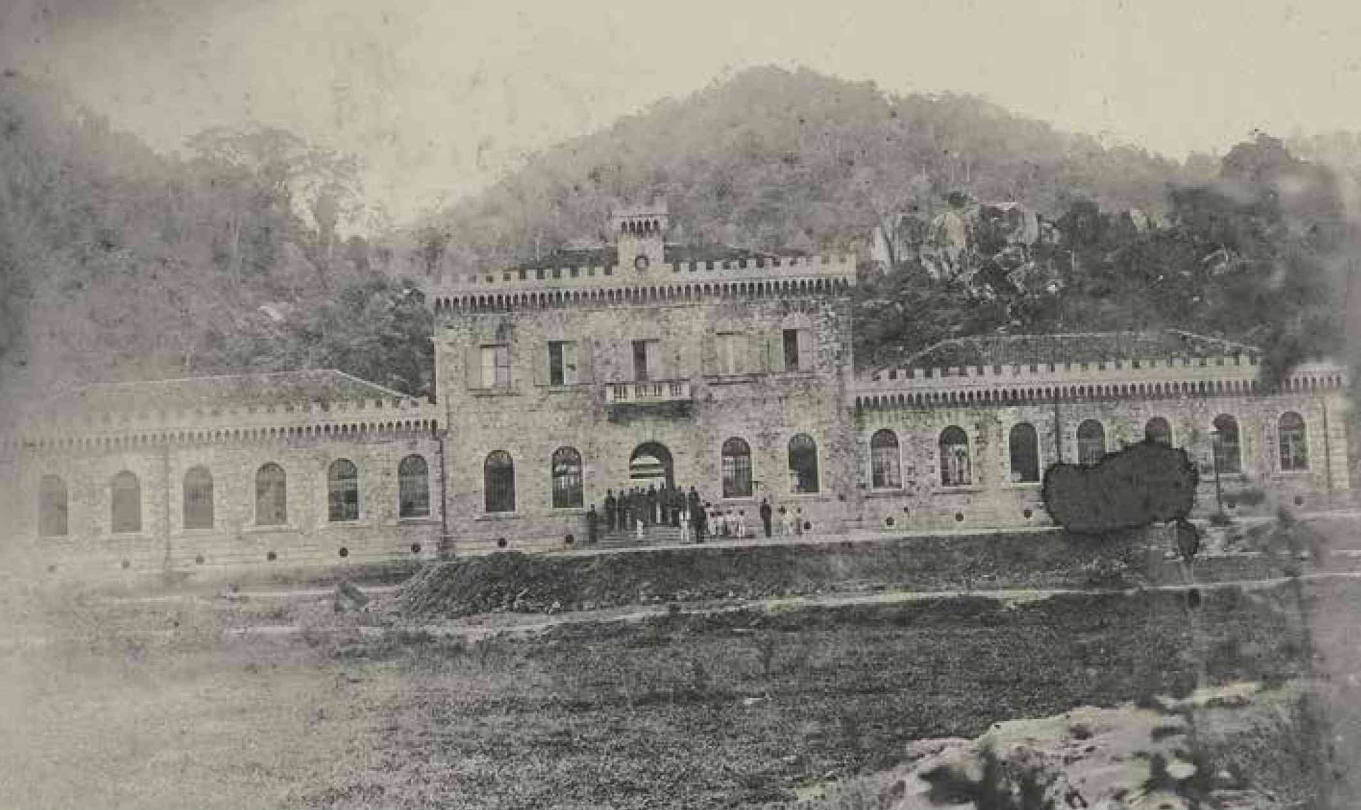
* * *

Nesse tempo, já se cogitava a sucessão presidencial. O próprio Dr. Jerônimo preocupava-se em passar o Governo a um continuador da sua obra, um sucessor capaz de prosseguir seu programa, já sobrecarregado com a instalação das indústrias no Vale do Itapemirim.

Numa pequena permanência no Monte Líbano, para tratamento da saúde, o assunto foi ventilado, e o Dr. Bernardino lembrou-se do Cel. Marcondes de Sousa, pelo muito que fazia no Sul do Estado, como Presidente do Governo Municipal de Cachoeiro do Itapemirim. Conversa apenas de passagem, com ponto final imediato. Mas, dias depois, surgiu inexplicavelmente, nos jornais do município e no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, terrível catilinária, verberando levianamente tal candidatura, que jamais fora consultada ou firmada!

O Dr. Jerônimo não suportava a maledicência. Conta-se que, por exemplo, certa vez, foi ao Palácio um tal acusar um Deputado, seu amigo. O Presidente ouviu calado a "informação" gratuita e, no fim, bateu-lhe no ombro, com veemência, e declarou: "Fique o Sr. sabendo que os meus amigos não têm defeitos".

Com essa diretriz, no tratar com os homens, e contando no Cel. Marcondes um velho amigo político e pessoal, aborreceu-se profundamente com o ocorrido e exigiu do articulista uma retratação, pela mesma im-



prensa, ao passo que, no "Jornal do Comércio", de 6 de novembro do mesmo ano (1911), o Senador Bernardino Monteiro, que igualmente não suportava intrigas, protestou contra a referida publicação, ali inserta.

Nesse ínterim, recrudesceram os expedientes oposicionistas e, a 14 de novembro, houve espetacular desembarque de Forças federais, dirigidas pelo Comandante da 7ª Companhia, para guardar as Repartições Públicas — Alfândega, Delegacia Fiscal, Correios e Telégrafos, etc.

A cidade tremeu!... O povo alarmou-se!... O Dr. Jerônimo, porém, tomou todas as providências cabíveis e ordenou que a Polícia Estadual se recolhesse ao quartel, a fim de evitar atritos. E tão hábil e energicamente se houve, perante o Governo Federal que o Comandante foi substituído...

Mas a candidatura Marcondes de Sousa divulgou-se e cresceu, como geração espontânea. Nas praças públicas, nas farmácias, nos cafés, em todos os lugares de reunião, só se tratava dessa novidade. Era o prato do dia.



Quartel da polícia, em Vitória, antes e depois da reforma (1911).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 281.

A 29 de novembro de 1911, reuniu-se a Convenção preparatória, para a apresentação do candidato à Presidência do Estado, o que se realizou a 2 de dezembro seguinte.

Além desses antecedentes, sabemos que o Dr. Jerônimo teve motivos ponderosos, para conduzir ao fim a candidatura firmada para o quadriênio de 1912 a 1916. Mas, se neste mundo nem tudo se pode dizer, menos ainda se deve escrever, mormente em se tratando dos bastidores da política. E nós, que os acompanhamos, desde princípios do século XX, poderíamos escrever um livro gozado, triste, humano, folclórico, real, surpreendente, educativo, magnífico!... Destruiríamos estátuas imaginárias e levantaríamos heróis desconhecidos. Jamais, entretanto, o faremos. Aquelas se destroem, pelo desprezo natural do povo, seu melhor juiz, ao passo que os homens dignos, os verdadeiros heróis, embora modestos, jamais serão esquecidos! Permanecem na veneração dos pósteros e cariciados e embalados no seio da Pátria!

O certo é que a reação na política do Estado foi imediata à Convenção realizada, em dezembro, e que decidiu a indicação do Cel. Marcondes Alves de Souza como sucessor do Dr. Jerônimo Monteiro.

Na sessão de 28, no Congresso Legislativo, desligaram-se do Governo os torquatistas Thiers Veloso, Cirilo Tovar e Emílio Silva, além do Cel. Joaquim Lírio, que aliás já andava meio afastado do Dr. Jerônimo. Outros seguiram-nos. (Lembremo-nos de que a eleição do Cel. Marcondes, para Vice-Presidente do Estado, foi por unanimidade...).

Devemos, nesta passagem, assinalar que o Dr. Thiers, homem culto, advogado brilhante e dedicadíssimo ao Dr. Jerônimo, líder do Governo no Congresso, manifestou-se com a maior sinceridade, conforme o discurso então proferido, do qual tiramos os seguintes trechos:

Na delicada e palpitante questão da sucessão do benemérito estadista, a cujos talentos está entregue a suprema direção do Espírito Santo, ninguém melhor do que V. Exa. (Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia) sabe que, ao primeiro embate tentado para o conhecimento da minha opinião, foi tão franca, decisiva, categórica e leal a minha resposta que ninguém, desde então, nutriu a veleidade de procurar desviar-me da orientação que então tracei.

[...]

Lamento, profundamente, que as circunstâncias me tenham forçado a, de hoje em diante, negar o meu apoio político e a minha solidariedade partidária a um Governo, cuja administração mereceu de minha parte os mais sinceros e calorosos aplausos, mesmo porque, nesta administração tive uma pequeníssima e obscura colaboração, aplausos de que não me arrependo e jamais me arrependerei, tão incontestáveis e inoxidáveis são os serviços prestados ao Estado pelo seu atual Presidente, a quem, além de tudo, me acho ligado pelos laços de antiga amizade pessoal e relações da mais grata intimidade.

Podem todos, pelo que venho de dizer, avaliar da minha dolorosa

posição, nesta tribuna, no atual momento, e quanto custa a um homem público manter o respeito às tradições e um culto inflexível aos compromissos do passado. Mas é claro que a adesão de S. Exas. a uma candidatura que, ao meu entender, e ao de volumosa corrente de opinião esclarecida do Estado, não corresponde, absolutamente, ao brilho do período governamental, que se vai encerrar; assim como não corresponde ao grau de cultura de nossa sociedade, aos supremos interesses da ordem, às aspirações do povo espírito-santense, que represento, e aos ideais generosos da democracia brasileira, me colocou, Sr. Presidente, na áspera e dolorosa contingência de sobrepor aos ditames do coração o rigoroso cumprimento dos deveres de mandatário do povo.

Finalizou:

Possam, ainda, os desígnios imperscrutáveis do Altíssimo, inspirar aos homens públicos do Espírito Santo uma solução honrosa à grave crise política por que vai passar o Estado, que, então, me congratularei convosco com a mesma sincera lealdade e justa emoção, com que hoje deponho em vossas mãos a honrosa investidura de *leader* desta casa, e o lugar de membro da Comissão de Justiça, em homenagem aos brios e à dignidade do altivo e glorioso povo espírito-santense.

Um círculo de ferro — desenfreada oposição, cada vez mais se apertava em torno do Governo. Foi a explosão de interesses, explosão de hábitos políticos antigos, levantados sempre contra o Governo, ao fim de quadriênios!... Mas os opositores não estavam na altura dos talentos da sua intrepidez, de sua desenvoltura de emérito lutador. A 3 de janeiro de 1912, realizou-se um grande comício, na Praça Oito de Setembro, contra a candidatura Marcondes e, a 15, outro que terminou com tiroteio, luzes apagadas e outras manifestações de exaltação de ânimos.

Continuou, porém, o Dr. Jerônimo sua trajetória de trabalho. E certamente só num grande livro poderíamos relatar o que ultrapasse os limites do prazo dado para a elaboração deste resumo. Entre outros aspec-



Quartel e cadeia pública de São João do Muqui (1911).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 346.

tos de sua vida heroica, trataríamos, então, dos recursos empregados para o cumprimento dos seus objetivos no Governo e nos mandatos exercidos, como Deputado Federal e Senador, além de sua resistência nas ameaças contra a autonomia estadual.

Diz Carlos Sá:

Naqueles dias de febre e apreensões, não se desdobrou somente o político de visão larga, mas o capixaba destemido e o Governo forte, cioso da dignidade histórica da sua terra. Havia vetado as candidaturas que o Partido, por ele criado, apresentara, triunfantes, no fervor do sufrágio popular. A vibração sinérgica do seu protesto, porém, repercutiu de tal forma que, um por todos e todos por um, se congregaram os espírito-santenses, ao fogo daquela grandiosa almenara. E a reação se operou. E o Espírito Santo venceu galhardamente, duas vezes, o Poder Central.

E, ao término do seu Governo, quando a cidade era abalada pelos boatos alarmantes, espalhados pelos adversários, entre o povo sugestionado, pelos fatos ocorridos, em diversos Estados do Norte, surgiu a notícia de que um vaso de guerra viria garantir a posse do candidato vencido, na eleição do seu sucessor, o Dr. Jerônimo, impávido, em seu posto, enviou ao Ministro da Guerra um telegrama decisivo: "A presa é por demais pequena, general, para um conquistador tão grande. Jerônimo de Sousa Monteiro. Presidente do Estado do Espírito Santo".

O povo ficou-se, estarrecido.

E nenhuma unidade naval chegou ao Espírito Santo.

A cena foi rápida. Estavam, como sempre, os Secretários Ubaldo Ramalhe e José Bernardino Alves ao lado do Presidente, que não se alterava.

— "Chamem o Capitão Hortêncio."

(Era o Ajudante de Ordens, homem de aparência frágil, mas duro, capaz de morrer de pé, junto ao seu chefe).

— "O Sr. vai passar JÁ este telegrama." (Era o famoso despacho).

Os assistentes entreolharam-se, atônitos. No Palácio, reinou completo silêncio, enquanto a cidade palpitava de boatos. E Dona Cecília, an-

gustiada, corria ao Bispado e lançava-se aos braços da cunhada, Dona Maricota, que zelava pela residência episcopal:

— "Estamos perdidos"!

— "Não" — responde a irmã do Dr. Jerônimo — "Vamos rezar!"

Dirigem-se à catedral e, fervorosas, ajoelhadas, diante do altar de Nossa Senhora das Graças, suplicam a Celestial Assistência, naquela hora cruciante. (Ali se encontrava uma imagem de São Geraldo, devoção em moda na época, e lembrança de Dona Cecília).

Enfrentou ainda o Dr. Jerônimo a revolta dos que, não tendo a grandeza de reconhecer o mérito alheio, combatem os que se votam ao Bem, ao Dever e à Verdade. Os que agem com sinceridade e patriotismo. Colocou, assim, o Espírito Santo em posição tal que, feita a devida restrição, entre País e Estado se lhe poderia aplicar aquele testemunho do grande Ministro Colbert, em relação à Holanda: — "A grandeza de um país independente da extensão do seu território; está no caráter do seu povo".

Já nos referimos à visita do Marechal Hermes da Fonseca, recebido festivamente, com a cidade florida e iluminada. Foi um deslumbramento!

S. Exa. colocou a pedra fundamental para o monumento ao Presidente Henrique Moscoso, no jardim que Paulo Mota estava fazendo no aterro do Campinho. E plantou uma árvore no jardim do Palácio, "para símbolo da sua amizade ao Espírito Santo".

Hospedado no apartamento presidencial, em momentos de folga percorria os salões do Palácio; apreciou o civismo do Dr. Jerônimo, em dedicar dois salões às cores do Espírito Santo — Azul e Rosa. Enalteceu-lhe a ideia de formar a galeria dos brasileiros ilustres e dos Presidentes do Estado.

A 1º de dezembro (1911), o Dr. Jerônimo viajou ao Rio de Janeiro, a fim de retribuir essa honrosa visita. Parou em Cachoeiro do Itapemirim, onde pernoitou. Festas. Discursos. Fogos!... Recebeu, então, um telegrama do Gen. Pinheiro Machado, convidando-o para visitar sua fazenda, em Campos. O Presidente aquiesceu; parou na Terra Goitacá aonde chegou, no dia 2, recebido festivamente. O General cumulou-o de gentilezas.

No dia 3, chegou a Niterói e atravessou a Guanabara, em lancha es-

pecial, acompanhado do representante do Presidente da República, ministros e outras personalidades ilustres. Repetiram-se as passagens da visita ao Dr. Nilo Peçanha. Landolé. Música. Discursos. Fogos!...

Nessa retribuição da visita presidencial, o Marechal Hermes recebeu uma folhinha, em placa de ouro, tendo impressas as Armas do Estado, em cores salientadas por safiras e rubis (azul e rosa).

No regresso, do Dr. Jerônimo a Vitória — já se sabe — o povo desceu dos morros, saiu de todos os cantos, para uma daquelas manifestações nunca mais vistas aqui. O Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima, Vice-Presidente em exercício, e os auxiliares do Governo ofereceram-lhe um banquete, com o seguinte Cardápio:

Creme de ervilhas a chantilly (apreciada sopa de leite, com a água dos aspargos e trigo torrado, enfeitada de ervilhas)

Empadinhas de camarão (Lembre-mo-nos de Maria Saraiva...)

Costeletas de cordeiro ao molho supremo

Salmis de frango

Peru à brasileira

Aspargos ao molho de manteiga (A água foi para a sopa)

Fiambre de York

Pudins variados, sorvete de creme de baunilha.

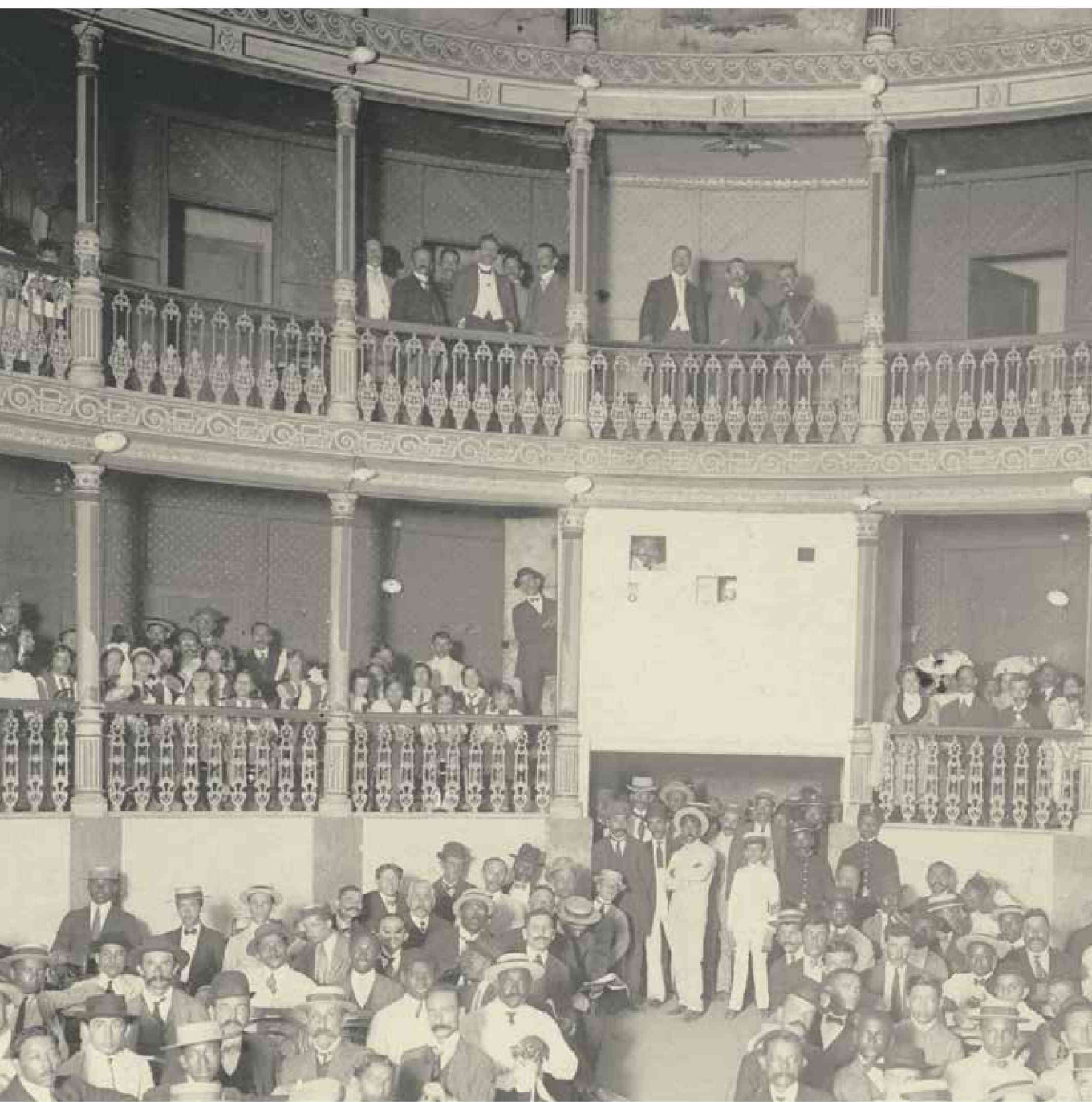
Vinhos: Sauternes, Moscatel, Champagne, Madeira e Bordeaux.

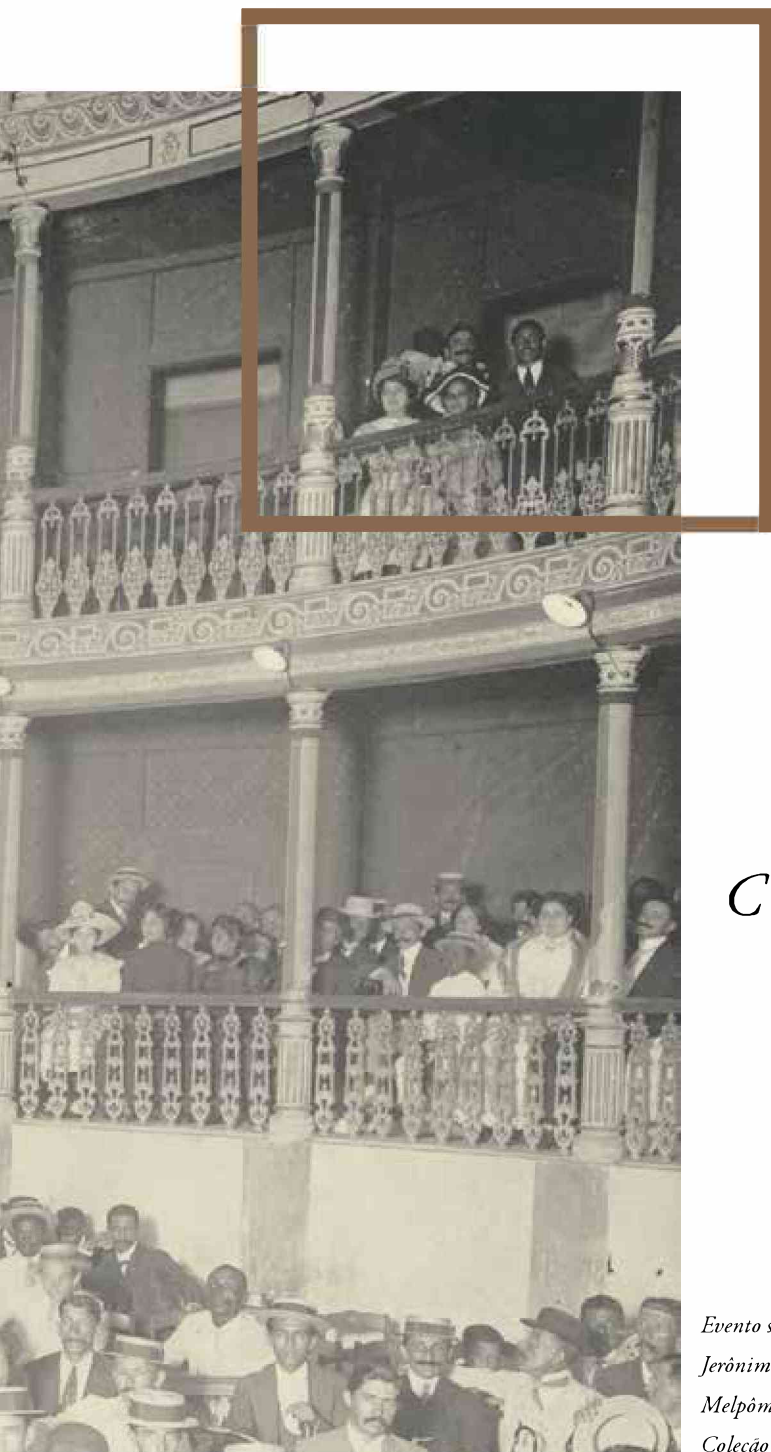
Águas minerais

Cafés e licores

Tudo tem sua história, até mesmo os banquetes daquele tempo, quando as senhoras enfeitavam o salão.

Mas o banquete nada custou ao Estado; foi custeado pelos ofertantes. De outro modo, o Dr. Jerônimo não o aceitaria.





Capítulo XX

*Evento social com a presença de
Jerônimo Monteiro no teatro
Melpômene (1912). APEES –
Coleção Jerônimo Monteiro, 070.*

Havia o Dr. Jerônimo, pelo Decreto nº 455, de 7 de setembro de 1909, instituído o grande selo; pelo Decreto nº 456, do mesmo dia, o Escudo das Armas do Estado; e a 5 de dezembro de 1910, o Distintivo Presidencial. Todos os Símbolos com as cores azul e rosa, porque o Presidente queria tudo bonito e tradicional. Eram as cores de um Clube Abolicionista, de Benevente, fundado pelo Dr. José Horácio Costa e que muito havia colaborado na Campanha Republicana. Eram igualmente as vestes de Nossa Senhora da Vitória, Padroeira da Capital do Estado, devoção extremada dos espírito-santenses daquele tempo.

— Quem poderia se esquecer das procissões de 8 de setembro, que arrastavam o povo de todos os recantos da Ilha da Vitória e até de Vila Velha?!... Ruas atapetadas de folhagem, varandas e janelas ornamentadas de colchas de rendas, crochê, damasco... Bandas de Música e um cortejo infinito a saudar sua excelsa Padroeira!...

Justificavam-se, portanto as cores adotadas, conforme os entendimentos do Presidente com seu irmão, o Sr. Bispo Diocesano: Civismo e Tradição.

Tinham os selos a mesma divisa do Estado: TRABALHA E CONFIANÇA, inspirada certamente na formação religiosa do Presidente, que remontava ao Colégio São Luís, em Itu, dirigido pelos sacerdotes jesuítas de Santo Inácio de Loyola: "Trabalha, como se tudo dependesse de ti; Confia, como se tudo dependesse de Deus".

A 5 de dezembro de 1910, de acordo com a Lei nº 720, desse dia, o Dr. Jerônimo criou o Distintivo Presidencial, conforme documento anexo a este livro.

— E a Bandeira? — Perguntará alguém.

Não. Homem de apurada e sincera cultura cívica, defensor intangível da autonomia de sua terra, querendo-a altiva e forte, no conjunto brasileiro, o Dr. Jerônimo escreveu: "O Espírito Santo não tem Bandeira, porque sua Bandeira é a Bandeira do Brasil."

Na "Vida Capixaba", nº 182, o Dr. Ubaldo Ramallete escreveu luminoso comentário sobre Hinos e Bandeiras e as razões do Dr. Jerônimo para não instituí-los, no Espírito Santo, porque diz: "a Unidade Nacional é o ideal culminante do pensamento brasileiro. Entre os filhos do Brasil não

pode haver diversidade de Bandeiras nem de Hinos, porque no Brasil unido não há lugar para pequenas pátrias".

Era uma antevisão do futuro.

Assim, quando o Sr. Getúlio Vargas ergueu a pira destruidora dos símbolos estaduais, numa representação ígnea da Unidade Nacional, o Espírito Santo estava ali, inteiro, maravilhoso, porque empunhava, incólume, o seu lábaro querido. Dir-se-ia ouvindo, emocionado e orgulhoso a voz do seu grande Presidente: "Prosseguirás firme e impávido, à sombra deste pavilhão. TRABALHA E CONFIA! Porque tens a velar-te o destino a mesma gloriosa e linda Bandeira, a Bandeira do Brasil".

Por isso, nas paradas escolares daquele tempo, lindas e empolgantes, os pequenos espírito-santenses desfilavam garbosos, empunhando bandeirinhas do Brasil, enquanto, de uma sacada do Palácio, o Dr. Jerônimo, com os movimentos discretos dos lábios, rezava!... Parecia rezar pelo futuro daquelas esperanças da Pátria! Pelo seu Espírito Santo juvenil...

E uma das provas do que escrevemos sobre a Bandeira tivemos na primeira comemoração do "Dia do Capixaba", em 1947. Reunidos, na Academia Espírito-Santense de Letras, alguns membros do extinto Centro Capixaba de Folclore, para a elaboração do respectivo programa, tratou-se de restabelecer-se o antigo Hino Espírito-Santense, depois da execução do Hino Nacional Brasileiro, enquanto se hasteasse a Bandeira do Brasil. Aquele acompanharia a Bandeira do Espírito Santo.

Ali estavam os Drs. Eurípedes Queiróz do Vale, Presidente da Casa, Guilherme Santos Neves, Nelson Abel de Almeida e Prof^a Maria Stella de Novaes. Ninguém conhecia a Bandeira do Espírito Santo, para a feitura de uma nova!... Então, o Dr. Eurípedes procurou um impresso precioso, que tratava dos selos, do Distintivo, das cores, etc. do Estado. Na última página, encontrou: "O Espírito Santo não tem Bandeira, porque sua Bandeira é a Bandeira do Brasil. Jerônimo de Sousa Monteiro, Presidente do Estado".

— Ótimo! —, exclamou, jubiloso. E todos o aplaudiram.

Por isso, naquele 23 de maio de 1947, na Praça Costa Pereira, quando se comemorou, pela primeira vez, com todos os requisitos do civismo, o "Dia do Capixaba", o então Governador do Estado içou a Bandeira do

Brasil, enquanto a Banda da Polícia tocava e o povo entoava o Hino Nacional, seguido do Hino Espírito-Santense. Depois, o Dr. Jair Etienne Des-
saune proferiu inflamado discurso. Todos VIVERAM, por alguns momentos, os belos tempos do Dr. Jerônimo.



Ao término deste pequeno trabalho, sentimos ter, apenas, resumido notas sobre a energia e os recursos empregados, pelo Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro, para o cumprimento dos seus objetivos, no Governo. Confirmaríamos, então, que o grande defensor da autonomia do Espírito Santo seguiu, inteiramente, o pensamento de Milton: — "Melhor sabe realizar quem melhor sabe sofrer".

Mas, como Dom Fernando, o Dr. Jerônimo era uma alma de oração. Somente quem o conheceu de perto e o acompanhou podia compreender o movimento dos seus lábios, durante uma das festivas manifestações do povo, ou nas paradas escolares, já referidas e nas horas duras do seu Governo, sem demonstrar uma revolta, perante a oposição cruel, seus lábios movimentavam-se... Ele rezava!...

Quinta-feira Santa, estava de terno preto, alinhado, cedo, na catedral. Ajoelhava-se no confessionário, no meio do povo, a fim de preparar-se para fazer a Páscoa, na Santa Missa, que o Sr. Bispo celebrava, com toda a solenidade.

Eram magníficas as Semanas Santas daquele tempo. Igrejas repletas!...

Havia genuflexórios dispostos ao lado da Epístola, para as autoridades civis. Ali ficava o Dr. Jerônimo, assistindo às cerimônias religiosas e, na hora precisa, ajoelhava-se ao lado do clero, para receber a Santa Comunhão.

Na assistência, uns e outros entreolhavam-se discretamente: — "Que beleza!" — murmuravam.

Aos domingos, os operários do Estado não trabalhavam. Nos últimos tempos do seu quadriênio, ante a necessidade da conclusão de certas obras, ia o Presidente pedir ao Sr. Bispo licença, para algumas horas de trabalho, em tais dias.

Mas o Dr. Jerônimo sofreu, dentro da majestade do silêncio, cômico do cumprimento do dever, confiado no valor de suas realizações, valor que seria justamente apreciado com o tempo.

Se o acusavam de erros e imprevidências financeiras, esqueciam-se de que há homens empolgados pelos ímpetos de realizações, cujos cérebros são legítimas caldeiras de patriotismo, perdoáveis, diante do que ele realizou, confraternizado com o seu povo, porque sem vaidade e ostentação. Esqueciam-se de que o Estado ressurgia da inércia em que a política anterior, durante anos e anos, o havia sepultado, com real abandono de suas imensas riquezas naturais e consequente prejuízo da formação cívica da juventude. Entretanto, sob o constante estímulo do seu Governo, despertavam-se energias particulares, desenvolveu-se o cooperativismo, surgiam novas indústrias, estimuladas pela confiança no futuro e amparadas pelo amor ao trabalho, tudo concorrendo para aumentar e consolidar a riqueza particular, com influência decisiva e imediata, na fortuna pública e na economia geral do Estado.

É certo, porém, que, ao tomar Posse do Governo, só encontrou, como fonte de receita para os cofres públicos, o café e alguns impostos cuja escrituração estava anarquizada. Para a cidade de Vitória, o imposto predial. Mas, ao deixar o Poder, além da organização de todos os Serviços Públicos já descritos — a exportação aumentada e outros empreendimentos, igualmente citados, representavam extraordinário reforço ao Erário, ao passo que as fábricas, usinas e outras iniciativas eram promessas de um grande futuro. Constituíam, além disso, valioso patrimônio os edifícios públicos reformados ou construídos, como o Palácio do Governo, os prédios do Congresso Estadual e da Escola Normal.

E tudo feito com o funcionalismo em dia, sem "mergulhar o Estado na falência", como antes receavam os que recuaram, sem enfrentar ao menos o saneamento da cidade!

E, mais uma vez, confirmou-se a força daquela trindade fraterna de 1907, porque, embora votado inteiramente à Igreja e à elevação das almas, segundo a Doutrina do Evangelho e a pureza da Liturgia Católica, Dom



Baile no edifício do Congresso Legislativo (1908).

APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 045.

Fernando secundou, valiosamente, a obra educacional e humanitária do irmão Presidente, enquanto no Senado erguiam-se a lógica enérgica e a sólida cultura de Bernardino, para fulminar investidas maldosas.

Finalmente, entre apreensões de um lado e o carinho das manifestações populares de outro, as flores e os mimos da gratidão, o Dr. Jerônimo deixou o Governo do Estado, a 23 de maio de 1912, recebido nos braços do povo que, até hoje, conserva, palpitante, viva, a lembrança dos seus feitos, envolta no sentimento puro e nobre de uma grande e sincera Saudade!

Mas não ficou isolado, como acontece, geralmente, aos que chegam aos pináculos da política e dela depois se afastam. Estava sempre cercado de amigos sinceros: E, na hora crucial de 1920, quando reconhecida pelo Senado a eleição do candidato, que ele combatera sentiu o Dr. Jerônimo



*Moças e rapazes fantasiados e prontos para o terceiro dia de Carnaval no
Éden Parque (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 216.*

a prova mais vibrante e leal do protesto silencioso de um povo — os funcionários públicos, na maioria, abandonaram as repartições durante dias e dias, solidários: "Somos do Dr. Jerônimo". O Capitão Hortêncio nunca mais saiu de casa! Outros preferiram a pobreza ao serviço com o Sr. Nestor Gomes. Certo funcionário público acabou fazendo balas para viver!

Foi, sem dúvida, uma passagem dolorosa para os Monteiros. Mas, se o Dr. Jerônimo tinha motivos ingentes, de opor-se à candidatura do Cel. Nestor Gomes, o Dr. Bernardino, como Presidente do Estado, sofria igualmente os espinhos do cargo. E sofreu muito! As contingências do momento colocaram ambos, dentro do pensamento de Lacordaire: "Nada é mais duro do que o dever em concorrência com a afeição".

(Os bastidores da política, mais uma vez, exigem uma pausa. E o respeito à memória dos homens de responsabilidade arrastados pela sua trama).





Capítulo *XXI*

*Sala das sessões no Congresso Legislativo
no momento em que Jerônimo Monteiro
entregava o governo (1912). APEES –
Coleção Jerônimo Monteiro, 201.*

Passado o Governo ao seu sucessor, começou o Dr. Jerônimo sua via de amarguras!... Pensou o Marechal Hermes da Fonseca em nomeá-lo diretor dos Correios e Telégrafos, mas a influência do General Pinheiro Machado foi contrária, enquanto estimulava o Senador Moniz Freire a renovar a campanha, quanto às transações relativas a Sul do Espírito Santo.

Dedicou-se o Dr. Jerônimo à advocacia e, depois, ao comércio, com uma papelaria e tipografia, a Santa Helena. Ainda em 1912, foi nomeado representante da Fazenda Nacional, junto à Inspeção de Portos, Rios e Canais, motivo por que, no Congresso Estadual, a 12 de novembro, foi-lhe proposta Moção de congratulações pelo Deputado Barros Júnior.

Mas a ofensiva do Senador Moniz Freire teve a devida repulsa, porque se revelou, então, o valor e a capacidade o Senador Bernardino Monteiro, como sereno e forte argumentador, ao responder às acusações do seu colega, porfiado em ferir a reputação do Dr. Jerônimo e demolir a política por este chefiada. Seus discursos, pronunciados a 19, 20, 23, 24 e 29 de agosto de 1912, foram memoráveis, "pela precisão de argumentos, elevação de linguagem e forma impecável". Nada ficou inferior ao extraordinário antagonista; destruiu, uma por uma, as acusações e injustiças assacadas à administração do Dr. Jerônimo.

Considerado homem de grande talento e ilustração, ficou o Dr. Moniz Freire conhecendo o contrarâneo não menos ilustre, nessa luta parlamentar de verdadeiros gigantes.

No primeiro discurso, a 19 de agosto, assim iniciou o Dr. Bernardino a defesa do irmão ofendido:

Sr. Presidente, o meu companheiro de representação, nesta Casa, cujo nome peço ao Senado para declinar, o Sr. Moniz Freire, em sessão de 7 do corrente mês, reeditou contra o ex-Presidente do Espírito Santo Dr. Jerônimo Monteiro, com o deliberado propósito de deprimi-lo, perante o Governo Federal, acusações que, já por vezes, têm sido articuladas, na imprensa e na tribuna da Câmara e do Senado, acusações que, na mesma imprensa, nessa e na outra Casa do Congresso, têm sido cabalmente desfeitas.

Nesta, como nas outras vezes, ultrapassou os limites de reflexão, e da calma, das normas do decoro e do respeito devidos ao Senado, que não deve ser transformado em pelourinho da reputação alheia. Embora tais ataques já estejam rebatidos pelos nossos ilustres colegas, Senador João Luis Alves, nesta Casa, e Deputado Torquato Moreira, na Câmara, eu tencionava, de pronto e, ainda uma vez, responder a S. Exa.

O mesmo propósito manifestaram o Sr. Deputado Paulo de Melo e outro distinto membro da representação federal, estranho à política do Espírito Santo. O Dr. Jerônimo se opôs a tais intentos, apresentando razões plausíveis da sua oposição. Não respondia e não desejava que se dissesse uma só palavra em sua defesa contra os ataques sofridos pelos atos praticados por S. Exa. antes de ser Presidente do Espírito Santo, porque desses atos havia já prestado oportunamente, contas a quem de direito, — o Presidente do Estado, Sr. Cel. Henrique Coutinho. Dele recebera a devida aprovação do Congresso Estadual, sendo S. S. louvado e até premiado com a elevação à Presidência do Estado, pelo povo espírito-santense.

A esses aplausos não foram estranhos os próprios partidários de S. Exa., os oposicionistas ao Governo do Estado e o próprio órgão do Partido oposicionista, o "Estado do Espírito Santo", jornal de propriedade do nobre Senador, em artigos que já fora lidos, nesta Casa, pelo nosso prezado colega, Senador João Luis Alves, e que farei aditar ao meu discurso, aplaude os atos de S. S.

* * *

Na sessão de 23 de agosto de 1912, assim concluiu o Dr. Bernardino, enérgica e serenamente. "E aqui termino, Sr. Presidente, lembrando ao meu nobre colega, o Sr. Moniz Freire, o conhecido prolóquio popular: 'Não preza a própria reputação quem malbarateia a alheia'".

Não deixou o exímio advogado, que era, de analisar tópico por tópico da acusação, metódica e minudentemente, esclarecendo, analisando e

concluindo, dentro de uma lógica férrea; e entrou depois a lembrar atos e fatos do domínio político do seu antagonista, no Estado, que muito lhe depunham contra a ciência desse e sua serenidade administrativa.

No estudo do grave erro técnico que foi a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, o Dr. Bernardino esgotou o assunto, demonstrando a insensatez do traçado difícil de construir e oneroso de operar-se e quão acertada fora a venda dessa infeliz via férrea à Companhia Leopoldina, com a obrigação dessa empresa concluir-lhe o trecho Cachoeiro-Matilde, completando, assim, a ligação Vitória-Rio de Janeiro.

Lembrou, finalmente, as atrocidades dos agentes policiais do Senador Moniz Freire, no Sul do Estado, culminadas com as aventuras e os excessos do célebre Tenente Evaristo.

Finalmente, o Senador Bernardino encerrou a série dos seus impressionantes discursos:

Penso ter respondido e haver rebatido todas as acusações do meu nobre colega, que só quis mais uma vez dar expansão à sua animosidade contra o Dr. Jerônimo Monteiro, cujo único crime é não comungar em política com S. Exa. e ter o apoio da quase unanimidade do povo espírito-santense. Não estranho o ataque ao ex-Presidente do Espírito Santo porque é sina dos nossos homens públicos terem a honra injustamente atassalhada. Isto tem acontecido a todos os homens eminentes do nosso país, desde a monarquia, e não é para admirar-se que também passe pela mesma provação o modesto ex-Presidente do Espírito Santo.

Bem sei que, para os que não querem se convencer, não há evidência. Mas não falo para esses e sim para homens que têm a consciência escoimada de prevenções injustiçadas. Para esses, estou certo, a vida pública, já longa e documentada do Dr. Jerônimo Monteiro basta para qualificá-lo, com justiça.

Termino, pedindo ao Senado desculpa, pelo tempo que lhe tomei, embora acredite haver prestado um bom serviço ao regimento republicano, rebatendo ataques à probidade, ao caráter e à honra de um dos seus servidores.



Cais do Imperador, em frente ao palácio do governo. Embarque dos senhores Álvaro de Têfê e Gastão Teixeira. Vitória (21/05/1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 196.

* * *

Após esse nutrido debate, parece haver-se aquietado a animosidade do Senador Moniz Freire. E, decorridos quatro anos, teve S. Exa. o gesto nobilíssimo de colocar-se ao lado do Dr. Bernardino, candidato à sucessão do Cel. Marcondes Alves de Sousa, no Governo do Estado. E procurou aproximar-se de alguns membros da família Monteiro, que lhe dispensaram a melhor acolhida. Esse procedimento foi, para todos, grande conforto.

* * *

Seu "Manifesto", publicado a 22 de fevereiro de 1916, é uma peça política interessante. De par com louvores ao Cel. Marcondes de Sousa, tem palavras candentes contra os políticos do Espírito Santo, aliados, então, ao Dr. João Luís Alves e acobertados pelo Presidente Venceslau Brás, francamente contrário aos Monteiros. No final, depois de uma fígada indireta na Administração de 1908 a 1912, termina:

Mas esse candidato, o Senador Bernardino Monteiro, é um homem perfeitamente digno. As paixões políticas, tão implacáveis e cruéis, não poupando, em seus últimos exageros, a ninguém de sua família, jamais encontraram, até aqui, em sua vida pública e privada, fato a alegar que o desabone ou diminua. Essa prova deve ser decisiva para um homem público, a quem, de resto, não faltam a competência, o patriotismo e a inteligência para receber a investidura.

E o Dr. Moniz Freire teve, ainda, a elevação e a coragem de declinar do convite feito pelo Presidente Venceslau Brás, para que se aliasse à oposição à candidatura em apreço.

* * *

Em agosto de 1913, o Dr. Jerônimo elegeu-se Deputado Estadual, na vaga do irmão Antônio, falecido a 19 de junho. Elevado à Presidência da Casa, ouviu, sereno e resignado, a leitura da "Mensagem" do Cel. Marcondes, eivada de restrições à sua gestão financeira!... Quantas de suas iniciativas cortadas!...

Eleito, a 30 de janeiro de 1914, Deputado Federal, foi reconhecido a 13 de agosto. Em 1918, foi eleito Senador e assistiu, em São Paulo, à sagração episcopal de Dom Benedito Alves de Sousa, terceiro Bispo do Espírito Santo.

Nublou-se, depois, o cenário político do Espírito Santo, com o assédio, para mover o Cel. Marcondes de Sousa contra os Monteiros. Era a costumada manobra de assalto ao Poder, sempre que se avizinhava a sucessão presidencial. Mas o assassinato do General Pinheiro Machado, a 8 de setembro de 1915, mudou completamente a situação. Faltou aos chamados "políticos tradicionais" seu decidido, embora disfarçado, apoio junto ao Cel. Marcondes. Inventou-se, até, a promessa de uma senatória. E não faltaram os "versos" daquele tempo:

Se Seu Pinheiro não fosse
Por seu Coimbra matado,
Seu Marcondes 'stava hoje,
Sentadinho no Senado.

Entretanto, ele estava e continuava na Presidência do Estado. Jamais candidatou-se a Deputado ou Senador, mesmo após deixar o Governo. E mantinha-se intransigente na sinceridade, apesar de sua aparência de "ser levado pelos outros". Era mineiro duro e esperto. Fazia o que bem deliberava. E sofreu muito nessa passagem, quando para sua maior amargura de ver-se assim julgado, perdeu a filhinha de poucos meses de idade, afilhada do General Pinheiro Machado!...

Um tormento tem sempre o seu cortejo!...

E, na fervura dos comentários, estilo Praça-Oito e bancos de farmácia, tão comuns naquele tempo, certa vez, em visita a Dom Fernando, já gravemente enfermo, declarou com seu ar ingênuo, porém arrasador, pe-

rante a família Monteiro e um grupo fino presente: "Recebi o Governo de um Monteiro, só o entregarei a outro Monteiro",

E, na sua "Mensagem" final, esclareceu: "Já vos disse e repito, não tive intenções subalternas, o meu desejo era acertar e desempenhar condignamente as funções do cargo, procurando ser útil a esta terra que tanto quero e que tanto estremeço".

De fato, desencadeada a campanha da sucessão presidencial, o Cel. Marcondes de Sousa resistiu à tremenda oposição, à moda capangas e tiroteio, enquanto o Dr. Bernardino, após recusar ao Presidente Venceslau Brás a substituição de sua candidatura, por outra a gosto de S. Exa., desenvolveu desassombrada e digna ação: percorreu todo o Estado, com os meios de transporte daquele tempo, a fim de auscultar-lhe, objetivamente, os anseios e as carências, embora torturado com a moléstia e o falecimento de Dom Fernando, seu irmão dileto, companheiro de estudos, no Caraca e no Rio Comprido, doloroso fato ocorrido a 23 de março, dois dias apenas antes das eleições.

Na Convenção do Partido, a 16 de fevereiro de 1916, havia lido sua Plataforma, na qual foi de uma fidalguia sem par com o Sr. Moniz Freire. E prosseguiu na luta: — "Recuar? Recuar nunca" — disse ele, certa vez — "porque recuar é temer; temer é ser covarde; ser covarde é ser indigno, e eu quero ser digno de minha terra e de seu povo".

Mas, enquanto o Dr. Bernardino desenvolvia sua propaganda eleitoral, o Dr. Jerônimo o auxiliava, trabalhando igualmente no Sul do Estado, apoiado no Dr. Luis Tinoco da Fonseca e em outros correligionários. Cachoeiro do Itapemirim foi o reduto mais decisivo da campanha, com a liderança do Dr. Jerônimo, que venceu a influência do Governo Federal.

Uma "Vária" do "Jornal do Comércio", que não transcrevemos por ser extensa, registra que o Presidente Venceslau Brás, ao convocar o Dr. Bernardino ao Catete para tratar da sucessão no Espírito Santo,

com a maior franqueza não ocultou que não prestigiaria a sua candidatura, não só porque ela poderia ser inquinada de oligarquia,



Jerônimo Monteiro e autoridades descendo as escadas do palácio em direção ao cais do Imperador, em um evento público, ao final do seu governo (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 230.

como porque seria a sanção da Administração anterior à atual, acusada como é público, documentadamente de graves erros.

O Presidente da República, ainda, desta vez, não foi atendido.

E sente, portanto, que lhe cumpre prestigiar, sem motivos subalternos, o grupo oposto à candidatura do Dr. Bernardino Monteiro, e assim agirá, sem preocupações de vitória ou derrota, com a serenidade e firmeza de quem cumpre um dever imperioso. (18/01/1916)

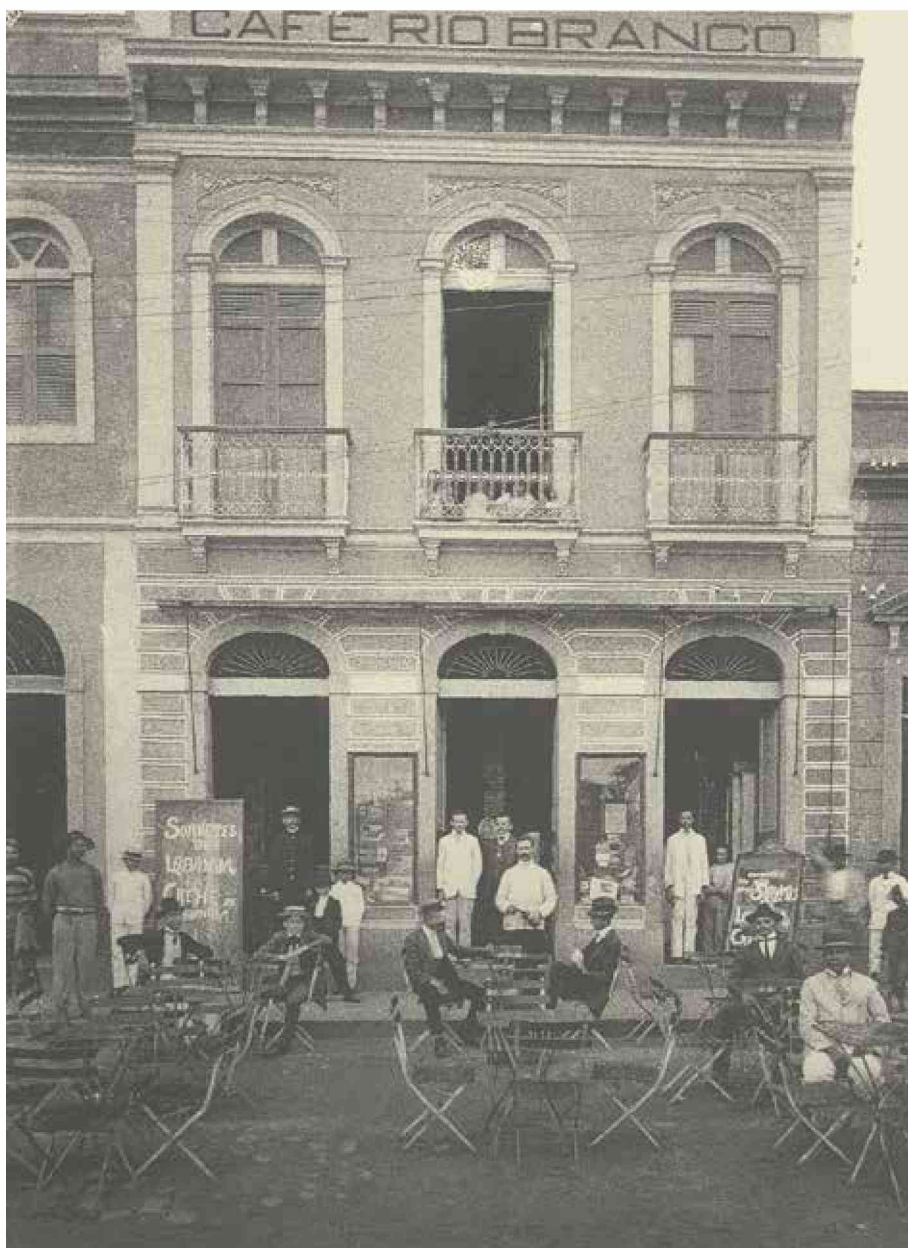
O Dr. Jerônimo não tardou na resposta a esse documento político, resposta oportuna e altiva, numa carta ao mesmo jornal, que evidencia, mais uma vez, sua personalidade servida por um talento de escol.



Candidato à reeleição ao Senado, em 1927, o Dr. Jerônimo enfrentou uma campanha veemente, impossível de vencer, ante a pressão do Governo em favor de outro candidato, o Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita, apresentado, aliás, pelo Partido que ele fundara!... Coerente com o irmão, o Dr. Bernardino não assinou o Manifesto. Mas o Dr. Jerônimo sofreu a ingratidão de signatários que ele havia iniciado e amparado na vida!... Por mais elevado e forte que seja o indivíduo, a ingratidão sempre dói!...

Realizaram-se as eleições a 24 de fevereiro. E o Dr. Jerônimo perdeu, com o sistema antigo: medo de corte no emprego, bico de pena, fiscais e outras normas, destruídas pelo voto secreto e o reforço do voto feminino, decidido e independente.

E muita gente chorou!... "O Dr. Jerônimo!..." — era uma exclamação dos que se encontravam, aqui e ali.

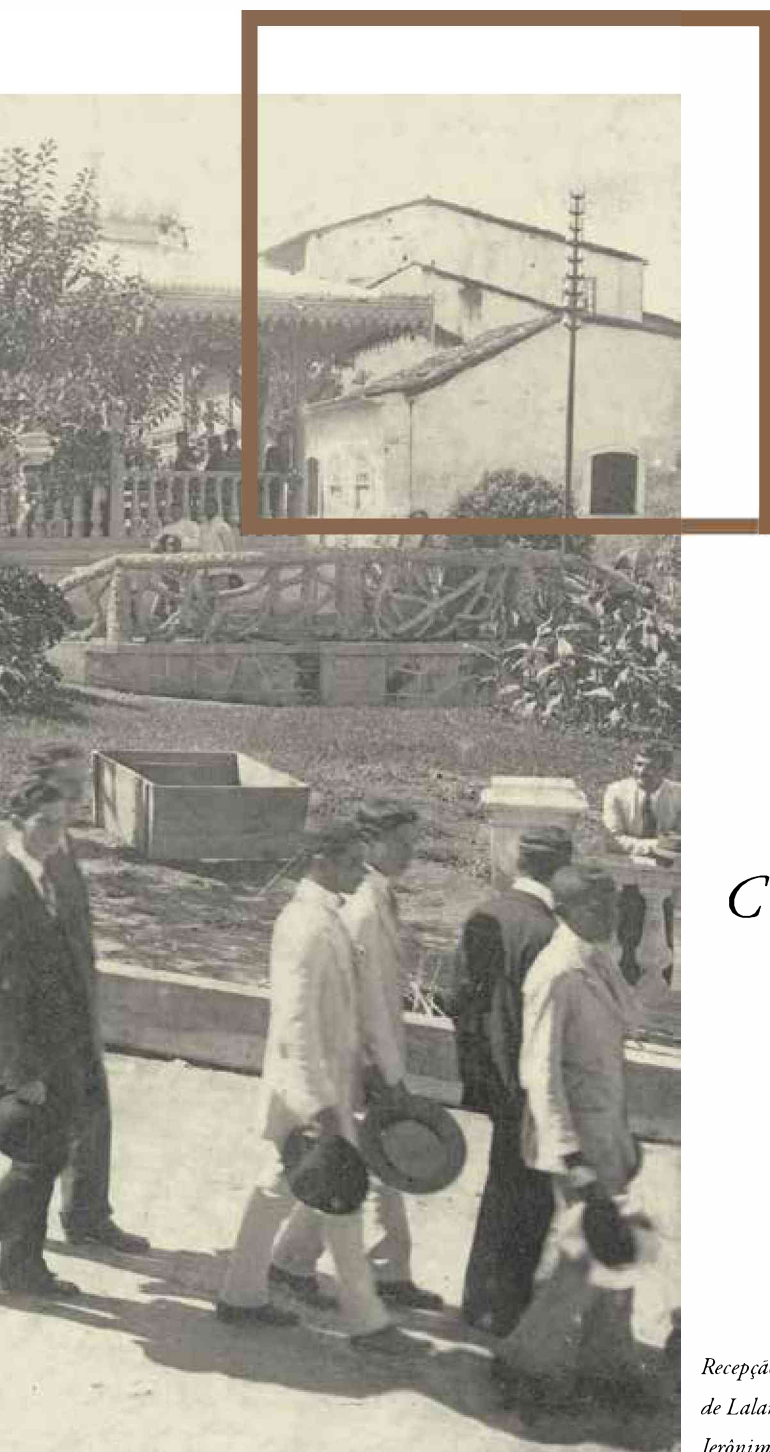


Café Rio Branco. Localizado na Rua da Alfândega (parte da atual Avenida Jerônimo Monteiro).

Estabelecimento especializado em doces, bebidas e cafês variados.

APEES – Indicador Ilustrado (1910), 054.





DOLOROSA
APOTEOSE!...

Capítulo
XXII

*Recepção ao cônsul francês Laurence
de Lalande (1912). APEES – Coleção
Jerônimo Monteiro, 215.*

Continuou, entretanto, o Dr. Jerônimo, no decorrer do tempo, a sofrer processos eleitorais coercivos e fraudulentos e outros recursos mesquinhos dos que procuravam arrancá-lo do coração do povo espírito-santense, o melhor e o mais graduado juiz que, decorridos tantos anos, ainda reconhece a grandeza dos seus méritos; consagrados, aliás, pela soberania do voto secreto, valorosamente apoiado pela sinceridade do voto feminino, em 1933, nas eleições então renovadas, porque foram anuladas as de 3 de maio do mesmo ano. “A Pátria”, do Rio de Janeiro, de 21 de junho de 1933, divulga minúcias dessa passagem de transição, das antigas eleições, a bico de pena, para o voto secreto da República Nova.

O povo sente saudade daquele amigo devotado que, mesmo fora do Poder, no Rio de Janeiro, visitava os espírito-santenses doentes, numa enfermaria humilde da Misericórdia, ou no conforto de uma Casa de Saúde; comparecia ao embarque dos viajantes, mesmo que tivesse de madrugar e atravessar a Guanabara para ir à Estação de Niterói, fiel sempre aos deveres de sua amizade.

Por isso, programadas as eleições de 1933, além da chapa oficial e da oposição, apresentou-se, no último momento, o nome do Dr. Jerônimo, como candidato avulso. Teve magnífica recepção na Vitória e nos lugares visitados. E conseguiu a maioria dos votos, apesar de dominada a situação pelo Governo, o que motivou a referida anulação. É amplamente conhecido o famoso episódio das sobrecartas transparentes, que permitiam a identificação do eleitor. Um “golpe” ao voto secreto.

— Que pavor de uma demissão do emprego público, perseguição a um parente e outras represálias do Governo ditatorial!...

Mas o Dr. Jerônimo teve consagradora votação.

Diante, porém, da insegurança do voto secreto, pelas sobrecartas transparentes, a oposição recorreu à Justiça, apoiada no laudo da Escola Politécnica, que provava o recurso extremo do Governo contra seus adversários. E, no dia do julgamento do rumoroso processo, o Des. Waldemar Pereira, como relator, votou pela anulação das eleições. Estava o Tribunal de Justiça apinhado de eleitores e autoridades do Governo. O povo exultou e houve quem subisse, de vela acesa, a Ladeira da Pe-

nha, numa fervorosa luta com o vento, para agradecer a Nossa Senhora a difícil decisão.

Nova campanha eleitoral. O Dr. Jerônimo percorreu todo o Estado e terminou a excursão na Vitória, onde, como sempre, foi recebido com deslumbramento. Não consentiram seus amigos a travessia na ponte metálica. Todas as lanchas, todos os escaleres fizeram verdadeira procissão marítima para trazê-lo ao Cais da Praça Oito de Setembro, onde a Banda de Música do Rosário tocava e o povo se comprimia para romper em palmas, vivas!, enquanto espocavam foguetes, quando o SEU CANDIDATO pisou em terra. Um delírio, até que o advogado Jair Dessaune subisse num caixote, improvisado em tribuna, para o discurso de saudação, findo o qual um grupo de jovens atletas formou um círculo de proteção a fim de impedir que o Dr. Jerônimo fosse esmagado pelos calorosos abraços e cumprimentos. Mas o vitoriense tinha sempre uma ideia gozada: surgiu uma cadeira de braços, que passou de mãos em mãos sobre aquele mar de gente e na qual colocaram o candidato que foi, assim, conduzido em charola, aos vivas, palmas, foguetes, música..., pela incalculável multidão, que se movimentou pelas travessas e ruas. Subiu a Ladeira Nestor Gomes, passou pela frente do Palácio do Governo, observada discretamente pelo Interventor Punaro Bley, numa sacada entreaberta, e estacionou diante da Assembleia Legislativa, porque o Dr. Jerônimo hospedava-se na residência de uma irmã, em prédio fronteiro.

E toda a Praça ficou repleta de povo: velhos, moços, senhoras, senhoritas, que aguardavam a oportunidade de entrar, abraçar, cumprimentar o seu inolvidado ex-Presidente. E escreveu o Dr. Jair Dessaune que o Interventor Punaro Bley, notável pelas suas inteligentes respostas, voltou-se para alguém que lhe afirmava ser o Dr. Jerônimo um político fracassado e observou-lhe: — "Que não seria se ele tivesse prestígio?!"

Renovadas as eleições, com envelopes de acordo com a Lei, o Dr. Jerônimo teve votação superior a de todos os outros candidatos. Uma verdadeira consagração!...

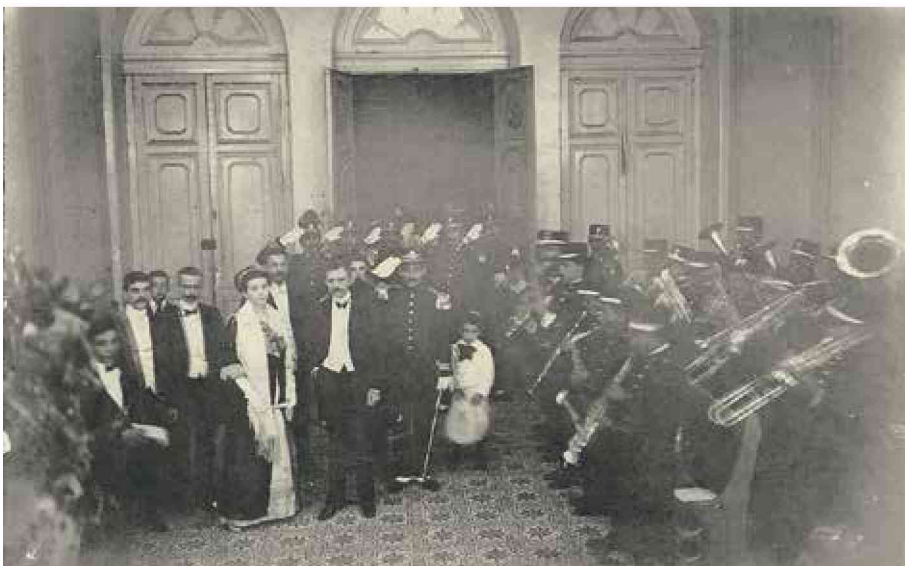
Mas, enquanto o Espírito Santo vibrava inteiro com a notícia do seu triunfo, a eleição à Câmara dos Deputados e a esperança de vê-lo novamente no Governo de sua terra — o Dr. Jerônimo, consternado, assistia



Jerônimo Monteiro ladeado por correligionários em um dos salões do palácio do governo (1908-1910). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 195.



Jerônimo Monteiro, acompanhando Álvaro de Tefé, Secretário da Presidência da República, à frente, e diversos políticos na escadaria do palácio (1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 048.



Baile de Carnaval oferecido a Jerônimo Monteiro na sede do Congresso Legislativo, em Vitória (Abril de 1912). APEES – Coleção Jerônimo Monteiro, 311.



Jerônimo Monteiro discursando durante um banquete no teatro Melpômene (1908-1912). Coleção Jerônimo Monteiro, 247.

em São Paulo à morte de uma filha estremecida! Era o golpe cruel que, para sempre, dilacera corações!... Henriqueta faleceu a 6 de outubro de 1933.

O DR. JERÔNIMO VENCEU!... foi a exclamação delirante do povo, gloriosa manifestação de amizade.

Era, porém, tarde, tarde demais, porque o cinzel do sofrimento havia concluído a excelsitude da obra, e o idealista apaixonado pela grandeza de seu berço não mais entraria na sua adorada Terra de Canaã! O raiar daquela esperança ocultou-se logo pela evidência das lágrimas, a 23 de outubro do mesmo ano, dia justamente marcado para a diplomação de todos os candidatos eleitos.

O Dr. Jerônimo faleceu no dia 22 de outubro de 1933, em hora avançada, motivo por que, somente pela manhã do dia 23, foi divulgada a triste notícia.

Doente e alanceado, havia o Dr. Jerônimo expedido uma procuração ao líder do seu grupo, a fim de que o representasse na solenidade programada para as 13 horas. E o povo preparava-se para lotar a Assembleia Legislativa, local da imponente cerimônia. Seria uma festa inesquecível!

Chega, porém, a Vitória, minutos antes, o telegrama fatal que abalaria tanto os próprios telegrafistas que, incapazes ficaram de guardar o devido sigilo; choravam, enquanto o estafeta da Western saía, disparado, e seguido já de uma multidão que se avolumava, em pranto, à medida que se divulgava a surpreendente notícia!... Ia entregar o telegrama ao destinatário, que se preparava para a solenidade da diplomação.

Nem mesmo o elevador foi utilizado. O mensageiro e seu consternado séquito vencem duas escadas e batem à porta do apartamento. Cumprem o doloroso encargo, ao passo que, atônito, incrédulo da realidade, o Procurador do Dr. Jerônimo rompe em soluços!... Todos choram!... A cidade da Vitória chora!...

Uma pausa!... Nós choramos!...

Comunicada a notícia ao Presidente do Tribunal Eleitoral, Des. Augusto Afonso Botelho, decidiu logo o ilustre magistrado: — "A diploma-

ção será a última homenagem que prestaremos ao grande espírito-santense. Não me faça o Tribunal a comunicação oficial do óbito, porque faço questão de entregar o diploma ao seu procurador".

ACABOU-SE!... foi a exclamação geral. Exclamação de desânimo do povo; desilusão de melhores dias! O final de uma esperança!

Houve quem se consolasse: — "Morreu com o diploma na mão!"

Sim, o título, penhor sincero da gratidão e do afeto de um grande povo; mas a luz do seu espírito continua a brilhar sobre gerações sucessivas, aureolando a divisa bela, profética e segura, traçada para o seu querido, lindo e extraordinário Espírito Santo:

TRABALHA E CONFIA



Farmácia Aguirre, estabelecimento fundado em 1870. Localizado na rua da Alfândega (parte da atual Avenida Jerônimo Monteiro) e especializado em vendas de produtos químicos e farmacêuticos. (1910). APEES – Indicador Ilustrado, 039.

A d e n d a

LIMITES COM O ESTADO DE MINAS

Eleito Presidente do Estado e tendo o mais vivo desejo de, durante o quadriênio do meu governo, dirimir as questões de limites com os Estados amigos e vizinhos, dirigi-me a Belo Horizonte, em 10 de maio de 1908, onde conferenciei sobre tão importante e interessante assunto com o eminente Presidente de Minas, o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, de saudosíssima memória.

Encontrei da parte do ilustre brasileiro, que sabiamente dirigia os destinos de Minas, o maior empenho e a melhor vontade para que fosse escolhido um meio prático, amigável e rápido que pudesse pôr termo de um modo honroso e justo à velha pendência de limites entre os dois Estados. Povos verdadeiramente amigos, ligados por laços os mais profundos de simpatia, de lealdade e de costumes, trabalhando ambos em prol do mesmo ideal — o engrandecimento de seus respectivos Estados e da Pátria —, os mineiros e os espírito-santenses sentiram com o mesmo ardor de seus Presidentes a necessidade inadiável e imperiosa da delimitação definitiva de suas fronteiras. Animado com as conferências que acabava de ter com o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro, e certo de que faria obra de grande patriotismo, levando aos habitantes da extensa zona litigiosa a tranquilidade e a paz, incluí desde logo em meu programa de governo o momentoso assunto.

Outras administrações já se haviam ocupado da pendência com o Estado de Minas. Assim é que em maio de 1904, o Governo comissionou o Sr. Bernardino Horta de Araújo para estudar as bases do acordo que devia ser firmado entre os dois Governos para fixação dos limites de seus territórios, guiando-se pelas instruções que oportunamente seriam expedidas.

Em 27 de fevereiro de 1905, assinou o Sr. Bernardino Horta, em Belo Horizonte, conjuntamente com o Sr. Dr. Antônio Augusto de Lima, representante do Estado de Minas, a ata que continha a preliminar proposta pelo delegado mineiro e a resposta aos quesitos de 18 de outubro de 1904.

A preliminar proposta pelo representante de Minas e aceita pelo do Espírito Santo ficou dependendo do exame topográfico de determinado ponto da zona, e essa diligência devia ser feita exclusivamente por um engenheiro nomeado pelo Governo de Minas. Estas combinações e as respostas dadas aos quesitos de 18 de outubro de 1904 pelo citado representante de nosso Estado não satisfizeram meu ilustre antecessor, que a 10 de outubro de 1906 submeteu a questão à deliberação do Congresso.

Em 27 de dezembro de 1907, a Comissão de Justiça do Congresso, composta dos Srs. Drs. Galdino Loreto (relator), Paulo de Melo e Thiers Veloso, emitiu brilhante parecer sobre a questão, divergindo profundamente do parágrafo segundo do artigo 1º do Projeto proposto pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente de Minas e contido no ofício de 7 de agosto de 1905 do Exmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Salles.

Era preciso que desde logo eu procurasse, de um modo pronto e decisivo, encaminhar a questão para uma solução definitiva e que zelassem os insofismáveis direitos e justos interesses do Estado.

Em 12 de julho de 1908, dei amplos poderes ao Sr. Deputado Dr. Galdino Loreto para tratar junto ao Governo mineiro da questão de limites.

Em 18 de agosto de 1908, firmou o Sr. Dr. Galdino Loreto o convênio dessa mesma data. Por esse convênio os Estados limítrofes respeitariam o statu-quo em toda a zona litigiosa.

Infelizmente, perdeu o Estado de Minas um dos seus maiores vultos, com o falecimento, em Belo Horizonte, do Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, assumindo as rédeas do Governo, como seu substituto legal, o Exmo. Sr. Coronel Bueno Brandão. O Espírito Santo, por sua vez, viu desaparecer o grande servidor do Estado, Sr. Dr. Galdino Loreto, que a 11 de abril de 1910 faleceu no Rio de Janeiro.

Era necessário que prosseguíssemos nos estudos e encaminhamento da questão de limites e, para isso, convidei os Srs. Drs. Deocleciano de

Oliveira, Carlos Mendes, Andrade Silva e Ubaldo Ramalhete para estudarem a questão, apresentando relatório. Esta comissão apresentou seu Relatório em 3 de dezembro de 1911.

Em 1911, nomeei representante do Estado junto do Governo mineiro o Exmo. Sr. Senador Bernardino Monteiro, que, desde logo, começou a se entender com o Exmo. Sr. Coronel Julio Bueno Brandão, Presidente de Minas, e com o representante do Governo mineiro, o notável advogado Exmo. Sr. Dr. Mendes Pimentel.

Em 14 de julho de 1911, conseguiu o representante do Espírito Santo assinar com o Presidente de Minas um convênio, em virtude do qual a questão seria tratada diretamente pelos dois Governos e, no caso de não se chegar a uma solução satisfatória e final, submeter-se a arbitramento o litígio quase secular.

O convênio de 14 de julho estabeleceu ainda que uma comissão técnica mista de dois engenheiros, nomeados cada um pelo seu respectivo Governo, procedesse ao levantamento topográfico da zona litigiosa, a partir do RioDoce para o sul.

O profissional escolhido pelo Governo mineiro foi o ilustre engenheiro Dr. Álvaro A. da Silva, tendo sido comissionado pelo meu Governo para o mesmo fim o provecto engenheiro Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Os dois profissionais, depois de terem escolhido o pessoal técnico auxiliar que lhes pareceu conveniente, procederam aos estudos e ao levantamento da zona litigiosa, que é a área compreendida entre o RioDoce, Rio Manhuaçu até a foz do RioJosé Pedro e por este até a serra do Caparaó, seguindo daí pelos divisores de águas de José Pedro e Itapemirim, José Pedro e Guandu, Manhuaçu e Guandu e ribeirão de Natividade e Guandu.

Da diligência técnica acima referida resultou a planta datada de 9 de novembro de 1911, assinada pelos dois engenheiros encarregados pelos respectivos Estados, planta minuciosa, contendo os rios com todos os seus afluentes mais importantes, todas as serras e morros mais salientes, todos os arraiais, povoados, vilas, fazendas, estradas, etc., e, enfim, todos os acidentes notáveis do terreno. Pelas observações feitas verificaram ainda os dois engenheiros que os picos do Cristal e da Bandeira no alto da serra do Caparaó (sendo o segundo considerado como um dos marcos

naturais que servem de limites aos dois Estados), têm aproximadamente 2.900 metros de altura, portanto, o ponto culminante até hoje conhecido de nosso País.

Como há muitos documentos que se referem à estrada que, partindo da Vitória, de Viana ou do Cachoeiro de Santa Leopoldina até Minas, estrada cuja abertura e construção foi entregue no regime colonial ao Capitão Ignácio Pereira Duarte Carneiro e que no território do nosso Estado tinha o nome de Estrada do Rubim ou de S. Pedro de Alcântara, determinei ao engenheiro Dr. Ceciliano de Almeida que procedesse ao levantamento da mesma, restabelecendo os antigos quartéis até o quartel da Vila do Príncipe, à margem direita do Rio José Pedro e na fralda ocidental da Serra do Caparaó.

Esse trabalho foi coroado do mais perfeito êxito, tendo sido restabelecida a situação dos quartéis, tomando-se como ponto de partida Viana. Nessa planta encontram-se assinalados os quartéis de Borba, Melgaço, Ourém, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte, Souzel, Chaves, Santa Cruz e Vila do Príncipe. Na margem esquerda do Rio José Pedro e a cerca de dois quilômetros da Vila do Príncipe, existe ainda a fazenda denominada dos Quartéis, lugar onde a estrada entra em território mineiro, procurando e margeando o ribeirão Pirapitinga até o Rio Jequitibá, abandonando este e subindo o córrego do Ouro, onde se achava o quartel mineiro do córrego do Ouro.

Confeccionada a planta pelos engenheiros representantes dos dois Estados, procurei dar andamento mais rápido à solução dessa importante questão. A população da zona litigiosa, desejando ardentemente uma solução que definisse as fronteiras, pois, obedecendo em sua maioria à jurisdição espírito-santense, via-se continuamente em desinteligência, não só com as autoridades e com os emissários do município de Manhuaçu, que a faziam passar por verdadeiros vexames, fazendo pairar sobre ela uma atmosfera pesada de arbitrariedades e ameaças, resolvi empreender sem demora uma viagem a Belo Horizonte para tratar, diretamente, com o ilustre Presidente de Minas, da magna questão, que tanto tem preocupado os Governos dos dois povos amigos e irmãos.

Conhecido esse meu desejo pelo Exmo. Sr. Coronel Bueno Brandão, S. Exa. enviou à nossa Capital um representante especial, o Sr. Dr. Mendes



JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO

Deputado à Assembléa Constituinte

✱ 4 de Junho 1870

✝ 22 de Outubro 1933

Qui credit in me, etiam si mortuus fuerit vivet; et
omnis qui vivit et credit in me, non morietur in æternum.

O que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá;
e o que vive e crê em mim, não morrerá eternamente.

(S. João C. XI, vs. 25, 26)

Na administração do Estado do Espírito Santo, deixou
um traço luminoso. Na Sociedade, um cabedal de exemplos
e virtudes. Na família, um vacuo imprehenchível. No coração
dos que o conheceram, um sulco de saudade.

O povo espiritosantense lhe será eternamente grato. Foi
o maior bemfeitor da terra em que nasceu.

Morreu no osculo do Senhor – Viverá eternamente

R. I. P.

CASA SUCENA - RIO DE JANEIRO,.

*Cartão fúnebre por ocasião do falecimento de Jerônimo Monteiro
(22/10/1933). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.*

Pimentel, para comunicar-me que o povo e o Presidente mineiro recebiam com especial agrado a visita do Presidente do Espírito Santo para tratar da importantíssima questão de limites.

Resolvida, pois, a minha ida, parti desta Capital, a 1º de dezembro de 1911, demorando-me alguns dias no Rio, chegando a Belo Horizonte a 14 desse mesmo mês.

Logo no dia após ao da minha chegada deu-se início ao exame da planta topográfica organizada, procurando os advogados e engenheiros, Srs. Drs. Mendes Pimentel e Álvaro da Silveira, por Minas, e Senador Bernardino Monteiro e Dr. Ceciliano de Almeida, pelo Espírito Santo, encaminhar as decisões que deviam ser traçadas sobre a planta, figurando os limites julgados por eles convenientes para serem submetidos à apreciação dos respectivos Presidentes. Depois de longa discussão, não pôde esta comissão mista chegar a um acordo.

Em vista disto, foi mister que os dois Presidentes tratassem diretamente da questão. Não lhes sendo igualmente possível traçar sobre a planta uma linha de limites que satisfizesse às partes litigantes, foi lembrado o alvitre de se sujeitar a questão a arbitramento, estabelecendo-se um statu quo, perfeitamente definido e que deveria vigorar durante todo o tempo preciso para a final solução arbitral.

Depois de vários dias de trabalho e discussões, tendo sido sucessivamente rejeitadas várias propostas, tendentes a essa delimitação de zonas, pude, enfim, firmar com o Exmo. Sr. Coronel Bueno Brandão o convênio de 18 de dezembro de 1911.

Por esse convênio ficou estabelecido que a pendência a ser resolvida por arbitramento seria submetida ao estudo e decisão de um Tribunal Arbitral. Esse Tribunal ficaria composto de três membros escolhidos pelos dois Estados, devendo o Presidente ficar desde logo eleito. Foi, então, por acordo entre os Presidentes dos dois Estados, aceito o Exmo. Sr. Barão do Rio Branco para essa elevadíssima comissão e, no caso de recusa por parte do S. Exa., foi convencionado que seria Presidente desse Tribunal o Exmo. Sr. Marquez de Paranaguá. Os dois outros membros do mesmo Tribunal seriam eleitos um pelo Estado de Minas e o outro pelo Estado do Espírito Santo, escolhendo-o dentre três nomes apresentados por Minas.

Infelizmente, o nosso País cobriu-se de luto, com o infausto passamento, em 10 de fevereiro deste ano, do grande vulto nacional, o Exmo. Sr. Barão do Rio Branco, e poucos dias depois registramos com pesar o falecimento do Exmo. Sr. Marquez de Paranaguá.

O passamento destes dois grandes brasileiros causou à Pátria mágoa profunda e no Espírito Santo repercutiu de um modo extremamente sensível e doloroso.

Em face desses tristes acontecimentos, procurei, sem demora, tratar da escolha do novo Presidente do Tribunal Arbitral e, para isso, conferi poderes especiais ao Exmo. Sr. Senador João Luís Alves, a fim de se entender de minha parte com o preclaro Sr. Presidente de Minas a esse respeito, efetuando a eleição referida e, assim, dar fiel cumprimento ao nosso tratado.

Tendo pelo referido convênio ficado exclusivamente sob a jurisdição do Espírito Santo o território litigioso, compreendido entre os vales do Travessão, Manhuaçu, RioDoce e divisor de águas do Guandu e Natividade, e havendo graves faltas na administração local, sendo repetidas e continuadas as reclamações dos habitantes dessas paragens contra violências e arbitrariedades de toda ordem, resolvi pedir ao Congresso a desanexação de uma parte do território do município e da Comarca do Rio Pardo, e a criação ali de uma nova comarca e de um novo município.

Pela Lei nº 888, de 22 de dezembro de 1911, foram criados a nova comarca e o novo município, que receberam a denominação de "Marechal Hermes", como homenagem sincera do povo espírito-santense ao valeroso e ilustre Brasileiro, que tão patrioticamente está governando a nação.

Pelo Decreto nº 1251, de 21 deste mês, nomeei interventores os Srs. Major Urbano Xavier e Vicente Peixoto, que, de conformidade com a Lei de organização municipal, deverão ali organizar e dar constituição legal ao município.



Esboço de um monumento a Jerônimo Monteiro, de autoria do arquiteto André Carloni (s.d). APEES – Coleção de Plantas e Mapas.

CERTIDÃO DE BATISMO

Paróquia de São Pedro de Cachoeiro do Itapemirim

No livro 1 de registros de Batismo, a fls. 122-v. sob o número X, encontra-se o termo no seguinte teor:

Aos seis de Agosto de mil oitocentos e setenta, Batizei solenemente e puz os Santos Óleos, a Jerônimo, — nascido a quatro de junho do corrente ano, filho legítimo do Capitão Francisco de Sousa Monteiro e Dona Henriqueta Domitilla Rios e Sousa, neto paterno de Antônio de Sousa Monteiro, e Dona Graciana Justa da Piedade, e materno de Bernardino Ferreira Rios e dona Bárbara Domitila Rios; foram padrinhos os senhores Alexandre Augusto Ferreira de Carvalho, e dona Elisa Maria de Sousa Rios do que, para constar fiz este apontamento. O Vigário Manuel Leite Sampaio Mello.

O GRANDE SELO DO ESTADO

Cópia — Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo — Vitória, 7 de Setembro de 1909. — Decreto nº 455:

O Presidente do Estado, usando de atribuição constitucional e tendo em vista dar execução à lei nº 2, de 11 de julho de 1892, resolve adotar, para grande selo do Estado, um escudo, de forma octogonal, com as cores azul e rosa, sobre o qual destaca-se a constelação do cruzeiro em fundo claro, limitado por uma faixa circular, em que se lêem as datas: 23 de Maio de 1535 — 2 de Maio de 1892 — 12 de Junho de 1818 — 12 de Outubro de 1822. Circundando esta faixa vêm os dizeres: — "Estado do Espírito Santo" — O Secretário do Governo faça publicá-lo, imprimir e correr. Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo, em 7 de Setembro de 1909. — Jerônimo de Sousa Monteiro — Ubaldo Ramalheite Maia (Assinados). Secretaria do Governo do Estado do Espírito Santo, em 22 de Maio de 1912 — Manoel Pinheiro dos Santos, 1.º Oficial. Visto — Valentim Debiase, Auxiliar do Secretário.

DISTINTIVO PRESIDENCIAL

Secretaria do Governo, em Vitória, 22 de Maio de 1912.

Cópia — § único do art. 3º da Lei nº 720, de 5 de Dezembro de 1910:

Em todos os atos públicos e solenes a que comparecer, o Presidente do Estado usará como distintivo de seu cargo, uma faixa com as armas do Estado, bordada a ouro sobre as cores do Estado e na lapela o escudo das armas do Estado, gravado em relevo sobre ouro.

Secretaria do Governo do Estado do Espírito Santo, em 22 de Maio de 1912. — Manoel Pinheiro dos Santos, 1.º Oficial. Visto. — Valentim Debiase, Auxiliar do Secretário.

ESCUDO DAS ARMAS DO ESTADO

Cópia. — Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo — Vitória, 7 de Setembro de 1909. — Decreto nº 456.

O Presidente do Estado, usando de atribuição constitucional, Decreta — Art. 1.º — Fica adotado o escudo das armas do Estado que deverá ser usado em todos os papéis oficiais. — Art. 2.º — Este escudo é representado por uma grande estrela, azul e rosa, em cujo centro se vê a entrada da barra da Vitória com os montes "Moreno" e "Penha", destacando-se, ao fundo o convento de N. S. da Penha, cercados por duas circunferências concêntricas, em cujo espaço intermediário se lêem os dizeres: "Trabalha e Confia" — "Estado do Espírito Santo". — Em forma de lira, circundam a grande estrela, dois ramos de café e cana ligados na extremidade por um laço em que se lêem as datas: — 23 de Maio de 1535 — 2 de Maio de 1892, havendo em torno de todo esse conjunto 3 estrelas menores, representando os Estados limítrofes do Espírito Santo. — O Secretário do Governo faça publicá-lo, imprimir e correr. Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo, em 7 de Setembro de 1909. — Jerônimo de Sousa Monteiro. — Ubaldo Ramalheite Maia (Assinados).

Secretaria do Governo do Estado do Espírito Santo, em 22 de Maio de 1912. — Manoel Pinheiro dos Santos, 1.º Oficial. Visto. — Valentin Debiase, Auxiliar do Secretário.

APRENDIZADO S. JOSÉ

Ata da Reunião dos peritos para avaliarem os objetos oferecidos a S. Exa. o Sr. Dr. Presidente Do Estado

Aos quinze dias do mês de Maio de 1912, reunidos em uma das salas do Palácio os peritos convidados por S. Exa. o Sr. Dr. Presidente do Estado para avaliarem os objetos que lhe foram oferecidos durante a sua administração, passou-se a fazer a avaliação de todos os presentes que foram apresentados, cuja relação se acha anexa, tendo os referidos peritos emitido seu laudo a respeito de cada um deles. O Sr. Dr. Ceciliano de Andrada declarou que havia ainda outros objetos que foram oferecidos à Exma. Família do Exmo. Sr. Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro, mas que o valor desses seria arbitrado por S. Exa., cuja importância seria destinada a um asilo da infância desamparada. A quantia total da avaliação feita pelos peritos importou em 1:743\$000. E nada mais havendo encerrou-se a presente reunião da qual eu, João Calmon Adeut, lavrei esta ata que assino com os peritos. João Calmon Adnet — Justin Norbert — H. Gattine — S. Strada — M. Campagnoli — Ceciliano de Almeida.

1 cartão de ouro.....	25\$000
1 cartão de ouro.....	25\$000
1 medalha de ouro.....	60\$000
1 caneta de ouro.....	10\$000
1 cartão de prata	3\$000
1 caneta de ouro.....	3\$000
1 caneta de ouro.....	40\$000
1 caneta de ouro.....	1\$000
1 alfinete.....	50\$000
1 chaleira e uma ametista	10\$000
1 lapiseira	10\$000
1 caneta de ouro.....	30\$000

1 alfinete.....	10\$000
1 alfinete.....	80\$000
1 bengala	60\$000
1 alfinete.....	20\$000
1 cigarreira	20\$000
11 pedras preciosas e uma lapiseira	100\$000
1 carteira.....	10\$000
1 alfinete.....	15\$000
1 grupo de biscuit	5\$000
1 tesoura	2\$000
1 centro de mesa	2\$000
1 lustre	15\$000
1 colher de pedreiro.....	2\$000
1 bengala	5\$000
1 secretária.....	50\$000
16 molduras	80\$000
2 quadros.....	500\$000
1 fogão elétrico e panelas.....	200\$000
1 cavalo	250\$000
1 caixa de madeira.....	50\$000
Total:.....	1:743\$000

(Cópia) — Recebi do Sr. Dr. Hercules Campagnole a quantia de Rs. 1:270\$000 (um conto duzentos e setenta mil réis), donativo do referido senhor ao Aprendizado São José. — Essa quantia fora entregue ao Dr. Luiz Ottoni que nesta data me fez entrega.

Vitória, 22 de Maio de 1912. — (Assinado sobre uma estampilha federal de trezentos réis. — Fernando de Sousa Monteiro, Bispo do Espírito Santo).

(Cópia) — Recebi dos Srs. Weiszflog Irmãos a quantia de Rs. 1:000\$000 (um conto de réis), donativo dos referidos senhores ao Aprendizado São José.

Vitória, 22 de maio de 1912. — (Assinado sobre uma estampilha fe-

deral de trezentos réis. — Fernando de Sousa Monteiro, Bispo do Espírito Santo).

(Cópia) — Recebi do Sr. Dr. Jerônimo Monteiro a quantia de 1:743\$000 para ser aplicada na fundação do Aprendizado S. José. Vitória, 22 de Maio de 1912. — Fernando de Sousa Monteiro, Bispo do Espírito Santo.



Oficina de carpintaria de Domingos Gomes Monteiro, localizada na Rua da Alfândega (parte da atual Avenida Jerônimo Monteiro). Mão de obra especializada em armações e esquadrias. APEES – Indicador Ilustrado (1910), 072.



A handwritten signature in black ink, reading "Maria Stella de Novaes". The script is elegant and cursive, with the first name "Maria" and last name "Novaes" being more prominent than the middle name "Stella".

Maria Stella autografa seu livro "História do Espírito Santo". No medalhão, aparece o retrato da sua mãe. APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.

*Presença de Maria Stella de Novaes na Cultura Capixaba*¹

Com uma grande tesoura e decisão inflexível, a mãe cortou as tranças da filha, que choramingava. Para uma moça de seus treze anos, no início do século XX, os longos cabelos ornamentavam com destaque a nascente vaidade feminina. Mas a vontade materna prevaleceu. Dona Maricota fora encarregada de providenciar reparos na imagem de Nossa Senhora da Penha, padroeira do estado. E descobrira que, além das vestes muito arruinadas, ela estava sem cabelos. As tranças da filha seriam enviadas ao Rio de Janeiro, como de fato o foram, para confeccionar nova peruca destinada à santa. Uma criada consola a jovem: “— Não chore, minha *fiá*. Em troca a Virgem da Penha te dará cabeça boa”. A involuntária doadora das tranças era Maria Stella de Novaes. E, cumprindo a previsão daquela pessoa humilde, Stellinha usufruiu a vida toda de uma inteligência privilegiada, que lhe permitiu produzir muitas obras importantes para a cultura do Espírito Santo. Sua memória permanece viva no nosso meio intelectual, de que faz prova a recente homenagem que lhe rendeu a IV Feira Literária Capixaba e a reedição de suas obras.

A ascendência de Maria Stella em muito se assemelha a de outras famílias brasileiras. Seu pai era alagoano, sua mãe capixaba, os avós maternos, mineiros. E ela, fluminense. Mas nascera por mero acaso em Campos dos Goytacazes a 18 de agosto de 1894. Seus pais, Manoel Leite de Novaes Melo, médico, e Maria Bárbara Monteiro Novaes Melo, conhecida por Maricota, se deslocavam do Rio de Janeiro para Cachoeiro do Itapemirim, ela em adiantado estado de gravidez. A Estrada de Ferro Leopoldina já chegara a Campos. Nessa cidade vie-

¹ Texto com base em depoimento de janeiro de 2016 para o site www.tertuliacapixaba.com.br e no discurso proferido na abertura da IV Feira Literária Capixaba – FLIC-ES, no campus da UFES, maio de 2017.

ram as dores do parto e Stella nasceu no quarto de número 25 do Grand Hotel Gaspar, situado na Praça São Salvador, de acordo com anotações feitas no diário do Dr. Manoel de Novaes e transcritas pela historiadora Juçara Luzia Leite.²

Logo que pôde, o casal rumou para o Espírito Santo com a filhinha recém-nascida. Dr. Novaes e Dona Maricota tiveram treze filhos, mas somente quatro sobreviveram — Henrique Novaes (engenheiro civil e político), Zita (que se consagrou à vida religiosa com o nome de irmã Teresa), Maria Stella e Benvindo Novaes (agrônomo).

A infância de Stellingha foi atribulada. No primeiro ano de vida, morou na fazenda Cachoeira Grande, situada no atual município de Jerônimo Monteiro, mas que na época pertencia a Cachoeiro do Itapemirim. Logo seu pai vendeu a fazenda e se mudou com a família para o Rio de Janeiro, onde tinha negócios. Faleceu poucos anos depois, em 1898.

Passados alguns meses, Dona Maricota com os filhos Stellingha (então com cerca de cinco anos) e Benvindo foram residir na fazenda Monte Líbano, que pertencia à mãe dela, Henriqueta, matriarca da família Sousa Monteiro e também já viúva. Maria Stella aprendeu as primeiras letras no ambiente familiar; e, em estreito contato com a natureza, foi despertada para a diversidade e beleza da flora e da fauna circundantes. Os primeiros estudos formais realizaram-se no Colégio Nossa Senhora da Penha, em Cachoeiro.³ A pequena órfã já se manifestava uma criança diferente das convencionais, por sua sensibilidade aguçada (emocionava-se e chorava facilmente) e por sua vivacidade intelectual.

DOM DO TEMOR A DEUS

O excessivo apego religioso da família Sousa Monteiro e a influência do padre Fernando, padrinho de crisma de Stellingha e futuro bispo do Espírito

2 LEITE, Juçara Luzia. *Maria Stella de Novaes*. Vitória: Pro Texto, 2007, p. 15. (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo). Para quem quiser se aprofundar no estudo da vida e da obra de dona Stellingha, consultar: LEITE, Juçara Luzia. *Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX*, 2002. 435 f. (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

3 As informações sobre a vida de dona Stellingha foram extraídas de LEITE, Juçara Luzia, 2007, op. cit., passim.

Santo, marcaram de forma indelével toda a vida dessa grande mulher, que teve uma educação rígida.

Ela era uma pessoa temente a Deus; de início, talvez, por medo dos castigos vindouros, mas depois por não querer se afastar do poder e da sabedoria divinas. E, assim, desde bem nova Stellinha passou a “aceitar a realidade dos seres e das coisas” e a missão da vida “em seus aspectos concretos”.⁴ Ela não se afastou de Deus nas ocasiões em que sua mãe era hostilizada por alguns familiares na fazenda Monte Líbano, o que, algum tempo depois, ocasionou sua mudança para Vitória com os dois filhos menores, indo morar com o irmão Fernando, já então titular da diocese do Espírito Santo. A moça Maria Stella também não se afastou de Deus por ser muito cobrada na qualidade de sobrinha e afilhada do senhor bispo, devendo ser exemplo em tudo — aprender trabalhos manuais, como costurar e bordar; tocar um instrumento musical, no caso, violino; estudar e tirar boas notas; auxiliar nas tarefas domésticas.

A adolescência de Stellinha se passou na capital capixaba. Já citamos o episódio do corte das suas tranças, que ocorreu em 1910. Nunca mais ela usou cabelos compridos. Dois anos depois, adoeceu gravemente e chegou a receber a extrema-unção ministrada pelo padrinho, mas se recuperou. Sempre recebendo o dom do temor a Deus, Stellinha estudou, brincou com as colegas, fez amizades e se formou normalista no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mais conhecido como Colégio do Carmo.

DOM DA PIEDADE

Na tentativa de se curar da tuberculose, Dom Fernando passou temporariamente no município de Santa Isabel, atual Domingos Martins, na companhia da irmã Maricota e da sobrinha. Começou a colecionar orquídeas, e Stellinha também se deixou cativar por essa prática. Mas ele faleceu no Rio de Janeiro em março de 1916, aos 50 anos, sendo seu corpo sepultado na Ca-

4 LÉCURU, Ludovic. *Os sete dons do Espírito Santo*: “o Espírito de Deus habita em vós” (Rm 8,11). São Paulo: Paulinas, 2011, p. 34.



Maria Stella de Novaes com 1 ano e dois meses (15/10/1895). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



Da esquerda para a direita – Benvindo Novaes, não identificado e Maria Stella de Novaes (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



A moça Stellingha (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



Maria Bárbara (Maricota) Monteiro Novaes Melo e sua filha Maria Stella de Novaes (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.

pela do Carmo, em Vitória. O que se constituiu mais um forte golpe na vida da jovem, já que o tio bispo representava a figura paterna por substituição, ou seja, era seu pai social. Nesse mesmo ano, Maricota e os filhos mudaram-se para uma casa na Rua Coronel Monjardim, que serviu de moradia para Maria Stella até o fim da sua existência.

Segundo a historiadora Juçara Luzia Leite, “de 1918 a 1922, Stellinha começa a trabalhar como professora primária, e também como bordadeira. Oferece-se para aulas particulares em anúncios de jornal. Depois, leciona no Carmo (álgebra e história natural) e na Escola Normal (desenho e caligrafia)”.⁵

A jovem professora Maria Stella participou de uma verdadeira revolução pedagógica, pois os antigos métodos de ensino, em que pontificavam a decoreba e a palmatória, foram substituídos no Espírito Santo por práticas modernas, a partir da contribuição do educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim. Ela manterá a vida toda uma “relação de fidelidade e dedicação” com os processos educacionais. Sua piedade se traduzia em misericórdia e “designava um amor consciente, desejado” em constante aliança com seus alunos e ex-alunos.⁶

DOM DO CONSELHO

A partir de 1922, Stellinha passou a publicar em jornais e revistas, do Espírito Santo e de fora do estado, artigos de seus campos de interesse ligados à biologia e à pedagogia. Procurou se aperfeiçoar — seguiu o curso de História Natural no Museu Nacional do Rio de Janeiro com o professor Mello Leitão. As pesquisas pioneiras com orquídeas e moluscos que Maria Stella empreendeu proporcionavam a ela uma satisfação íntima — o sublime da natureza, manifestação divina, acarretando também prazer intelectual.

O dom do conselho ajudou a conformar os atos de Stellinha com a vontade divina. “Tomar decisões é um ato corriqueiro”, e obrigatório. Que vestido escolher? “Que livro ler? Que caminho seguir?” Casar ou não ca-

5 LEITE, 2007, op. cit., p. 39.

6 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 45.

sar? “A vida humana é tecida de iniciativas, escolhas, engajamentos. Tomar uma decisão é um ato de liberdade, um sinal de nossa humanidade e de nossa identidade”.⁷ Stellinha fez suas escolhas.

DOM DA FORTALEZA

Após muitos adiamentos por parte do governo estadual, Maria Stella conseguiu se submeter a concurso público para o Ginásio do Espírito Santo e se tornou a primeira mulher a ocupar uma cátedra no ensino secundário do estado. A tese com que foi aprovada tem por título “Entomologia Econômica”. Seguiu carreira brilhante no magistério — se aposentou na Escola Normal em 1932 e no Ginásio do Espírito Santo, depois Colégio Estadual, em 1936. Por essa época, sua surdez já se encontrava muito avançada e ela não aceitou ser aposentada por invalidez — lutou por seu direito de terminar a carreira profissional por tempo de serviço, e venceu.

A deficiência auditiva e os preconceitos e as incompreensões dela decorrentes somente puderam ser superadas por Maria Stella pelo dom da fortaleza, que “age sobre a vontade”. E assim ela enfrentou “as dificuldades e contrariedades com a paciência silenciosa” que salvaguardou “sua paz interior”.⁸

DOM DA INTELIGÊNCIA

Os anos 1930 são bastante dinâmicos na vida de dona Stellinha — ela se engajou na Cruzada Nacional de Educação, e buscou disseminar o cultivo de orquídeas nas mais importantes cidades brasileiras. E participou da luta contra a opressão da mulher por meio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Passou a corresponder-se com a feminista Bertha Lutz, filha do grande cientista Adolfo Lutz.

Bertha Lutz e Stella Novaes tinham muitas características existen-

7 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 68.

8 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 81 e 83.

ciais em comum: nasceram no mesmo mês e ano — agosto de 1894, Bertha no dia 2 e Stella no dia 18 e, assim, eram da mesma geração. Dedicaram-se à biologia: Bertha formada bióloga na Sorbonne (Paris); Stella estudiosa autodidata em história natural, com aperfeiçoamentos no Rio de Janeiro. Desde jovens militaram em causas a favor das mulheres — Bertha em contato com movimentos sufragistas e feministas na Europa e nos Estados Unidos; Maria Stella ecoando essas teses em Vitória e no Espírito Santo. Nunca se casaram.

Por que Maria Stella de Novaes fez da valorização da educação e da mulher o seu modo de estar no mundo? Pelo dom da inteligência, que “possibilita ao espírito humano ver as coisas por dentro e discernir com mais facilidade uma dimensão habitualmente inacessível aos sentidos”.⁹ A mestra fez-se serva — procurou servir aos ideais que o dom da inteligência apontava como futuro promissor e inexorável: a sociedade somente avançará por meio da educação e pela melhoria das condições de vida da mulher.

DOM DA CIÊNCIA

Os anos 1940 viram dona Stelinha ampliar seus interesses com estudos sobre a cultura popular (folclore) e a história capixaba, sem deixar de lado as adoradas orquídeas, que reproduziu em primorosas aquarelas, e os moluscos, de cujas conchas organizou importante coleção malacológica, em parte integrando hoje o acervo da Casa de Cultura de Domingos Martins. Com auxílio de alunos, manteve, nos fundos de sua residência, o Orquidário São José em terrenos íngremes, que posteriormente foram incorporados pela prefeitura da Capital para abertura de novas ruas. Em 1941, se acidentou quando cuidava de suas plantas e quebrou a perna, o que a deixou com sequela permanente.

Em 1945, tomou posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a primeira mulher a ingressar na entidade.

9 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 96.

Em 1947, perdeu a mãe, que, por coincidência, morreu aos 87 anos, mesma idade que Stellingha iria falecer algumas décadas depois. Moraram juntas na casa da Rua Coronel Monjardim, nº 65, por cerca de 30 anos.

Aposentada, Stellingha não descansou, mas principiou e concluiu diversos trabalhos historiográficos e biográficos; alguns deles foram publicados em vida e outros editados postumamente. Diversos estudos seus receberam distinções. Aquele referente à vida de Dom Fernando de Souza Monteiro, *Um bispo missionário*, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras, em 1952.

O dom da ciência possibilitou que Stellingha mergulhasse em si mesma. Esse mergulho implicava conhecer melhor suas raízes, suas origens e a de toda a sociedade capixaba. Daí ter-se dedicado às pesquisas sobre seus antepassados e a história do Espírito Santo. Ela percebia que o sentido da história não “pode partir de um ponto zero em cada geração”, pois “seria deixar o ser humano às voltas com a angústia de um mundo sem origem nem finalidade”.¹⁰

DOM DA SABEDORIA

O binômio Natureza e Cultura sintetiza toda a vida humana. Na existência de Maria Stella de Novaes, a Natureza e a Cultura foram tratadas como questões de grande amplitude. Suas pesquisas pioneiras nas áreas da biologia e da cultura popular receberam estímulos dos dois ambientes distintos em que viveu: o meio rural recém-saído da escravidão; e a vida urbana, que aos poucos se formava em Vitória.

Para não prolongar considerações sobre esses temas, basta considerar apenas dois ex-alunos de dona Stellingha. Augusto Ruschi se interessou desde pequeno pelas pesquisas da flora e da fauna de Santa Teresa, sua terra natal. Maria Stella o incentivou muito, e colaborou no encaminhamento do jovem capixaba para estudar e trabalhar no Museu Nacional, por co-

10 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 117.

nhecer seu diretor Cândido de Mello Leitão e a bióloga Berta Lutz, servidora na entidade. Como é bastante conhecido, Ruschi tornou-se o Patrono da Ecologia no Brasil e um dos ícones mundiais na proteção do meio ambiente. Na maturidade, ele continuou a manter grande respeito e veneração pela antiga mestra.

O outro ex-aluno foi Guilherme Santos Neves, figura ímpar nos estudos do folclore no estado e no país. Ele sempre reconheceu o incentivo inicial que recebeu da sua antiga professora para empreender pesquisas sobre assuntos folclóricos, e as proveitosas trocas de ideias e métodos relativos ao tema, o que incluiu o auxílio de alunos para coleta de informações no interior do estado. Ambos representaram muito bem aquele binômio — Ruschi, o lado da Natureza, do Meio Ambiente; Guilherme, o campo da Cultura, do saber popular. Podemos conhecer a generosa árvore chamada professora Maria Stella de Novaes pelos excelentes frutos que produziu — Augusto Ruschi e Guilherme Santos Neves, entre muitos outros.

Somente Deus é sábio. Somente sua sabedoria é perfeita. Mas o dom da sabedoria que dona Stellinha recebeu e cultivou fez com que ela fosse sempre esclarecida “sobre as ações a serem realizadas para a observância e a prática do ‘novo mandamento’, de nos amarmos uns aos outros”.¹¹ Todo seu trabalho está carregado de sabedoria porque foi feito como um ato de amor ao próximo.

Temor a Deus, piedade, conselho, fortaleza, inteligência, ciência e sabedoria. Como todos os cristãos, Maria Stella de Novaes recebeu os sete dons do Espírito Santo no batismo. E, se os citei aqui ao analisar sua existência, o fiz por dois motivos — percebi que ela procurou estruturar sua vida com base nesses dons; e, também, acredito que ela gostaria de ser assim apreciada.

* * *

11 LÉCURU, 2011, op. cit., p. 150.

O decantado pioneirismo de Maria Stella em várias áreas do saber humano deveu-se aos seus interesses diversificados — biologia e química, matérias que lecionou; folclore e história, campo em que pontificou; literatura — tanto para deleite intelectual quanto na produção de obras de ficção. Tinha uma personalidade independente e venceu na vida por seus próprios méritos. Era uma mulher de fibra, dinâmica, de atitudes firmes e por vezes inflexíveis, mas dotada de muita sensibilidade. Um poema inserido em seu livro *Saudade!*... e denominado “Minha Mãe!”, que chegou a ser traduzido para o francês pelo belga G. H. Aufrère, sintetiza nas próprias palavras dela a delicadeza de seus sentimentos.

Detenho-me um pouco mais em analisar a narrativa histórica que dona Stellinha construiu no decorrer de muitos anos de extensas pesquisas e variadas leituras. Era erudita — lia em francês e em inglês, além de dominar algo do latim. Conhecia e citava obras destacadas naqueles tempos e que versavam sobre biologia, antropologia, psicologia, religião, história e pedagogia. Além da persistência e determinação em buscar cuidadosamente informações sobre assuntos ligados à história e à cultura do Espírito Santo, ela também se valeu da sua grande sensibilidade para o drama humano. O seu relato prende o leitor por não ser frio ou burocrático. Há momentos em que interrompe o texto para chorar e torna isso explícito quando no crescendo da narrativa escreve — “Uma pausa”. Esses trechos na sua escrita remetem ao poema de Carlos Drummond de Andrade, *Estampas de Vila Rica*, que termina assim:

Macia flor de olvido,
sem aroma governas
o tempo ingovernável.
Muros pranteiam. Só.
Toda história é remorso.

Sim, “toda história é remorso”; toda história é arrependimento do que poderia ter sido e que não foi. Porém dona Stellinha, apesar de muito sensível, não se deixava vencer pelas sensações emotivas desagradadas. No fundo, ela almejava uma história viva, uma história total que englobasse

todas as esferas do humano. E nada mais atual do que isso. Depois de detalhar algum acontecimento de seu particular interesse, ou que não constava na história política ou administrativa, na chamada “história oficial”, afirmava com convicção: “Tudo é história”. E realmente assim o é. Tudo pertence à história — as lendas, os remédios, a escravidão, as mulheres, os imigrantes italianos, os governos, a Igreja, os militares, a medicina, o jornalismo. E os casos complicados da vida provinciana, as desavenças políticas, as brigas, as malquerenças, as disputas pelo poder, as realizações administrativas, mas também o cotidiano do povo, o teatro, as regatas, a criação do futebol em Vitória, as festas, as devoções e crenças populares. Eis alguns dos assuntos por ela pesquisados. Tudo é história. Tudo interessa à história. Com isso, a antiga historiadora, a partir dos variados temas que estudou, tem sempre uma mensagem a passar às novas gerações.

Não podemos considerar Maria Stella de Novaes, assim como qualquer ser humano, senão a partir das situações em que viveu e nas quais decidiu viver. “Eu sou eu e minha circunstância, e se não a salvo, tampouco me salvo eu”, na conhecida frase de Ortega Y Gasset inserida nas *Meditações de Quixote*. Como naturalista, escritora, pesquisadora do folclore e historiadora o seu ponto de vista era o da elite social, autoritária e conservadora. E não poderia ser de outro modo, porque a ela pertencia por estreitos laços familiares. Então, se a pesquisadora omitiu passagens importantes da história política capixaba, possuía a honestidade de registrar que não trataria de determinados episódios nos quais seus parentes próximos estavam diretamente implicados; a exemplo da séria desavença política que, em 1920, afastou para o resto da vida seus tios Jerônimo e Bernardino Monteiro. O enfoque que adotou ao tratar da escravidão, das lutas por sua extinção e das riquezas da cultura popular estava repassado de paternalismo, próprio das classes dominantes de então. Contudo, devemos nuançar sua posição intelectual — na verdade, ela desejava pertencer à elite, mas à elite intelectual, esclarecida, estudiosa e progressista; não à elite preguiçosa, atrasada, perdulária e inútil. Maria Stella amava o progresso.

Interessa notar que ela podia ser tudo, menos ingênua, e seu catolicismo estrito a impediria, em tese, de simpatizar com as ideias da Maçonaria. No entanto, quando abordava as lutas pela libertação dos escravos não



*Maria Stella de Novaes em traje
social (s.d). APEES – Coleção
Maria Stella de Novaes.*



*Maria Stella de Novaes em pose na
década de 1930. APEES – Coleção
Maria Stella de Novaes.*

deixava de enfatizar as ações dos maçons a favor desse ideário. Era realista. E verdadeira. Se os maçons capixabas participaram decisivamente nos embates para acabar com a escravidão na província, por que não ressaltar essas conjunturas em que eles empenharam seus prestígios, suas almas e emoções? Ademais seu pai fora abolicionista e, talvez, maçom...

A grande contribuição que Maria Stella de Novaes oferece à historiografia produzida no Espírito Santo se constitui em valorizar o cotidiano, no qual se inserem as pessoas, inclusive as humildes. E o nosso cotidiano capixaba, a partir de meados do século XIX, passou a ser retratado pela imprensa, essa conquista civilizatória que torna possível a democracia e valoriza todas as camadas da população. É a cor local, a nossa aldeia sobre a qual se deve escrever para se atingir o universo inteiro. À dona Stellinha não interessavam apenas os ossos antigos e secos das pessoas, as cinzas e o pó de que vieram e para os quais retornaram. Queria da mesma forma saber dos seus músculos, dos seus nervos, da sua carne e do seu sangue, do seu suor e da sua voz, do seu ranger de dentes e da sua gargalhada. Enfim, empenhava-se num trabalho de ressurreição da coletividade do Espírito Santo. Valeu-se de muitas informações estampadas em jornais e revistas publicados no nosso estado — ao enfatizar os acontecimentos locais e regionais, tinha por objetivo o aumento da autoestima dos seus conterrâneos. Na visão da historiadora, aqueles periódicos se constituíam em janelas abertas para o antigo mundo capixaba pelas quais podiam entrar novamente o sol, a claridade e o ar puro. Numa palavra — a vida. Para a história, como para Deus, todos estão vivos — os que viveram e persistem com sua influência, os que vivem e constroem o futuro e os que viverão. Todos estão vivos.

As informações históricas ela conseguia também a partir de sua memória — por ter ouvido conversas de familiares; por ter presenciado fatos históricos; por saber de acontecimentos relevantes a partir de relatos idôneos de testemunhas oculares. Procurava ser justa e gostava de repetir o ditado popular: “Neste mundo, quem não anda direito, cai”, referindo-se aos administradores e governantes, mas também a aspectos da vida privada.

Ela não pretendia uma objetividade historiográfica impossível de ser atingida — no que se referia à Igreja, a sua família e ao Espírito Santo, sempre tomava partido. Como explicitava claramente essas posições, não é

muito difícil para o pesquisador atual realizar os devidos descontos. Maria Stella de Novaes sempre teve um lado — o da terra que adotou como sua, o Espírito Santo, uma denominação da própria divindade. Seu bairrismo e seu provincianismo não limitavam as análises e interpretações que realizava, pois criticava a estreiteza de pensamento dos capixabas em muitas fases da existência do nosso rincão. Todavia, batalhou anos a fio para que eles valorizassem sua própria cultura, sua geografia e história. Serve de exemplo o empenho em ver novamente celebrado o 23 de maio como o Dia da Colonização do Solo Espírito-Santense. Amava com extremado amor sua cidade “da” Vitória e ai de quem falasse “de” Vitória perto dela — era logo corrigido. Conheceu a capital capixaba ainda com ares de vila colonial no início do século XX, e acompanhou as extensas transformações urbanas promovidas por sucessivos administradores, com destaque para aquelas levadas a efeito por seus tios Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos. Vitória com vetustas construções de pedra e cal e sem higiene; Vitória com o casario eclético e assobradado, feito com cimento e tijolo; Vitória com os primeiros arranha-céus em concreto armado — tudo isso ela vivenciou.

Não pôde escapar das limitações intelectuais de sua época. E quem pode? Mas procurou enxergar longe. E ênfase: para ela a educação salva, e nisso estava coberta de razão. Toda sua obra, nas mais diversas áreas de interesse, foi construída com amor. Soube realizar em quantidade e qualidade porque muito amou tudo o que fez: “Sabe mais quem mais ama”.

Era Maria Stella na medida certa — tinha a cabeça sonhadora, sensibilizava-se com o sofrimento do próximo, se emocionava com fatos já ocorridos, tinha intensa imaginação criadora que possibilitava colocar-se no lugar do outro. Para ela a História estava sempre viva — como se os acontecimentos que relatava tivessem acabado de acontecer. Por outro lado, tinha os pés no chão, sabia enfrentar os fatos da vida, tristes ou risinhos, corriqueiros ou excepcionais. Era corajosa, procurou superar muitos dos preconceitos da sua época, sobretudo aqueles relacionados à inferiorização social da mulher.

Constante sua luta pela emancipação feminina, em especial por aqueles direitos ligados à independência financeira, ao trabalho fora do lar, ao acesso à vida civil, à cidadania, ao voto, à educação de qualidade, ao

exercício de profissões antes exclusivas do sexo masculino. Nesse sentido, criticava as mulheres que se portavam como “bonecas” (expressão que usava com certa frequência), por serem fúteis, por não quererem desenvolver seu espírito com a leitura e o estudo e somente se preocupavam com tarefas domésticas ou mundanas. Contudo, não desejava que a mulher abdicasse das suas características femininas nem do seu papel fundamental na constituição da célula mater da sociedade — a família. Que os maridos passassem a dividir com suas companheiras as responsabilidades com o matrimônio e a criação dos filhos. Era contra as famílias patriarcais da sua época em que havia o poder exacerbado, incontestável e inapelável do *pater familias*, do patriarca, que contaminava todo o tecido social. Em suma, ela também foi pioneira na luta pela valorização da mulher que, a seu sentir, devia se ombrear com os homens em todos os campos da sociedade — na educação, no trabalho (especialmente nas profissões liberais), na política, nas letras e artes; enfim, nas mais diversas funções sociais.

Algumas décadas atrás, havia em nosso meio intelectual uma interdição silenciosa, tácita, ou uma espécie de acordo de cavalheiros oculto e machista que impedia as escritoras de terem assento na Academia Espírito-Santense de Letras, apesar de não estar explícita em seus estatutos a proibição de mulheres ingressarem naquela casa. Maria Stella ajudaria a enfrentar a questão — participou das ações que congregaram outras literatas, capitaneadas por Judith Leão Castelo Ribeiro e Anete de Castro Matos para, em agosto de 1949, fundarem a Academia Feminina Espírito-Santense de Letras.

Era uma leoa para defender seus interesses frente às injustiças que julgava ter sofrido. Seja em relação ao Governo do Estado para reajustar seus vencimentos de aposentada, que foram calculados de forma equivocada, seja para reclamar com a Prefeitura Municipal de Vitória o prêmio devido a estudo inédito seu, pois a premiação fora dividida com trabalho já publicado, em desacordo com o edital do concurso. Em ambos os casos, obteve a vitória após muito tempo de batalhas judiciais.¹² Enfrentava com determinação as adversidades da vida, a despeito de sofrer amarguras e in-

12 LEITE, 2007, op. cit., passim.



*Momento descontraído no ambiente doméstico
(s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.*



*Maria Stella no orquidário nos fundos
de sua residência (s.d). APEES –
Coleção Maria Stella de Novaes.*



*Grupo ligado à Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Da esquerda para a direita:
Nilge Limeira (2ª), Maria Stella de Novaes (5ª), Anete de Castro Matos (6ª), Hilda Palmeira
(9ª) e Arlete Cipreste de Cipreste (11ª) (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.*

compreensões por parte de antigos amigos, ou de pessoas que julgava serem suas amigas. Defendia-se com altivez e denodo num mundo de mentalidade machista, em que as atividades sociais de projeção eram monopolizadas pelos homens. Tudo isso pode parecer sem valor e muito distante aos olhos de hoje, mas na época seu pioneirismo mostrou-se decisivo e serviu de exemplo para que muitas capixabas não se submetessem a humilhações e desrespeitos no âmbito familiar, no mundo profissional ou ainda na sociedade.

* * *

Iracema Moraes de Matos era minha tia-avó, e de fato avó social, pois criou três dos seus sobrinhos: meus tios Dicamor e Pedro, e minha mãe Felisbina (Bina), órfãos de pai e mãe desde bem pequenos. Vovó Iracema era casada com Arnulfo Matos e muito amiga de Maria Stella de Novaes, a quem chamava de Stellinha, que a mencionou em seu livro *A mulher na história do Espírito Santo*. Ainda criança, conheci dona Stellinha no apartamento dos meus avós, no quarto andar do Edifício Presidente, no centro de Vitória. Logo me encantei com aquela pessoa diferente, que falava de modo distorcido e num tom incomum por ser surda. Com cabelos curtos, mais brancos que grisalhos, de porte empertigado e com voz firme, a figura de dona Stellinha nunca mais me fugiu da memória, devido também às constantes referências que a ela faziam meus familiares.

A partir da adolescência, já acostumado a ler jornais e revistas, acompanhava com interesse os artigos que ela publicava em *A Gazeta* sobre temas da nossa cultura. Quando optei por fazer o curso de História, entrei em contato com suas obras, em especial a *História do Espírito Santo*. Recém-formado, assumi a direção do Arquivo Público Estadual e, aos poucos, pude contar com a colaboração de competente e dedicada equipe de servidores para dinamizar os trabalhos da importante entidade. A essa equipe veio se juntar Maria Cecília Lindenberg Coelho Soares, que enviuvara recentemente e, bibliotecária formada há tempos na Biblioteca Nacional, queria trabalhar nessa atividade. Muito contribuiu para moderni-

zar a instituição; era parente de dona Stellinha pelo ramo dos Sousa Monteiro. Orgulho-me de ter criado a biblioteca de apoio do Arquivo Público a que denominei “Mário Aristides Freire”, numa homenagem à memória do grande capixaba que tanto amava sua terra natal e os documentos e publicações que com ela se relacionassem. Quando ocupou a Secretaria do Interior e Justiça, em meados dos anos 1940, Mário Freire prestigiou o Arquivo Público, então vinculado àquela pasta, e promoveu até mesmo a edição de obras de interesse para a história do nosso Estado.

Sabedor de que dona Stellinha tinha ampliado sua biografia de Jerônimo Monteiro, editada originalmente em 1960 por um órgão federal, empenhei-me para que o governo do estado publicasse os originais, como forma de promover um tributo de gratidão ao fundador do Arquivo Público. O trabalho fora revisto, bastante aumentado e premiado no concurso promovido pelo Conselho Estadual de Cultura em 1970. E, assim, meu relacionamento com a ilustre historiadora se estreitou. Fui, inúmeras vezes, até sua residência, situada na Rua Coronel Monjardim, perto da Igreja do Carmo, para com ela discutir detalhes da edição e outros assuntos de nosso comum interesse, vinculados à história capixaba. Devido a sua surdez, procurava falar de maneira pausada para que ela pudesse ler meus lábios. Mais frequentemente, redigia o que queria indagar ou observar num bloco de papel existente em sua sala de visitas; e ela, após ler o escrito com uma lupa, dava as respostas requeridas ou comentava o tema a ser debatido. Esse procedimento também era empregado por outras visitas dela, e parece que muitas dessas anotações ainda existem.

Num tempo de muitas dificuldades para se publicar livros em Vitória, consegui autorização do governo estadual e acompanhei na gráfica da Fundação Ceciliano Abel de Almeida da Ufes a impressão do livro *Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra*, para o qual fiz pequena apresentação. No dia do lançamento, em 1979, estiveram presentes no Arquivo Público: a autora, radiante e vestida com elegância; o jurista Clóvis Ramallete, antigo amigo dela e prefaciador do livro; o governador Eurico Rezende (na contracapa consta o nome do seu antecessor imediato, em cujo período de governo a impressão teve início); o vice-governador José Carlos da Fonseca, secretários de Estado e outras autoridades; além de parentes e amigos da

escritora. Acredito que esse tenha sido o último lançamento de uma obra de sua autoria a que compareceu.

As conversas com dona Stelinha prosseguiram por algum tempo e, com isso, muito me beneficieei do seu domínio sobre temas capixabas. Em sua companhia e da fiel empregada, conheci o cômodo onde guardava os livros e documentos, e o orquidário nos fundos da residência. Fazia parte da sua atitude perante a vida criticar algumas inovações, inclusive linguísticas, e o comportamento de certos homens públicos, como antes mencionado. E também relatar as ocasiões em que sofrera injustiças nas diversas circunstâncias da sua já longa existência (“Desejo ser valorizada em vida. Não quero ser homenageada depois de morta com nome em escola, essas coisas”, garantia). Em certa ocasião, afirmou ter instruído os parentes para queimarem seus livros e papéis quando morresse, o que interpretei como um natural desabafo de pessoa idosa. Mas, com o respeito devido, escrevi uma resposta, encerrada com conhecido provérbio “Defunto não tem vontade”, para defender minha posição de que todo seu acervo deveria ser cuidadosamente preservado. E ela, após empunhar sua lupa e ler minhas ponderações atrevidas, reagiu rindo. Em resumo, fizemos uma boa amizade. No entanto, os deveres de chefe de família e servidor público não me permitiram visitá-la com a frequência que desejava.

Mesmo com deficiência auditiva a que vieram se somar as limitações físicas da idade avançada, dona Stelinha não se isolou completamente. Correspondia-se com diversas pessoas e atendia os jovens que a ela recorriam em busca de orientações e esclarecimentos sobre a história e a cultura capixabas. Permaneceu lúcida, moralmente íntegra e coerente com seus ideais de vida até a idade de 87 anos, quando, devido a uma pneumonia, entregou a alma a Deus no dia de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro, no ano de 1981.

Com a morte da escritora, sua família logo se preocupou em desocupar a casa para no local construir um pequeno prédio. E se dispôs a doar um conjunto de documentos pessoais e a coleção de livros. Trabalhei para que o Arquivo Público recebesse essa doação, sobretudo das obras impressas que, além de muito preciosas, perfaziam o volume maior do acervo, no que fui bastante ajudado por dona Cecília Lindenberg. Relembro



*O advogado Nestor Cinelli e Maria Stella. Ele foi o editor do livro *História do Espírito Santo*, impresso em 1969. APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.*



Maria Stella por ocasião em que recebeu a Medalha da Solidariedade Italiana, conferida pelo governo da Itália (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.

muito bem dos servidores do Arquivo Público, na antiga casa de dona Stelinha, e com grande cuidado, fazendo a limpeza e a listagem de cada volume e, em seguida, embalando-os e transportando-os para a repartição, então situada na rua Pedro Palácios, na Cidade Alta. Com essa grande doação, de imediato a biblioteca de apoio da instituição teve seu nome alterado para “Maria Stella de Novaes”, que mantém até hoje. Passados alguns meses, a família dela solicitou ao Governo do Estado uma justa compensação financeira pelos livros e documentos doados. Recordo que informei o processo relatando as circunstâncias e a importância da doação e o devolvi à instância decisória superior. Mas, em dezembro de 1983, me afastei da direção do Arquivo Público e soube, somente muito tempo depois, que aquela solicitação tinha se perdido nos escaninhos da burocracia estadual e não dera em nada. A escola municipal de ensino fundamental existente no bairro Grande Vitória, próximo a Santo Antônio, na capital capixaba também reverencia o nome da mestra de várias gerações. Acredito que, no fundo, ela ficaria muito satisfeita com essas homenagens, e com a positiva situação por que passa na atualidade o Arquivo Público, que ela tanto prezava e onde tanto pesquisou. E asseguro que gostaria, sobretudo, de que seus trabalhos, tantos os já publicados quanto os inéditos, estivessem sempre disponíveis às novas gerações. A segunda edição de *Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra*, a que se terá acesso também pela internet, inaugura com certeza a divulgação de outros estudos da insigne autora. E, assim, o governo e a sociedade capixabas prestam o maior e mais adequado tributo à sua memória.

* * *

Com alguma frequência, ela empregava em seus textos uma frase interrogativa: “Quem não se recorda de...?”. E podia então falar de acontecimentos, de pessoas ou locais que conhecia. Agora, nós é que perguntamos: Quem não se recorda de Maria Stella de Novaes? Sim, nós nos recordamos e nos recordaremos dela para sempre, de sua obra historiográfica e ficcional de real valor. Os cabelos que cobrem atualmente a imagem da Virgem

da Penha podem não ser mais aqueles retirados das tranças da jovem Stelinha. Mas os escritos que saíram da sua cabeça continuam e continuarão presentes entre nós pelos tempos afora. Cultuando sua lembrança, constatamos que, ao estudar o universo capixaba, ela transcendeu a si mesma e deixou marca tão profunda e decisiva que agora muito do que pesquisou e publicou foi incorporado à própria história do povo que um dia tanto amou e conheceu. De fato, Maria Stella de Novaes permanece no coração dos que com ela conviveram e daqueles que passaram a admirá-la em época recente por pesquisarem em seus escritos e conhecerem sua existência.

Dona Stelinha, seu nome significa Estrelinha. Todos os capixabas conscientes do seu valor lhe asseguram, numa homenagem de gratidão, que a luz produzida pela inteligência da senhora continua a iluminar o firmamento da cultura no nosso querido Espírito Santo.

Fernando Antônio de Moraes Achiamé

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Academia Espírito-Santense de Letras



Homenagem recebida do Rotary Clube de Vitória. Da esquerda para a direita: Nilge Limeira, Maria Stella de Novaes e o Presidente da associação (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



Maria Stella, de vestido estampado azul, participa com as antigas colegas no Colégio do Carmo das homenagens aos diplomados pela escola (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



Maria Stella no escritório da sua residência (s.d). APEES – Coleção Maria Stella de Novaes.



Maria Stella (à direita, de cabelos brancos) após missa em ação de graças em homenagem a Arnulfo Matos, antigo diretor da Escola Normal Pedro II, mandada celebrar por ex-alunas e professoras da instituição. Na primeira fila, da esquerda para a direita: Alberto Stange Júnior, diretor do Colégio Americano; Hécio Pinheiro Cordeiro, Presidente da Assembleia Legislativa; Dom João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo metropolitano de Vitória; Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Governador do Estado; Iracema Moraes de Matos, esposa do homenageado; Arnulfo Martins de Matos; e Fernando Antônio de Moraes Achiamé, representando a família do homenageado. Porta principal da Catedral de Vitória, março de 1962 (data provável). APEES - Coleção Maria Stella de Novaes.

APRESENTAÇÃO

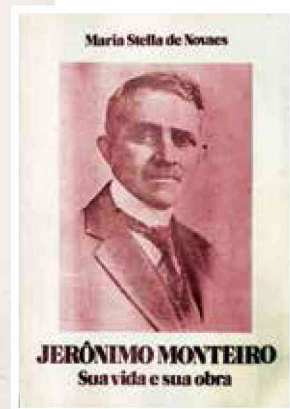
Se alguém, por exemplo, estranhar a inclusão nesta obra do cardápio de um banquete oferecido ao Dr. Jerônimo pro seus amigos, só resta contrapor: ela reflete a vida. Outra vida, sem dúvida, outra época, outra sociedade, outros banquetes, outros cardápios... Mas vida: como no princípio do século a elite espírito-santense se apresentava. Este estudo, que não é nem pretende ser exaustivo, deverá se constituir em estímulo para outros pesquisadores darem conta do que foi este movimentado período da História de nosso Estado.

Em 1970 o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo instituiu um concurso para comemorar o Centenário de Jerônimo Monteiro, tendo a presente obra obtido, no ano seguinte, o 1º prêmio e o direito de edição. É certo que a autora já havia publicado um resumo, que se encontra esgotado, da vida e obra do grande estadista na série "Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros", volume 14, 1960. D.A.S.P. O presente trabalho, porém, desenvolve temas, como a migração dos que deixaram as catas em busca de terras férteis no litoral ou sobre as transformações políticas locais, apenas enunciados no resumo original.

Com o estudo ora editado, que constitui o terceiro volume da Coleção "Mário Aristides Freire", esta Casa presta uma homenagem à memória do seu fundador. O Dr. Jerônimo Monteiro criou o "Arquivo Público Espírito-Santense", há setenta anos, encarregando sua implantação a ilustres homens públicos. Algumas normas estabelecidas na época para seu funcionamento guardam inteira atualidade. A maioria, contudo, está ultrapassada pelo avanço das técnicas arquivísticas em nosso país. Apesar dos altos e baixos na vida da repartição (nem todos os governantes que se seguiram tiveram o descortino, a visão administrativa de Jerônimo Monteiro), o amor pela preservação de nossa memória permaneceu como fio condutor nestas sete décadas.

D. Maria Stella de Novaes há muitos anos vem utilizando o acervo do Arquivo Público para subsidiar seus trabalhos históricos. Seu comentário, verdadeiro de resto, nas páginas que se seguem sobre o estado da instituição no início da atual década já está quase superado, graças aos esforços de toda uma equipe. No futuro, por certo, o Arquivo Público Estadual desempenhará mais intensamente ainda suas tarefas de conservar, arranjar, descrever e publicar parte da memória espírito-santense — patrimônio de toda comunidade.

F. Achiamé
Chefe do Arquivo Público Estadual



*Capa da primeira
edição. 1979.*

*Apresentação de Fernando Antônio de Moraes Achiamé, Chefe do
Arquivo Público Estadual, à primeira edição, 1979.*

1º **Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória:** o estado do espírito santo e a imigração italiana (fevereiro 1895). Carlo Nagar, 1995.

2º **Projeto de Um Novo Arrabalde, 1896.** Edição Fac-similar.
Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, 1996.

3º **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585–1822).** João Eurípedes Franklin Leal (org.), 1998.

4º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. Nara Saletto, 1998.

5º **Viagem à Província do Espírito Santo:** imigração e colonização suíça, 1860. Johann Jakob von Tschudi, 2004.

6º **Colônias Imperiais na Terra do Café:** camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras (1874–1900). Renzo M. Grosselli, 2008.

7º **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** 3ª edição. Levy Rocha, 2008.

8º **História do Estado do Espírito Santo.** 3ª edição. José Teixeira de Oliveira, 2008.

9º **Os Capixabas Holandeses:** uma história holandesa no Brasil. Ton Roos e Margje Eshuis, 2008.

10º **Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul:** colonos alemães no Brasil. Klaus Granzow, 2009.

11º **Carlos Lindenberg:** um estadista e seu tempo. Amylton de Almeida, 2010.

12º **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2ª edição. Basílio Carvalho Daemon, 2010.

13º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. 2ª edição revisada. Nara Saletto, 2011.

14º **Viagem ao Espírito Santo, 1888.** Princesa Teresa da Baviera. Julio Bentivoglio (org.), 2013.

15º **Fazenda do Centro**: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo. Sérgio Peres de Paula, 2013.

16º **Tropas & Tropeiros**: o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo. Armando Garbelotto, 2013.

17º **Nossa Vida no Brasil**: imigração norte-americana no Espírito Santo (1867–1870). Julia Louisa Keyes, 2013.

18º **Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo**: a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil. Hugo Wernicke, 2013.

19º **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.

20º **Italianos**: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.

21º **Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX**. Paul Ehrenreich (org.), Julio Bentivoglio, 2014.

22º **Negros no Espírito Santo**. 2ª edição. Cleber Maciel, Osvaldo Martins de Oliveira (org.), 2016.

23º **Raízes da Imigração Alemã**: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo. Helmar Rölke, 2016.

24º **Jerônimo Monteiro**: sua vida e sua obra. 2ª edição. Maria Stella de Novaes, 2017.

25º **Espírito Santo Indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vânia Maria Losada Moreira, 2017.

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras em suporte digital, podem ser consultados no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em formato PDF, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br

Sua atuação na história legou outras obras, algumas impressas em Portugal, mas sempre versando sobre o Espírito Santo. Teatro, folclore, medicina caseira, escravidão negra, imigração, lendas, pedagogia, biografias, nada escapava do seu interesse.

Acusada de ser historiadora retrógrada, Maria Stella foi muitas vezes vedada por certas instituições de Vitória. Seus críticos é que merecem crítica, pois ela era uma intelectual a seu modo e, hoje, muitos dos seus críticos se valeram ou se valem dos escritos por ela legados.

Nesta obra, ela atua de duas formas, até antagônicas, quando de um lado usa, pratica e lega à posteridade o rigor das informações históricas, mas, em paralelo, seu coração pulsa pela admiração que devotava a sua família, tingindo assim de cores belas suas memórias passadas e registradas. Nunca foi uma positivista na história, mas sentia-se obrigada a registrar todos os fatos, em ordem, imaginando que um dia a história ou historiadores poderiam vir a se servir dessas informações.

João Eurípedes Franklin Leal

Historiador, Paleógrafo, Professor, membro do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

